



SENADO FEDERAL

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

ABRIL/2017

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Lista de siglas

Siglas pertencentes ao Senado Federal

ATC – Ato da Comissão Diretora do Senado Federal
CD – Comissão Diretora do SF
COAPAR – Coordenação de Apoio aos Parlamentares
CONTAB – Coordenação de Contabilidade/SAFIN
DCN – Diário do Congresso Nacional
DGER – Diretoria Geral
DGERADC – Diretoria Geral Adjunta de Contratações
DGERADG – Diretoria Geral Adjunta de Gestão
EGOV- Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica
ERGON – Sistema de Informações da Secretaria de Gestão de Pessoas
FUNSEN – Fundo Especial do Senado Federal
ILB – Instituto Legislativo Brasileiro
INTERLEGIS – Rede de Integração e Participação Legislativa
NGCONT – Núcleo de Gestão de Contratos
PRODASEN - Secretaria de Tecnologia da Informação
SADCON – Secretaria de Administração de Contratações
SAFIN – Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade
SCISF – Secretaria de Controle Interno (=OCI no SF)
SECOM - Secretaria de Comunicação Social
SEGRAF – Secretaria de Editoração e Publicações
SEGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SF – Senado Federal
SGM – Secretaria Geral da Mesa
SIGA BRASIL – Sistema de Informações sobre Orçamento Público
SIGAD - Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos do Senado Federal
SPATR – Secretaria de Patrimônio

Demais siglas

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
SECEX – Secretaria de Controle Externo/TCU
SEFIP – Secretaria de Fiscalização de Pessoal /TCU
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPLAN – Sistemas de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal
SISAC – Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora Executora
UO – Unidade Orçamentária
OCI – Órgão de Controle Interno (= SCISF no Senado)
UJ – Unidade Jurisdicionada

Figura 1 - Organograma do Senado Federal.....	14
Figura 2 - Macroprocessos Finalísticos do Senado Federal	16
Figura 3 - Ciclo de Gestão da Estratégia Corporativa	39
Figura 4 - Desdobramento dos objetivos estratégicos em objetivos táticos ou operacionais.....	40
Figura 5 - Progresso dos projetos: situação dos marcos planejados.....	41
Figura 6 - Relacionamento entre os projetos e as contratações	41
Figura 7 - Relacionamento entre as contratações e os processos licitatórios	42
Figura 8 - Relacionamento entre as contratações e os lançamentos no SIAFI.....	42
Figura 10 - Painéis de Gestão Gerencial	151

Gráfico 1 - Marcos cadastrados	82
Gráfico 2 - Servidores comissionados e efetivos.....	142
Gráfico 3 - Soma dos servidores por faixa etária e vínculo.....	143
Gráfico 4 - Soma total de servidores por raça/cor e vínculo	144
Gráfico 5 - Servidores por gênero	145
Gráfico 6 - Escolaridade e vínculo	146
Gráfico 7- Distribuição de servidores por área.....	147
Gráfico 8 - Projeção de aposentadoria.....	148
Gráfico 9 - Relatório de desempenho	447
Gráfico 10 - Consumo de papel.....	448
Gráfico 11 - Manifestações classificadas	462
Gráfico 12 - Atendimentos telefônicos.....	463
Gráfico 13 - Variação do alcance semanal acumulado.....	482
Gráfico 14 - Pedidos por prazo de resposta.....	493
Gráfico 15 - Manifestações de visitantes.....	496
Gráfico 16 - Opiniões de visitantes	497
Gráfico 17 - Atendimento a visitantes com deficiência	582
Gráfico 18 - Atendimento mensal por tipo de deficiência.....	583

Quadro 1 - Projetos Estratégicos do Senado Federal	30
Quadro 2 - Projetos candidatos a estratégicos no Senado Federal	38
Quadro 3 - Concessão de suprimentos de fundos	76
Quadro 4 - Utilização de suprimento de fundos	77
Quadro 5 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	79
Quadro 6 - Situação dos marcos cadastrados	114
Quadro 7 - Indicadores de estrutura do quadro de pessoal.....	115
Quadro 8 - Taxa de composição da força de trabalho segundo a escolaridade	115
Quadro 9 - Taxa de composição da força de trabalho segundo o gênero e raça	115
Quadro 10 - Taxa de composição da força de trabalho segundo lotação e exercício.....	116
Quadro 11 - Taxa de servidores cedidos pelo Senado e para o Senado	116
Quadro 12 - Taxas de provimento e vacância por cargo	116
Quadro 13 - Tempo médio desde a autorização para reposição até o efetivo provimento de servidores efetivos.....	117
Quadro 14 - Tempo médio da solicitação de nomeação até o provimento de servidores comissionados.....	117
Quadro 15 - Tempo médio anual de treinamento dos servidores por vínculo.....	117
Quadro 16 - Tempo médio anual de treinamento dos servidores em cargos gerenciais	118
Quadro 17 - Percentual de servidores capacitados/ano	118
Quadro 18 - Taxa de conclusão de servidores matriculados em eventos de capacitação.....	118
Quadro 19 - Taxa de reação dos servidores treinados	118
Quadro 20 - Taxa de impacto dos treinamentos	118
Quadro 21 - Relação de candidatos-vaga dos programas de pós-graduação ofertados.....	119
Quadro 22 - Remuneração média por cargo e especialidade.....	119
Quadro 23 - Taxa de absenteísmo	119
Quadro 24 - Índice de rotatividade de pessoal por cargo e especialidade.....	119
Quadro 25 - Número médio de dias de afastamento por licença médica por cargo e especialidade.....	120
Quadro 26 - Índice de clima organizacional.....	120
Quadro 27 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade	120
Quadro 28 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças crônicas.....	121
Quadro 29 - Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade	121
Quadro 30 - Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças crônicas	121
Quadro 31 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de horas-extras	121
Quadro 32 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio transporte.....	122

Quadro 33 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio alimentação	122
Quadro 34 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio pré-escolar	122
Quadro 35 - Custos de pessoal	150
Quadro 36 - Grupos de veículos	160
Quadro 37 - Discriminação dos bens imóveis	395
Quadro 38 - Discriminação de imóveis funcionais	396
Quadro 39 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	422
Quadro 40 - Cessão de espaço físico em imóvel da União	423
Quadro 41 - Distribuição espacial dos bens imóveis.....	424
Quadro 42 - Ações concluídas ou em fase de execução.....	446
Quadro 43 - Critérios sustentáveis.....	455
Quadro 44 - Receita na LOA 2016.....	458
Quadro 45 - Receitas próprias do Senado Federal	459
Quadro 46 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente	658
Quadro 47 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade.....	664
Tabela 1 - Programas e dotações orçamentárias.....	44
Tabela 2 - Dotação Orçamentária.....	47
Tabela 3 - Execução física das programações	53
Tabela 4 - Dotações iniciais e finais do orçamento do Senado Federal em 2016	55
Tabela 5 - Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais	58
Tabela 6 - Plano orçamentário com despesa empenhada e despesa liquidada	61
Tabela 7 - Restos a pagar processados e não processados	65
Tabela 8 - Despesas por modalidade de contratação	67
Tabela 9 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	71
Tabela 10 - Processos concluídos	132
Tabela 11 - Tipologia dos cargos	140
Tabela 12 - Distribuição da lotação efetiva	141
Tabela 13 - Servidores requisitados e cedidos.....	142
Tabela 14 - Contratações no exercício	156
Tabela 15 - Pagamento de estagiários	159

Tabela 16 - Imóveis de propriedade da União e responsabilidade da UJ	389
Tabela 17 - Comentários via Alô Senado	467
Tabela 18 - Distribuição por tipo de abordagem	470
Tabela 19 - Distribuição por região	471
Tabela 20 - Distribuição por tema	472
Tabela 21 - Distribuição por assunto	473
Tabela 22 - Distribuição por unidade da Federação	475
Tabela 23 - Distribuição por tema	476
Tabela 24 - Distribuição de pedidos por assunto.....	494
Tabela 25 - Número de participantes do Visite Congresso	495
Tabela 26 – Atendimentos.....	582
Tabela 27 - Quantidade de empréstimos de equipamentos	585
Tabela 28 - Demonstrativo das empresas abrangidas pela desoneração da folha de pagamento.....	680
Tabela 29 - Manifestação das empresas noticiadas	696
Tabela 30 - Empresas de Varejo.....	701
Tabela 31 - Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC.....	715
Tabela 32 - Empresas do Setor de Construção Civil.....	717
Tabela 33 - Empresas de Construção de Obras de Infraestrutura.....	718
Tabela 34 - Empresas Jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.....	718

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	11
2. VISÃO GERAL	13
2.1 Finalidade e Competências	13
2.2 Organograma	14
2.3 Macroprocessos Finalísticos	15
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	19
3.1 Planejamento Organizacional	19
3.1.1 <i>Descrição sintética dos objetivos do Exercício</i>	19
3.1.2 <i>Estágio de implementação do planejamento estratégico</i>	20
3.1.3 <i>Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos</i>	25
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	38
3.3 Desempenho orçamentário	43
3.3.1 <i>Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade</i>	52
3.3.2 <i>Fatores intervenientes no desempenho orçamentário</i>	63
3.3.3 <i>Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento</i>	64
3.3.4 <i>Restos a pagar de exercícios anteriores</i>	64
3.3.5 <i>Informações sobre a execução das despesas</i>	66
3.3.6 <i>Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal</i>	76
3.4 Desempenho Operacional	81
3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	114
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	123
4.1 Descrição das Estruturas de Governança	123
4.2 Atuação da unidade de auditoria interna	127
4.3 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos no ano de 2016	132

4.4	Gestão de riscos e controles internos	137
5.	ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	140
5.1	Gestão de Pessoas	140
5.1.1	<i>Estrutura de pessoal da unidade</i>	<i>140</i>
5.1.2	<i>Demonstrativo das despesas com pessoal</i>	<i>149</i>
5.1.3	<i>Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....</i>	<i>150</i>
5.1.4	<i>Contratação de pessoal de apoio e de estagiários</i>	<i>153</i>
5.1.5	<i>Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais</i>	<i>159</i>
5.2	Gestão de Patrimônio e Infraestrutura	160
5.2.1	<i>Gestão da frota de veículos</i>	<i>160</i>
5.2.2	<i>Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....</i>	<i>161</i>
5.2.3	<i>Gestão do Patrimônio Imobiliário.....</i>	<i>389</i>
5.2.4	<i>Cessão de espaços físicos e imóveis e órgãos e entidades públicas ou privadas</i>	<i>397</i>
5.2.5	<i>Informações sobre imóveis locados de terceiros</i>	<i>423</i>
6.	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	425
6.1	Principais sistemas de informações.....	425
6.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	436
7.	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	439
7.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	439
8.	GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS	457
8.1	Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	457
9.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	461
9.1	Canais de acesso ao cidadão	461
9.2	Carta de serviços ao cidadão	476
9.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	499

9.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	578
9.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	580
10. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	591
10.1 Desempenho Financeiro do Exercício.....	591
10.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	591
10.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	592
10.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	593
11. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	624
11.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	624
11.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	659
11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário	661
11.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5 da Lei 8.666/1993	664
11.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	666

1. APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 foi um ano icônico na história do nosso País, marcado por diversos desafios econômicos e políticos. Nesse cenário adverso, o Senado Federal foi provocado a convergir esforços e inovar, de forma a manter uma atuação mais célere, transparente e eficiente. A Comissão Especial do Impeachment foi instaurada e os trabalhos conduzidos pelos parlamentares e servidores da Casa, mantendo sempre a comunicação e a interação com a sociedade.

No período que antecedeu as sessões principais, foram realizadas diversas reuniões de preparação para detalhar o planejamento de cada etapa relacionada ao processo de admissibilidade do impeachment. Para que a competência do Senado Federal fosse exercida, houve dedicação, por meses, no planejamento da infraestrutura, da segurança, do trânsito, do transporte, do credenciamento, das opções de alimentação, da limpeza, do atendimento emergencial, entre tantos outros pontos essenciais para o bom funcionamento da Casa, e assegurando o bom andamento dos trabalhos legislativos no período.

No cenário econômico, contingenciamentos atingiram todas as instituições brasileiras. No entanto, o Senado Federal se encontrou preparado, visto que vem atuando proativamente desde 2013 e focando em gestão, transparência e economia. Vale destacar que se tornou referência em sua política de contratações na esfera da administração pública, um modelo que visa tornar o processo de gestão de contratos mais profissional, eficiente e transparente.

A iniciativa se provou tão efetiva, que recebemos diversas visitas técnicas de outros órgãos da Administração Pública – como Câmara dos Deputados, TCU, TCDF, GDF, SEBRAE, STF. Também fomos convidados a participar de diversos eventos e painéis sobre Governança e Aquisições, como o seminário da 1ª edição de 2016 dos “Diálogos Públicos” promovido pelo TCU, onde nosso modelo foi apresentado.

O Senado foi representado no TI Controle, comunidade de tecnologia que reúne órgãos especializados da Administração Pública para troca de experiências e ações conjuntas voltadas para o setor. Também estivemos presentes no 2º Fórum Instituto Brasileiro de Governança

Pública (IBGP) de Tecnologia da Informação, com o painel “A TI como propulsora de resultados e os cortes orçamentários – Investimentos em TI, aplicação de soluções inovadoras e PPP em TI”.

Tendo em vista o expressivo aprimoramento na execução das despesas discricionárias, foi possível reduzir custos significativamente, mantendo excelentes níveis de investimento, como é demonstrado posteriormente neste relatório. Foram realizados investimentos na infraestrutura do complexo arquitetônico, na comunicação e interação com a sociedade – como por exemplo a digitalização da TV – e também em sistemas de tecnologia da informação e painéis gerenciais, facilitando o monitoramento da execução orçamentária e a tomada de decisão pelos gestores da Casa. Sempre em busca do aperfeiçoamento de nossos sistemas, foi instalado o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI), com o objetivo de estabelecer diretrizes, metas e indicadores de desempenho para aprovação de projetos; e elaborar o Plano Estratégico de TI do Senado.

No âmbito da estratégia corporativa, foi iniciada a revisão do planejamento estratégico do Senado, conforme está previsto no ATC 5/2015. Foram examinados projetos com base na reavaliação das prioridades estabelecidas de acordo com os delineamentos de cada secretaria. Foram executados *workshops*, tanto com o Comitê Executivo, para direcionar a estratégia, quanto com os diretores da Casa, para discussão do portfólio.

Além dessas ações, junto com a Câmara dos Deputados, demos um importante passo para uma administração mais econômica e consciente. Assinamos um Ato que instituiu um grupo de trabalho, com o objetivo de padronizar procedimentos administrativos e estabelecer formas de compartilhamento de instalações, bens e serviços de áreas comuns às duas Casas.

A excelência nos resultados da gestão logo se fez notar a partir de todas as ações supracitadas, entre outras, e serão melhor explicitadas e detalhadas ao longo deste relatório.

2. VISÃO GERAL

2.1 Finalidade e Competências

O Senado Federal possui funções constitucionais que são compartilhadas com a Câmara dos Deputados, como a legislativa, a fiscalizadora, a investigativa e a de representação política. Outras são de sua exclusiva competência, como as descritas no Art. 52 da Constituição Federal:

- Processar e julgar: Presidente da República, Vice-Presidente, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Membros do Conselho de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União e, nos crimes conexos ao Presidente e Vice, Ministros de Estado, Comandantes das Forças Armadas;
- Escolher: Ministros do Tribunal de Contas indicados pelo Presidente da República, Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil, Procurador-Geral da República, Chefes de Missão Diplomática e outros cargos que a lei determinar;
- Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- Fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Suspender, no todo ou em parte, a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF;
- Aprovar a exoneração, de ofício, do procurador-geral da República antes do término do seu mandato;
- Elaborar seu regimento interno e dispor sobre sua organização e funcionamento;
- Eleger componentes do Conselho da República.

2.2 Organograma

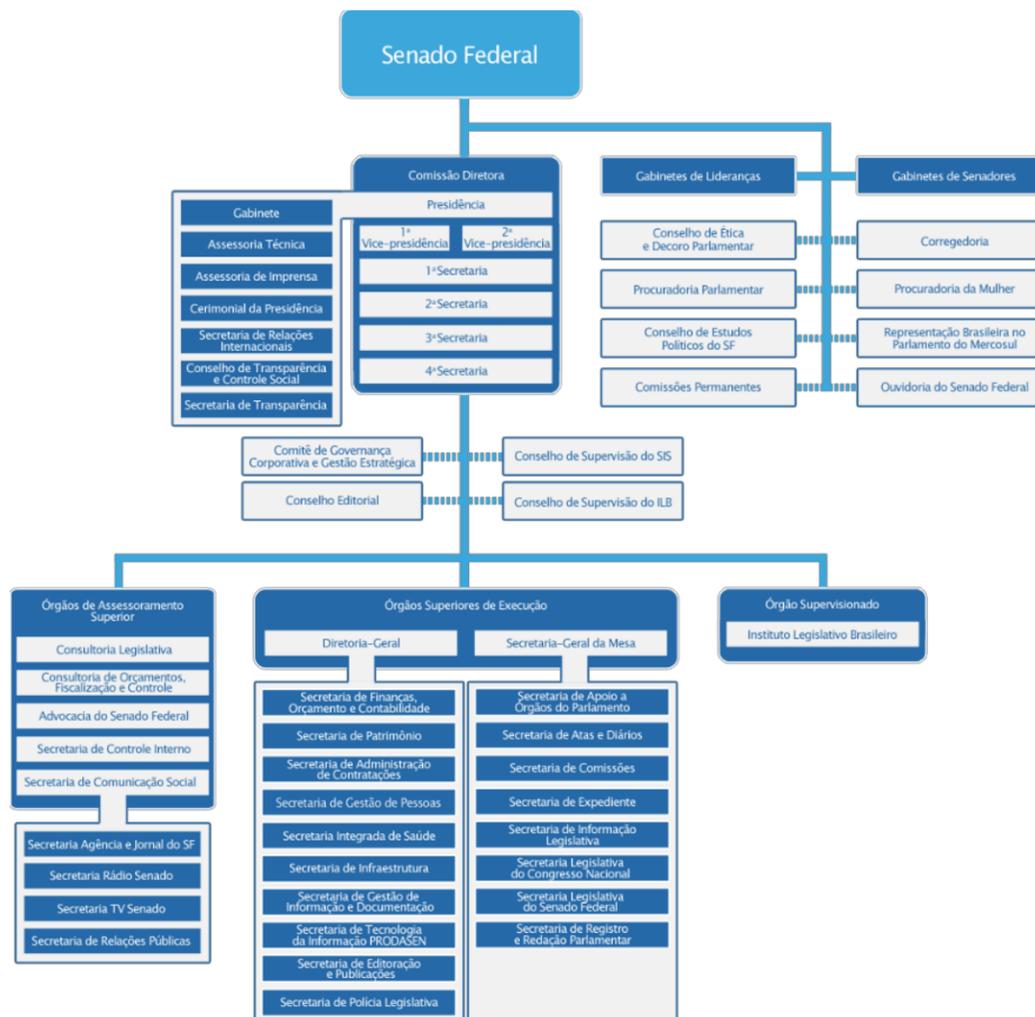


Figura 1 - Organograma do Senado Federal

2.3 Macroprocessos Finalísticos

A identificação e o mapeamento dos macroprocessos organizacionais constituem-se base fundamental para a análise e o diagnóstico da estrutura formal de uma instituição. Sua importância assenta-se no diagnóstico do grau de congruência entre os processos existentes e seu arcabouço de suporte, permitindo um maior alinhamento entre ambos e, conseqüentemente, uma maior efetividade dos objetivos estratégicos pretendidos.

No que tange ao Senado Federal, foram identificados três grandes blocos de processos: Gestão Institucional, Finalístico e de Suporte. Os processos finalísticos são aqueles que impactam diretamente os beneficiários externos: no caso do Senado Federal, a sociedade, os estados federados e os cidadãos. Os processos de suporte são aqueles que sustentam os processos finalísticos, fornecendo apoio de recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos, entre outros. Já os processos de gestão institucional são aqueles necessários para coordenar, controlar e dotar de direcionamento os processos finalísticos e de suporte, além de representar a interface da instituição com elementos de seu ambiente externo.

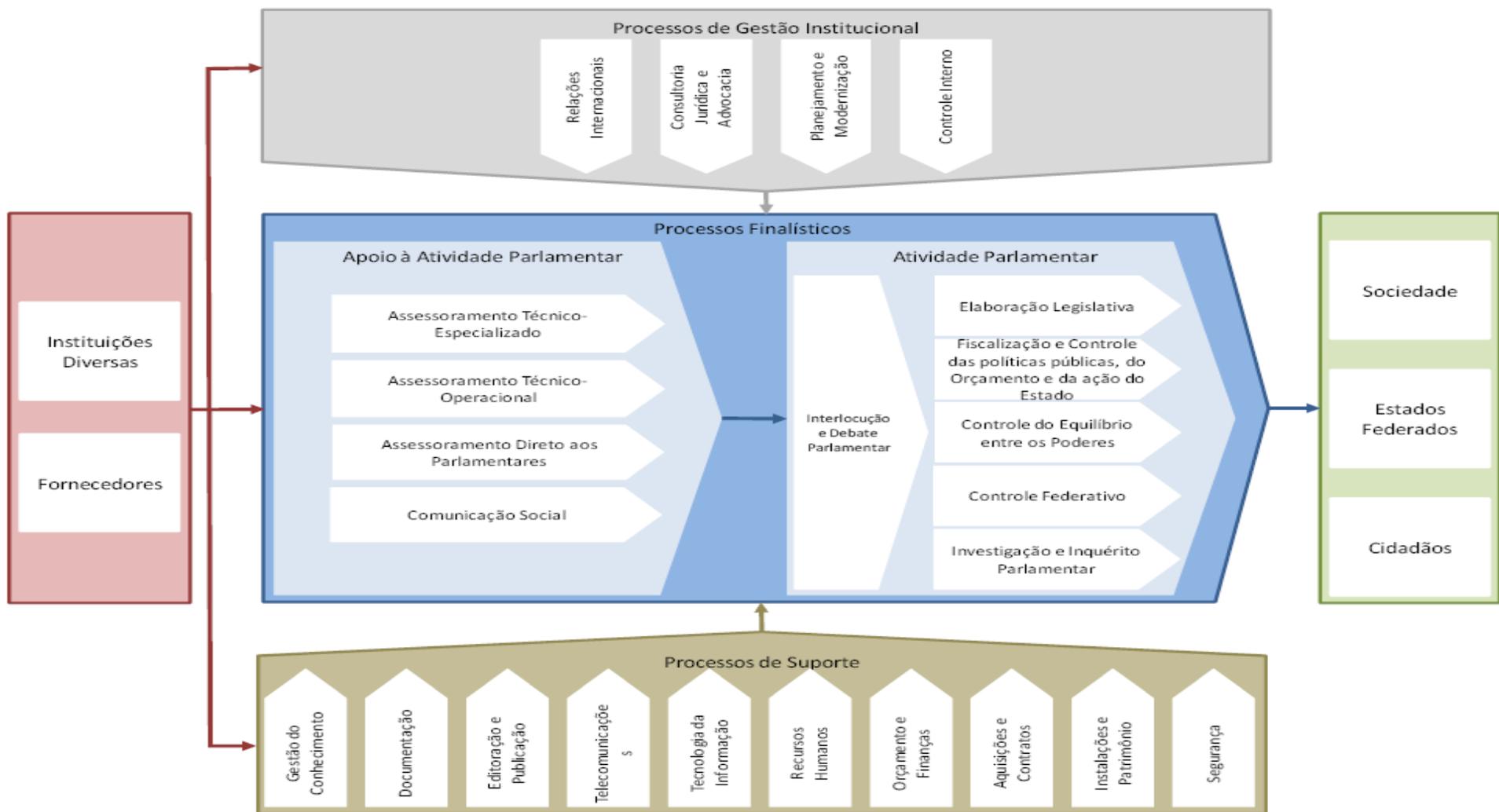


Figura 2 - Macroprocessos Finalísticos do Senado Federal

O bloco “Processos de Gestão Institucional” abrange os seguintes processos:

- a) Relações Internacionais, representado pela Secretaria de Relações Internacionais;
- b) Consultoria Jurídica e Advocacia, representado pela Advocacia do Senado Federal;
- c) Planejamento e Modernização, representado pelo Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica;
- d) Controle Interno, representado pela Secretaria de Controle Interno.

Já o bloco “Processos Finalísticos” subdivide-se em duas áreas: Atividade Parlamentar e Apoio à Atividade Parlamentar, assim consignados:

I. Atividade Parlamentar:

- a) Interlocação e Debate Parlamentar;
- b) Elaboração Legislativa;
- c) Fiscalização e Controle das Políticas Públicas, do Orçamento e da Ação do Estado;
- d) Controle do Equilíbrio entre os Poderes;
- e) Controle Federativo.

II. Apoio à Atividade Parlamentar:

- a) Assessoramento Técnico Especializado, representado pela Consultoria Legislativa (CONLEG) e pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (CONORF);
- b) Assessoramento Técnico Operacional, representado pela Secretaria Geral da Mesa (SGM);
- c) Assessoramento Direto aos Parlamentares, representado pelos Gabinetes dos Senadores e dos Gabinetes das Lideranças;
- d) Comunicação Social, representado pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

Por fim, o bloco “Processos de Suporte” reúne os seguintes processos:

- a) Gestão do Conhecimento;
- b) Documentação, representado pela Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC);
- c) Editoração e Publicação, representado pela Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF);
- d) Telecomunicações, representado pela Secretaria de Comunicação (SECOM);
- e) Tecnologia da Informação, representado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (PRODASEN);
- f) Recursos Humanos, representado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP);
- g) Orçamento e Finanças, representado pela Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN);
- h) Aquisições e Contratos, representado pela Secretaria de Administração de Contratações (SADCON);
- i) Instalações e Patrimônio, representado pela Secretaria de Patrimônio (SPATR);
- j) Segurança, representado pela Secretaria de Polícia Legislativa (SPSF)

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do Exercício

Os objetivos do exercício de 2015 foram definidos pelo ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 5, DE 2015 que revisa e altera os objetivos estratégicos do plano estratégico institucional e as diretrizes para a administração do Senado Federal estabelecidos, respectivamente, nos Atos da Comissão Diretora nº 9, de 2013, e nº 1, de 2014. São eles:

1) Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos: iniciativas que, direta ou indiretamente, tenham como consequência o aumento da eficiência e da racionalidade devem ser valorizadas. O alcance da eficiência será monitorado e avaliado com o auxílio de indicadores de gestão.

2) Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho: os processos de trabalho devem estar definidos, mapeados e normatizados, e devem ser monitorados e avaliados de maneira periódica e contínua. Deve ocorrer o fortalecimento e capacitação da gestão para que seja mais eficiente, econômica e sustentável.

3) Valorizar as pessoas: A valorização das pessoas deve ser um dos pilares da eficiência do Senado Federal. Essa valorização deve ocorrer por meio do desenvolvimento de competências necessárias para que exerçam suas funções, da melhoria do ambiente de trabalho e especialmente do tratamento equânime e da ética e do respeito nas relações.

4) Fortalecer a transparência e a comunicação: devem-se valorizar iniciativas que tornem o processo de comunicação mais célere, com mais qualidade, mais adequado às necessidades dos receptores e mais moderno. Todas as ações devem ser comunicadas com transparência para a sociedade.

5) Readequar a estrutura física: Os espaços e a produção de informações do Senado Federal devem proporcionar eficiência e segurança aos usuários internos e externos, inclusive no que tange a acessibilidade e sustentabilidade.

6) Preservar a memória do Senado: promover a proteção e organização dos documentos e bens materiais e imateriais do Senado, de forma a preservar sua memória e permitir, de acordo com a lei, acesso amplo e fácil ao acervo, que é parte importante da história e da cultura da nossa instituição e do nosso País.

7) Priorizar as atividades-fim do Senado: aperfeiçoar continuamente o processo legislativo e as ações de fiscalização, por meio de recursos tecnológicos, processuais e da avaliação do impacto legislativo, visando fortalecer a representatividade do Parlamento.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Por meio de uma ação conjunta entre a Diretoria-Geral (DGER) e a Secretaria Geral da Mesa (SGM), foi publicado em maio de 2015 o ATO DA COMISSÃO DIRETORA nº 5 de 2015, que revisa e define a **Missão, Visão** e os **Objetivos Estratégicos do Senado Federal**.

Dessa forma, são definidos como:

A) Valores institucionais do Senado Federal:

- **Compromisso com o Parlamento:**

Devemos estar sempre comprometidos com a valorização do Poder Legislativo como fundamento da democracia, proporcionando aos parlamentares um ambiente adequado, caracterizado por qualidade, eficiência, presteza, harmonia, segurança e conforto, para que exerçam as funções que lhes cabem como representantes do povo. Temos também o dever de atender todas as pessoas e entidades que procuram o Senado com eficiência, urbanidade e presteza, tratando a todos com dignidade e respeito.

- **Compromisso com a excelência na prestação de serviços públicos:**

Os responsáveis pela administração, em todos os níveis, devem ser justos, éticos e estar atualizados em relação às melhores tecnologias de gestão pública, de pessoas e processos. Devem ser exigidos padrões rigorosos de qualidade no desempenho do trabalho, baseados em metas e indicadores adequados. O mérito e o esforço devem ser reconhecidos e recompensados. Condutas inadequadas devem ser identificadas, investigadas e combatidas. A todos devem ser proporcionadas formação adequada e capacitação continuada para o bom exercício de suas funções.

- **Compromisso com a qualidade de vida dos colaboradores:**

Todos devem ser tratados com dignidade e considerados em sua individualidade. Devem ter um espaço para trabalhar que seja saudável, agradável, seguro, limpo, acessível, livre de poluição e adaptado às suas necessidades e limitações. O ambiente de trabalho deve ser de harmonia e cooperação, livre de preconceitos e agressões. Todos devem ter remuneração adequada à importância da função que exercem e à excelência exigida no seu desempenho. O cuidado com a saúde deve ser prioridade e deve haver estímulo a atividades físicas e hábitos de vida saudáveis.

- **Compromisso com a igualdade:**

Ninguém será discriminado nem terá seus direitos, responsabilidades ou oportunidades limitados em função de gênero, raça, etnia, orientação sexual, credo, origem ou condição social. Deve haver prevenção e proteção contra assédio sexual ou moral, e os casos identificados deverão ser apurados e punidos.

- **Compromisso com a livre disseminação de ideias:**

Todos devem sentir-se livres e estimulados a apresentar suas opiniões e ideias a seus pares, superiores ou subordinados, e vê-las discutidas e consideradas no processo de tomada de decisão, de forma a criar um ambiente de permanente efervescência intelectual que contribua para que novas práticas venham a aprimorar a qualidade dos serviços que prestamos à sociedade.

- **Compromisso com a transparência:**

As informações prestadas pelo Senado Federal aos órgãos de controle, meios de comunicação, Senadores, servidores, colaboradores ou aos membros da sociedade em geral, devem ter por características: correção, precisão, clareza e celeridade. O planejamento estratégico e os propósitos da administração devem ser de amplo conhecimento, de forma a serem considerados em todos os níveis de gestão e governança.

- **Compromisso com responsabilidade na utilização de recursos públicos:**

Devemos constantemente buscar soluções inteligentes, que impliquem o menor custo possível para a consecução dos objetivos de qualidade e eficiência que perseguimos. O compartilhamento de experiências e a cooperação com outros entes e órgãos públicos, especialmente do Poder Legislativo, devem ser valorizados.

- **Compromisso com a sustentabilidade:**

Devemos utilizar os recursos naturais com responsabilidade e parcimônia, considerando sempre o impacto ambiental das decisões e ações que tomamos. Devemos promover, praticar e estimular o uso racional de água, energia, papel e outros recursos, bem como a redução da produção de resíduos e a reciclagem de materiais, além de buscar opções que impliquem maior eficiência ambiental na utilização de produtos ou serviços necessários ao exercício de nossa função.

- **Compromisso com a acessibilidade:**

Todo o complexo arquitetônico e toda a comunicação devem ser planejados de forma que servidores e cidadãos com limitações possam ter acesso, com dignidade e autonomia, aos espaços, serviços e informações produzidos pelo Senado Federal.

- **Compromisso com a memória do Senado:**

Devemos promover a proteção e a organização dos documentos e bens do Senado, de forma a preservar sua memória e permitir, de acordo com a lei, acesso amplo e fácil ao acervo, que é parte importante da história e da cultura da nossa instituição e do nosso País.

- **Compromisso com a comunidade:**

Devemos apoiar e participar de ações de educação, mobilidade, esporte, cultura, conscientização, solidariedade e civismo, que contribuam para a qualidade de vida nas cidades em que atuamos e em nosso País. Devemos utilizar os serviços públicos postos a nossa disposição de forma a conservar os espaços e preservar o patrimônio sobre o qual exercemos qualquer tipo de influência.

B) Missão do Senado Federal

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

C) Visão do Senado Federal

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão públicas.

D) Objetivos estratégicos do Senado Federal

1) **Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos:** Iniciativas que, direta ou indiretamente, tenham como consequência o aumento da eficiência e da racionalidade devem ser valorizadas. O alcance da eficiência será monitorado e avaliado com o auxílio de indicadores de gestão.

2) **Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho:** Os processos de trabalho devem estar definidos, mapeados e normatizados, bem como monitorados e avaliados de maneira periódica e contínua. Deve ocorrer o fortalecimento e capacitação da gestão para que seja mais eficiente, econômica e sustentável.

3) **Valorizar as pessoas:** A valorização das pessoas deve ser um dos pilares da eficiência do Senado Federal. Essa valorização deve ocorrer por meio do desenvolvimento de competências necessárias para que exerçam suas funções, da melhoria do ambiente de trabalho e especialmente do tratamento equânime e da ética e do respeito nas relações.

4) **Fortalecer a transparência e a comunicação:** Deve-se valorizar iniciativas que tornem o processo de comunicação mais célere, com mais qualidade, mais adequado às necessidades dos receptores e mais moderno. Todas as ações devem ser comunicadas com transparência para a sociedade.

5) **Readequar a estrutura física:** Os espaços e a produção de informações do Senado Federal devem proporcionar eficiência e segurança aos usuários internos e externos, inclusive no que tange a acessibilidade e sustentabilidade.

6) **Preservar a memória do Senado:** Promover a proteção e organização dos documentos e bens materiais e imateriais do Senado, de forma a preservar sua memória e permitir, de acordo com a lei, acesso amplo e fácil ao acervo, que é parte importante da história e da cultura da nossa instituição e do nosso País.

7) **Priorizar as atividades fim do Senado:** Aperfeiçoar continuamente o processo legislativo e as ações de fiscalização, por meio de recursos tecnológicos, processuais e da avaliação do impacto legislativo, visando fortalecer a representatividade do Parlamento.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

De forma a alinhar os objetivos e projetos de todas as áreas do Senado Federal aos objetivos estratégicos definidos pela Comissão Diretora, foi realizado em maio de 2015 um evento de planejamento estratégico envolvendo a Chefia de Gabinete da Presidência do Senado Federal, a Diretoria-Geral e a Secretaria Geral da Mesa, além dos diretores de todas as Secretarias, onde foram identificados os projetos estratégicos do Senado Federal e seus respectivos gerentes. Em novembro do mesmo ano, iniciou-se o monitoramento dos marcos dos

projetos, de forma a assegurar as entregas de benefícios nos prazos estipulados. O monitoramento se estendeu ao longo de 2016, implementando a articulação entre as áreas fornecedoras e as demandantes, priorizando recursos no Plano de Contratações e mantendo o alinhamento estratégico das entregas.

Segue na tabela abaixo a relação de Projetos definidos como estratégicos e os objetivos a que se vinculam:

Objetivo Estratégico	Projeto
Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos	Cooperação com CD e TCU para compras compartilhadas
	Implantação de Sistema de custos (Real)
	Realizar Estudos sobre Registro de Preços Permanente

Objetivo Estratégico	Projeto
Fortalecer a transparência e a comunicação	Aprimoramento do Programa de Visitação
	Atualização Tecnológica do CEDOC Multimídia
	Atualização Tecnológica do Sistema de Comunicação e Expansão da TV e Rádio para os Estados
	Gestão e Desenvolvimento da Internet do SF e CN e Intranet Parametrizados pelos Indicadores de Transparência
	Impulsionar a Interação com a Sociedade pelo Uso das Mídias Sociais

	Memória Virtual em Meio Digital - Eventos Históricos e Atividades Legislativa
	Modelo Unificado de Interação com a Sociedade
	Política de Segurança da Informação

Objetivo Estratégico	Projeto
Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho	Ampliar a Implantação de Sistema de Gestão por Processos
	Elaboração e implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal
	Implantação da Gestão Corporativa de Riscos Organizacionais
	Implementar e Aprimorar o Ato nº 19/2014 (Controle Patrimonial)
	LexEdit Web Requerimentos
Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho	Política de Governança de TI
	Programa de Sistematização das Contratações no Senado Federal
	Projeto Voluntariado Ecolega
	PSC Projeto 1 - Revisão da Normatização das Contratações
	PSC Projeto 2 - Evolução do GESCON

PSC Projeto 3 - Projeto de informatização/automação do processo de contratação/compras do SF
PSC Projeto 4 - Sistema de Execução Orçamentária
PSC Projeto 5 - Estabelecimento de Indicadores de Contratações
PSC Projeto 9 - Aprimorar o Processo de Planejamento e Acompanhamento das Contratações e do Orçamento
Revisão e Consolidação das Normas do Senado Federal

Objetivo Estratégico	Projeto
Preservar a memória do Senado	Classificação, Indexação e Digitalização do Acervo Arquivístico e Bibliográfico
	COEMANT - Recuperação da impermeabilização predial do complexo
	COEOBRAS - Construção do Galpão para Almoxarifado da SPATR no SGON
	Melhoria das Instalações Físicas dos Servidores do Senado, conforme prioridades estabelecidas pela DGER
	Projeto para Construção do Galpão para Acervo do Arquivo Permanente da SGIDOC na SAAN

Objetivo Estratégico	Projeto
Priorizar as atividades-fim do Senado	Acervo Histórico de Anais
	Central Legislativa e Parlamentar
	Escriba Plenário
	GeGab - Novo Sistema de Gestão de Gabinetes Senatoriais
	Legis 2: Saneamento e Registro de Matérias Legislativas
	Legis Etapa 1 - Movimentação de Processos Legislativos (Protocolo)
	Modelagem Conceitual: Ontologia Base do Processo Legislativo
	Modernização dos Plenários das comissões
	Modernizar o sistema de elaboração orçamentária (LexOr)
	Programa de Modernização dos Sistemas Legislativos e Parlamentares
	Publicação de Avulso Eletrônico
	Sistema de Controle da Votação Eletrônica
	Visão: A TI e o Processo Legislativo do Futuro

Objetivo Estratégico	Projeto
Readequar a estrutura física	Adequação do Sistema de Fornecimento de Energia Elétrica de Emergência
	Apresentar o Projeto de Biblioteca do Congresso Nacional
	Projeto de Acessibilidade e Conformidade com Normas de Combate e Prevenção a Incêndios

Objetivo Estratégico	Projeto
Valorizar as pessoas	Capacitação de Servidores do Senado com Ênfase em TI, Gestão, Marcos Jurídicos-Processuais e Avaliação de Políticas Públicas
	Desenvolvimento de equipes – SERERP
	Elaboração da Política de Gestão por Competências
	Implementar os exames periódicos no Senado Federal
	Programa de Desenvolvimento de Equipes - versão 2015
	Reforma do Espaço Físico da SGIDOC

Quadro 1 - Projetos Estratégicos do Senado Federal

Estes projetos, por serem estratégicos, são monitorados quinzenalmente pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica, o que possibilita que eventuais riscos e problemas possam ser escalonados à Diretoria-Geral e Comitê Estratégico do Senado Federal.

Uma vez identificado o conjunto de projetos estratégicos pelo Comitê Estratégico do Senado Federal (formado pelo Chefe de Gabinete da Presidência do Senado Federal, Diretoria-Geral e Secretaria Geral da Mesa) e Diretores de Secretarias e iniciada a execução destes projetos pelas diferentes equipes de projeto, foi iniciado em outubro o monitoramento dos projetos pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica – EGOV. O monitoramento é feito por meio de reuniões quinzenais com os gerentes dos projetos. As reuniões têm por objetivo, além de tornar mais transparente a execução destes projetos a todos os interessados, realizar o gerenciamento dos riscos associados, de forma a evitar que estes se transformem em problemas de fato, trazendo prejuízos aos projetos e à instituição. Uma vez realizadas as reuniões de monitoramento, a situação atual de todos os projetos estratégicos do Senado Federal é apresentada à Diretoria-Geral Adjunta de Gestão, a qual, juntamente com a Chefia de Gabinete da Presidência do Senado Federal, Diretoria-Geral, Secretaria Geral da Mesa e Diretores de Secretarias, podem realizar as ações de controle necessárias, por meio de ações corretivas em relação ao planejamento e à execução dos projetos e até, eventualmente, realizando ajustes na própria estratégia corporativa.

Em junho de 2016, iniciou-se uma rodada de revisão do portfólio de projetos das Secretarias do Senado Federal, junto à Diretoria-Geral Adjunta de Gestão e a Diretoria-Geral Adjunta de Contratações. Novos projetos foram propostos e analisados diante à capacidade de execução e restrições orçamentária. Estes projetos são considerados “candidatos a estratégicos”, e terão decisão final na próxima rodada de planejamento em 2017. No entanto, em outubro de 2016 foram definidas, em reunião estratégica entre a Diretoria-Geral e a Secretaria-Geral da Mesa, quais diretrizes seriam perseguidas pela Casa até o fim da gestão da Mesa Diretora, em fevereiro de 2017. Desta forma, os projetos considerados primordiais à execução dessas diretrizes foram priorizados, garantindo os recursos e esforços necessários para a capacidade máxima de execução.

Segue abaixo a lista dos projetos candidatos a estratégicos e separados por Objetivos da Casa.

Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos

Órgão	Projeto
ILB	COESUP - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Análise de Constitucionalidade
ILB	COESUP - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Avaliação de Políticas Públicas.
ILB	COESUP - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Informação Legislativa
ILB	COESUP - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Integrada de Projetos
ILB	COESUP - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Tecnologia da Informação Aplicada ao Legislativo
ILB	COFAC - Encontros Regionais "Nova Legislatura"
ILB	COPLAF - Desenvolvimento de Oficinas de Produção de Conteúdo
ILB	COPLAF - Revisão do PML
ILB	COTREN - SETREINA - ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
ILB	COTREN - SETREINA - CURSO PARA CRIAÇÃO DE ÍNDICES
ILB	COTREN - SETREINA - DEFESA PESSOAL PARA MULHERES

ILB	COTREN - SETREINA - GESTÃO DOCUMENTAL
ILB	COTREN - SETREINA - INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS
ILB	COTREN - SETREINA - LIBRAS (básico e avançado)
ILB	COTREN - SETREINA - PROCESSO LEGISLATIVO E REGIMENTO INTERNO
ILB	COTREN - SETREINA - REDAÇÃO OFICIAL
ILB	COTREN - SETREINA - SECRETARIADO EXECUTIVO
ILB	COTREN - SETREINA - TÉCNICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM
ILB	PROGRAMA - COTREN - Programa de Capacitação do Legislativo e cidadãos
SCISF	Implantação de solução informatizada de suporte às atividades de auditoria
SINFRA	Aquisição e Implementação de Software de Gestão da Manutenção (CMMS)

Fortalecer a transparência e a comunicação

Órgão	Projeto
CONORF	Participar da definição e disponibilização de novas ferramentas que facilitem o acesso a informações no sistema SIGA Brasil em diversos níveis, reduzindo a necessidade de intermediação da CONORF
CONORF	SIGA Brasil 2016/2017

SCISF	Ciclo de palestras para apresentar aos órgãos da Casa a identidade estratégica e orientações da SCISF
SEGP	Melhoria do acesso à Rede Senado - Intranet
SEGP	Migração das funcionalidades existentes no Ergon on-line para a Central de Serviços
SEGP	Remodelação do Módulo Gestor RH
STRANS	Ampliação do alcance do monitoramento da participação da sociedade nas atividades legislativas por meio das pesquisas de opinião
STRANS	Aprimoramento técnico das metodologias de pesquisa de opinião e participação popular nos temas debatidos no Senado Federal
STRANS	Difundir a metodologia do Índice de Transparência do Poder Legislativo, por meio de parcerias
STRANS	Implantação do Observatório da Mulher contra a Violência
STRANS	Inscrever o Senado em prêmios de transparência nacionais e internacionais
STRANS	Realizar palestra para difundir a cultura de transparência no Senado Federal e no Brasil

Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho

Órgão	Projeto
ADVOSF	Melhorar o layout da Advosf
CONLEG	LexEdit Web Proposições
EGOV	Implantação dos painéis gerenciais administrativos
PRDSTI	Automação do Planejamento Orçamentário (Novo PLANOR)
PRDSTI	PASF/TEMA 02 - Projeto de adequação dos portais do SF ao padrão de Acessibilidade - eMAG
SEGP	Adaptação do GEGAB para a área administrativa do SF
SEGP	Automação da Gestão de Cargos Comissionados (GCC)

OE - Recredenciar junto ao MEC

Órgão	Projeto
ILB	COADFI - Adequação dos espaços físicos aos critérios de credenciamento do MEC
ILB	COTIN - DESENV - Pesquisa desenvolvimento com a UNB

ILB

PROGRAMA - COESUP - Recredenciamento junto ao MEC

Preservar a memória do Senado

Órgão	Projeto
SGIDOC	Digitalização do Acervo Bibliográfico de Obras Raras e do Acervo Arquivístico Histórico

Priorizar as atividades fim do Senado

Órgão	Projeto
ILB	COESUP - Desenvolvimento do Núcleo de Pesquisa
ILB	COESUP - Grupo de Estudos Acadêmicos
ILB	COESUP - Implantação de Cursos de Extensão
ILB	COFAC - Apoio às Comissões do Senado Federal na realização de reuniões e audiências públicas

Readequar a estrutura física

Órgão	Projeto
SINFRA	Contratação de ARP para Obras e Reformas em 2017
SINFRA	Contratação de Empresa para Elaboração de Anteprojetos, Projetos Legais e Projetos Executivos
SINFRA	Manutenção de revestimentos de mármore nas fachadas do Edifício Principal e Anexo I do Senado Federal
SINFRA	Modernização do sistema de nobreaks e implementação de energia elétrica redundante para a sala-cofre
SINFRA	Projeto de Acessibilidade e Conformidade com Normas de Combate e Prevenção a Incêndios
SINFRA	Recuperação estrutural do Subsolo do Anexo I
SINFRA	Substituição da subestação dos blocos de apoio
SINFRA	Substituição total dos elevadores do Anexo I e parcial do Anexo II
SPSF	Modernização do sistema de acesso de veículos e pessoas

Valorizar as pessoas

Órgão	Projeto
SCISF	Elaboração de plano de capacitação específico para o órgão de controle interno
SEGP	Programa de Formação Gerencial
SEGP	Saúde Baseada em Evidências
SGIDOC	Reforma do Espaço Físico da SGIDOC
SPSF	Construção do Centro de Treinamento da Polícia do Senado

Quadro 2 - Projetos candidatos a estratégicos no Senado Federal

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Visando permitir o monitoramento da execução no âmbito do Senado Federal, garantindo uma visão integrada de custos e resultados, foi implantado o “Ciclo de Gestão da Estratégia Corporativa”.

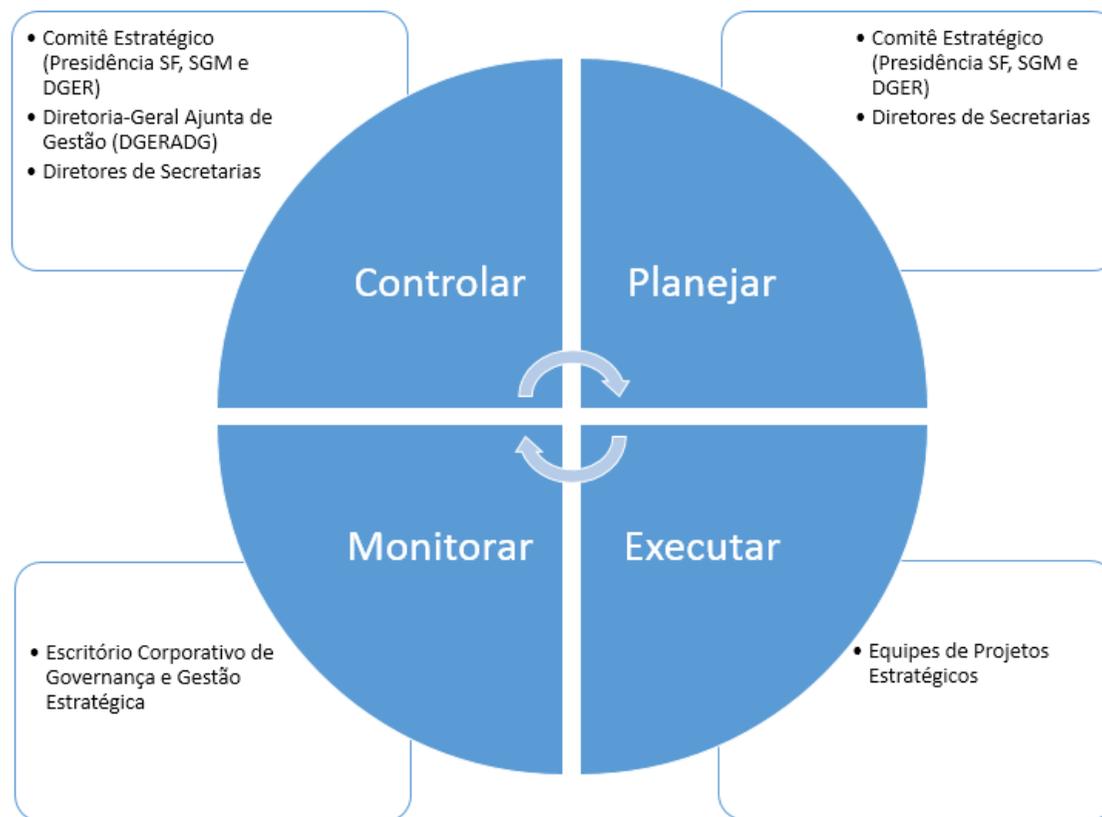


Figura 3 - Ciclo de Gestão da Estratégia Corporativa

Neste ciclo, são estabelecidos os papéis e as responsabilidades relacionadas à Gestão Estratégica. A integração da visão de custos à de resultados é propiciada por meio da rastreabilidade de informações geradas nos diferentes níveis da organização, desde os objetivos estratégicos institucionais, passando pelos objetivos táticos e setoriais desdobrados, portfólios de projetos, respectivas contratações planejadas nos diferentes exercícios financeiros e, por último, os lançamentos realizados no “SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira”.

Assim, toda informação de custo relativa às contratações pode ser rastreada, facilitando o processo decisório inerente às atividades de monitoramento da execução e dos resultados dos planos. As figuras abaixo, extraídas do software utilizado institucionalmente para a gestão da estratégia e portfólio de projetos, apresentam exemplos da rastreabilidade anteriormente citada, as quais são identificadas e mantidas por meio do monitoramento:

The screenshot shows a software interface with a title bar 'Elaboração'. Below the title bar are four tabs: 'Objetivos', 'Projetos', 'Metas', and 'Contratações'. The 'Objetivos' tab is active. Below the tabs is a text input field labeled 'Descrição do Objetivo :'. Below this is a table with two columns: 'Tipo' and 'Descrição do Objetivo'. The table contains four rows of tactical objectives. Below the table are two more tabs: 'Projetos' and 'Vinculo aos Objetivos'. The 'Vinculo aos Objetivos' tab is active. Below this tab is another table with two columns: 'Objetivo' and 'Descrição do Objetivo'. This table contains one row with the ID '1' and the description 'SF - Priorizar as atividades fim do Senado'.

Tipo	Descrição do Objetivo	
1	Objetivo Tático	Readequar a estrutura física da Secretaria-Geral da Mesa segundo critérios de ergonomia e acessibilidade
2	Objetivo Tático	Eliminar progressivamente o uso de papel no processo legislativo.
3	Objetivo Tático	Aperfeiçoar as atividades de apoio ao processo legislativo
4	Objetivo Tático	Aprimorar a comunicação e a transparência para o público externo e interno

Objetivo	Descrição do Objetivo
1	SF - Priorizar as atividades fim do Senado

Figura 4 - Desdobramento dos objetivos estratégicos em objetivos táticos ou operacionais

Risco	Nome do Projeto	Categoria	Situação	Possui Aquisições?	Priorizaç...	Data
1	Modernização dos Plenários das comissões	Projeto Estratégico - Senado Federal	Em execução			11/02

Risco	Nome	Data prevista	Situação	Data realizada	Possui Aquisições?
1	Início	01/10/2014	Concluído	01/10/2014	
2	HDs externos para a COCETI disponibilizados	11/12/2015	Em execução		
3	Materiais para compor a sala de tratamento de documentos sigilosos da COCETI disponibi...	12/12/2015	Em execução		
4	Sistema de videoconferência do Interlegis nos plenários das comissões implementado	19/12/2015	Cancelado		
5	Reforma nas CPI's concluída	01/08/2016	Não iniciado		
6	Encerramento	01/12/2016	Não iniciado		
7	Equipamentos para modernização dos Plenários de Comissões disponibilizados e instalados	01/12/2016	Em execução		
8	Aquisição de aparelho de tradução simultânea para o Plenário 2	01/12/2016	Em execução		

Figura 5 - Progresso dos projetos: situação dos marcos planejados

Risco	Nome do Projeto	Categoria	Situação	Possui Aquisições?	Priorizaç...	Data de Seleção
1	Modernização dos Plenários das comissões	Projeto Estratégico - Senado Federal	Em execução			11/02/2016 09:41:48

Contratação	Nome	Valor Estimado	Ano exercício
1	2015000289 [COEORBRAS] Obra de modernização do Sistema de Votação Eletrônica do Plenário e das Comissões	314.043,37	2015
2	2015000291 [COEORBRAS] Troca de carpete do Plenário e Salão Azul	549.669,61	2015
3	2015000400 Serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva no sistema de votação eletrônica do Senado.	750.000,00	2015
4	2015000463 Modernização das Comissões - Fase 2	0,00	2015
5	2015000833 Aquisição de leitores biométricos e Computadores do tipo ALL-IN-ONE	0,00	2015
6	2016000232 Obra de modernização do Sistema de Votação Eletrônica do Plenário e das Comissões (SVE)	150.000,00	2016
7	2016000625 Computadores e leitores biométricos para Sistema de Votação Eletrônica nos Plenários das Comissões	207.316,00	2016

Figura 6 - Relacionamento entre os projetos e as contratações

Ano de exercício						
1	2014					
2	2015					
Contratações do Senado Federal						
UGR: <input type="text"/>						
Contratação	Nome	Valor Estimado	Prioridade d...	UGR	Continuada?	
206	2015000286 [COEORBRAS] Obra de manutenção do revestimento em már...	381.797,93	71	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	NÃO	
207	2015000287 [CODARQ] Locação de Plotter	21.208,11	72	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	SIM	
208	2015000289 [COEORBRAS] Obra de modernização do Sistema de Votaçã...	314.043,37	34	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	NÃO	
209	2015000291 [COEORBRAS] Troca de carpete do Plenário e Salão Azul	549.669,61	41	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	SIM	

Processos					
Processo SIGAD	Data de autuação	Data de movimentação	Texto ementa	Localização	
1 00200.014109/2014	27/11/2014 17:02:29	25/02/2016 15:29:57	TERMO DE REFERÊNCIA PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL REFERENTES A ITEM FRACASSADO DO PREGÃO 1...	SEINPE	
2 00200.010685/2014	15/09/2014 16:27:40	10/04/2015 21:36:19	SOLICITA ESTUDO TÉCNICO À SINFRA, PARA VERIFICAÇÃO DE VIABILIDADE NA AMPLIAÇÃO DA ELETROCALHA DO PLENÁRIO	COEMANT	
3 00200.012423/2014	24/10/2014 09:51:39	19/06/2015 17:59:57	MODERNIZAÇÃO DOS PLENÁRIOS DE COMISSÕES -TERMO DE REFERÊNCIA PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA CONSTRUÇÃO CIVI...	NGCIC	
4 00200.001004/2015	21/01/2015 15:58:37	02/10/2015 16:21:52	MEMO.0037/2015-SEPCO/COPLAC/SADCON - PARA PAGAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO CT20140102_FIR...	NGCIC	

Figura 7 - Relacionamento entre as contratações e os processos licitatórios

Ano de exercício						
1	2014					
2	2015					
Contratações do Senado Federal						
UGR: <input type="text"/>						
Contratação	Nome	Valor Estimado	Prioridade d...	UGR	Continuada?	
206	2015000286 [COEORBRAS] Obra de manutenção do revestimento em már...	381.797,93	71	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	NÃO	
207	2015000287 [CODARQ] Locação de Plotter	21.208,11	72	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	SIM	
208	2015000289 [COEORBRAS] Obra de modernização do Sistema de Votaçã...	314.043,37	34	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	NÃO	
209	2015000291 [COEORBRAS] Troca de carpete do Plenário e Salão Azul	549.669,61	41	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	SIM	

Empenhos					
Número do documento	Código Favorecido	Favorecido	Valor empenhado	Valor liquidado	Saldo a liquidar
1 020001.000012015NE001742	14.345.481/0001-81	RENOVA - COMERCIO EXTERIOR CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTD	549.669,61	471.205,66	78.463,95

Figura 8 - Relacionamento entre as contratações e os lançamentos no SIAFI

Um papel definido pelo Ciclo de Gestão Estratégica Corporativa, o qual atua tanto na definição da estratégia como no seu respectivo controle, compete ao Comitê Estratégico do Senado Federal, formado pela Chefia de Gabinete da Presidência do Senado Federal, pela Diretoria-Geral e pela Secretaria Geral da Mesa. É ele, juntamente com os diretores de Secretarias, que define e controla os projetos estratégicos, os quais são monitorados pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica. O monitoramento dos projetos

estratégicos é feito por meio de reuniões quinzenais com os respectivos gerentes dos projetos. As reuniões têm por objetivo, além de tornar mais transparente a execução destes projetos a todos os interessados, realizar o gerenciamento dos riscos associados, de forma a evitar que estes se transformem em problemas de fato, trazendo prejuízos aos projetos e à instituição. Uma vez realizadas as reuniões de monitoramento, a situação atual de todos os projetos estratégicos do Senado Federal é apresentada à Diretoria-Geral Adjunta de Gestão, a qual, juntamente com Comitê Estratégico do Senado Federal e Diretores de Secretarias, pode realizar as ações de controle necessárias, por meio de ações corretivas em relação ao planejamento e à execução dos projetos e suas respectivas contratações e até, eventualmente, realizando ajustes na própria estratégia corporativa.

Para os demais projetos da instituição, aqueles que não são considerados estratégicos, a atividade de monitoramento é realizada de forma descentralizada pelos Escritórios Setoriais de Gestão das respectivas Secretarias responsáveis pela execução destes projetos.

3.3 Desempenho orçamentário

O crédito orçamentário inicial do Senado Federal de 2016, consignado na respectiva Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei n.º 13.255, de 14 de janeiro de 2016), foi de R\$ 3.893.751.426,00 (três bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e seis reais), que corresponde a cerca de 0,13% dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, cujo montante inicial foi de R\$ 2.953.546.387.308,00 (dois trilhões, novecentos e cinquenta e três bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões, trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e oito reais). A dotação final do Órgão foi de R\$ 3.945.235.049,00 (três bilhões, novecentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil e quarenta e nove reais), segregada em quatro programas:

Programas	Tipo de Programa	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (R\$)	Percentual sobre o total da Dotação Final
0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	1.671.028.589	1.680.119.347	42,59%
0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	2.204.380.442	2.246.541.273	56,94%
0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	Operações Especiais	836.325	1.068.359	0,03%
0999 – Reserva de Contingência	Operações Especiais	17.506.070	17.506.070	0,44%
Total		3.893.751.426	3.945.235.049	100,00%

Tabela 1 - Programas e dotações orçamentárias

Nenhum desses programas é do tipo temático, consoante a classificação da Lei n.º 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019), e portanto, por não estarem associados na Lei do PPA a indicadores, objetivos e metas, não é necessária a análise individual das ações a eles vinculadas.

Para atender determinação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão consignada nos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, houve contingenciamento no Programa *0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal* durante o exercício de 2016.

No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2016, foi estabelecido um contingenciamento no valor de R\$ 95.664,00 e, em seguida, foi publicada a Lei nº 13.291/2016, que alterou a meta de resultado primário para o referido exercício. Sendo assim, foi editado o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias Extemporâneo, em maio de 2016, que ampliou os limites em R\$ 134.938,00, restabelecendo o montante anteriormente contingenciado. Nesse contexto, o valor contingenciado no 3º bimestre (R\$ 325.181,00) é resultado da soma das limitações de empenho promovidas pelos Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre (R\$ 95.664,00) e do 3º Bimestre de 2016 (R\$ 364.455,00), deduzida a ampliação de limite de empenho divulgada por meio do

Relatório de Avaliação Extemporâneo. O contingenciamento foi promovido pelo Ato da Diretoria-Geral n.º 15, de 28 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 29/07/2016, seção I, pág. 161.

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2016 promoveu o restabelecimento dos limites de empenho e de movimentação financeira no valor de R\$ 20.557,00, efetuado pelo Ato da Diretoria-Geral n.º 18, de 28 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 30/09/2016, seção I, pág. 194. Por conseguinte, permaneceu bloqueado ao final do exercício o montante de R\$ 304.624,00, integralmente no Grupo de Natureza de Despesa (GND) 3 – *Outras Despesas Correntes* da ação 4061 – *Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política*.

Unidade Orçamentária: SENADO FEDERAL		Código UO: 02.101		UGO: 020001	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL		3.300.154.615,00		532.785.594,00	
CRÉDITOS	Suplementares		57.083.623,00		34.164.043,00
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados		(13.572.703,00)		(14.228.749,00)
Outras Operações					
Dotação final 2016 (A)		3.343.665.535,00		552.720.888,00	
Dotação final 2015 (B)		3.282.801.501,00		88.004,00	550.558.768,00
Variação (A/B-1)*100		1,85%		-100%	0,39%
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		43.305.147,00		17.506.070,00	
CRÉDITOS	Suplementares		1.901.221,00		
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados		(13.863.812,00)		
Outras Operações					
Dotação final 2016 (A)		31.342.556,00		17.506.070,00	
Dotação final 2015 (B)		82.802.578,00		407.847,00	

Varição (A/B-1)*100	-62,15%		-100%	-
----------------------------	---------	--	-------	---

Tabela 2 - Dotação Orçamentária

Os valores disponibilizados ao Senado Federal no orçamento de 2016 foram suficientes às necessidades do Órgão para cumprimento de sua programação de trabalho. Ainda assim, foram realizadas as seguintes alterações orçamentárias para fins de adequação da execução ao longo do exercício:

1. Ato do Presidente do Senado Federal nº 2, de 22 de fevereiro de 2016 (Diário Oficial da União de 24/02/2016, seção I, p. 168): abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 15.751.577,00 (quinze milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e sete reais), sendo:

- R\$ 6.079.983,00 destinados a adequar as dotações de auxílio-alimentação (ação “2012 – Auxílio-Alimentação a Servidores Civis”) por meio de anulação de recursos orçamentários de pessoal alocados na ação “0181 – Aposentadorias e Pensões”. Esse reforço objetivou atender à expectativa de gasto com o benefício até o final de 2016, uma vez que houve aumento da despesa em virtude da elevação do número de beneficiários e do reajuste do valor *per capita* do benefício em 10,67%, correspondente à variação do IPCA em 2015, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2016. Esse reajuste foi efetuado pelo Ato da Diretoria-Geral nº 5, de 2016;
- R\$ 4.284.467,00 destinados a adequar as dotações da ação “2549 – Comunicação e Divulgação Institucional”, por meio de anulação de recursos orçamentários de investimento alocados na ação “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, a fim de repor, ainda que parcialmente, os cortes realizados naquela programação quando da tramitação do PLOA/2016 no Congresso Nacional. Esse reforço faz-se necessário para acrescer os créditos orçamentários de custeio (GND 3) necessários ao atendimento das despesas de funcionamento dos veículos de comunicação da Casa;

- R\$ 1.685.086,00 destinados ao remanejamento de recursos orçamentários de investimento para custeio da ação “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, a fim de repor, ainda que parcialmente, os cortes realizados nesta programação quando da tramitação do PLOA/2016 no Congresso Nacional;
- R\$ 1.627.454,00 destinados ao remanejamento de recursos orçamentários de investimento para custeio da ação “2549 – Comunicação e Divulgação Institucional”, a fim de repor, ainda que parcialmente, os cortes realizados nesta programação quando da tramitação do PLOA/2016 no Congresso Nacional;
- R\$ 1.323.135,00 destinados a adequar as dotações da assistência pré-escolar (ação “2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis”) por meio de anulação de recursos orçamentários de pessoal alocados na ação “20TP - Pessoal Ativo da União”. Esse reforço objetivou atender à expectativa de gasto com o benefício até o final de 2016, uma vez que houve aumento da despesa em virtude da elevação do número de beneficiários e do reajuste do valor *per capita* do benefício em 10,67%, correspondente à variação do IPCA em 2015, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2016. Esse reajuste foi efetuado pelo Ato da Diretoria-Geral nº 6, de 2016;
- R\$ 270.000,00 destinados ao remanejamento de recursos orçamentários de investimento para custeio da ação “2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis” para adequar às necessidades de execução no âmbito da ação;
- R\$ 249.418,00 destinados a adequar as dotações de auxílio-transporte (ação “2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis”) por meio de anulação de recursos orçamentários alocados na ação “00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade”. Esse reforço na programação de auxílio transporte, tendo em vista o aumento da despesa em virtude da elevação do número de beneficiários e do reajuste do valor *per capita* das tarifas de transporte

público pelo Governo do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 36.762, de 18/09/2015, publicado no DODF nº 24, de 18/09/2015, edição extra, pág. 3, majoração esta promovida posteriormente ao envio do PLOA/2016;

- R\$ 232.034,00 destinados a adequar as dotações da ação “000L – Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica”, por meio de anulação de recursos orçamentários de investimento alocados na ação “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”. Os valores autorizados na LOA/2016 se mostraram insuficientes diante do corte efetuado na ação no âmbito do Congresso Nacional quando da tramitação do PLOA/2016 e do acréscimo da despesa em virtude da variação cambial.

2. Ato do Presidente do Senado Federal nº 23, de 24 de outubro de 2016 (Diário Oficial da União de 24/10/2016, seção I, págs. 166 e 167): abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 6.146.077,00 (seis milhões, cento e quarenta e seis mil e setenta e sete reais), sendo:

- R\$ 5.500.000,00 para recompor os recursos orçamentários de custeio da ação “2549 – Comunicação e Divulgação Institucional”, objeto de corte quando da tramitação do PLOA/2016 no Congresso Nacional, a fim de atender as despesas de custeio da Secretaria de Comunicação Social, mediante cancelamento de dotações de investimento da ação “7130 - Construção de prédio para instalação de unidades de administração de material e patrimônio ” e de custeio da ação “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”;

- R\$ 646.077,00 para suplementar as dotações orçamentárias da assistência pré-escolar (ação “2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis”), do auxílio-transporte (ação “2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis”) e do auxílios funeral e natalidade (ação “00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade”), a fim de viabilizar o pagamento desses benefícios até o final do exercício, mediante cancelamento de dotações

de pessoal da ação “0397 – Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC” e de custeio da ação “2012 – Auxílio-Alimentação a Servidores Civis”.

3. Decreto de 24 de novembro de 2016 (publicado no Diário Oficial da União de 25/11/2016, Seção 1, pág. 04): abertura de crédito adicional suplementar, sendo R\$ 63.619.462,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e dezenove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais) em favor do Senado Federal, a saber:

- R\$ 41.343.297,00 para suplementar os recursos orçamentários da ação “20TP - Pessoal Ativo da União”, para viabilizar o pagamento aos servidores ativos do reajuste remuneratório concedido pela Lei nº 13.302, de 27 de junho de 2016, no percentual de 5,5%, com efeitos financeiros a partir de agosto de 2016;

- R\$ 10.140.326,00 para suplementar os recursos orçamentários da ação “0181 – Aposentadorias e Pensões”, para viabilizar o pagamento aos servidores aposentados do reajuste remuneratório concedido pela Lei nº 13.302, de 27 de junho de 2016, no percentual de 5,5%, com efeitos financeiros a partir de agosto de 2016;

- R\$ 12.135.839,00 para suplementar os recursos orçamentários da ação “2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis”, mediante cancelamento de dotações de custeio e investimento da “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política” para assegurar o cumprimento da disposição contida no parágrafo único do art. 44 do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde – SIS (Resolução nº 35, de 2012), segundo o qual o Senado Federal destinará ao SIS, anualmente, o valor correspondente a, pelo menos, 3,5% da dotação consignada na Lei Orçamentária Anual para sua despesa total com pessoal e encargos sociais.

4. Ato do Presidente do Senado Federal nº 26, de 13 de dezembro de 2016 (Diário Oficial da União de 14/12/2016, seção I, págs. 113 e 114): abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 7.631.771,00 (sete milhões, seiscentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e um reais), sendo:

- R\$ 5.600.000,00 destinados a adequar as dotações de pessoal inativo (ação “0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis”), por meio de anulação de recursos alocados na ação “20TP - Pessoal Ativo da União”. Esse remanejamento foi motivado pelo expressivo acréscimo no número de aposentadorias ao final do ano;
- R\$ 35.000,00 destinados a suplementar a programação de auxílio-transporte (ação “2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis”), cuja despesa elevou-se no mês de novembro, mediante cancelamento em igual montante da ação “2012 – Auxílio-Alimentação a Servidores Civis”;
- R\$ 901.221,00 destinados a adequar as dotações de investimento da ação “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, por meio de anulação de recursos orçamentários alocados na ação “2549 – Comunicação e Divulgação Institucional”, para viabilizar a emissão de empenhos, à conta de receitas próprias diretamente arrecadadas (fonte 150), para atender à aquisição de subestação elétrica metálica pré-fabricada e quadros elétricos, bem como a instalação de rede de distribuição de energia em média tensão, aterramento e adequações civis necessárias, objeto do pregão eletrônico nº 130/2016;
- R\$ 1.095.550,00 para efetuar alterações entre GNDs no âmbito das programações, para atender a necessidade de execução das ações “2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores” (remanejamento no valor de R\$ 95.550 de dotações de investimento para custeio) e “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política” (remanejamento no valor de R\$ 1.000.000 de dotações de custeio para investimento).

Além das alterações orçamentárias descritas anteriormente, também foram efetuados remanejamentos de recursos entre planos orçamentários das programações do Senado Federal, sem implicar alteração de qualquer classificação orçamentária ou valor constante da LOA 2016, conforme prevê o art. 13, § 2º, da Portaria SOF n.º 12, de 3 de fevereiro de 2016 (Diário Oficial da União de 05/02/2016, seção

I, pág. 121). Trata-se de modificações realizadas entre os sistemas SIOP e SIAFI, não requerendo a publicação de ato específico para sua efetivação.

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

O Senado Federal não possui programações da Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016) vinculadas a programas temáticos estabelecidos no Plano Plurianual 2016-2019 (instituído pela Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016), mas tão somente ações relacionadas a Programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. A execução física das programações que possuem metas estabelecidas na LOA está demonstrada na tabela a seguir:

Ação orçamentária	Meta		Descrição da meta	Unidade de medida
	Prevista	Realizada		
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	150.000	208.829	Ações realizadas em diversos veículos pela TV Senado, Secretaria de Rádio do Senado Federal, Secretaria Agência e Jornal do Senado, Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal e Coordenação de Publicidade e Marketing.	Matéria veiculada
4061 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	1.270	839	Sessões realizadas na 55ª Legislatura ao longo do ano de 2016 (Sessões Plenárias, Reuniões realizadas pelas Comissões Permanentes e Subcomissões, Sessões do Congresso Nacional, Reuniões de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito)	Sessão realizada
7130 - Construção de Prédio para Instalação de Unidades de Administração de Material e Patrimônio ⁽¹⁾	10	0	Construção de Prédio para Instalação de Unidades de Administração de Material e Patrimônio	% de execução física (edifício construído)

Tabela 3 - Execução física das programações

⁽¹⁾ A contratação relacionada a essa programação não foi priorizada no exercício de 2016, de modo que os recursos orçamentários foram remanejados para a ação 2549, a fim de recompor os cortes ocorridos quando da tramitação do PLOA/2016 no Congresso Nacional.

Por sua vez, as dotações iniciais e finais, bem como a execução orçamentária e financeira de todas as programações alocadas no orçamento do Senado Federal de 2016 estão evidenciadas no quadro abaixo:

Ação orçamentária (código / descrição resumida)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	1.407.165.668,00	1.441.585.830,00	1.441.292.258,31	1.441.176.848,76	1.439.994.400,67	1.182.448,09	115.409,55
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	1.647.097.642,00	1.656.757.985,00	1.656.757.984,68	1.656.676.331,35	1.656.676.331,35	-	81.653,33

0397 - Encargos Previdenciários com Aposentados e Pensionistas do extinto IPC	23.930.947,00	23.361.362,00	23.302.940,42	23.302.940,42	23.302.940,42	-	-
09HB - Contribuição da União para o custeio do regime de previdência dos servidores	221.960.358,00	221.960.358,00	197.962.501,27	197.873.884,55	197.873.884,55	-	88.616,72
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores	115.505.412,00	127.641.251,00	126.965.181,08	126.496.672,44	126.494.890,46	1.781,98	468.508,64
2012 - Auxílio alimentação aos servidores	61.691.580,00	67.660.071,00	67.554.290,20	67.554.290,20	67.554.290,20	-	-
2010 - Assistência Pré-escolar aos dependentes dos servidores	8.068.284,00	9.574.507,00	9.556.519,98	9.556.519,98	9.556.519,98	-	-
00M1 - Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade	1.977.396,00	2.114.475,00	2.075.073,82	1.829.501,20	1.829.501,20	-	245.572,62
2011 Auxílio Transporte aos Servidores	192.000,00	552.910,00	510.676,13	510.676,13	510.676,13	-	-
4061 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	342.821.073,00	322.337.954,00	307.583.288,02	267.777.169,50	265.661.258,66	2.115.910,84	39.806.118,52
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	42.844.671,00	51.727.917,00	50.189.120,41	47.792.959,26	47.791.758,17	1.201,09	2.396.161,15
00OL - Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais	836.325,00	1.068.359,00	964.282,79	964.282,79	964.282,79	-	-

216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	1.386.000,00	1.386.000,00	1.202.975,79	1.202.975,79	1.202.975,79	-	-
7130 - Construção de Prédio para Instalação de Unidades de Administração de Material e Patrimônio	768.000,00	-	-	-	-	-	-
0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira	17.506.070,00	17.506.070,00	-	-	-	-	-
Total Geral	3.893.751.426,00	3.945.235.049,00	3.885.917.092,90	3.842.715.052,37	3.839.413.710,37	3.301.342,00	43.202.040,53

Tabela 4 - Dotações iniciais e finais do orçamento do Senado Federal em 2016

Em decorrência do elevado número de aposentadorias ocorridas ao longo do exercício de 2016 (273 servidores efetivos), foi necessário abrir crédito suplementar para remanejar recursos orçamentários da ação de pessoal ativo (“20TP”) para a de pessoal inativo (“0181”), de modo que, no fim do ano, a despesa empenhada em ambas programações correspondeu a cerca de 99,9% da dotação autorizada. Em virtude da diminuição do número de servidores efetivos, a despesa com o pagamento das contribuições patronais em favor do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais foi se reduzindo gradativamente ao longo do ano, razão pela qual o montante empenhado na ação “09HB” representou 89,19% da dotação autorizada.

Relativamente à programação de assistência médica e odontológica (ação “2004”), que compreende o gasto com o plano de saúde dos servidores (SIS), com o ressarcimento de despesas médicas de senadores, ex-senadores e dependentes e com a manutenção do Serviço Médico de Emergência, a despesa empenhada em 2016 representou 99,47% da dotação autorizada e superou a dotação inicial em 9,92%. O reforço orçamentário dessa programação foi realizado para assegurar o cumprimento da disposição contida no parágrafo único do art. 44 do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde – SIS (Resolução nº 35, de 2012), segundo o qual o Senado Federal destinará ao SIS,

anualmente, o valor correspondente a, pelo menos, 3,5% da dotação consignada na lei orçamentária anual para sua despesa total com pessoal e encargos sociais.

Da mesma forma, foi realizado reforço da programação de assistência pré-escolar (ação “2010”) para suportar a elevação da despesa decorrente do aumento do número de beneficiários ao longo do exercício e do reajuste do valor *per capita* do auxílio, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA em 2015, conforme Ato da Diretoria-Geral nº 6, de 2016, em atendimento ao disposto no art. 6º do Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2012. Consequentemente, a despesa empenhada com esse benefício foi 18,45% superior à dotação inicial e representou 99,81% dos créditos autorizados. O quantitativo oscila mensalmente em decorrência do fluxo de beneficiários (crianças atendidas), em virtude de novos ingressos (nascimentos) e saídas daquelas que completam a idade limite para recebimento do benefício (seis anos). O número de beneficiários por mês foi: a) janeiro: 981; b) fevereiro: 977; c) março: 998; d) abril: 1009 e) maio: 1008; f) junho: 1012; g) julho: 994; h) agosto: 994; i) setembro: 997; j) outubro: 996; k) novembro: 1004; l) dezembro: 1008.

No caso do auxílio alimentação (ação “2012”), a dotação inicial teve de ser reforçada para atender à expectativa de gasto com o benefício auxílio alimentação até o final de 2016, uma vez que o quantitativo de beneficiários oscila mensalmente em decorrência do fluxo de servidores, tais como exonerações e nomeações de comissionados e aposentadorias de servidores efetivos. Ademais, houve reajuste do valor *per capita* do benefício, por meio do Ato da Diretoria-Geral nº 5, de 2016, correspondente à variação do IPCA em 2015, conforme dispõe o art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2011. O número de beneficiários por mês foi: a) janeiro: 6.189; b) fevereiro: 6.190; c) março: 6.180; d) abril: 6.193; e) maio: 6.173; f) junho: 6.163; g) julho: 6.133; h) agosto: 6.129; i) setembro: 6.112; j) outubro: 6.118; k) novembro: 6.133; l) dezembro: 6.108. Ao final do exercício, a despesa empenhada correspondeu a 99,84% da dotação autorizada.

No caso do auxílio transporte (ação “2011”), o quantitativo de beneficiários oscila mensalmente conforme número de servidores que solicitam o recebimento do benefício. O número de beneficiários por mês foi: a) janeiro: 192; b) fevereiro: 216; c) março: 232; d) abril: 235; e) maio: 239; f) junho: 238; g) julho: 249; h) agosto: 255; i) setembro: 264; j) outubro: 272; k) novembro: 282; l) dezembro: 295. Como houve expressiva elevação de beneficiários ao longo do exercício, bem como reajuste das tarifas de transporte público pelo

Decreto nº 36.762/2015 do Governo do Distrito Federal, a despesa empenhada com auxílio transporte em 2016 (R\$ 510.676,13) correspondeu, em termos percentuais, a um acréscimo de 165,98% em relação à dotação inicialmente alocada no orçamento para essa finalidade.

A ação “00MI” envolve benefícios cuja despesa é altamente variável de um mês para outro e de difícil estimativa, sendo que o auxílio-funeral deve ser pago no prazo de 48 horas à pessoa que houver custeado o funeral do servidor falecido na atividade ou aposentado, nos termos dos arts. 226 e 227 da Lei nº 8.112/1990. Diante dessa exigência legal e da imprevisibilidade do gasto, procedeu-se à suplementação orçamentária de 4,94% em relação a sua dotação inicial, a fim de assegurar a disponibilidade de recursos para suportar eventual acréscimo desse auxílio ao final do ano.

Com relação à programação destinada às contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais (ação “00OL”), houve necessidade de suplementação em razão dos cortes efetuados na programação quando da tramitação do PLOA/2016 no Congresso Nacional e da elevação dessas despesas ocasionadas pela variação cambial. Conforme determina o art. 11, inciso XVI, da LDO/2016, somente seria necessária a discriminação em programação específica de anuidades cujo valor superasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), caso que não ocorreu no âmbito do Senado Federal. Sendo assim, os planos orçamentários nos quais foram realizadas tais despesas foram:

Plano Orçamentário (código / descrição)		Despesa Empenhada (R\$)
0002	Contribuição à Associação dos Secretários-Gerais do Parlamento - ASPG	3.111,14
0004	Contribuição à Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias – IFLA	2.548,30
0007	Contribuição à Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL	9.000,00
000Q	Contribuição à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS	47.820,00
000S	Contribuição ao Parlamento Latino-Americano	125.138,34
000T	Contribuição à União Interparlamentar	718.641,44

000U	Contribuição ao <i>Parlamericas</i>	58.023,57
Total		964.282,79

Tabela 5 - Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais

A ação “2549”, que compreende as despesas relativas aos veículos de comunicação da Casa, em especial a TV, a Rádio, o Jornal e a Agência Senado, teve sua dotação inicial suplementada a fim de repor, ainda que parcialmente, o corte de R\$ 20.837.065,00 realizado nesta programação ao longo da tramitação do PLOA/2016 no Congresso Nacional, correspondente a 32,7% do montante inicialmente previsto na proposta orçamentária. Esse reforço fez-se necessário para viabilizar o atendimento até o final do exercício das despesas de funcionamento dos veículos de comunicação da Casa, citando-se os gastos com mão de obra terceirizada nas áreas de televisão, rádio, jornal, agência de notícias e relações públicas e os serviços de locação de segmento espacial para transmissão via satélite dos sinais da Rádio e TV Senado. Por fim, o valor empenhado correspondeu a 97,03% do autorizado e a 117,14% da dotação inicial. No que tange às despesas no GND 4 (investimentos), destaca-se a Aquisição de Solução Completa de Sistema de Geração de Grafismo para a TV Senado, em qualidade SD e HD, incluindo equipamentos, *softwares*, instalação, configuração, treinamento e assistência técnica (pregão eletrônico nº 133/2015).

Em relação à execução física da ação “2549 – *Comunicação e Divulgação Institucional*”, a meta prevista na LOA era de 150.000 matérias veiculadas, sendo que foi apurada a realização de 208.829 ao longo do ano, conforme detalhado a seguir:

1) Coordenação de Publicidade e Marketing – COMAP (6.619)

a) 228 ações de comunicação;

b) 6.391 produtos.

2) TV Senado (4.905)

- a) 911 programas jornalísticos; (762 Senado Informa, 12 EcoSenado, 12 Município Brasil, 8 Inclusão, 24 Parlamento Brasil, 52 Alô Senado, 41 Em Discussão!);
- b) 582 edições do Telejornal Diário (Senado Agora);
- c) 346 entrevistas (82 Cidadania, 38 Agenda Econômica, 2 Histórias Contadas, 1 Encontros, 201 Argumento, 22 Entre Vistas);
- d) 1 Documentário (Cantorias);
- e) 1.970 Interprogramação com foco no legislativo;
- f) 1.095 captações de Comissões e Sessões Plenárias.

3) Secretaria de Rádio do Senado Federal – SRSF (7.130)

- a) 5.610 matérias e notas;
- b) 1.520 matérias Voz do Brasil.

4) Secretaria Agência e Jornal do Senado – SAJS (183.763)

- a) 14.150 publicações feitas no Portal de Notícias, entre 6.415 textos, 2.342 notas em tempo real (Senado Agora), 2.848 áudios, 2.518 vídeos e 27 infográficos específicos para a Internet;
- b) 189 edições do Jornal do Senado publicadas pela Secretaria Agência e Jornal do Senado;

- c) 2 encartes publicados pela Secretaria Agência e Jornal do Senado e veiculados com o Jornal do Senado;
 - d) 9 edições em braille do Jornal do Senado publicadas pela Secretaria Agência e Jornal do Senado;
 - e) 128.944 fotografias das atividades legislativas e institucionais do Senado foram catalogadas para o acervo da Casa;
 - f) 40.459 fotografias foram oferecidas ao público para consulta e *download* em alta resolução por meio do banco de imagens do Portal de Notícias (Flickr);
 - g) 5 livros publicados:
 - “20 horas na História, A longa sessão de admissibilidade do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff” (348 páginas)
 - “Impeachment, O Julgamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal – 2016” (664 páginas)
 - “Arquivo S, O Senado na História do Brasil – vol. 2” (132 páginas)
 - “Coleção Sessões Temáticas – vol. 3: Abuso de Autoridade” (56 páginas)
 - “Coleção Sessões Temáticas – vol. 4: Abuso de Autoridade” (88 páginas)
 - h) 5 edições da Revista Em Discussão! Publicadas
- 5) Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal – SRPSF (6.412)
- a) 1.824 campanhas, matérias, fotos, ilustrações e vídeos publicados;
 - b) 109 eventos;
 - c) 4.479 grupos atendidos pelo Programa Visite o Congresso.

Quanto à ação “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, que se trata da programação mais representativa no tocante às despesas discricionárias do Órgão, o valor empenhado (R\$ 307,5 milhões) corresponde a 89,72% da dotação inicial e 95,42% da dotação autorizada. Sua execução foi realizada nos seguintes planos orçamentários, cujas descrições sucintas seguem abaixo da tabela:

Plano Orçamentário (código)		Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Liquidada (R\$)
0001	Administração Legislativa	263.569.966,42	229.134.098,01
0004	Gestão do Sistema de Informática	24.291.972,75	20.636.927,28
0006	Produção e Distribuição de Documentos Legislativos	18.058.476,16	16.910.681,04
000C	Disseminação de Conhecimentos Legislativos e Gerenciais	1.662.872,69	1.095.463,17
Total Geral		307.583.288,02	267.777.169,50

Tabela 6 - Plano orçamentário com despesa empenhada e despesa liquidada

a) 0001 – Administração Legislativa: abriga as principais despesas relacionadas à manutenção e funcionamento do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, tais como serviços de vigilância, limpeza, manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, despesas com energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, postais (correios), locação de meio de transporte, contratação de estagiários, aquisição de mobiliário, pagamento de diárias, passagens, Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores – CEAPS, entre outras;

b) 0004 – Gestão do Sistema de Informática: trata-se das despesas com a manutenção e a modernização dos recursos tecnológicos do Órgão, de responsabilidade da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – Prodasen;

c) 0006 – Produção e Distribuição de Documentos Legislativos: envolve as despesas com a manutenção e modernização da gráfica do Senado, de responsabilidade da Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF;

d) 000C – Disseminação de Conhecimentos Legislativos e Gerenciais: compreende as despesas de capacitação, nas modalidades presencial e a distância, incluindo os cursos de pós-graduação, de responsabilidade do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB.

A meta física executada na programação “4061” refere-se às sessões realizadas na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, compreendendo o período de 01/02 a 22/12/2016, cujos dados foram extraídos do Relatório Mensal da Atividade Legislativa, elaborado em cumprimento ao art. 269, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), disponibilizadas no sítio eletrônico da Casa. A meta realizada foi de 839, distribuída da seguinte forma:

a) Sessões Plenárias: 27 Deliberativas Extraordinárias; 71 Deliberativas Ordinárias; 15 Especiais; 78 Não Deliberativas; 5 Debates Temáticos; 1 Premiações e Condecorações;

b) Reuniões realizadas pelas Comissões Permanentes e Subcomissões: 81 reuniões ordinárias de Comissões; 417 reuniões extraordinárias de Comissões; 12 reuniões de Subcomissões e 12 reuniões conjuntas;

c) Sessões do Congresso Nacional: 8 Conjuntas e 12 Solenes;

d) Reuniões de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito: 13 Comissões Parlamentares de Inquérito; 70 Comissões Temporárias; 17 Comissões de Juristas.

Em relação aos restos a pagar inscritos em 2016, no que tange aos gastos de custeio (GND 3), trata-se de despesas de natureza continuada (limpeza e conservação, vigilância, energia elétrica, telecomunicações, água e esgoto, entre outras), cuja periodicidade do faturamento faz com que o pagamento dos serviços prestados no mês de dezembro ocorra no ano subsequente. Quanto aos investimentos

(GND 4), a inscrição deve-se aos prazos contratuais para entrega e instalação dos equipamentos, desenvolvimento de *softwares* e execução de reformas. Citam-se como exemplos as contratações destinadas à aquisição de subestação para suprimento de energia elétrica para unidades do Senado Federal, à elaboração de projetos executivos dos sistemas de prevenção e combate a incêndio e acessibilidade, e à ampliação do circuito fechado de televisão (CFTV), as quais foram licitadas no segundo semestre de 2016.

Para atender determinação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, consignada nos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, houve contingenciamento de R\$ 304.624,00 na ação “4061”, limitação de empenho essa que não comprometeu a execução orçamentária, por ser pouco representativa em relação à dotação autorizada.

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

De modo geral, não existiram fatores que impactaram significativamente o desempenho orçamentário do Órgão no exercício de 2016.

Um fato que impossibilitou uma maior utilização dos créditos orçamentários autorizados foi a não conclusão do pregão eletrônico nº 106/2016, destinado à aquisição de solução de alta disponibilidade de *Next Generation Firewall*, em virtude da reprovação das licitantes convocadas para o teste de bancada, que objetiva comprovar a capacidade e funcionalidade técnica da solução ofertada. O referido certame tinha o valor estimado da ordem de R\$ 3,2 milhões, cujo montante seria empenhado à conta do orçamento de 2016. De qualquer forma, trata-se de ocorrência passível de ocorrer em qualquer licitação pública, razão pela qual não configura um fator interveniente propriamente dito, ainda que venha a ter afetado a execução orçamentária.

Quanto ao contingenciamento orçamentário, realizado em atendimento ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c art. 55 da LDO/2016 (conforme consignado nos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias), permaneceu bloqueado ao final do exercício o montante de R\$ 304.624,00 na ação “4061 – *Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política*”, valor pouco expressivo que não comprometeu a execução orçamentária e o alcance dos resultados esperados na programação.

3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI em 2016, conforme apurado pela Coordenação de Contabilidade do Senado Federal (CONTAB).

3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016
2010	254.583,75	-	-	254.583,75
2011	656,39	-	-	656,39
2012	154.515,91	-	-	154.515,91
2013	512.504,60	36.043,30	-	476.461,30

2014	1.410.708,91	201.470,64	-	1.209.238,27	
2015	2.080.525,27	533.708,99	1.174,59	1.545.641,69	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016
2012	1.400.091,44	-	-	-	1.400.091,44
2013	857.553,15	445.175,20	445.175,20	-	412.377,95
2014	26.094.714,97	5.479.666,31	5.479.666,31	20.567.819,66	47.229,00
2015	127.149.763,13	83.014.671,85	82.690.416,34	8.236.940,46	36.222.406,33

Tabela 7 - Restos a pagar processados e não processados

Do montante de Restos a Pagar Processados (R\$ 4.413.494,83), oriundos de inscrições efetuadas entre os anos de 2010 e 2015, cerca de R\$ 2,2 milhões referem-se a despesas de pessoal (GND 1) enquadradas no elemento “01 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil”, correspondentes a 51,1% do total, ao passo que as despesas com mão de obra terceirizada (elementos “37 – Locação de Mão de Obra” e “34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização”) respondem por R\$ 1,2 milhão, equivalente a 28,6% do total.

Quanto aos cerca de R\$ 127,1 milhões de restos a pagar não processados inscritos em 2015, esse valor dividiu-se basicamente em R\$ 63,7 milhões de despesas de investimento (GND 4) e R\$ 63 milhões de custeio (GND 3), tendo em vista que as despesas de pessoal representaram um percentual de apenas 0,27% do total. Os valores inscritos destinaram-se ao atendimento de:

a) despesas de investimentos: substituição completa de elevadores no Edifício Anexo I, Anexo II e no Edifício Principal do Senado Federal; fornecimento de Sistema Redundante e Integrado de Ingest e aquisição de sistema de captação de áudio e vídeo de externas para a TV Senado; aquisição de licenças VMware; fornecimento de sistema de monitoração a ser utilizado pela Secretaria de Comunicação Social; fornecimento de solução de repositório corporativo de documentos digitais; dentre outras;

b) despesas de custeio: 40,16% estão relacionados a despesas nos elementos “37 – Locação de Mão de Obra” e “34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização” em razão da inscrição de valores para atender às faturas relativas ao mês de dezembro, que usualmente são pagas em janeiro do ano subsequente. Além disso, destacam-se as despesas junto à Caixa Econômica Federal, decorrentes da operacionalização do plano de saúde oferecido aos servidores, parlamentares e ex-parlamentares.

Por fim, em relação ao montante de restos a pagar não processados inscritos em 2014 e cancelados em 2016, a parcela de R\$ 10,7 milhões destinava-se a atender despesas de custeio, R\$ 9,1 milhões de investimento e R\$ 664 mil de pessoal.

3.3.5 Informações sobre a execução das despesas

Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	255.244.211,80	6,57%	273.112.459,79	7,15%	219.095.753,37	5,71%	167.623.480,75	4,54%

a) Convite	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
b) Tomada de Preços	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
c) Concorrência	3.338.997,28	0,09%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
d) Pregão	251.905.214,52	6,48%	273.112.459,79	7,15%	219.095.753,37	5,71%	167.623.480,75	4,54%
e) Concurso	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
f) Consulta	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
2. Contratações Diretas (h+i)	66.938.408,18	1,72%	78.228.418,32	2,05%	61.334.167,60	1,60%	63.995.079,50	1,74%
h) Dispensa	39.422.419,63	1,01%	39.002.293,13	1,02%	35.491.663,70	0,92%	33.756.345,41	0,92%
i) Inexigibilidade	27.515.988,55	0,71%	39.226.125,19	1,03%	25.842.503,90	0,67%	30.238.734,09	0,82%
3. Regime de Execução Especial	314.104,92	0,01%	289.095,72	0,01%	314.104,92	0,01%	289.095,72	0,01%
j) Suprimento de Fundos	314.104,92	0,01%	289.095,72	0,01%	314.104,92	0,01%	289.095,72	0,01%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.321.199.187,42	85,45%	3.252.328.731,35	85,20%	3.319.731.059,73	86,45%	3.250.735.048,06	88,14%
k) Pagamento em Folha	3.319.315.684,68	85,40%	3.250.257.447,64	85,14%	3.317.847.556,99	86,40%	3.248.663.764,35	88,08%
l) Diárias	1.883.502,74	0,05%	2.071.283,71	0,05%	1.883.502,74	0,05%	2.071.283,71	0,06%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	3.643.695.912,32	93,75%	3.603.958.705,18	94,41%	3.600.475.085,62	93,76%	3.482.642.704,03	94,43%
6. Total das Despesas da UPC	3.886.694.271,49	100	3.817.356.278,12	100	3.840.139.510,37	100	3.688.125.989,72	100

Tabela 8 - Despesas por modalidade de contratação

Em conformidade com a regra estabelecida pelo art. 3º do Ato da Diretoria-Geral n.º 9, de 16 de março de 2015, que versa sobre a adoção preferencial do Pregão Eletrônico como modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, constatou-se que em 2016 essa foi a modalidade na qual foram empenhadas e pagas a quase totalidade das despesas oriundas de licitação. Exceção coube à concorrência

aberta em 2 de agosto de 2016, destinada à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de levantamentos e diagnósticos, estudos preliminares, anteprojetos, projetos executivos, e acompanhamento de obras com a realização de adequações necessárias aos projetos executivos, para os Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (incluindo acessibilidade e segurança de pessoa com deficiência) no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, cujo valor empenhado foi da ordem de R\$ 3,3 milhões. A tendência de adoção do pregão eletrônico vem sendo observada nos últimos anos, posto que em 2015 não houve empenho ou pagamento em modalidade diversa.

As despesas empenhadas em 2016 oriundas de contratações realizadas por meio de pregão somam cerca de R\$ 251,9 milhões, sendo que 41,07% desse total referem-se ao elemento de despesa “37 – *Locação de Mão de Obra*”, 24,81% ao elemento “34 – *Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização*” e 15,48% ao elemento “39 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*”. Observa-se uma redução de 7,77% em comparação ao ano anterior, que se justifica pelo menor volume de despesas empenhadas de investimentos (GND 4) em 2016. Por outro lado, houve acréscimo significativo do total pago na modalidade pregão, que não é reflexo de uma ampliação de despesa propriamente dita, mas sobretudo de uma melhora na capacidade de pagamento dos contratos de terceirização, resultando na diminuição do montante inscrito em restos a pagar.

Em relação às contratações diretas, houve um decréscimo de 14,43% no montante empenhado de dispensas e inexigibilidades de licitação no exercício de 2016 em comparação ao ano anterior. Dentre as contratações para as quais a licitação é inexigível, destacam-se as seguintes despesas e a respectiva representatividade no ano de 2016: fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de Brasília – CEB (41,92%); serviços de água e esgoto realizados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB (13,04%); serviços médico-hospitalares e ambulatoriais da Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sírio-Libanês (9,33%); serviços médico-hospitalares e ambulatoriais da Sociedade Israelita Brasileira – Hospital Albert Einstein (7,97%); cessão de capacidade de seguimento espacial em satélite da STAR ONE S.A para transmissão de sinais da Rádio e TV Senado (6,38%); dentre outras.

Quanto às dispensas de licitação, a despesa empenhada em 2016 está em linha com o ano anterior. Uma parcela de 68,69% dos valores liquidados refere-se a contratos decorrentes de dispensa de licitação com base no inciso XI do art. 24 da Lei n.º 8.666/1993, isto é, contratação de remanescente de serviço em consequência de rescisão contratual, a saber: prestação de serviços de execução indireta e contínua de limpeza e conservação (Contrato n.º 070/2012); prestação de serviços de suporte patrimonial nas áreas de manutenção predial e edificações (Contrato n.º 014/2013 e n.º 03/2014); prestação de serviços de jardinagem e manutenção de jardins (Contrato n.º 116/2015) e prestação de serviços na área de operação da Central de Relacionamento com o Cidadão (Contrato n.º 049/2016). Destacam-se também os valores junto à Companhia Energética de Brasília – CEB (essa modalidade foi adotada nos contratos firmados em setembro de 2016, com base no inciso XXII do art. 24 da Lei de Licitações e Contratos), que representaram 13,65% do total empenhado de dispensas.

Quanto à folha de pagamento, a despesa paga em 2016 foi 2,12% superior à do ano anterior, em virtude do reajuste remuneratório concedido aos servidores pela Lei nº 13.302, de 27 de junho de 2016, no percentual de 5,5%, com efeitos financeiros a partir de agosto de 2016. Já em relação às despesas com diárias em 2016, houve redução de 9,07% considerando o executado no ano anterior, sendo que o decréscimo em valores pagos a parlamentares atingiu o patamar de 14,96%.

Exemplos de outros valores empenhados que impactaram a execução do Órgão em 2016 e não se enquadram nas modalidades de contratação pormenorizadas na tabela são: R\$ 106,1 milhões em favor da Caixa Econômica Federal devido ao Convênio n.º 008/2012, cujo objeto é a mútua cooperação para a execução e o aprimoramento dos planos de saúde oferecidos aos servidores, parlamentares e ex-parlamentares do Senado e aos empregados da Caixa, e o compartilhamento da rede de credenciados da Caixa para o Saúde Caixa pelos beneficiários do SIS; R\$ 67,5 milhões para concessão de auxílio-alimentação aos servidores; R\$ 25,8 milhões relativos à Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores – CEAPS; R\$ 12,1 milhões para ressarcimento de despesas médicas/odontológicas realizadas fora da rede credenciada; R\$ 9,5 milhões para concessão de assistência pré-escolar aos servidores e R\$ 7,3 milhões para pagamento de bolsa aos estagiários.

Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.349.459.526,45	1.380.355.184,89	1.349.459.526,45	1.380.147.236,95	-	207.947,94	1.348.277.078,36	1.378.980.194,81
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	1.321.388.907,21	1.231.982.534,07	1.321.307.253,88	1.231.982.534,07	81.653,34		1.321.307.253,88	1.231.982.534,07
Demais elementos do grupo	648.467.251,02	637.919.728,68	648.263.224,75	637.778.722,81	204.026,27	141.005,87	648.263.224,75	637.701.035,47
2. Juros e Encargos da Dívida								
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO - LC 141/12	-	83.939,47	-	83.939,47	-	-	-	83.939,47
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	-	4.064,17	-	4.064,17	-	-	-	4.064,17
3. Outras Despesas Correntes								
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	182.573.695,72	167.042.172,50	170.141.933,77	139.734.087,52	12.431.761,95	27.308.084,98	170.116.162,63	139.516.708,69
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	130.999.289,05	112.162.580,02	123.064.535,28	95.176.365,05	7.934.753,77	16.986.214,97	121.172.011,56	94.994.830,51
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	67.541.751,04	60.440.979,15	67.541.751,04	60.440.979,15	-	-	67.541.751,04	60.440.979,15
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - TERCEIRIZAÇÃO	62.492.752,60	61.448.447,05	58.341.415,86	53.132.384,40	4.151.336,74	8.316.062,65	58.341.415,86	53.037.929,40
Demais elementos do grupo	96.513.148,64	97.235.563,86	89.204.632,16	86.842.482,86	7.308.516,48	10.393.081,00	89.025.704,27	86.500.055,44
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.058.194,38	27.084.116,62	10.230.527,85	2.809.689,99	4.827.666,53	24.274.426,63	10.208.856,69	2.809.689,99
OBRAS E INSTALAÇÕES	9.715.897,57	24.112.002,96	4.808.572,53	126.143,83	4.907.325,04	23.985.859,13	4.808.572,53	126.143,83
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	2.483.857,81	17.077.118,33	1.077.478,80	1.540.038,37	1.406.379,01	15.537.079,96	1.077.478,80	1.540.038,37
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA CONTRATUAL RESG	-	407.846,35	-	407.846,35	-	-	-	407.846,35
---	---	------------	---	------------	---	---	---	------------

Tabela 9 - Despesas por grupo e elemento de despesa

GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais

A elevação da despesa executada nesse grupo em 2016 deve-se ao impacto do reajuste remuneratório concedido aos servidores pela Lei nº 13.302, de 27 de junho de 2016, no percentual de 5,5%, com efeitos financeiros a partir de agosto de 2016. Sob a ótica dos elementos de despesas, destaca-se, em termos nominais, a variação de R\$ 89,3 milhões na despesa liquidada com aposentados, refletindo o mencionado reajuste remuneratório e o expressivo número de aposentadorias ocorridas no período. Um total de 273 servidores efetivos do Senado Federal se aposentaram em 2016, sendo 114 somente no mês de dezembro, o que também impactou na redução observada no elemento *11 - Vencimentos e Vantagens Fixas*, que se refere a despesas com pessoal ativo.

Quanto ao aumento da despesa liquidada nos demais elementos do grupo, o principal responsável por essa variação, em termos nominais, foi o elemento *03 – Pensões do RPPS*, com acréscimo da ordem de R\$ 22,9 milhões. Percentualmente, o maior acréscimo se deu no elemento *96 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado*, que registra as despesas executadas junto a outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, bem como de outros entes federados, para ressarcimento da remuneração e demais encargos de pessoal cedido com ônus ao Senado Federal. Entretanto, em termos de valores, o montante dispendido nesse elemento é pouco representativo, tendo sido empenhado R\$ 1.007.390,08 no exercício de 2016.

Ressalta-se, ainda, o expressivo decréscimo de 45,51% na despesa liquidada no elemento *94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas*, tendo em vista que no ano de 2015 houve grande volume de despesas dessa natureza, pois ocorreram exonerações de servidores comissionados que exerciam suas funções nos gabinetes dos Senadores que não foram reeleitos nas eleições de 2014, o que gera pagamentos de verbas rescisórias asseguradas pela legislação trabalhista.

GND 2 – Juros e Encargos da Dívida

A execução desse grupo de natureza de despesa no exercício de 2015 refere-se ao pagamento de juros e encargos decorrentes das obrigações relativas ao Contrato BID-1864/OC-BR (empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar o Programa Interlegis II). As obrigações financeiras do referido contrato foram transferidas para a Secretaria do Tesouro Nacional - STN / Ministério da Fazenda, nos termos do Decreto n.º 5.994/2006, alterado pelo Decreto n.º 8.295/2014, e Portaria STN n.º 427/2015. Assim, na LOA/2016 as dotações para atender os encargos do mencionado empréstimo foram alocadas na UO “71101 – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda”, sob a responsabilidade da STN.

GND 3 - Outras Despesas Correntes

Do montante de R\$ 540,1 milhões empenhados em 2016 no grupo de natureza de despesa 3 – *Outras Despesas Correntes*, 61,1% correspondem à execução das programações destinadas à manutenção e funcionamento do Senado Federal (ações “4061 – *Processo Legislativo, Representação e Fiscalização Política*” e “2549 – *Comunicação e Divulgação Institucional*”). As ações de concessão de benefícios a servidores (auxílios alimentação, creche, transporte, funeral, natalidade e assistência médica e odontológica) foram responsáveis pela execução de 38,3% das despesas do GND 3, ao passo que as contribuições e anuidades a entidades nacionais e internacionais representaram 0,18% do executado.

A exemplo do ocorrido no ano anterior, o elemento de despesa mais utilizado nesse GND em 2016 foi o “39 - *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*”, com despesa empenhada da ordem de R\$ 182,5 milhões. A maior parcela desse montante refere-se aos gastos com serviços médicos hospitalares, odontológicos e laboratoriais, que representaram 60,59% do total empenhado nessa rubrica. Os demais gastos nesse elemento são derivados do pagamento de despesas diversas de custeio do Órgão, destacando-se o fornecimento de energia elétrica, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de telecomunicações, manutenção de *software*, serviços de comunicação (de

dados e em geral), locação e manutenção de máquinas e equipamentos (inclusive de informática) e serviços de água e esgoto. Por sua vez, a despesa empenhada em 2016 com serviços terceirizados (soma dos elementos “37 – *Locação de Mão de Obra*” e “34 – *Outras Despesas de Pessoal – Terceirização*”) totalizou R\$ 193,4 milhões, que corresponde a 35,82% do total do grupo.

No tocante aos benefícios concedidos aos servidores, a elevação na despesa empenhada com o auxílio-alimentação e assistência pré-escolar deve-se ao reajuste de seu valor *per capita* efetuado, por índice correspondente à variação do IPCA em 2015. Já no caso do auxílio transporte, apesar de ser uma despesa de menor vulto, destaca-se que o aumento de 116,8% no valor empenhado para essa finalidade em relação a 2015 ocorreu em função da elevação expressiva no número de servidores beneficiados em 2016, bem como do reajuste das tarifas de transporte público implementado pelo Governo do Distrito Federal.

Quanto às despesas apropriadas nos demais elementos do grupo, o mais representativo é o 93 - *Indenizações e Restituições*, cujo valor empenhado em 2016 foi de R\$ 41,6 milhões. Essa rubrica concentra diversas despesas, entre as quais auxílio moradia, ressarcimentos de despesas médicas a senadores, ex-parlamentares, servidores e dependentes, sendo que 62,06% da despesa refere-se à Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores (CEAPS). Em seguida aparecem os elementos de despesa 30 - *Material de Consumo* e 33 - *Passagens e Despesas com Locomoção*, que responderam por cerca de R\$ 21,7 milhões do total empenhado. Especificamente em relação ao elemento “92 – *Despesas de Exercícios Anteriores*”, o total empenhado em 2016 foi 15,9% inferior ao de 2015, o que em termos nominais corresponde a uma redução da ordem de R\$ 1,6 milhão.

No geral, a despesa empenhada do GND “3” em 2016 foi superior à do ano anterior em cerca de 8,39%, motivado por fatores como reajustes de tarifas públicas (água, luz, etc), atualização do valor *per capita* dos auxílios concedidos aos servidores e índices utilizados em repactuações e reajustes contratuais.

Da mesma forma, houve elevação no total pago no GND “3” no exercício de 2016, comportamento que pode ser atribuído sobretudo à célere tramitação dos processos de pagamento dos contratos de mão de obra e de suas repactuações, proporcionando, por outro lado, uma significativa redução de 49,48% do montante inscrito em restos a pagar para as despesas desse grupo quando comparado ao ano de 2015.

O valor de R\$ 304.624,00 que permaneceu contingenciado no orçamento do Órgão ao final de 2016, em atendimento aos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, foi integralmente efetivado no âmbito do GND “3” e não comprometeu a execução física e financeira das ações previstas para o exercício.

GND 4 - Investimentos

A despesa empenhada com investimentos em 2016 totalizou R\$ 27,2 milhões, montante consideravelmente inferior ao empenhado no ano anterior, decorrente da redução dos créditos orçamentários autorizados para esse grupo. Do total empenhado em 2016, cerca de 85,48% utilizaram os recursos próprios diretamente arrecadados pelo Órgão (fonte “150”), decorrentes em sua maior parte das receitas advindas da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento do Senado Federal junto à Caixa Econômica Federal. A aplicação dos recursos oriundos da venda da folha de pagamento em despesas de investimentos atende à deliberação da Comissão Diretora do Senado Federal, que na 3º Reunião do Colegiado, realizada em 26/2/2014, decidiu que esses recursos seriam despendidos, preferencialmente, “*na modernização tecnológica do Senado Federal, em especial no que se refere aos equipamentos do Prodasen e da Secretaria de Comunicação Social, nos projetos relativos à centralização administrativa da Casa e na modernização das Comissões*” (Ata publicada no BASF n.º 5444, de 19/03/2014).

Foram empenhados cerca de R\$ 15 milhões no elemento de despesa 52 – *Equipamentos e Material Permanente*, correspondentes a 55,24% do total de investimentos em 2016. A maior parcela desse valor refere-se às contratações destinadas a: a) aquisição de solução completa de Sistema de Geração de Grafismo para a TV Senado (pregão eletrônico n.º 133/2015); b) parte das despesas relacionadas ao fornecimento de sistema de energia ininterrupta com manutenção *on site* composto por *nobreaks*, grupo moto-gerador, painéis elétricos TTA,

materiais complementares e serviço de instalação (pregão eletrônico nº 131/2015); c) ampliação do CFTV (pregões nº 115/2016 e 117/2016); e d) aquisição da subestação elétrica (pregão nº 130/2016).

Relativamente ao elemento de despesa *51 – Obras e Instalações*, cuja execução representou 35,64% do total, destacam-se os cerca de R\$ 3,7 milhões empenhados para atender aos contratos celebrados junto à JDC Engenharia (oriundos da ARP nº 99/2015) para realização de pequenas obras e reformas no Complexo Arquitetônico do Senado Federal e o montante de R\$ 3,3 milhões empenhados para atender à contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de levantamentos e diagnósticos, estudos preliminares, anteprojetos, projetos executivos, e acompanhamento de obras com a realização de adequações necessárias aos projetos executivos, para os Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (incluindo acessibilidade e segurança de pessoa com deficiência) no Complexo Arquitetônico do Senado Federal (concorrência nº 001/2016). Vale mencionar ainda o valor empenhado de R\$ 2,5 milhões para atender as obras para implantação do sistema de energia ininterrupta objeto do supracitado pregão eletrônico nº 131/2015.

O elemento de despesa *39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica* respondeu por 9,11% do total empenhado em investimentos, englobando as despesas de aquisição/manutenção evolutiva de *softwares* e sistemas, bem como de serviços de instalação e treinamento dos equipamentos/sistemas adquiridos, cujos valores incorporam-se aos respectivos bens.

A existência de prazos contratuais para entrega e instalação dos equipamentos, desenvolvimento de *softwares* e execução de reformas resultou em uma inscrição em restos a pagar não processados da ordem de R\$ 11,1 milhões no âmbito do GND “4”, cujos valores serão liquidados e pagos nos exercícios subsequentes, à medida que ocorra o recebimento definitivo dos objetos.

GND 5 - Inversões Financeiras

O Senado Federal não teve despesas programadas ou executadas com inversões financeiras no exercício de 2016.

GND 6 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

A execução desse grupo de natureza de despesa no exercício de 2015 refere-se ao pagamento de amortização do empréstimo objeto do Contrato BID-1864/OC-BR, celebrado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar o Programa Interlegis II. As obrigações financeiras do referido contrato foram transferidas para a Secretaria do Tesouro Nacional - STN / Ministério da Fazenda, nos termos do Decreto n.º 5.994/2006, alterado pelo Decreto n.º 8.295/2014, e Portaria STN n.º 427/2015. Assim, na LOA/2016 as dotações para atender os encargos do mencionado empréstimo foram alocadas na UO “71101 – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda”, sob a responsabilidade da STN.

3.3.6 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	020001	Senado Federal	0	0,00	66	603.100,00	40.000,00
2015	020001	Senado Federal	0	0,00	55	451.000,00	40.000,00
Fonte: CONTAB, SIAFI2015 e SIAFI2016							

Quadro 3 - Concessão de suprimentos de fundos

Quadro – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	020001	Senado Federal	0	0,00	55	26.576,49 ¹	287.528,43 ²	314.104,92
2015	020001	Senado Federal	0	0,00	42	32.180,00 ³	256.923,12 ⁴	289.103,12
Fonte: CONTAB, SIAFI2015 e SIAFI2016								

Quadro 4 - Utilização de suprimento de fundos

Observações:¹Inclui o valor de R\$ 23,51, que embora tenha sido sacado em 2016, foi devolvido à Conta Única do Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União.

²O montante correspondente ao “Valor das Faturas (b)” de 2016 encontra-se somado com a quantia de R\$ 842,69 referente a dois pagamentos realizados no cartão corporativo, mas que extrapolaram o valor individual por item de despesa e foram recolhidos em favor do Senado Federal por meio de GRU.

³Inclui o valor de R\$ 7,40, que embora tenha sido sacado em 2015, foi devolvido à Conta Única do Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União.

⁴O montante correspondente ao “Valor das Faturas (b)” de 2015 encontra-se somado com a quantia de R\$ 545,00 referente a dois pagamentos realizados no cartão corporativo, mas que extrapolaram o valor individual por item de despesa e foram recolhidos em favor do Senado Federal por meio de GRU.

Quadro – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
020001	Senado Federal	339030- MATERIAL DE CONSUMO	03 – Combustíveis e Lubrificantes	585,00
			07 - Gêneros de Alimentação	184.067,75
			09 - Material Farmacológico	8.594,65
			11 - Material Químico	261,70
			14 – Material Educativo e Esportivo	252,80

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
020001	Senado Federal	339030- MATERIAL DE CONSUMO	15 – Material para Festividades e Homenagens	6.455,00
			16 - Material de Expediente	196,45
			17 - Material de Processamento de Dados	771,90
			19 - Material de Acondicionamento e Embalagem	8,09
			20 - Material de Cama, Mesa e Banho	2.936,20
			21 - Material de Copa e Cozinha	12.069,52
			22 - Material de Limpeza e Produtos de Higienização	16.139,86
			24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	17.121,42
			25 - Material para Manutenção de Bens Móveis	8.742,08
			26 - Material Elétrico e Eletrônico	15.789,17
			28 - Material de Proteção e Segurança	295,26
			29 - Material para Áudio, Vídeo e Foto	2.378,60
			30 – Material p/ Comunicações	550,00
			36 - Material Hospitalar	3.816,47
			39 - Material p/Manutenção de Veículos	680,00
			41- Material p/ Utilização em Gráfica	1.657,00
			42 - Ferramentas	1.887,10
			339030- MATERIAL DE CONSUMO	44 – Material de Sinalização Visual e Outros
			50 – Bandeiras, Flâmulas e Insignias	550,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
020001	Senado Federal		58 – Material para Divulgação	2.140,00
			99 – Outros Materiais de Consumo	167,80
		339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.620,00
			17 - Manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	6.298,12
			41 - Fornecimento de Alimentação	11.800,20
			57 – Serviços Técnicos Profissionais de T.I	300,00
			67 – Serviços Funerários	360,00
			74 - Fretes e Transportes de Encomendas	2.041,98
			79 – Serviço de Apoio Adm. Téc. Operacional	548,00
			99 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.355,00
			449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos
		38 – Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina		725,00

Quadro 5 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Análise Crítica

A Administração Pública, em determinadas situações, necessita utilizar-se de sistemática especial para realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal de execução orçamentária. Para esses casos, como medida de exceção, o Senado Federal autoriza a realização de despesas pelo regime de adiantamento.

Em respeito ao princípio da separação dos Poderes, a norma editada por este órgão para disciplinar a realização de despesas por meio de Suprimento de Fundos, é o Ato da Comissão Diretora nº 17 de 21 de novembro de 2012. Destarte, devido a uma nova interpretação – baseada no Art. 47 do Decreto nº 93.872 de 1986 –, em 19/06/2015, o ATC em referência foi alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 07/2015, o qual introduziu o Regime Especial de Execução – REE de Suprimento de Fundos para atender, tão somente, às peculiaridades da Presidência do Senado Federal, bem como sua Residência Oficial. Cumpre ressaltar que, para o novo regime, foram estabelecidas novas regras, sendo a principal delas a ampliação do limite de concessão e aplicação para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês para gastos com serviços e compras em geral.

Com base na série histórica apresentada, pode-se verificar que a execução de despesas por suprimento de fundos sofreu um aumento tanto na quantidade quanto no valor total concedido aos supridos no exercício de 2016. No entanto, se comparado com a execução total das despesas do órgão, tais valores têm-se mantido baixos, o que se justifica principalmente pelo fato de os gestores serem constantemente alertados de que esse é um regime de exceção e por isso deve atender somente os gastos emergenciais, que não podem submeter-se ao processo normal de realização da despesa preconizado pela Lei 8.666, de 1993.

Outra informação extraída dos quadros é a de que, em 2016, todas as concessões de suprimento de fundos foram operacionalizadas pelo Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF. Em que pese a alternativa de realização de gastos por meio da conta tipo "B" não tenha sido extinta dos normativos do órgão, atualmente, busca-se eliminar essa modalidade de pagamento, visto que a utilização do cartão garante um melhor controle e uma maior segurança da utilização dos recursos públicos pelo regime de adiantamento.

Relativo ao maior limite individual concedido no exercício de 2016, o montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), trata-se de uma concessão do Regime Especial de Execução com vigência de dois meses, obedecendo ao limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês, conforme definição do ATC nº 07/2015 supracitado.

No que tange aos saques efetuados em 2016, todos foram autorizados previamente pelo Ordenador de Despesa e, conforme justificativas dos servidores supridos nos processos de concessão, tal providência deveu-se às exigências de fornecedores, que demandaram pagamentos ou por boleto bancário ou em espécie.

Finalmente, ressalta-se que nenhuma das concessões efetuadas foi para servidor já responsável por dois suprimentos, ou que estivesse em atraso na prestação de contas de suprimentos e que também não houve concessão a servidor que esteja respondendo a inquérito administrativo, ou que seja declarado em alcance. Ademais, registra-se que as prestações de contas apresentadas pelos supridos no exercício de 2016 foram aprovadas na sua totalidade pelo Ordenador de Despesas.

3.4 Desempenho Operacional

Os Projetos Estratégicos, que são monitorados quinzenalmente pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão estratégica – EGOV/DGER, têm seus marcos cadastrado e acompanhados no Sistema GEP – Gestão da Estratégia e Projetos.

A situação dos marcos é periodicamente atualizada, podendo ser considerados como “Concluído”, “Em execução”, “Não Iniciado”, “Suspenso” ou “Cancelado”. Foram cadastrados 444 marcos de projetos estratégicos, e em 2016, 61% foram concluídos, conforme gráfico abaixo.

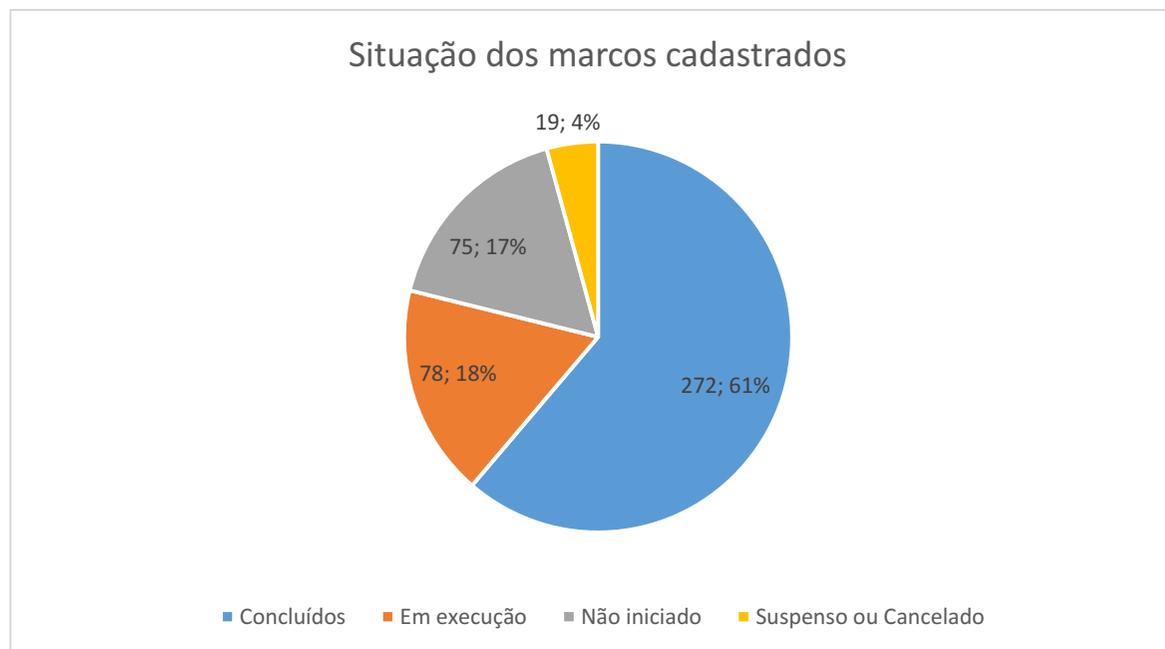


Gráfico 1 - Marcos cadastrados

Segue abaixo a situação de todos os marcos cadastrados:

Projetos Estratégicos do Senado Federal

SGM - Acervo Histórico da Informação Legislativa

Marco/Fase	Situação
Levantamento das necessidades	Concluído
Conclusão do estudo sobre o acervo pela SINFLEG/SEEDAN	Concluído

Implementação no Portal da Atividade Legislativa	Concluído
Busca nos livros de anais pelo GSA	Concluído
Livro de Anais transcritos da República até a década de 70	Concluído
Possibilitar a pesquisa textual nos documentos do Acervo dos Livros de Anais	Concluído
Encerramento do projeto	Não iniciado
Nova página de Livros de Anais na Internet	Em execução

SRPSF - Aprimoramento do Programa de Visitação

Marco/Fase	Situação
Projeto Senador Monitor por um dia implantado	Concluído
Política de gestão de pessoas para atuar como mediadores da visitação	Suspenso
Sistema de impressão de ingressos numerados	Em execução
Sistema de rádio-visitação	Em execução
Novos vídeos de orientações e informações da Visita disponível	Concluído
Visitas com áudio-guia em outros idiomas implantadas	Em execução
Ações de parcerias com instituições e escolas	Concluído
Roteiros temáticos criados	Em execução
Formulário da Avaliação da visita modernizada	Em execução
Visita com integração entre arte e visitação desenhada (Visite em Cena)	Em execução

Procedimentos da Visitação Reformulados	Em execução
Parcerias com áreas de infraestrutura para melhor atendimento da visita	Em execução

SECOM - Atualização Tecnológica do CEDOC Multimídia

Marco/Fase	Situação
Substituição da Fitoteca Petasite	Concluído
Implantar novos servidores	Concluído
Substituir storage antigo	Concluído
Aquisição instalação de nobreak	Em execução
Substituir o núcleo de rede do CEDOC	Em execução
Atualizar equipamentos de Ingest e Payout	Em execução

SECOM - Atualização Tecnológica do Sistema de Comunicação e Expansão da TV e Rádio para os Estados

Marco/Fase	Situação
Elaboração do termo de referência para contratação de transmissões para expansão	Concluído
Aprovação do Termo de Referência pela ADVOSF	Em execução
Autorização do ICM-Bio para instalação do transmissor no Morro de Sumaré - Rio de Janeiro	Em execução
Ata de Registro de Preço licitada e homologada	Não iniciado
Sistema de transmissão em Sumaré (RJ) pronto para entrar em operação	Não iniciado

Imagens do Plenário e das Comissões com mais qualidade	Em execução
--	-------------

PRDSTI - Avulso Eletrônico

Marco/Fase	Situação
Início	Concluído
Criação de avulso da SEADI	Concluído
Criação de avulsos da SLSF	Concluído
Criação de avulsos da SLCN	Concluído
Eliminação de manipulação de documentos para geração dos avulsos eletrônicos	Concluído
Encerramento	Concluído
Permitir a unicidade de fontes para publicação de avulsos e diário	Concluído

ILB - Capacitação de Servidores do Senado com Ênfase em TI, Gestão, Marcos Jurídicos-Processuais e Avaliação de Políticas Públicas

Marco/Fase	Situação
Priorização das áreas de atuação do ILB 2015/2016	Concluído
Programa de Formação Gerencial implementado	Concluído
Reunião com ESG para demanda de priorização de capacitação externa	Concluído
Lista priorizada de DOD's de capacitação externa das áreas do SF.	Suspensão
Lista de demanda de capacitação priorizada no PRODASEN	Concluído

Lista de demanda de capacitação sobre marcos-jurídicos processuais priorizada.	Concluído
Pós-Graduação Análise de constitucionalidade - Implantação do curso	Concluído
Pós-Graduação em Avaliação Políticas Públicas - Implantação do Curso	Concluído
Pós-Graduação em Gestão Integrada de Projetos - Implantação do curso	Concluído

PRDSTI - Central Legislativa e Parlamentar

Marco/Fase	Situação
Início	Concluído
Homologação	Concluído
Encerramento do projeto	Concluído

SADCON - Cooperação com CD e TCU para compras compartilhadas

Marco/Fase	Situação
Contatar os órgãos para avaliar interesse	Concluído
Reuniões para definir responsabilidades	Concluído
Instrução de processo para assinatura de acordo de cooperação	Em execução
Análise jurídica da minuta do acordo	Não iniciado
Aprovação da minuta e do mérito	Não iniciado
Execução do acordo	Não iniciado

SEGP - Elaboração da Política de Gestão por Competências

Marco/Fase	Situação
Minuta de Ato elaborada	Concluído
Entrega da primeira versão da Minuta para o Diretor da SEGP	Concluído
Norma revisada pela SGIDOC	Concluído
Obtenção de parecer da ADVSOSF	Em execução
Entrega da versão final	Não iniciado

PRDSTI - Escriba Plenário

Marco/Fase	Situação
Início	Concluído
Homologação	Concluído
Encerramento do Projeto	Concluído

SGIDOC - Estabelecimento do Processo de Classificação e Descrição do Acervo Arquivístico

Marco/Fase	Situação
Tratamento de Passivo Documental do Arquivo	Em execução
Parceria com a UnB Visando à Constituição de Projeto de Pesquisa no Arquivo Histórico	Em execução
Projeto Integrado de Classificação e Indexação do Acervo Arquivístico	Não iniciado

PRDSTI - GeGab - Novo Sistema de Gestão de Gabinetes Senatoriais

Marco/Fase	Situação
Iniciação: Entendimento da demanda e principais requisitos	Concluído
Elaboração: Definição de arquitetura e estratégias migração	Concluído
Construção: Implementação dos principais requisitos	Concluído
Homologação	Concluído
Implantação nos primeiros gabinetes de Senadores	Concluído
Treinamento e Implantação em todos gabinetes de senadores	Em execução

SPATR - Implementar e Aprimorar o Ato nº 19/2014 (Controle Patrimonial)

Marco/Fase	Situação
Escopo Definido	Concluído
Integrar SAACA/SPALM	Suspenso
Implementação da Certidão de Regularidade Patrimonial	Concluído
Central de Serviços adaptada	Suspenso
Rotina de controle patrimonial SPSF implementada	Concluído
Inventário da SPATR concluído	Concluído
Manutenção evolutiva do SPALM contratada	Em execução
Normatização do endereço dos bens patrimoniáveis	Suspenso
Carregadores/Montadores/Tombadores contratados	Concluído
Regularização das cargas patrimoniais do Museu	Suspenso

Custos da SEGRAF definidos	Suspenso
Custos da SINFRA definidos	Suspenso

SEGP - Implementar os exames periódicos no Senado Federal

Marco/Fase	Situação
Elaboração do DOD pela área técnica	Concluído
Elaboração da minuta do Termo de Referência	Concluído
Encaminhamento da minuta do Termo de Referência para o Diretor da SIS para análise	Concluído
Devolução para o ESIS para adequação do Termo de Referência	Concluído
Encaminhamento à SADCON para elaboração da minuta do Edital de Credenciamento	Concluído
Devolução ao SIS para considerações	Concluído
Elaboração da minuta do edital de credenciamento	Concluído
Obtenção de parecer jurídico favorável pela ADVOSF	Concluído
Autorização da contratação pela DGER	Concluído
Licitação do objeto	Concluído
Assinatura de contratos	Concluído
Realização de piloto na SIS	Concluído
Alocação de Pessoal	Concluído
Apresentação do Projeto de Reforma da Sala de Exames Periódicos	Concluído
Benefícios	Em execução

Plano de Comunicação	Em execução
Instalação do Prontuário Eletrônico	Em execução
Autorização para realização dos exames periódicos pelo SIS	Não iniciado
Instalação de estrutura física para as consultas médicas	Em execução
Exames Periódicos implementados no Senado Federal	Não iniciado

SECOM - Impulsionar a Interação com a Sociedade pelo Uso das Mídias Sociais

Marco/Fase	Situação
Escopo definido	Concluído
Forma de interação comercial definida	Concluído
Meta de alcance de 2015 atingida	Concluído
Banco de Imagens	Em execução
Serviço de monitoramento/gestão da mídia social no modelo SaaS (Software como serviço) contratado	Em execução
Indicadores de desempenho definidos	Concluído
Relatórios de acompanhamento de mídias sociais realizados	Concluído

PRDSTI - Legis 2015: Movimentação de Processados Legislativos

Marco/Fase	Situação
Início	Concluído
Levantamento de requisitos e processos com a SGM	Concluído
Modelo de banco e arquitetura de desenvolvimento	Concluído

Ações de saneamento de dados e ajustes de processos	Concluído
Avaliação dos impactos nos sistemas consumidores do Mate	Concluído
Módulo Principal	Concluído
Homologação e implantação do sistema	Concluído
Módulo Complementar	Concluído
Ajustes em produção - processados e unidades de tramitação	Concluído
Módulo principal - Alterações no Mate e outros sistemas	Concluído
Encerramento do Projeto	Concluído

PRDSTI - Legis 2016: Registro de Matérias Legislativas

Marco/Fase	Situação
Aprovação e Assinatura do TAP	Concluído
Protótipo do banco de dados concluído	Concluído
Levantamento Inicial de Requisitos	Concluído
Sprint 1 - Gestão de Documentos do Processo Legislativo	Concluído
Sprint 2 - Conteúdos Legislativos	Concluído
Sprint 4 - Ajustes para versão de homologação	Concluído
Sprint 3 - Eventos do Projeto	Concluído
Migração de dados em homologação	Concluído
Sprint 5 - Deliberação de emenda, edição de MPV e outras funcionalidades de documentos	Concluído
Saneamento de dados coordenado pelo NMIL	Em execução

Implantação do sistema em produção	Concluído
Estabilização do sistema após implantação	Em execução
Encerramento	Não iniciado

CONLEG - LexEdit Web Requerimentos

Marco/Fase	Situação
Entrega do Termo de Abertura	Concluído
Fim da Fase I - Especificação do formato do documento e Definição da plataforma tecnológica	Concluído
Fim da Fase II - Primeira versão	Concluído
Fim da Fase III - Disponibilização de todos os modelos de requerimento e recurso legislativo no ambiente Web	Concluído
Fim da Fase IV-A - LexEdit versão 1.0-Beta1 para homologação standalone	Concluído
Fim da Fase IV-B - Produção versão 1.0 standalone/homologação SAC	Em execução
Benefícios	Em execução
Fim da Fase V- Transição	Não iniciado

PRDSTI - Modelagem Conceitual: Ontologia Base do Processo Legislativo

Marco/Fase	Situação
Início	Concluído
Categorias universais gerais	Concluído
Modelagem de Eventos de Plenário	Concluído
Modelagem Geral das Ações Legislativas	Concluído

Detalhamento de Documentos e Matérias	Concluído
Pronunciamentos - Parcial com E-Plenário	Concluído
Realização de Treinamento com o Prof. Giancarlo Guizzardi	Cancelado
Encerramento	Concluído

SGM - Modelo Unificado de Interação com a Sociedade

Marco/Fase	Situação
Publicação do ATCD 8/2014	Concluído
Diagnóstico da estrutura atual do Alo Senado	Concluído
Publicação do ATCD 15/2014	Concluído
Modelagem do processo de atendimento ao cidadão no SF	Concluído
Integração dos canais/portas de acesso pelo cidadão	Concluído
Implantação da nova metodologia de trabalho da Ouvidoria do SF	Concluído
Publicação da Portaria DGER 57/2015	Concluído
Cessão da tecnologia de gestão de atendimento do TCU ao SF	Suspenso
Estudo técnico para aquisição de solução tecnológica de gestão integrada	Concluído
SISOUVI WEB instalado e em operação	Não iniciado
Contratação de CRM	Em execução
Apresentação em Plenário do sistema de atendimento ao cidadão pelo SF	Não iniciado

SGM - Modernização dos Plenários das comissões

Marco/Fase	Situação
Início	Concluído
Redução nos custos e aumento na velocidade e qualidade do trabalho	Concluído
Sistema de videoconferência do Interlegis nos plenários das comissões implementado	Cancelado
E1 - Instalação de infraestrutura - Garagem do Anexo II - INICIADA	Concluído
E1 - Instalação de infraestrutura - Garagem do Anexo II - CONCLUIDA	Concluído
E1 - Instalação de infraestrutura - Ala Alexandre Costa - INICIADA	Concluído
E1 - Instalação de quadros elétricos - Ala Alexandre Costa - INICIADA	Concluído
E1 - Instalação de infraestrutura - Ala Nilo Coelho - INICIADA	Concluído
Materiais para compor a sala de tratamento de documentos sigilosos da COCETI disponibilizados e instalados	Em execução
E1 - Instalação de infraestrutura - Ala Alexandre Costa - CONCLUIDA	Concluído
E1 - Instalação de quadros elétricos - Ala Alexandre Costa - CONCLUIDA	Concluído
E1 - Instalação de infraestrutura - Túnel do Anexo II - INICIADA	Concluído
E1 - Instalação de quadros elétricos - Lançamento de cabos elétricos - INICIADA	Concluído
E1 - Instalação de infraestrutura - Túnel do Anexo II - CONCLUIDA	Concluído

E1 - Instalação de infraestrutura - Ala Nilo Coelho - CONCLUÍDA	Não iniciado
Maior segurança de infraestrutura	Não iniciado
E1 - Instalação de quadros elétricos - Lançamento de cabos elétricos - CONCLUÍDA	Não iniciado
Agilidade e integridade nos processos de votação	Não iniciado
Instalação dos computadores all-in-one e leitores biométricos nos plenários das comissões	Não iniciado
Maior segurança no tratamento de informações sigilosas	Não iniciado
Reforma nas CPI's	Em execução
Fechaduras biométricas	Não iniciado
P7 - SERVIÇOS NO SISTEMA DE FORROS	Em execução
P7 - SERVIÇOS PRELIMINARES, DE IMPLANTAÇÃO E APOIO	Em execução
P7 - PISOS, REVESTIMENTOS E PAVIMENTAÇÃO	Em execução
Adaptação de urna eletrônica para os critérios utilizados pelo Senado	Não iniciado
Aquisição de aparelho de tradução simultânea para o Plenário 2	Em execução
P7 - SERVIÇOS NO SISTEMA DE PINTURAS	Em execução
P7 - SERVIÇOS ELÉTRICOS	Em execução
P7 - LIMPEZA	Em execução
P7 - SERVIÇOS TÉCNICOS	Não iniciado
Encerramento	Não iniciado

CONORF - Modernizar o sistema de elaboração orçamentária (LexOr)

Marco/Fase	Situação
Início do projeto	Concluído
Desenvolvimento do Módulo Emendas	Concluído
Apresentação pré-homologação do módulo de emendas para a CMO e consultorias do Senado e da Câmara	Concluído
Disponibilização do Módulo de Emendas para homologação	Concluído
Desenvolvimento do Módulo Proposições e Controle de Acesso	Concluído
Homologação do Módulo de Emendas	Concluído
Homologação do Módulo de Proposições	Não iniciado
Módulo de Adendos, Erratas e Relatórios	Não iniciado
Integração Assinatura Digital e Ajustes Diversos	Em execução
Adendos/Erratas, Planilhas e Autógrafo	Não iniciado
Homologação e Documentação do Modelo	Não iniciado
Produção	Não iniciado

EGOV - Política de Governança de TI

Marco/Fase	Situação
Elaboração da Minuta de Política de Governança de TI	Concluído

Envio da Minuta ao Prodasen para análise	Concluído
Entrega da Minuta de Política de Governança de TI à DGERADG	Concluído
Revisão conjunta da Minuta com diretores e coordenadores do Prodasen	Concluído
Versão da minuta revisada pelo Gustavo (DGERADG)	Concluído
Minuta da Política entregue à DGER pela DGERADG com o objetivo de aprovação pela Mesa Diretora do Senado	Concluído
Publicação da Política de Governança de TI como Ato da Comissão Diretora (ATC 08/2016)	Concluído

PRDSTI - Política de Segurança da Informação

Marco/Fase	Situação
Apresentação da proposta de trabalho	Concluído
Grupo de Trabalho com Áreas afins Estruturado	Em execução
Revisão e Estudos Concluídos	Não iniciado
Elaboração de minuta de Portaria para criação de GT encarregado de criar a Política	Concluído
Avaliação de Outros Órgãos Concluída	Não iniciado
Política Estruturada e Estratégia Montada	Não iniciado
Criação de Unidade Responsável	Não iniciado
Revisão e Aprovação pela Alta Administração	Não iniciado

Encerramento	Não iniciado
--------------	--------------

PRDSTI - Processo Eletronico Inteligente

Marco/Fase	Situação
Planejamento aprovado	Concluído
Arquitetura workflow preliminar disponível para uso interno	Concluído
Central de Serviços - Primeiro grupo de formulários	Concluído
Central de Serviços - Segundo grupo de formulários	Em execução
Central de Serviços - Homologação primeiro grupo	Em execução
Central de Serviços - Terceiro grupo de formulários	Cancelado
Central de Serviços – Homologação Terceiro Grupo	Cancelado
Central de Serviços - Homologação segundo grupo	Não iniciado
Execução de projetos pilotos dos formulários	Em execução
Formulários prioritários em produção na central de serviços	Não iniciado

SEGP - Programa de Desenvolvimento de equipes - versão 2015

Marco/Fase	Situação
Recebimento da demanda e reunião com setor.	Concluído
Proposta de trabalho	Concluído
Planejamento das oficinas	Concluído
Execução das oficinas de desenvolvimento de liderança	Concluído

Análise dos resultados das oficinas com os gestores e servidores e elaboração do relatório final.	Concluído
Apresentação do relatório na SERERP (com gestores e servidores)	Concluído

NCAS - Programa de Elaboração e implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal

Marco/Fase	Situação
Publicação do ADG 24/2014	Concluído
Inventário atualizado de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição	Concluído
Plano de Ação para material de consumo	Concluído
Plano de Ação para serviços de impressão - outsourcing	Concluído
Plano de Ação para arborização e manutenção de áreas verdes	Concluído
Plano de Ação para deslocamento de pessoal	Concluído
Plano de Ação para gestão de resíduos	Concluído
Plano de Ação para qualidade de vida no ambiente de trabalho	Concluído
Plano de Ação para compras e contratações sustentáveis	Concluído
Plano de Ação para água e esgoto	Concluído
Plano de Ação para energia elétrica	Concluído
Plano de Ação para Serviços Gráficos	Concluído
PGLS consolidado	Concluído

Encerramento Fase 1 - Elaboração do Documento	Concluído
Entrega do PGLS à Diretoria-Geral	Concluído
Início da fase II - Monitoramento do PGLS	Concluído
Reunião de Monitoramento NCAS	Concluído
Reunião Monitoramento ILB	Concluído
Reunião Monitoramento SEQVR	Concluído
Entrega de Relatório Semestral COATEN	Concluído
Entrega de Relatório Semestral SEGP	Concluído
Entrega de Relatório Semestral SGM	Concluído
Entrega de Relatório Semestral SINFRA	Concluído
Entrega de Relatório Semestral SPATR	Concluído
Entrega do Relatório Semestral NCAS	Concluído
Reunião Monitoramento SEGRAF	Concluído
Entrega de Relatório Semestral COGER	Concluído
Entrega de Relatório Semestral DGER/NCAS	Concluído
Entrega do Relatório Semestral ASQUALOG	Concluído
Entrega do Relatório Semestral SADCON	Concluído
Publicação da Portaria com o nome dos membros	Concluído
Apresentação do Relatório Semestral à DGER	Concluído

Reunião de Apresentação do Relatório Semestral do PGLS à Comissão Gestora	Concluído
Sistemática de Monitoramento das Ações do PGLS	Concluído
Entrega do Relatório Anual do PGLS	Concluído
Encerramento do Projeto	Concluído

PRDSTI - Programa de Modernização dos Sistemas Legislativos e Parlamentares

Marco/Fase	Situação
Ambiente centralizado de acesso a serviços e aplicações que suportam o Processo Legislativo e a Atividade Parlamentar	Concluído
Controle das designações de relatoria por parte das Comissões e dos Gabinetes Parlamentares	Concluído
Desativação do sistema SITAQ	Concluído
Maior transparência, segurança e visibilidade das notas taquigráficas aos usuários, internos e externos	Concluído
Controle da localização dos processados físicos	Concluído
Desativação parcial do sistema MATE em relação a funcionalidades ligadas ao registro de Boletins de Atividade Legislativa	Concluído
Ambiente moderno e responsivo para gestão de demandas e pessoas no âmbito dos Gabinetes Parlamentares cada vez mais integrado às soluções de apoio ao Processo Legislativo	Concluído

Desativação dos sistemas Gabflow e CadastratoWeb nos Gabinetes Parlamentares com consequente interrupção do uso das ferramentas KeyFile e KeyFlow nesses setores	Em execução
Eliminação da necessidade de renovação dos contratos das ferramentas KeyFile/KeyFlow e da sustentação do sistema Gabflow no escopo dos Gabinetes Parlamentares	Em execução
Ambiente para produção estruturada de Documentos Legislativos (Requerimentos e Recursos) mais integrado aos outros sistemas	Em execução
Compreensão da situação atual da Arquitetura de Informação do Senado Federal quanto às informações legislativas históricas	Concluído
Desativação do uso de ferramenta externa de colaboração para a produção das Ata de Sessões Plenárias	Em execução
Desativação parcial do sistema LexEdit Desktop	Em execução
Desativação parcial do sistema PARLAM	Em execução
Eliminação da impressão do Diário do Senado para remessa ao Arquivo com o envio de versão digital assinada por meio do SIGAD	Concluído
Eliminação da manipulação dos documentos para a geração dos avulsos eletrônicos	Em execução
Garantia de unicidade do documento publicado como avulso eletrônico e publicado no Diário do Senado	Em execução

Maior transparência e clareza no registro e publicidade dos eventos relacionados aos encontros legislativos (Eventos de sessão e uso da Palavra)	Em execução
Simplificação da estrutura do Diário quanto à organização da Informação como primeiro passo para a automação	Concluído
Sistematização de um conjunto de propostas a serem materializadas em projetos futuros	Em execução
Desativação dos sistemas NJUR, THES e DICN	Em execução
Desativação parcial do sistema MATE em relação a funcionalidades ligadas ao registro das Matérias Legislativas	Em execução
Gestão de todos os documentos legislativos, inclusive àqueles não vinculados a uma Matéria	Em execução
Melhor estruturação dos documentos e informações e do registro de eventos relacionados às Matérias Legislativas	Em execução
Melhor qualificação dos relacionamentos entre as normas e categorização dos vocabulários de termos	Em execução
Modelo consistente e integrado do Processo Legislativo em suas estruturas de informação, documentos, eventos e processos	Em execução
Viabilização da pesquisa utilizando o GSA nos livros de Anais do Império e da República com qualificação das informações dessas fontes	Em execução

Desativação completa do sistema MATE	Não iniciado
Desativação dos sistemas Emendas LOA, Selor	Em execução
Modernização do sistema de apoio ao processo orçamentário	Em execução
Armazenamento dos documentos legislativos e parlamentares em repositório único (SmartECM)	Em execução
Desativação do sistema SIL	Não iniciado
Eliminação do Processado Especial físico	Não iniciado
Maior transparência e clareza no registro e publicidade dos eventos relacionados aos encontros legislativos (Eventos de itens de pauta)	Em execução
Possibilidade de utilização de assinatura digital dentro do Processo Legislativo e Orçamentário	Em execução
Ambiente para produção estruturada de Documentos Legislativos (Proposições) mais integrado aos outros sistemas	Não iniciado
Ganho de celeridade na alimentação das informações das normas jurídicas por meio de apoio automatizado na extração do DOU	Não iniciado
Ambiente para produção estruturada de Documentos Legislativos (Emendas) mais integrado aos outros sistemas	Não iniciado
Desativação dos sistemas ACMO, ADMU, Créditos	Não iniciado

Estruturação completa das informações relacionadas aos eventos ocorridos durante o Processo legislativo permitindo maior clareza e transparência nos meios de publicação	Em execução
Rastreabilidade estruturada das normas em relação às suas relações, vigências e versões ao longo do tempo	Não iniciado
Desativação completa do sistema LexEdit Desktop	Não iniciado
Geração automatizada do Diário do Senado a partir dos documentos e eventos registrados nos sistemas legislativos	Não iniciado
Ambiente para produção estruturada de Documentos Legislativos (Relatório e Pareceres) mais integrado aos outros sistemas	Não iniciado
Convergência dos processos de trabalho e soluções de software utilizados para suportar os encontros legislativos (Plenário e Comissões)	Não iniciado
Desativação do sistema Ordia e parte do sistema COMISS	Não iniciado
Desativação do sistema PPA	Não iniciado
Suporte para tramitação completa de matérias exclusivamente em meio digital	Não iniciado
Desativação do sistema ACCOR	Não iniciado
Desativação do sistema DISSE	Não iniciado
Desativação do sistema PARLAM	Não iniciado
Desativação do sistema QOrdem	Não iniciado

Eliminação da duplicidade de registro da mesma informação em mais de um sistema com a completa integração entre as soluções de suporte do Processo legislativo e Orçamentário	Não iniciado
---	--------------

EGOV - Programa de Sistematização das Contratações no Senado Federal

Marco/Fase	Situação
Apresentação do Programa aos diretores das áreas diretamente envolvidas com o Processo de Contratações	Concluído
Primeira reunião de trabalho com a equipe de gerenciamento do programa	Concluído
Configuração do Programa de Sistematização das Contratações	Concluído
Aprovação do Termo de Abertura do Programa	Concluído
Apresentação e formalização do início dos projetos integrantes do programa	Concluído
Início do monitoramento dos projetos	Concluído
Reunião de apresentação do desempenho do Programa à DGERAD-C alterado	Concluído
ADG 23/2014 - transformando os atos operacionais em atos da Diretoria-Geral ao invés de Atos da Comissão Diretora, o que facilita as suas revisões.	Concluído
Criação da Política de Contratações do Senado Federal (ATC 12/2014)	Concluído

Criação do Comitê de Contratações	Concluído
Novo modelo de utilização da ARP	Concluído
Wiki de Contratações e Consultorias	Concluído
Diagnóstico sobre Contratações Emergenciais, Excepcionais, Reconhecimento de Dívidas e Recomendações para a Administração do SF	Concluído
Descentralização da Pesquisa de Preço - Pesquisa de Preço sendo feita pelos órgãos técnicos	Concluído
Módulo de Gestão de Aquisições (SADCON)	Concluído
Solicitações de Pagamento pelo GESCON - Workflow	Concluído
DOD (Documento de Oficialização de Demanda) Eletrônico	Concluído
TR (Termo de Referência) Eletrônico	Em execução
Monitoramento dos projetos	Em execução

PRDSTI - Projeto de informatização/automação do processo de contratação/compras do SF

Marco/Fase	Situação
Início	Concluído
Módulo de Cadastro de Objetos (ADG 9/2015)	Concluído
Módulo Gerencial	Concluído
Módulo de DOD Eletrônico	Concluído
Módulo de Controle de DOD Eletrônico	Concluído
DOD Eletrônico disponibilizado na Central de Serviços	Concluído

Módulo de Catálogo de Itens	Suspenso
Monitoramento de processos de contratações prioritários	Concluído
Módulo de Elaboração de TR/PB	Suspenso
Fluxos dos processos no Módulo Gerencial (fases, situações, despachos padrão, atores e precedência)	Em execução
Encerramento	Não iniciado

PRDSTI - Projeto de Sistema de Execução Orçamentária

Marco/Fase	Situação
Aprovação do Termo de Abertura do Projeto	Concluído
Integração SEO x Gescon - Agrupadores, Empenhos e Pagamento de NE	Concluído

PRDSTI - Projeto GESCON - Programa de Sistematização das Contratações

Marco/Fase	Situação
Início	Concluído
Apresentação TAP	Concluído
M1 - Emergencial Gestor (Produção)	Concluído
M2 - Telas e Perfis Otimizados (Requisitos)	Concluído
M2 - Telas e Perfis Otimizados (Desenvolvimento)	Concluído
M2 - Telas e Perfis Otimizados (Homologação)	Concluído
M3 - Base de Fornecedores e Funções Gestor (Requisitos)	Concluído

M3 - Base de Fornecedores e Funções Gestor (Desenvolvimento)	Concluído
M3 - Base de Fornecedores e Funções Gestor (Homologação)	Concluído
M4 - Gestão de avenças do tipo NE (Desenvolvimento)	Concluído
M4 - Gestão de avenças do tipo NE (Homologação)	Concluído
M4 - Gestão de avenças do tipo NE (Requisitos) + Portal da Transparência	Concluído
M6 - Casos especiais de avença do tipo ARP (Requisitos)	Concluído
M6 - Casos especiais de avença do tipo ARP (Desenvolvimento)	Concluído
M7 - Gestão de vigência e prazos (Requisitos)	Não iniciado
M6 - Casos especiais de avença do tipo ARP (Homologação)	Concluído
M7 - Gestão de vigência e prazos (Desenvolvimento)	Não iniciado
M8 - Itens de Contrato e Cronograma de Desembolso (Requisitos)	Em execução
M5 - Gestão de avenças do tipo ARP (Desenvolvimento)	Não iniciado
M5 - Gestão de avenças do tipo ARP (Homologação)	Concluído
M5 - Gestão de avenças do tipo ARP (Requisitos)	Concluído
M7 - Gestão de vigência e prazos (Homologação)	Não iniciado
M8 - Itens de Contrato e Cronograma de Desembolso (Desenvolvimento)	Em execução

M9 - Empenho e Pagamento (Requisitos)	Não iniciado
M8 - Itens de Contrato e Cronograma de Desembolso (Homologação)	Não iniciado
M10 - Penalidades e Outros (Requisitos)	Não iniciado
M9 - Empenho e Pagamento (Desenvolvimento)	Não iniciado
M9 - Empenho e Pagamento (Homologação)	Não iniciado
M10 - Penalidades e Outros (Desenvolvimento)	Não iniciado
M10 - Penalidades e Outros (Homologação)	Não iniciado
Encerramento	Não iniciado

EGOV - PSC Projeto 5 - Estabelecimento de Indicadores de Contratações

Marco/Fase	Situação
Fase I: Análise estrutura SADCON	Concluído
Fase I: Início	Concluído
Fase I: Análise do macroprocesso de compras	Concluído
Fase I: Pesquisa exploratória inicial de indicadores	Concluído
Fase I: Análise dos TAPs para coleta de indicadores relatados nos projetos	Concluído
Fase I: Lista inicial de indicadores concluída para validação	Concluído
Fase I: Validação dos indicadores a serem acompanhados	Concluído

Fase I: Sistematização da coleta de dados	Concluído
Fase I: Entrega da 1a parte de indicadores	Concluído
Fase I: Validação da 1a entrega de indicadores	Concluído
Fase I: Entrega dos ajustes solicitados após a 1a validação	Suspenso
Fase I: Entrega da 2a parte de indicadores	Suspenso
Fase I: Validação da 2a entrega de indicadores	Suspenso
Fase II: Reunião de redefinição do escopo do projeto	Concluído
Fase II: Reunião de planejamento do novo escopo do projeto	Concluído
Fase II: Entrega da lista de indicadores após análise e revalidação	Concluído
Fase II: Entrega de um novo cronograma de implementação dos indicadores	Suspenso
Fase II: Entrega dos ajustes solicitados após a 2a validação	Em execução
Fase II: Implementação e Homologação do Painel de Indicadores - QlikView	Em execução
Fase II: Encerramento	Não iniciado

SGIDOC - Revisão e Consolidação das Normas do Senado Federal

Marco/Fase	Situação
Início do Projeto	Concluído
Entrega da Etapa 1 - Normas administrativas relativas aos senadores (00200.014002/2015-14)	Concluído
Entrega da Etapa 2 – Normas administrativas relativas à gestão de pessoas	Concluído
Entrega da Etapa 3 – Normas administrativas relativas à gestão administrativa do Senado Federal.	Concluído
Aprovação das Minutas (Todas as Etapas)	Não iniciado
Publicação dos Atos (Todas as Etapas)	Não iniciado

SGM - Sistema de Controle da Votação Eletrônica

Marco/Fase	Situação
Aquisição de monitores do tipo vídeo wall	Concluído
Início	Concluído
Monitores vídeo wall instalados e sive adaptado	Concluído
Adaptação do padrão de registro biométrico para compatibilização com o sistema das comissões e da Câmara dos Deputados	Concluído
Substituição de postos de votação dos secretários	Concluído
Substituição de postos de votação por modelos com display e teclado de senha integrados nas bancadas	Concluído

Adaptação do SVE para exibição de orientação de liderança	Concluído
Contratação de aditivo para inclusão de novas funcionalidades do SVE do Plenário	Concluído
Console do Presidente touch screen com recursos de controle de votação e tempo de microfone instalado	Concluído
Instalação de postos de apoio para controle de tempo de microfone e orientação de liderança	Concluído
Integração do SVE com sistema de uso dos microfones	Concluído
Instalação de leitor biométrico nos postos de votação do plenário	Concluído
Exportação da imagem dos painéis para a internet	Em execução
Exportação de dados do SVE para os sistemas legislativos do Senado	Em execução
Encerramento	Não iniciado
Aquisição de fechadura com leitor biométrico	Em execução
Integração com o sistema de votação das comissões	Não iniciado

PRDSTI - Visão: A TI e o Processo Legislativo do Futuro

Marco/Fase	Situação
Aprovação do escopo e formato	Concluído
Planejar execução dos Painéis	Concluído
Painel - O Futuro da Democracia	Concluído
Painel - Indicadores para Avaliação da Atividade Legislativa	Concluído

Painel - Novos mecanismos de participação popular	Concluído
Painel - Impacto das TICs no processo legislativo	Concluído
Relatório técnico com sugestões de projetos futuros	Concluído
Avaliação SGM/Prodasen do resultado das audiências públicas e workshops	Concluído
Revisão e Publicação do Relatório	Concluído

Quadro 6 - Situação dos marcos cadastrados

3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Atualmente, no Senado Federal, foram desenvolvidos indicadores de desempenho com foco em Gestão de Pessoas. A concepção desses indicadores foi iniciada em 2014 pela área de gestão de pessoas. Nesta fase inicial, encerrada em fevereiro de 2015 com a publicação do Ato da Diretoria-Geral nº 5, foram criados trinta indicadores, divididos em cinco grupos: indicadores de estrutura; indicadores de provimento; indicadores de desenvolvimento; indicadores de manutenção; e indicadores de custo de parcelas variáveis. No Ato foram definidos parâmetros gerais com orientações para a implementação dos indicadores, ficando o detalhamento a cargo de um grupo de trabalho. Esse grupo, composto por membros de diversas unidades do Senado Federal, realizou pesquisas e análises para a definição dos parâmetros de cada indicador. A implementação parcial foi realizada em um painel gerencial por meio do software Qlikview. É importante ressaltar que até o momento somente foram definidas as métricas de monitoramento, faltando ainda a definição das metas para obtenção dos indicadores. Segue abaixo as formulas definidas para os indicadores.

Indicadores de Estrutura do Quadro de Pessoal:

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.1	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo faixa etária global e por vínculo	-	Não há meta definida	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores)*100

Quadro 7 - Indicadores de estrutura do quadro de pessoal

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.2	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo a escolaridade	-	Não há meta definida	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores)*100

Quadro 8 - Taxa de composição da força de trabalho segundo a escolaridade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.4	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo o gênero e raça	-	Não há meta definida	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores)*100

Quadro 9 - Taxa de composição da força de trabalho segundo o gênero e raça

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
----	-------------	----------------------	-----------------	---------------	----------------------

1.5	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo lotação e exercício	-	Não há meta definida	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores)*100
-----	---	---	----------------------	--------	--

Quadro 10 - Taxa de composição da força de trabalho segundo lotação e exercício

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.6	Taxa de servidores cedidos pelo Senado e para o Senado	-	Não há meta definida	Mensal	(Número de servidores efetivos cedidos pelo Senado/Número total de servidores efetivos do Senado) x 100
					(Número de servidores efetivos cedidos para o Senado/Número total de servidores efetivos do Senado) x 100

Quadro 11 - Taxa de servidores cedidos pelo Senado e para o Senado

Indicadores de Provimento do Quadro de Pessoal:

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
2.1	Taxas de Provimento e Vacância por cargo	-	Não há meta definida	Mensal	(Número de cargos ocupados sob a ótica em análise/Número total de cargos existentes)*100
					(Número de cargos vagos sob a ótica em análise/Número total de cargos existentes)*100

Quadro 12 - Taxas de provimento e vacância por cargo

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
2.2	Tempo médio desde a autorização para reposição até o efetivo provimento de servidores efetivos	-	Não há meta definida	*Dependerá da realização dos concursos, abrangendo o período entre a homologação e o vencimento da validade do certame	(Somatório (Data de exercício do servidor efetivo - Data de publicação do edital do concurso do servidor efetivo que entrou em exercício))/Total de servidores efetivos nomeados que entraram em exercício

Quadro 13 - Tempo médio desde a autorização para reposição até o efetivo provimento de servidores efetivos

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
2.3	Tempo médio da solicitação de nomeação até o efetivo provimento de servidores comissionados	-	Em construção	Em construção	(Somatório (Data de exercício do servidor comissionado - Data de publicação do ato de nomeação do servidor comissionado que entrou em exercício))/Total de servidores comissionados nomeados que entraram em exercício

Quadro 14 - Tempo médio da solicitação de nomeação até o provimento de servidores comissionados

Indicadores de Desenvolvimento do Quadro de Pessoal:

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.1	Tempo médio anual de treinamento dos servidores por vínculo	-	Em construção	Anual	Número total de horas de capacitação/Número de servidores

Quadro 15 - Tempo médio anual de treinamento dos servidores por vínculo

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.2	Tempo médio anual de treinamento dos servidores em cargos gerenciais	-	Em construção	Anual	Número total de horas de capacitação/Número de servidores

Quadro 16 - Tempo médio anual de treinamento dos servidores em cargos gerenciais

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.3	Percentual de servidores capacitados/ano	-	Em construção	Anual	(Número total de servidores com ao menos um treinamento concluído no ano/Número total de servidores)*100

Quadro 17 - Percentual de servidores capacitados/ano

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.4	Taxa de conclusão de servidores matriculados em eventos de capacitação	-	Em construção	Anual	(Número total de servidores que concluíram as capacitações/Número total de servidores se matricularam)*100

Quadro 18 - Taxa de conclusão de servidores matriculados em eventos de capacitação

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.5	Taxa de reação dos servidores treinados	-	Em construção	-	Em construção

Quadro 19 - Taxa de reação dos servidores treinados

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.6	Taxa de impacto dos treinamentos	-	Em construção	-	Em construção

Quadro 20 - Taxa de impacto dos treinamentos

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.7	Relação de candidatos-vaga dos programas de pós-graduação ofertados	-	Em construção	-	Em construção

Quadro 21 - Relação de candidatos-vaga dos programas de pós-graduação ofertados

Indicadores de Manutenção do Quadro de Pessoal:

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.1	Remuneração média por cargo e especialidade	-	Não há meta definida	Mensal	Somatório das remunerações de todos os colaboradores da instituição/Quantitativo total de colaboradores

Quadro 22 - Remuneração média por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.2	Taxa de absenteísmo	-	Não há meta definida	Mensal	(Número total de horas de afastamentos sob as óticas em análise/Número total de horas que os colaboradores deveriam estar disponíveis)*100

Quadro 23 - Taxa de absenteísmo

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.3	Índice de rotatividade de pessoal por cargo e especialidade	-	Em construção	Anual	$[(\text{Número total de admissões} + \text{Número total de desligamentos})/2]/[(\text{Número total de efetivos no início do período} + \text{Número total de efetivos no final do período})/2]$

Quadro 24 - Índice de rotatividade de pessoal por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.4	Número médio de dias de afastamento por licença médica por cargo e especialidade	-	Não há meta definida	Mensal	(Somatório(Número de dias de afastamento por licença médica))/Número de colaboradores que tiveram afastamento por licença médica

Quadro 25 - Número médio de dias de afastamento por licença médica por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.5	Índice de clima organizacional	-	Em construção	Bianual	((Total de respostas "concordo" + Total de respostas "concordo totalmente")/Total de respostas - (Total de respostas "não sei/não se aplica" + Total de respostas em branco))*100

Quadro 26 - Índice de clima organizacional

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.6	Taxa de afastamentos decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade	-	Em construção	Em construção	Em construção

Quadro 27 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.7	Taxa de afastamentos decorrentes de doenças crônicas	-	Não há meta definida	Mensal	(Número total de dias de afastamento por licença médica, doença crônica/Número total de dias de afastamento por licença médica)*100

Quadro 28 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças crônicas

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.8	Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade	-	Em construção	Em construção	Em construção

Quadro 29 - Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.9	Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças crônicas	-	Em construção	Em construção	Em construção

Quadro 30 - Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças crônicas

Indicadores de Custo de Parcelas Variáveis:

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
5.1	Custo médio por unidade, servidor e vínculo de horas-extras	-	Não há meta definida	Mensal	Média do valor dispendido por horas-extras sob as óticas de unidade, servidor e vínculo, dentro do ano corrente

Quadro 31 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de horas-extras

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
5.2	Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio transporte	-	Não há meta definida	Mensal	Média do valor dispendido por transporte sob as óticas de unidade, servidor e vínculo, dentro do ano corrente

Quadro 32 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio transporte

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
5.3	Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio alimentação	-	Não há meta definida	Mensal	Média do valor dispendido por alimentação sob as óticas de unidade, servidor e vínculo, dentro do ano corrente

Quadro 33 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio alimentação

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
5.4	Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio pré-escolar	-	Não há meta definida	Mensal	Média do valor dispendido por auxílio pré-escolar sob as óticas de unidade, servidor e vínculo, dentro do ano corrente

Quadro 34 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio pré-escolar

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das Estruturas de Governança

O Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, instituído pelo Ato do Primeiro Secretário nº 16, em 22 de dezembro de 2011, tem a finalidade de garantir o uso de boas práticas de administração no Senado Federal.

Por esse sistema, os esforços se concentram em adaptar modelos e práticas de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, com o medida de desenvolvimento institucional, e também em atendimento da sociedade por mecanismos cada vez mais eficazes de governança, para zelar por seus interesses na gestão pública.

Para dar sustentabilidade à Governança Corporativa e à Gestão Estratégica, foram revisados e alterados, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015, os objetivos estratégicos do plano estratégico institucional e as diretrizes para a administração do Senado Federal estabelecidos, respectivamente, nos Atos da Comissão Diretora nº 9, de 2013 e nº 1, de 2014. Essas diretrizes e objetivos estratégicos são utilizados como referência para o direcionamento estratégico do Senado Federal até o ano de 2023, podendo ser revisados e alterados, a qualquer momento, por novo Ato da Comissão Diretora.

Suportam e compõem a estrutura de governança corporativa e gestão estratégica do Senado Federal:

I. Comitê Executivo;

II. Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica;

III- Escritórios Setoriais de Gestão;

IV. Comitê de Contratações;

V. Comitê de Governança da Tecnologia de Informação;

1- O Comitê Executivo foi instituído por meio do Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015, para implementar e gerir o plano estratégico do Senado Federal, formado pelo Chefe de Gabinete da Presidência e os titulares da Secretaria-Geral da Mesa e Diretoria-Geral, que o presidirá.

2. O Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica, instituído pelo Ato do Primeiro Secretário nº 16, de 2011, está diretamente subordinado à Diretoria-Geral, conforme previsto no Regulamento Administrativo do Senado Federal (Ato da Diretora-Geral nº 27, de 2014, com a redação atualizada pelo Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2015). À Diretoria-Geral compete prover o Senado Federal com métodos, técnicas e ferramentas de governança corporativa e gestão estratégica.

2.1- Ao Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica compete:

2.1a) assessorar a administração, os colegiados e os órgãos da Casa, bem como coordenar as ações técnicas de governança corporativa, exceto auditoria;

2.1b) definir padrões, métodos, ferramentas e modelo de gestão, ouvidos os setores da Casa afetos aos temas;

2.1c) assessorar os diversos órgãos da Casa na implementação e no uso de padrões, métodos e ferramentas;

2.1d) monitorar e analisar o desempenho e alinhamento estratégico da gestão setorial e corporativa, consolidar no nível estratégico e submeter à avaliação da alta administração;

2.1e) assessorar a administração na priorização de projetos e de investimentos, bem como na alocação de recursos críticos;

2.1f) orientar tecnicamente os Escritórios Setoriais de Gestão, com o intuito de viabilizar a disseminação de diretrizes, integração e compatibilização das iniciativas de Governança Corporativa e Gestão Estratégica;

3- Os Escritórios Setoriais de Gestão foram criados por meio do Ato do Primeiro-Secretário nº 16, de 2011, com a finalidade de viabilizar a disseminação de diretrizes, integração e compatibilização das iniciativas de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, junto aos diversos órgãos estratégicos do Senado Federal, formando a rede de assessoramento de gestão. Eles são hierarquicamente subordinados às respectivas unidades organizacionais e tecnicamente subordinados ao Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica.

4- O Comitê de Contratações foi instituído por meio do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 24 de outubro de 2014, como parte da Política de Contratações do Senado Federal, possui como escopo a otimização, modernização e desburocratização dos processos relacionados às contratações desta Casa Legislativa. Desta forma, compete ao Comitê de Contratações:

4a. aprovar anualmente o Plano de Contratações do Senado Federal;

4b. estabelecer prioridades das contratações de acordo com a estratégia organizacional e diretrizes da Comissão Diretora;

4c. acompanhar a execução do Plano de Contratações do Senado Federal;

4d. decidir sobre alterações no Plano de Contratações do Senado Federal.

5- O Comitê de Governança de Tecnologia de Informação foi instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 8, de 21 de outubro de 2016, como parte da Política de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PGTI/SF). Ao comitê compete:

5a - propor à Diretoria-Geral e à Secretaria-Geral da Mesa o Plano Estratégico de TI e o Plano de Diretor de TI do Senado Federal, bem como acompanhar sua execução;

5b - coordenar a formulação das propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI;

5c - coordenar a elaboração dos planos e a definição dos indicadores de desempenho de TI, bem como a implementação das ações planejadas e a mensuração dos resultados obtidos;

5d - realizar a gestão de portfólio dos projetos de TI, priorizar as ações e os investimentos de TI, os quais deverão estar alinhados aos objetivos institucionais do Senado Federal;

5e - monitorar e controlar os projetos de TI, avaliando riscos, problemas e custos relacionados aos projetos;

5f - aprovar demandas de manutenção com impacto significativo sobre os projetos de TI;

5g - recomendar sobre a resolução de conflitos na utilização compartilhada de recursos para o atendimento das diferentes demandas de TI;

5h - monitorar o desempenho da TI por meio dos indicadores.

4.2 Atuação da unidade de auditoria interna

O Regulamento Administrativo do Senado Federal - RASF, consolidado pelo Ato da Diretoria Geral, ADG n.º 27, de 2014 e aprovado pela Resolução do Senado Federal, n.º 40, de 2014, estatui a atuação do órgão de auditoria no âmbito da Casa, a Secretaria de Controle Interno - SCISF, conforme dispõem seus artigos 232 VII, 267 II “b”, 271, 357 e 444.

Conforme o art. 267 do RASF e, ainda, o organograma desta Casa Legislativa, a Secretaria de Controle Interno – SCISF é Órgão de Assessoramento Superior da Comissão Diretora do Senado Federal. Dessa forma, mantém independência e objetividade em relação aos diversos órgãos que compõem a estrutura administrativa da Casa.

Em conformidade com a INTOSAI GOV 9140, a SCISF atua de forma imparcial em suas avaliações e nos seus relatórios de auditoria. Importante ainda ressaltar que os auditores agem com o zelo profissional devido e com precaução sem afetar a independência da Secretaria de Controle Interno.

A SCISF não participa de atividades da alçada do gestor que possam prejudicar sua independência e objetividade no cumprimento de suas funções, em obediência à INTOSAI GOV 9140.

A Secretaria de Controle Interno - SCISF, suas coordenações e serviços estão organizadas de forma centralizada. Assim, a SCISF não está estruturada em unidades ou subunidades descentralizadas.

Conforme o art. 271, §1º do Regulamento Administrativo do Senado Federal - RASF, a Secretaria de Controle Interno tem a seguinte estrutura:

I – Diretoria Adjunta:

a) Serviço de Auditoria de Tecnologia da Informação;

II – Gabinete Administrativo;

III – Escritório Setorial de Gestão;

IV – Coordenação de Auditoria Contábil e Financeira:

a) Serviço de Auditoria Contábil e Prestação de Contas;

b) Serviço de Auditoria de Despesas Especiais;

c) Serviço de Auditoria de Programas e de Acompanhamento da Execução Orçamentária;

V – Coordenação de Auditoria de Contratações:

a) Serviço de Auditoria de Conformidade de Contratações;

b) Serviço de Auditoria Operacional de Contratações;

VI – Coordenação de Auditoria de Pessoal:

a) Serviço de Auditoria de Direitos e Vantagens;

b) Serviço de Auditoria de Admissões e Concessões.

O preenchimento de funções comissionadas no Senado Federal obedece a regra do art. 61, § 2º do RASF, a saber:

§ 2º As funções comissionadas serão preenchidas por servidores efetivos do Senado Federal e do Órgão Supervisionado que possuam as qualificações necessárias ao seu exercício, observadas a compatibilidade da categoria, área e especialidade e do posicionamento na carreira, com as atribuições a serem exercidas.

Quanto à forma como é feita a escolha do titular da SCISF, o art. 444 do RASF dispõe:

Art. 444. Os titulares das funções de Diretor da Secretaria de Administração de Contratação e de Diretor da Secretaria de Controle Interno serão designados para período máximo de 2 (dois) anos.

Tal Diretor é escolhido por intermédio de Portaria do Presidente do Senado Federal.

A posição da SCISF na estrutura do UPC Senado Federal é a seguinte, conforme extraído do RASF:

“Art. 267. São Órgãos de Assessoramento Superior:

I – de Consultoria e Assessoramento às Atividades Legislativas:

a) Consultoria Legislativa;

b) Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle;

II – de Controle e Garantia da Legalidade:

a) Advocacia do Senado Federal;

b) Secretaria de Controle Interno do Senado Federal;

III – de Comunicação Social, a Secretaria de Comunicação Social. ”

(grifo nosso)

No organograma do Senado Federal, a SCISF encontra-se diretamente subordinada à Comissão Diretora.

Conforme dispõe o art. 233 do RASF, à Comissão Diretora, com a estrutura da Mesa do Senado Federal, compete a formulação de políticas, objetivos, diretrizes e metas, bem como a superior supervisão e fiscalização dos atos administrativos, no âmbito da Instituição, nos termos do Regimento Interno e de Ato próprio definidor das competências e atribuições de cada um de seus membros.

A alta gerência toma conhecimento das recomendações da SCISF por intermédio de relatórios de auditoria, de reuniões de comunicação de resultados de auditorias e de outras ações de controle. Em seguida, os relatórios da SCISF são enviados para a alta gerência por intermédio de processo eletrônico. As demais comunicações referentes ao atendimento e análise das recomendações são realizadas no âmbito do referido processo eletrônico.

A comunicação acerca de riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência é feita, conforme já noticiado, por intermédio de reuniões de comunicação de resultados dos trabalhos da SCISF e, ainda, por intermédio de relatórios. A alta gerência, representada pelo Presidente e pelo Primeiro-Secretário do Senado Federal, é informada acerca desses riscos. A SCISF realiza também o monitoramento de suas avaliações e recomendações, com vistas a acompanhar as providências tomadas pela Alta Administração do Senado Federal.

Em 2014 a SCISF efetuou adequações em sua estrutura organizacional, com a criação do Serviço de Auditoria de Tecnologia da Informação – SEAUDTI, buscando atender os Acórdãos TCU-Plenário, n.º 1603 e 2.471, de 2008, específicos quanto à atividade de auditoria de tecnologia da informação.

Com isso, foi possível iniciar os trabalhos de auditoria de Tecnologia da Informação no âmbito da Casa. Tal iniciativa tem trazido ganhos operacionais na área de TI do Senado Federal, por intermédio dos relatórios de auditoria e monitoramento das ações de TI.

No corrente ano, 2017, há iniciativa, por parte da Secretaria de Controle Interno, para realizar adequações quanto a mudança do nome do órgão de controle interno para AUDITORIA, buscando minimizar, assim, interpretações equivocadas a respeito das atuações entre os órgãos de Gestão, de Governança e de Auditoria.

Além disto, será incluída, também, entre as competências do órgão, a auditoria da Governança Corporativa, além das atuais atividades de auditoria da Gestão Estratégica.

Também, buscar-se-á a adequação da estrutura organizacional da SCISF, equiparando a unidade de auditoria de tecnologia da informação, atualmente no nível de Serviço, para o nível de Coordenação, como as outras três coordenações, a saber: auditoria Contábil e Financeira, auditoria de Pessoal, e auditoria de Licitações e Contratos Administrativos.

E por fim, reativar a unidade de apoio técnico para as equipes de auditoria.

4.3 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos no ano de 2016

NÚCLEO DE COMISSÃO PROCESSANTE - NGCOMP

PROCESSOS CONCLUÍDOS

	PAD	Sindicância	Justificação	Total
Janeiro	0	0	0	0
Fevereiro	1	0	0	1
Março	0	1	0	1
Abril	2	2	0	4
Maiο	0	0	0	0
Junho	0	0	2	2
Julho	0	0	0	0
Agosto	0	1	0	1
Setembro	0	1	0	1
Outubro	1	2	1	4
Novembro	0	0	2	2
Dezembro	0	1	0	1
Total	4	8	5	17

Tabela 10 - Processos concluídos

DETALHAMENTO DOS PROCESSOS

Janeiro: Não ocorreu conclusão de processos.

Fevereiro: 1 PAD.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.08863/15-63	PAD	Senador solicita a apuração dos fatos na ocorrência de acidente de trânsito na EPTG (atropelamento) envolvendo Servidor comissionado, motorista do gabinete. Relatório final encaminhado em 02/02/16 com a sugestão de penalidade de advertência por escrito. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou a penalidade de advertência, decisão publicada BASF 6024, de 08/06/16.

Março: 1 Sindicâncias.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.014288/15-38	Sindicância	Falta de zelo de Servidor enquanto presidente de Comissão de sindicância/PAD. Processo concluído em 14/03/16. Relatório final acatado pela autoridade superior que determinou a penalidade de advertência e que se proceda a cobrança e devolução dos outros processos que se encontram em poder do servidor, decisão publicada BASF 6031, de 17/06/16.

Abril: 2 PAD's, 2 Sindicâncias.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.000700/16-13	PAD	Determinação do Primeiro-Secretário para a instauração de PAD em virtude da conclusão do processo de sindicância nº 00200.03854/2014-03. Relatório final encaminhado em 22/04/16 com a sugestão de penalidade de advertência por escrito. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou a aplicação da penalidade, decisão publicada BASF 6002, de 09/05/16.
00200.013885/14-64	PAD	Denúncia da COPAG de tentativa de fraude em empréstimo consignado. Relatório final encaminhado em 28/04/16 com a sugestão de arquivamento. Relatório acatado pela autoridade

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
		superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada BASF 6034, de 22/06/16.
00200.000285/16-06	Sindicância	Indício de irregularidade no lançamento de horas extras no sistema forponto. Relatório final encaminhado em 11/04/16 com a sugestão de arquivamento do processo contra dois Servidores e instauração de PAD contra dois outros Servidores. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento do processo contra os dois primeiros e a instauração de PAD contra os dois últimos servidores, decisão publicada BASF 6008, de 16/05/16.
00200.018355/15-93	Sindicância	Chefe de gabinete de Senador. Determinação do Primeiro-Secretário a fim de apurar os fatos quanto a eventual prática de infração disciplinar. Por ordem do Presidente do Senado Federal o servidor foi exonerado em 18/03/16, BASF nº 5967. Processo arquivado por perda do objeto em 13/04/16.

Maio: Não ocorreu conclusão de processos.

Junho: 2 Justificação.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.001972/16-31	Justificação	Companheira solicita o recebimento de pensão Civil da união em decorrência do falecimento de ex-servidor. Relatório final encaminhado com a sugestão do reconhecimento da união estável do casal, em 21/06/16. Relatório acatado pela autoridade superior que reconheceu a união estável relatada, decisão publicada no BASF 6037, de 27/06/2016.
00200.016519/10-33	Justificação	Companheira do ex-servidor requer o pagamento da pensão civil de acordo com a lei que menciona. Nota Técnica encaminhada com a sugestão de arquivamento dos autos em virtude da perda do objeto tendo em vista que a interessada já recebe pensão vitalícia mediante determinação judicial

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
		desde 2013, em 24/06/2016. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada BASF 6043, de 05/07/16.

Julho: Não ocorreu conclusão de processos.

Agosto: 1 Sindicância.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.003838/16-74	Sindicância	Descumprimento de jornada de trabalho e conduta desidiosa. Encaminhado a DGER para consulta a pedido do Sr. Coordenador da Assessoria Técnica da DGER, em 18/08/16. Membros trocados por outros indicados pela Diretoria-Geral, processo retirado do NGCOMP, em 31/08/16.

Setembro: 1 Sindicância.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.017552/15-95	Sindicância	Denúncia de supostas irregularidades na instalação, manutenção e treinamento de servidores para utilização do Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV, da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal – SPSF. Relatório final concluído e encaminhado à autoridade superior para deliberação quanto a instauração de PAD, em 14/09/16. Relatório acatado parcialmente pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada BASF 6126, de 03/11/16.

Outubro: 1 PAD, 2 Sindicâncias e 1 Justificação.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.008563/14-01	PAD	Possível responsabilidade de Servidora no recebimento indevido de pensão do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, no período de 1995 a 2001. Relatório final encaminhado com a sugestão de arquivamento dos autos, em 10/10/16. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada BASF 6126, de 03/11/16.
00200.002597/16-46	Sindicância	Possível infração administrativa, sob a acusação de ter abandonado temporariamente o seu posto durante plantão e permitir o acesso de pessoa estranha nas dependências da COPINV. Relatório final encaminhado com a sugestão de abertura de PAD contra o servidor, em 17/10/16. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou a instauração de PAD contra o servidor, decisão publicada BASF 6141, de 25/11/16.
00200.009407/16-11	Sindicância	Possível incidência de assédio contra menor aprendiz do Senado Federal. Relatório final encaminhado com a sugestão de penalidade de advertência ao servidor, em 17/10/16. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou a aplicação da penalidade de advertência ao servidor, decisão publicada BASF 6124, de 31/10/16.
00200.035586/10-57	Justificação	Enteada invalida requer o pagamento da pensão civil. Relatório final encaminhado com a sugestão de não concessão da pensão da união para a enteada do ex-servidor, em 31/10/16. Relatório acatado pela autoridade superior que indeferiu o pleito da interessada, decisão publicada BASF 6133, de 14/11/16.

Novembro: 2 Justificação.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.001606/14-10	Justificação	Pedido de reconsideração de decisão quanto ao pagamento de Adicional de periculosidade. Relatório final encaminhado a autoridade superior com a sugestão de reconhecimento parcial do pleito, em 18/11/16. Relatório acatado integralmente pela autoridade superior que deferiu parcialmente o pleito do interessado, decisão publicada BASF 6146, de 02/12/16.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.018566/15-26	Justificação	Pedido de reconsideração de decisão quanto ao pagamento de Adicional de insalubridade. Relatório final encaminhado a autoridade superior com a sugestão de reconhecimento do pleito, em 25/11/16. Relatório acatado integralmente pela autoridade superior que deferiu o pleito do interessado, decisão publicada BASF 6145, de 01/12/16.

Dezembro: 1 Sindicância.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.017539/15-36	Sindicância	Denúncia de supostas irregularidades no fornecimento de sistema de radiocomunicação da polícia do Senado Federal. Relatório final encaminhado a autoridade superior com a sugestão de arquivamento dos autos, em 28/12/16. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada BASF 6171, de 06/01/17.

Quadro 35 – Detalhamento do processo

4.4 Gestão de riscos e controles internos

Em 2015, a Secretaria de Controle Interno – SCISF realizou auditoria operacional com o objetivo de avaliar da gestão de riscos organizacionais do Senado Federal.

Por meio do Relatório de Auditoria Operacional nº. 072/2015 – COAUDCON/SCISF (doc. 00100.069916/2015-41), foi constatado o seguinte:

- A política de gestão de riscos organizacionais foi instituída pelo ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 16, DE 2013.

- Ausência de regulamentação da Política de Gestão de Riscos Organizacionais do Senado Federal.
- Ausência de processo formalmente instituído para executar, de modo sistemático e padronizado, a gestão de riscos organizacionais do Senado.
- Ausência de plano corporativo de gestão de riscos organizacionais.
- Ausência de programas de treinamento e de conscientização do corpo funcional em gestão de riscos.

Foram feitas as seguintes recomendações à Administração do Senado Federal:

- Instituir programa de capacitação e treinamento dos servidores especificamente no tocante a gestão de riscos organizacionais, conforme previsto no art. 6º, inc. V, do ATC nº. 16/2013;
- Editar normas internas que regulamentem a Política de Gestão de Riscos Organizacionais instituída pelo ATC nº. 16/2013, conforme determinação contida no art. 6, inc. VII, c/c art. 10 do referido normativo;
- Instituir programa de sensibilização e conscientização em riscos organizacionais, conforme previsto no art. 6º, inc. IV, do ATC nº. 16/2013;
- Elaborar, aprovar e publicar plano de gerenciamento de riscos no Senado Federal, cujo conteúdo contenha, no mínimo, os seguintes elementos:
 - ✓ escopo pretendido, delimitando os processos e projetos cujos riscos devam ser gerenciados, abrangendo, inclusive, o processo de contratações;

- ✓ mecanismos de segurança das informações e documentos produzidos;
- ✓ competências e responsabilidades;
- ✓ procedimentos e práticas;
- ✓ sequência e cronologia das atividades;
- ✓ recursos necessários;
- ✓ metodologia e instrumentos de identificação, análise e avaliação de riscos;
- ✓ forma de comunicação e reporte; e
- ✓ indicadores para medição periódica de desempenho.

➤ Implementar processo sistemático e estruturado de gerenciamento de riscos organizacionais no âmbito do Senado Federal, cujo ciclo compreenda procedimentos relacionados a identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento/análise crítica, em cumprimento ao ATC nº. 16/2013 e em conformidade com as normas técnicas ABNT NBR ISO 31000:2009 e ABNT NBR ISO/IEC 31010/2012.

Todavia, até a presente data, não se tem notícia acerca do cumprimento de quaisquer das recomendações de auditoria elencadas acima.

5. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Tipologia dos cargos

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	81	2740	38	54
1.1. Membros de poder e agentes políticos	81	91*	14	11
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	N/A	2649	24	43
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	2491	1	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	158	23	35
2. Servidores com Contratos Temporários	N/A	N/A	N/A	N/A
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública (comissionados)	0	3400	734	622
4. Total de Servidores (1+2+3)	81	6140	772	676

Tabela 11 - Tipologia dos cargos

* Observação – Dos senadores ativos, 10, à data de 31/12/2016, encontram-se licenciados e/ou afastados, com fulcro no Regimento Interno do Senado Federal.

Legenda: N/A: não se aplica

DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1600	1049
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1600	1049
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão (servidores efetivos)	1593	898
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	N/A	N/A
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	N/A	N/A
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas (servidores cedidos para o Senado – ocupam cargo em comissão)	7	151
2. Servidores com Contratos Temporários	N/A	N/A
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública (servidores comissionados – já subtraída a quantidade de servidores requisitados)	245	3155
4. Total de Servidores (1+2+3)	1845	4204

Tabela 12 - Distribuição da lotação efetiva

Legenda: N/A: Não se aplica

Servidores requisitados para o Senado e cedidos pelo Senado para outros órgãos

Vínculo	Servidores	Cedidos pelo Senado	Cedidos para o Senado	Taxa de Cedidos para o Senado
COMISSIONADO	3.558	0	158	4,44%
EFETIVO	2.491	65	0	0,00%
Total	6.049	65	158	2,61%

Tabela 13 - Servidores requisitados e cedidos

Em relação à força de trabalho, seguem informações:

- a) Em 31 de dezembro de 2016, o quantitativo de servidores de livre provimento é superior ao quantitativo de servidores efetivos.

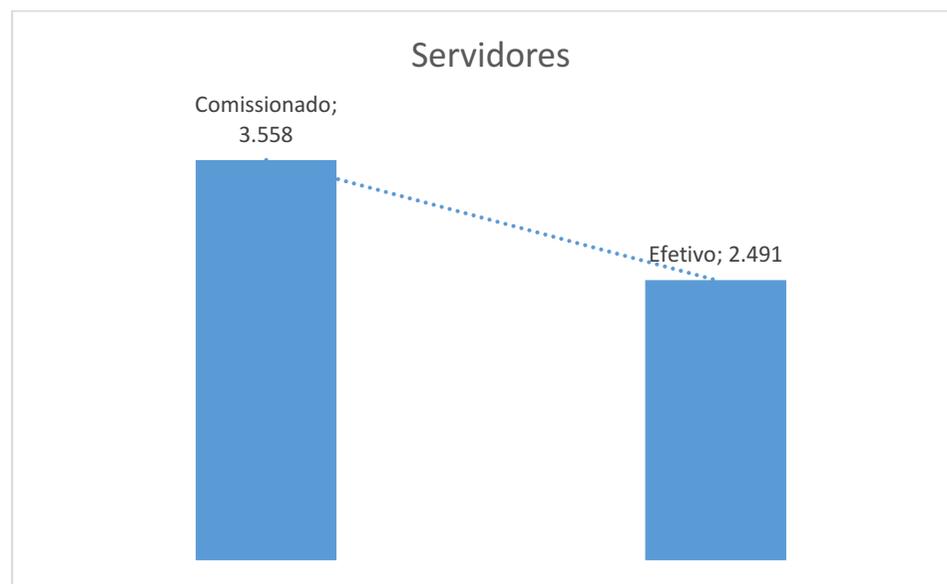


Gráfico 2 - Servidores comissionados e efetivos

b) Quanto à faixa etária dos servidores, constata-se:

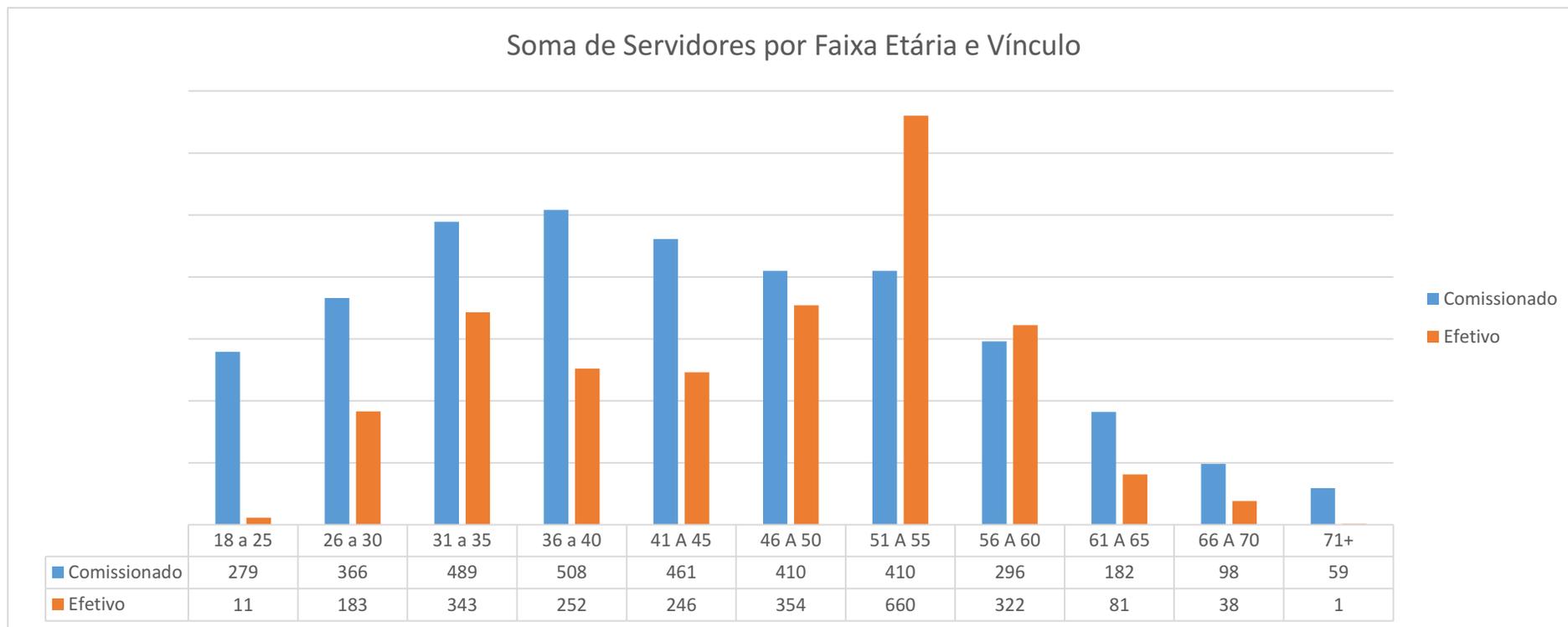


Gráfico 3 - Soma dos servidores por faixa etária e vínculo

c) Quanto à distribuição da força de trabalho do Senado Federal por raça/cor, indicador relevante para o Senado, que busca equilibrar as desigualdades, verifica-se:

Soma de Total: 6.049 por Raça/Cor e Tipo de Vínculo

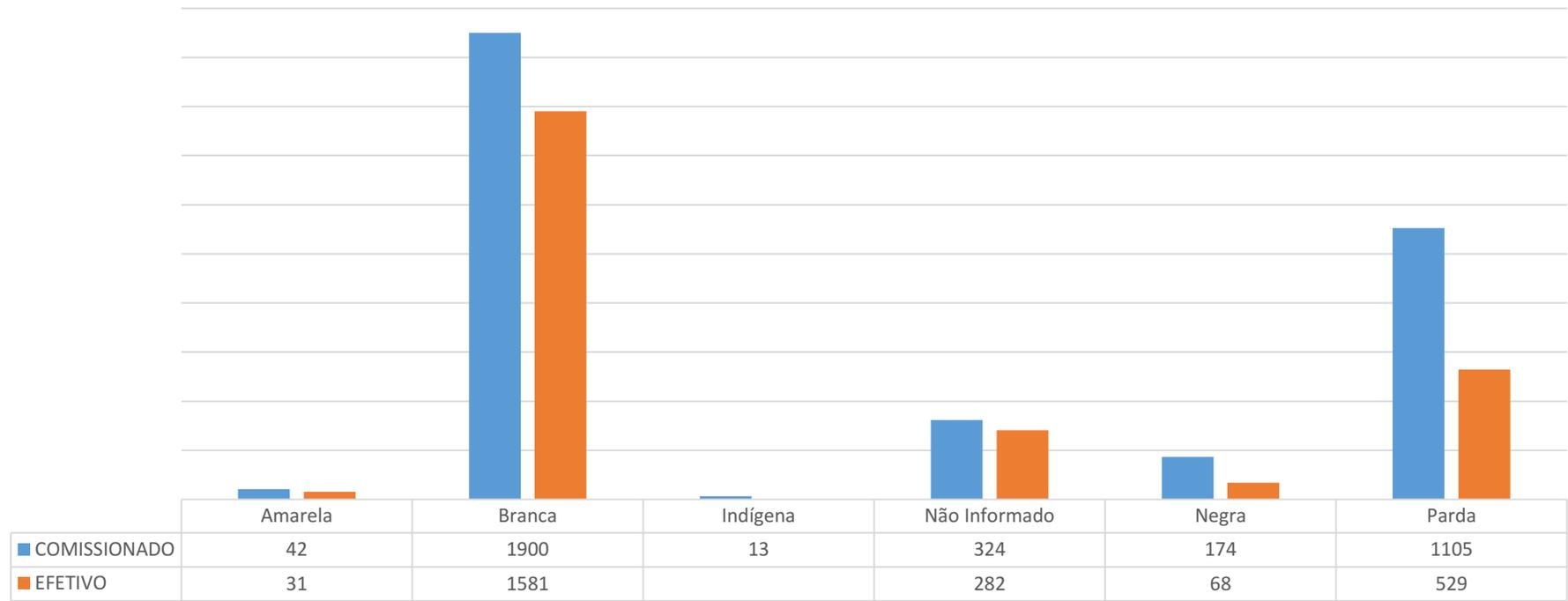


Gráfico 4 - Soma total de servidores por raça/cor e vínculo

d) Quanto ao gênero dos servidores, um indicador sempre observado pelo Senado, uma vez que a instituição aderiu ao Programa de Pró-Equidade de gênero e raça, em 31/12/2016, temos a seguinte situação:

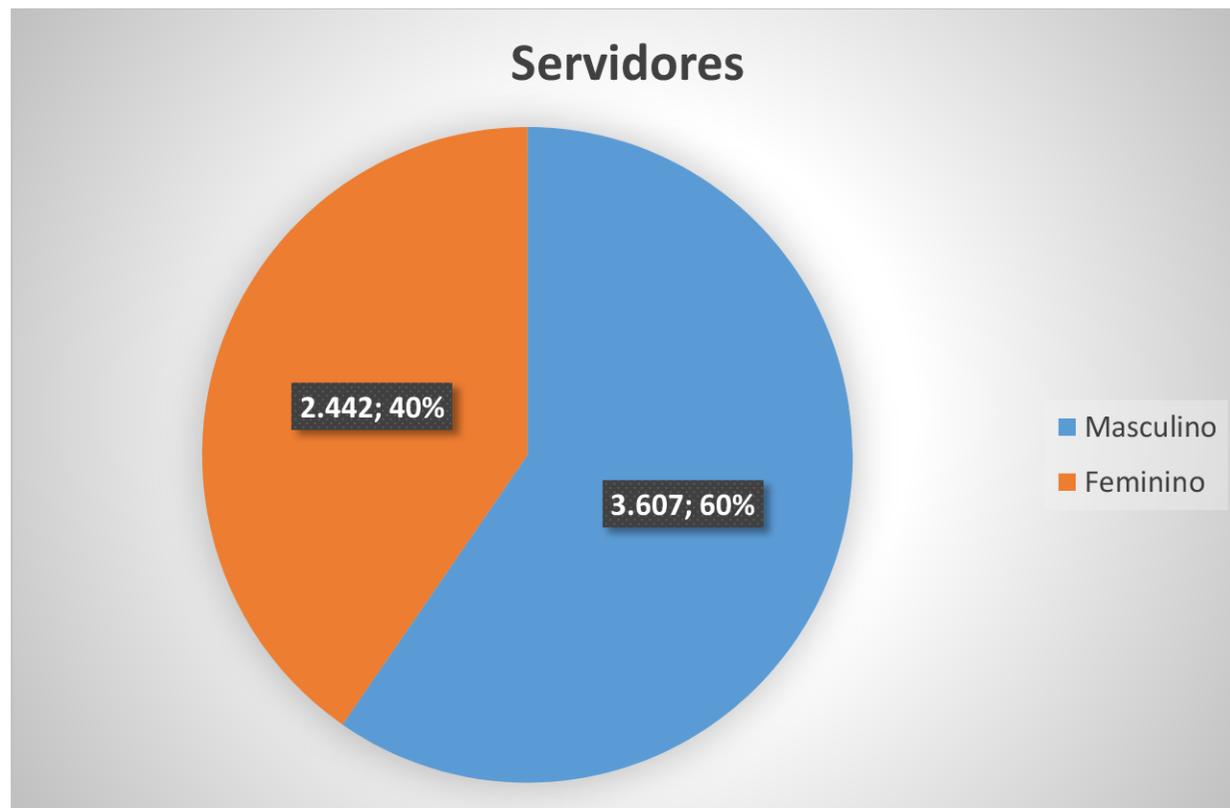


Gráfico 5 - Servidores por gênero

e) Em relação à escolaridade, constata-se:

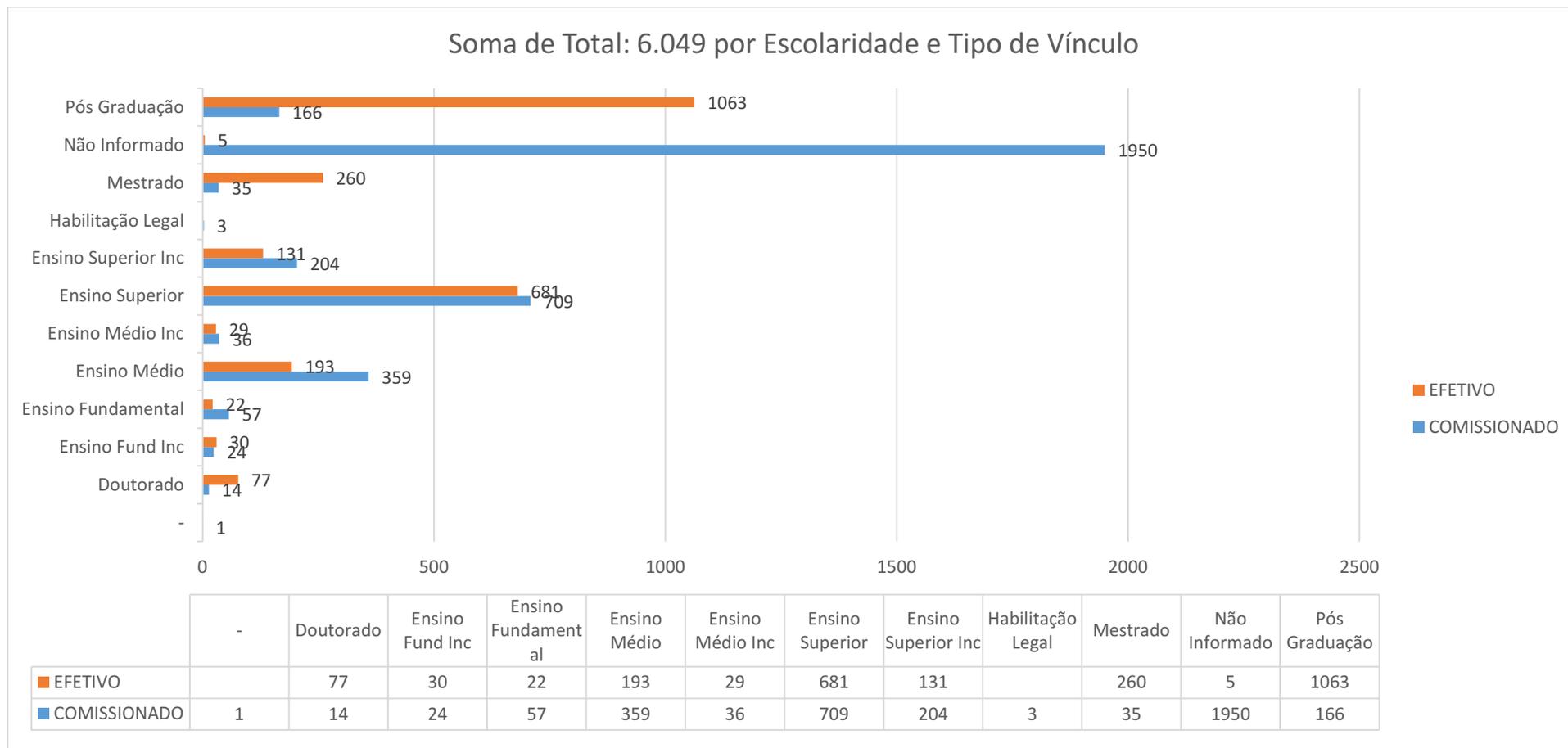


Gráfico 6 - Escolaridade e vínculo

f) Os números demonstram que a maioria dos servidores do Senado concentram-se na área fim da instituição:

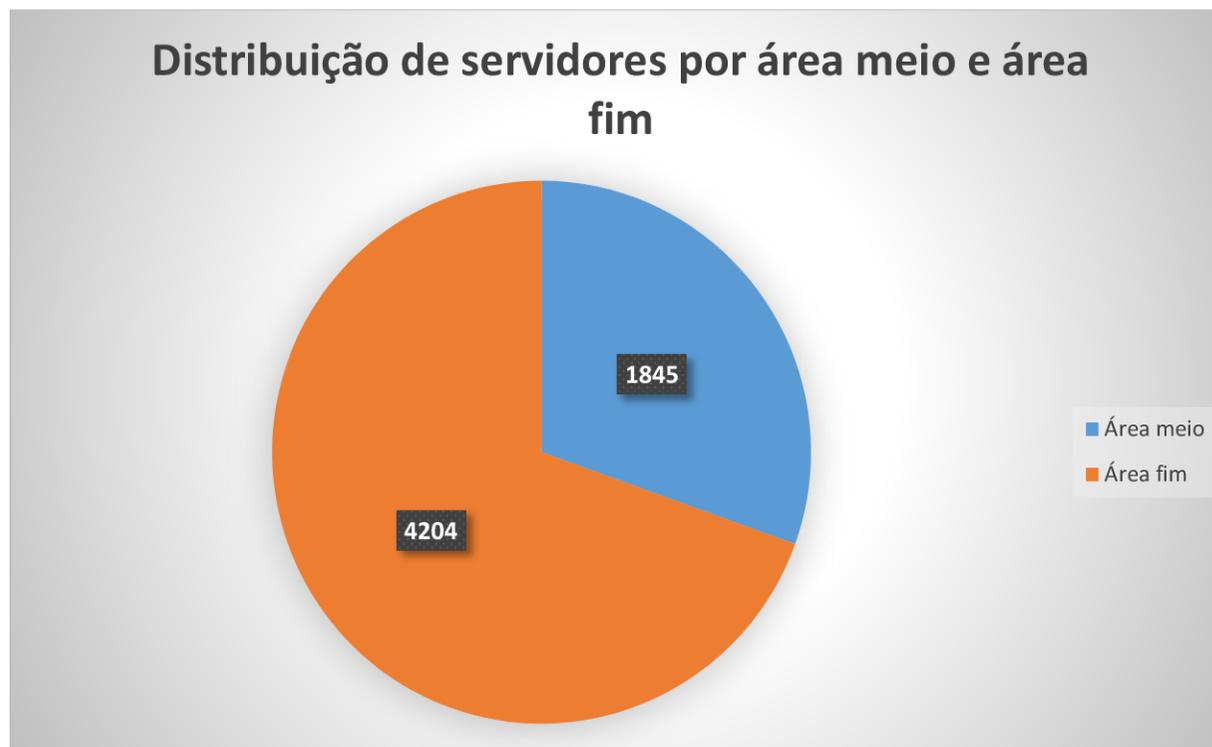


Gráfico 7- Distribuição de servidores por área

Registre-se que, em relação à força de trabalho da instituição, deve haver uma preocupação com a reposição do quadro de efetivos, pois a projeção de aposentadoria, para os próximos 10 anos, mostra acentuado decréscimo desse quadro, caso não seja repostos. Constate-se:

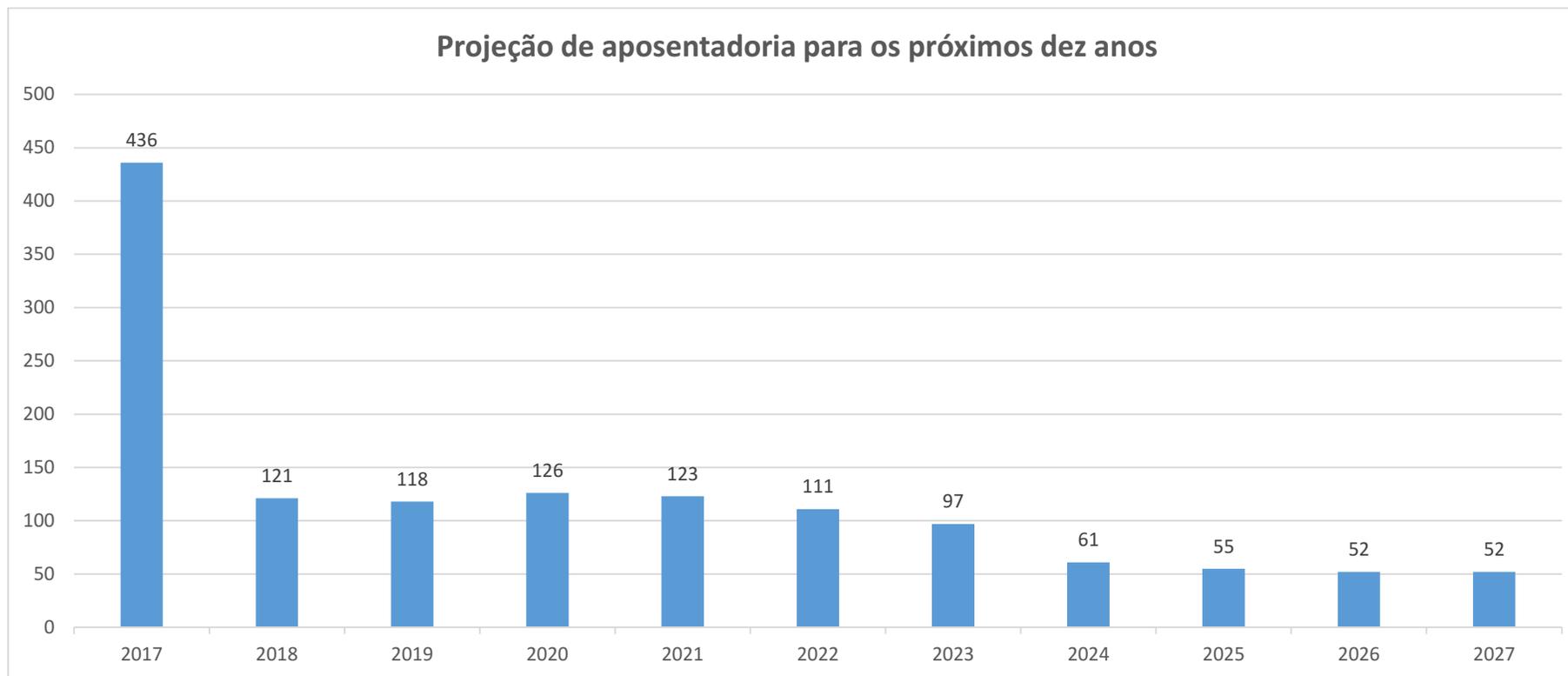


Gráfico 8 - Projeção de aposentadoria

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2016	32.907.454,85		2.756.083,12		26.920.744,00	1.549.202,47		112.625,90		64.246.110,34
	2015	32.111.214,59		2.713.879,23		26.768.443,04	1.736.794,50		185.470,18		63.515.801,54
	2014	24.709.639,26		2.059.930,65		21.536.833,80	2.120.047,35		199.849,50		50.626.300,56
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	745.673.759,30	43.948.175,06	68.679.246,38	63.983.756,98	32.241.479,89	9.473.673,80		3.973.040,47		967.973.131,88
	2015	824.601.159,40	43.326.782,79	73.686.348,03	68.480.058,02	33.194.492,88	12.255.090,57		1.471.934,04		1.057.015.865,73
	2014	807.392.899,01	37.134.701,69	71.704.195,66	59.158.353,48	30.382.539,71	12.745.940,94		1.343.178,99		1.019.861.809,48
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	14.705.929,76		1.265.778,86	405.439,35	1.675.381,41			16.140,30		18.068.669,68
	2015	14.665.713,39		1.189.669,67	362.457,02	1.590.254,64			2.272,69		17.810.367,41
	2014	15.135.138,33		1.278.801,94	446.474,42	1.626.112,98	724,00		1.025,34		18.488.277,01
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	244.599.609,33	1.554,49	21.111.053,09	6.469.311,91	38.584.879,47			532.401,55		311.298.809,84
	2015	226.410.342,37		18.902.654,71	5.138.157,29	32.090.999,48			99.251,58		282.641.405,43
	2014	208.300.210,88	5.514,54	17.415.060,58	5.799.950,43	29.189.576,80			61.956,83		260.772.270,06
Servidores Cedidos com Ônus											
Exercícios	2016	17.734.533,11	235.142,71	1.559.396,33	1.280.478,86	635.994,62	137.378,53		55.374,27		21.638.298,43
	2015	14.400.722,56	96.095,74	1.240.189,67	1.004.491,60	440.848,86	162.522,30		26.062,64		17.370.933,37
	2014	10.999.734,29	91.480,50	944.899,93	761.196,75	353.385,08	33.830,03		1.110,53		13.185.637,11

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2015									
	2014									

Quadro 35 - Custos de pessoal

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No que diz respeito à gestão de riscos, a SEGP tem desenvolvido processos e procedimentos que dizem respeito ao pessoal do quadro ao Senado Federal.

Gestão de pessoas:

- a) Desenvolvimento de painéis de gestão de pessoas que permitem aos gestores a análise, em tempo real, da situação quantitativa e financeira da força de trabalho.

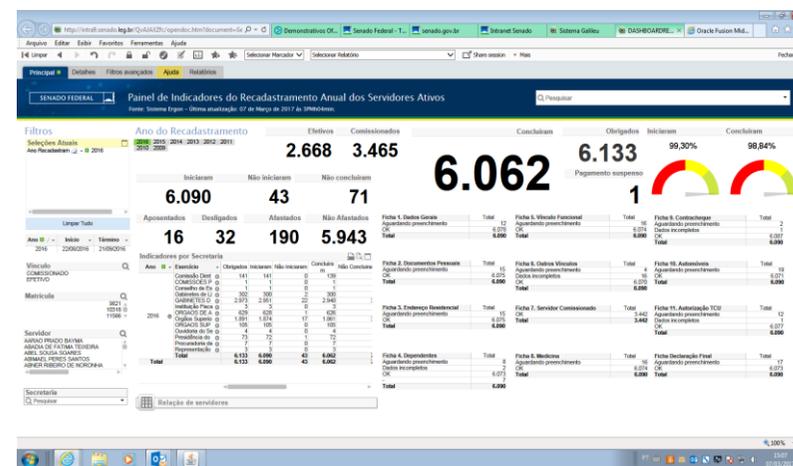
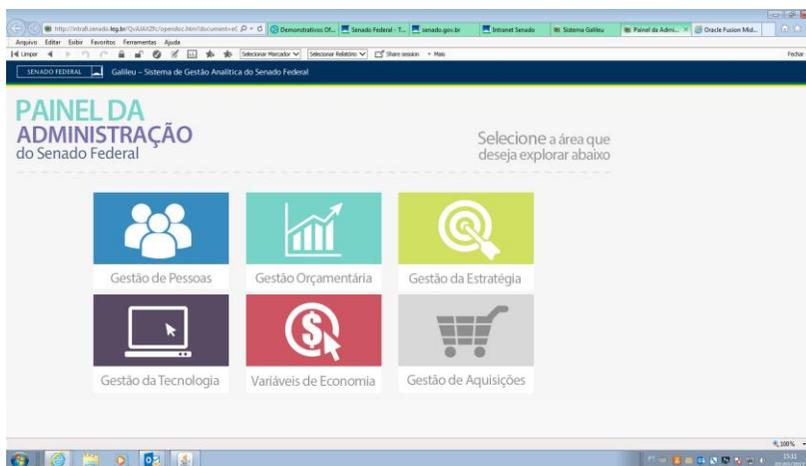


Figura 9 - Painéis de Gestão Gerencial

Ações desenvolvidas (relacionadas à acumulação de cargos e nepotismo):

- a) Recadastramento anual dos servidores ativos (efetivos e comissionados) com o objetivo de sanear inconsistências cadastrais;
- b) Durante a admissão de servidores comissionados: o pretendente do cargo deve declarar em ficha cadastral informações que permitem ao gestor evitar situações de nepotismo e acumulação de cargos, e
- c) Durante a admissão de servidores efetivos: o pretendente do cargo deve declarar em ficha cadastral informações que permitem ao gestor evitar situações de acumulação de cargos.
- d) No procedimento de designação de cargo comissionado o Servidor deve declarar em formulário próprio sob subordinação direta com o objetivo de evitar situações de nepotismo.

Informatização de processos:

- a) Hora-extra em processo informatizado.

Risco ocupacional:

- a) Realização de exames médicos periódicos;

Treinamento e capacitação em gestão de riscos:

- a) Treinamento (em duas etapas) de todos os coordenadores da SEGP em gestão de riscos.
- b) Treinamento dos demais servidores em gestão de riscos (turma aberta aos interessados)

Risco da Folha de pagamento: A Secretaria de Controle Interno realizou auditoria no âmbito da SEGP, para avaliar e verificar o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos e Elaboração de Folha de Pagamento do Senado Federal (ERGON), quanto ao cumprimento de normas legais e regulamentos aplicáveis, bem como quanto ao nível de segurança da informação, no que se refere ao suporte à automação da sistemática de pagamento de pessoal.

Durante os trabalhos, foram encontradas não conformidades relativas às competências de serviços definidas no Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf). Com referência à segurança da informação, foram encontradas evidências de vulnerabilidades que possibilitam o mau uso do sistema e a quebra de integridade da informação.

Diante do exposto, foi proposto ao Primeiro-Secretário do Senado Federal o encaminhamento das seguintes ações (dentre outras):

- (i) realizar análise do risco da aplicação e seu ambiente de produção, e
- (ii) realizar análise de risco do processo de elaboração e pagamento da folha de pessoal.

Após a realização dos treinamentos indicados em dezembro de 2016, será dado início, em 2017, ao projeto de gestão de riscos na folha de pagamento.

Áreas afetadas

Coordenação de Pagamento de Pessoal (COPAG)

Alinhamento Estratégico

O projeto a ser desenvolvido se alinha à Carta de Compromissos do Senado Federal, em particular no que se refere com a excelência na prestação de serviços, na medida em que alinha as ações desenvolvidas no âmbito da SEGP com as boas práticas da gestão de riscos. No que diz respeito à responsabilidade na utilização dos recursos públicos, a gestão de riscos se alinha ao uso e disseminação das melhores tecnologias.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Política de Contratação de Estagiários do Senado Federal

O programa de estágio do Senado Federal é regulamentado pelo ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 11, DE 2015, considerando o disposto na Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O Programa de Estágio do Senado Federal está dirigido para estudantes do ensino superior.

São condições indispensáveis para a concessão de estágio remunerado no Senado Federal:

- Convênio entre o Senado Federal e a instituição de ensino, compreendendo o curso no qual o estudante esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva;
- Requisição formal de seleção de estagiário por órgão do Senado Federal, na qual se indique a área de estudo desejada e a adequação do órgão ou setor solicitante em oferecer atividades correlatas ao desenvolvimento técnico-cultural do estagiário;
- Disponibilidade orçamentária no Senado Federal, considerada a distribuição de vagas estabelecida, a cada exercício, pela Secretaria de Gestão de Pessoas;
- Celebração de termo de compromisso de estágio entre o Senado Federal, o estudante, ou assistente legal na forma da legislação aplicável, e a instituição de ensino conveniada, do qual deverá constar: plano de atividades do estagiário, com descrição detalhada de todas as tarefas a serem realizadas pelo estagiário e relatórios de atividades semestrais, por meio de aditivos, realizadas no decorrer do estágio.

Números Agregados das Contratações no Exercício (2013 a 2016)

MÊS	2013	2014	2015	2016
JAN	470	323	401	451
FEV	461	322	405	455

MÊS	2013	2014	2015	2016
MAR	438	326	421	457
ABR	404	337	436	464
MAI	380	374	460	452
JUN	360	375	465	484
JUL	312	374	454	462
AGO	265	364	459	470
SET	285	386	467	490
OUT	297	401	474	492
NOV	303	403	475	500
DEZ	337	412	451	490

MÊS	2013	2014	2015	2016
MÉDIA/MÊS	359	366	447	472

Tabela 14 - Contratações no exercício

Regras de contratação

É autorizado o ingresso de até 15% (quinze por cento) de estagiários, contados sobre o total de servidores do Senado Federal. São reservados 10% (dez por cento) das vagas de cada processo seletivo para candidatos portadores de deficiência que, no momento do cadastro do currículo no site, declararem tal condição e cujas atribuições sejam compatíveis com as deficiências de que sejam portadores.

O recrutamento dos estagiários dar-se-á da seguinte forma:

- A partir de cadastro específico para cada área acadêmica, classificado por data de gravação eletrônica dos dados curriculares do estudante, cuja ordem estará disponível para consulta pública no site do Programa de Estágios do Senado.
- Para o preenchimento de cada vaga de estágio, serão enviados pelo Serviço de Gestão de Estágios para entrevista com o responsável pela unidade solicitante, no mínimo, 5 (cinco) estudantes cadastrados na área de graduação solicitada, respeitando a data de cadastro dos dados curriculares por área e turno;
- O Serviço de Gestão de Estágios poderá formar grupos de 5 (cinco) candidatos ou mais, da mesma área e turno, para atender alta demanda de solicitações ao mesmo tempo, respeitada a ordem de classificação dos currículos cadastrados no site;

- Previamente ao envio para entrevista, os candidatos serão contatados pelo Serviço de Gestão de Estágios, que, quando não localizar diretamente o candidato, aguardará retorno até as 12 (doze) horas do dia útil que se seguir ao contato. Não havendo o retorno até esse horário, será chamado o próximo candidato cadastrado em substituição ao candidato originalmente previsto;
- Será agendada, com os candidatos, data para realização de seleção, que poderá ser na forma de entrevista e/ou de aplicação de prova escrita, observando-se o seguinte procedimento:
 - Os candidatos deverão comparecer na data agendada munidos de documento oficial de identidade com foto, comprovante de regularidade de matrícula e, caso desejarem, curriculum vitae, podendo apresentar até três cartas de recomendação de professores ou pessoas com quem tenham trabalhado diretamente;
 - Caso a seleção aplicada pelo órgão solicitante se dê unicamente na modalidade de entrevista, essa deverá ser conduzida por, no mínimo, 02 (dois) servidores, que assinarão conjuntamente o resultado da seleção;
 - A seleção por prova escrita, quando realizada, deverá dar-se no mesmo momento para todos os candidatos, garantindo-se a devida isonomia e confidencialidade na sua aplicação, podendo ser efetuada por apenas 01 (um) servidor, com o devido registro da nota final;
 - Todos os candidatos avaliados, seja na modalidade de entrevista, seja na de prova escrita, poderão ser, eventualmente, reprovados, hipótese na qual serão convocados os próximos interessados;
 - O candidato que não tiver interesse pela convocação ou não for encontrado pelo contato prévio será excluído do cadastro;
 - O candidato ausente na seleção será recolocado no fim do cadastro de sua área de graduação;

Em nenhuma hipótese serão selecionados estudantes:

- Para o desenvolvimento de atividades que não se coadunem com a sua futura atividade profissional ou que não apresentem contextualização curricular com a sua formação acadêmica;
- Que estejam realizando estágio, remunerado ou não, em outra instituição pública ou privada, excetuando-se os estágios obrigatórios realizados na própria instituição de ensino;
- Que ocupem cargo, emprego ou função, pública ou privada, que exija comprometimento de carga horária semanal superior a 20 horas;
- Que tenham sido desligados do estágio realizado no Senado, exceto se a nova seleção for para curso diferente daquele já estagiado.

Exigências Sobre Especialização

Para contratação é exigido que o estudante comprove estar cursando, pelo menos, uma matéria do 4º semestre do curso, exceto nos seguintes cursos: Fisioterapia, cujos estudantes deverão estar cursando, no mínimo, uma matéria do 6º semestre, conforme a Resolução CFE nº 04/1983; Secretariado Executivo, cujos estudantes deverão estar cursando, no mínimo, uma matéria do 3º semestre; Biblioteconomia, onde se exige a aprovação nas matérias Catalogação e Classificação, conforme o Ofício nº 20/2013/FCI; Tecnólogo, cujos estudantes deverão estar cursando, no mínimo, uma matéria do 2º semestre.

Em nenhuma hipótese serão selecionados estudantes para o desenvolvimento de atividades que não se coadunem com a sua futura atividade profissional ou que não apresentem contextualização curricular com a sua formação acadêmica, bem como estudantes que estejam

realizando estágio, remunerado ou não, em outra instituição pública ou privada, excetuando-se os estágios obrigatórios, que ocupem cargo, emprego ou função, pública ou privada, que exija comprometimento de carga horária semanal superior a 20 horas.

Dados de Despesas com estagiários

PAGAMENTO DE ESTAGIÁRIOS NA SÉRIE HISTÓRICA DE 2014 A 2016

Ano	Quantidade de estagiários (*)	Valores pagos /por ano (R\$)
2014	412	4.356.468,25
2015	451	6.974.395,59
2016	472	7.236.146,79

Tabela 15 - Pagamento de estagiários

(*) Quantidade de estagiários ativos no último dia de cada ano.

5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Atualmente o Senado Federal não possui Acordos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais e não possui normatização interna específica. No caso de um acordo do tipo supracitado ser firmado, a Casa aplica subsidiariamente a Lei 8.666/93.

5.2 Gestão de Patrimônio e Infraestrutura

5.2.1 Gestão da frota de veículos

A regulamentação quanto à utilização dos veículos disponibilizados ao Senado Federal foi disciplinada no Ato da Comissão Diretora nº 17, de 2015. O art. 320 e seguintes dispuseram de forma objetiva a conceituação e os critérios para utilização, manutenção e recolhimento.

Segundo o Ato, os veículos seriam divididos em três grupos: veículos de representação, de uso exclusivo do Presidente do Senado Federal; veículos de natureza especial, de uso dos senadores, do Diretor-Geral e do Secretário-Geral da Mesa e veículos de serviço, destinados ao transporte de materiais do Senado e de pessoal em serviço.

Em razão da mudança gradual de modelo de gestão de frota, de própria para locada, iniciada em 2011, os veículos foram locados por grupos específicos, conforme quadro resumido abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	CATEGORIA	IDADE MÉDIA	MÉDIA DE QUILOMETRAGEM
092/11	LM Transportes	83 veículos	Veículo de natureza especial	2 anos	25.000 KM
051/12	Ipanema Transportes	36 veículos 55 motoristas com combustível	Veículos de serviço	2 a 4 anos	37.400 KM
TOTAL		119			

Quadro 36 - Grupos de veículos

Há ainda, em fase de licitação, uma contratação de locação de 6 (seis) veículos a serem destinados às atividades policiais da Casa. Previsão de finalização do procedimento licitatório: maio/17.

Em que pese o numerário descrito, restam ainda 5 (cinco) veículos próprios em uso, são eles: duas ambulâncias, uma motocicleta, um veículo Nissan/XTerra e um veículo Fiat/Strada. Tão logo sejam desativados, serão encaminhados a alienação em leilão.

Todas as atividades desempenhadas pela Casa, direta ou indiretamente, dependem dos veículos disponibilizados ao Senado. Tanto os serviços relacionados à área administrativa quanto à legislativa utilizam diariamente o serviço de transporte, seja para o deslocamento de Senadores, autoridades, servidores e funcionários em serviço, além de objetos, documentos, bens e materiais de propriedade do Senado Federal.

As atividades de transporte são controladas por sistema informatizado. A solicitação é feita via aplicativo na intranet desenvolvido e mantido pelo Prodasen (Secretaria de Informática do Senado) e o registro da solicitação fica gravado no banco de dados do sistema de controle do Serviço de Transportes. Há monitoramento, a cada movimentação, de quilômetros rodados, órgão solicitante, destino, horário de atendimento e de solicitação, registro de recolhimento, controle de infração, dentre outros.

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A alienação de veículos da frota própria do Senado obedeceu à Decisão da Comissão Diretora do Senado nº 01/2011, em anexo.

Determina que, com a mudança de modelo de gestão de frota do Senado, de própria para locada, os veículos próprios devem ser alienados em leilão.

Dessa forma, praticamente toda a frota já foi alienada em leilão.

Restam hoje apenas 5 (cinco) veículos próprios (2 ambulâncias, 1 motocicleta, 1 utilitário X-Terra e 1 pick-up Fiat Strada) que estão ainda sendo utilizados e que também serão alienados em leilão tão logo haja contratos de locação para substituí-los.

5.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	Distrito Federal	96	96
	Brasília		
	Subtotal Brasil	96	96
EXTERIOR		0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		96	96

Tabela 16 - Imóveis de propriedade da União e responsabilidade da UJ

Fonte: SPIUnet

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
020001	9701.17504.500-5	13	*	1.219.880,56	26/12/2000	1.219.880,56	**	**
020001	<u>9701.17508.500-7</u>	13	***	135.103,28		135.103,28		

020001	<u>9701.17509.500-2</u>	13	***	135.103,28		135.103,28		
020001	<u>9701.17511.500-3</u>	13	***	135.103,28		135.103,28		
020001	<u>9701.17512.500-9</u>	13	***	135.103,28		135.103,28		
020001	9701.17572.500-6	13	***	63.810,00	23/08/2012	162.367,98	**	**
020001	9701.17714.500-7	13	4	8.090.642,06	23/08/2013	11.553.218,30	**	**
020001	9701.17730.500-4	15	2	362.829,75	23/08/2013	631.273,21	**	**
020001	9701.17748.500-2	13	3	25.805.103,60	23/08/2013	30.321.273,55	**	**
020001	9701.18889.500-2	13	3	947.396,20	23/08/2013	1.491.240,00	**	**
020001	9701.21225.500-4	13	3	1.434.941,24	23/08/2013	2.733.940,00	**	**
020001	9701.21378.500-7	13	3	4.644.052,49	23/08/2013	7.517.604,00	**	**
020001	9701.21387.500-6	13	2	2.440.610,86	23/08/2013	3.172.809,60	**	**
020001	9701.21421.500-0	13	3	78.060.626,12	23/08/2013	96.569.899,04	**	**
020001	9701.21449.500-2	13	4	1.020.968,33	23/08/2013	2.187.152,00	**	**
020001	9701.21451.500-3	13	3	844.083,08	23/08/2013	1.608.200,00	**	**
020001	9701.21455.500-5	13	3	4.458.001,38	23/08/2013	7.216.432,00	**	**
020001	9701.21503.500-5	13	3	2.818.968,09	23/08/2013	4.437.170,00	**	**
020001	9701.21505.500-6	13	2	1.041.365,71	23/08/2013	1.491.240,00	**	**
020001	9701.21507.500-7	13	2	1.513.043,11	23/08/2013	2.166.684,00	**	**
020001	9701.21797.500-5	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21799.500-6	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21800.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**

020001	9701.21801.500-5	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21802.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
020001	9701.21803.500-6	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21804.500-1	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21805.500-7	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21806.500-2	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21807.500-8	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21808.500-3	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21809.500-9	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21810.500-4	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21811.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21815.500-1	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21816.500-7	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21817.500-2	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21818.500-8	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21819.500-3	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21822.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**

020001	9701.21823.500-5	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21824.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21825.500-6	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21826.500-1	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21829.500-8	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21830.500-3	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21831.500-9	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21832.500-4	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21833.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21836.500-6	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21837.500-1	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
020001	9701.21838.500-7	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21839.500-2	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21840.500-8	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21844.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21845.500-5	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**

020001	9701.21846.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21847.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21848.500-1	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21849.500-7	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21850.500-2	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21851.500-8	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.011.216,36	**	**
020001	9701.21852.500-3	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21853.500-9	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21857.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21858.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21859.500-1	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21860.500-7	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21861.500-2	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21865.500-4	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21866.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21867.500-5	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21868.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21869.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel	Despesa no Exercício
----	-----	--------	-----------------------	-----------------	----------------------

				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
020001	9701.21873.500-8	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21874.500-3	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21875.500-9	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21876.500-4	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21877.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21880.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21881.500-1	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21882.500-7	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21883.500-2	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21884.500-8	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21887.500-4	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21888.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21889.500-5	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21890.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21891.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21895.500-8	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21896.500-3	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21897.500-9	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.22303.500-0	13	3	39.265.162,83	23/08/2013	48.371.377,21	**	**
020001	<u>9701.22350.500-7</u>	13	***	4.303.500,00	27/12/2001	<u>4.303.500,00</u>	**	**

020001	9701.22830.500-6	13	3	30.323,59	23/08/2013	64.607,66	**	**
020001	9701.22832.500-7	13	3	45.267,88	23/08/2013	65.995,10	**	**
020001	9701.22834.500-8	13	3	46.129,41	23/08/2013	65.995,10	**	**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
020001	9701.22836.500-9	13	3	46.129,41	23/08/2013	65.995,10	**	**
020001	9701.23795.500-0	13	***	648.915,53	23/08/2013	846.060,20	**	**
020001	9701.32606.500-0.	13	3	545.157,85	23/08/2013	2.533.119,68	**	**
020001		13	2	9.114.543,20		9.114.543,20	*	*
Total							**	**

OBSERVAÇÕES:

1 -*Prédio do Interlegis em processo de cadastramento no SPIUnet, Processo nº 00200.012607/2012-28.

2 - ** O valor de R\$ 4.284.465,68, corresponde total da despesa realizada até 10.10.2014 com a manutenção e conservação de imóveis/instalações sob a responsabilidade do Senado Federal, uma vez que essa informação não está segregada por “RIP”, valor informado pela Contabilidade do Senado Federal.

3 – *** Terreno vazio.

4 - Os dados referentes à atualização dos imóveis constam do Processo nº 00200.016762/2013-02.

Fonte: SIAFI/SPIUnet/SPATR-SENADO FEDERAL/SSECONT-SENADO FEDERAL

Quadro 37 - Discriminação dos bens imóveis

Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade do Senado Federal

OCUPAÇÃO/UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados			0,00		0,00		
			0,00		0,00		
			0,00		0,00		
Vazios			0,00		0,00		
			0,00		0,00		
Total						0,00	0,00
Fonte: Processo nº 024351/11-3 de devolução dos apartamentos funcionais ao SPU							

Quadro 38 - Discriminação de imóveis funcionais

Análise crítica do patrimônio imobiliário

A administração dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade do Senado Federal encontra-se disciplinada por meio das seguintes normas:

- a) Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, que, em sua alínea “a” do § 2º do art. 258, estabelece: “Ao Serviço de Documentação e Administração de Imóveis compete executar, planejar e controlar os trabalhos referentes à administração dos imóveis de propriedade da União administrados pelo Senado Federal;.....”.
- b) Ato nº 01/2010 do Terceiro Secretário com regras específicas acerca da ocupação dos imóveis da reserva técnica do Senado Federal.
- c) Ato da Comissão Diretora Nº 30, de 2002.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis e órgãos e entidades públicas ou privadas

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	287.464.143-04
	Nome ou Razão Social	BARBEARIA E ENGRAXATARIA
	Atividade ou Ramo de Atuação	BARBEARIA, MANICURE E PEDICURE
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0008/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	SERVIÇO DE BARBEARIA, MANICURE E PEDICURE
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 11.002,44
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	PARLAMENTO LATINO AMERICANO

	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	ISENTO AMPARADO PELO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº30 CC COM ACD Nº 14 DE 2010
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00628131/0001-18
	Nome ou Razão Social	FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0005/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO

	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	ISENTO AMPARADO PELO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº30 CC COM ACD Nº 14 DE 2010
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	6020168677
	Nome ou Razão Social	ASSESSORIA PARLAMENTAR DA POLÍCIA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA A POLÍCIA FEDERAL
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 004/2011
	Prazo da Cessão	09/11/2001 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSESSORIA PARLAMENTAR DA POLÍCIA FEDERAL NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.297,32
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN
--	---	-------------

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.887.169/0001-05
	Nome ou Razão Social	PARTIDO PROGRESSISTA
	Atividade ou Ramo de Atuação	PARTIDO POLÍTICO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0016/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO PARTIDO PROGRESSISTA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 93.567,18
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
	RIP	9701.21421.500-0

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.310.463/0001-12
	Nome ou Razão Social	INSTITUTO TEOTÔNIO VILLELA
	Atividade ou Ramo de Atuação	INSTITUTO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0004/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO INSTITUTO TEOTÔNIO VILLELA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 81,18
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.676.213/0001-38
	Nome ou Razão Social	TESOURARIA NACIONAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO/PMDB
	Atividade ou Ramo de Atuação	PARTIDO POLÍTICO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0019/2008

	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO PMDB NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 72.001,40
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	GRUPO BRASILEIRO DE UNIÃO INTERPARLAMENTAR
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 0,00
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	PARLAMENTO LATINO AMERICANO
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	
	Prazo da Cessão	

	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 0,00
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.633.510/0001-69
	Nome ou Razão Social	DIRETÓRIO NACIONAL DOS DEMOCRATAS - DEMOCRATAS
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO DEMOCRATAS
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0011/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DOS DEMOCRATAS NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 164.473,77
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.310,463/0001-12
	Nome ou Razão Social	INSTITUTO TANCREDO NEVES
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO PARTIDO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0018/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO INSTITUTO TANCREDO NEVES NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 67.981,34
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.497.560/0001-01
	Nome ou Razão Social	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA PARLAMENTAR
Caracterização Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0002/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSESSORIA PARLAMENTAR DO STM NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 25.450,40
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.452/0001-03
	Nome ou Razão Social	COMANDO DO EXÉRCITO
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO COMANDO DO EXÉRCITO
Caracterização Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0014/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO NO COMPLEXO

		ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 46.046,96
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394,502/0001-44
	Nome ou Razão Social	COMANDO DA MARINHA
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA NO COMANDO DA MARINHA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0025/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO COMANDO DA MARINHA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 35.981,74
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN
--	---	-------------

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.429/0057-65
	Nome ou Razão Social	COMANDO DA AERONÁUTICA
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO COMANDO DA AERONÁUTICA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO 0007/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO COMANDO DA AERONÁUTICA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 465,10
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.277.610/0001-25
	Nome ou Razão Social	MINISTÉRIO DA DEFESA
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO MINISTÉRIO DA DEFESA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	INSTALAÇÃO DA ASSESSORIA PARLAMENTAR DO MINISTÉRIO DA DEFESA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	CESSÃO DE USO Nº 0013/2008
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 29.102,46
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	37.115.482/0001-35

	Nome ou Razão Social	POLÍCIA CIVIL DO DF
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA A POLÍCIA CIVIL DO DF
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0005/2001
	Prazo da Cessão	05 DE DEZEMBRO DE 2012 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSOSSORIA PARLAMENTAR DA POLÍCIA CIVIL DO DF NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 4.926,06
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.449.992/0001-64
	Nome ou Razão Social	VIVO S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFÔNIA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0020/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO

	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO “INDOOR” DA VIVO S/A
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 31.409,89
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.685.903/0001-16
	Nome ou Razão Social	AMERICEL
	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFONIA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0006/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO “INDOOR” DA AMERICEL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 36.299,98
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.206.050/0051-40
	Nome ou Razão Social	TIM CELULAR
	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFONIA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0021/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO “INDOOR” DA TIM CELULARES
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 118.947,94
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.423.963.0009-79
	Nome ou Razão Social	14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFONIA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO “INDOOR” DA 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0017/2008
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 23.280,00
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	34.028.316/5783-77
	Nome ou Razão Social	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS
	Atividade ou Ramo de Atuação	POSTAGEM
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0002/2013
	Prazo da Cessão	120 (MESES) A PARTIR DE 10 DE JUNHO DE 2013 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	PARA INSTALAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 102.518,78
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.495.660/0001-89

	Nome ou Razão Social	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PRODASEN (ASCIP)
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 00001/2010
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2010 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PRODASEN (ASCIP) NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 15.527,49
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	78.533.312/0001-58
	Nome ou Razão Social	PLANSUL - PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
	Atividade ou Ramo de Atuação	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0006/2011
	Prazo da Cessão	04 DE NOVEMBRO DE 2011 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO, OU ATÉ O TÉRMINO DO CONTRATO 019/2009

	Caracterização do espaço cedido	FINALIDADE DE PERMITIR A EXECUÇÃO DO CONTRATO 019/2009
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 5.446,76
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	78.533.312/0001-58
	Nome ou Razão Social	PLANALTO SERVICE LTDA.
	Atividade ou Ramo de Atuação	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0009/2010
	Prazo da Cessão	01 DE SETEMBRO DE 2004 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO, OU ATÉ O TÉRMINO DO CONTRATO 064/2010
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA PLANALTO SERVICE NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 6.444,50
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0002/2012
	Prazo da Cessão	120 (MESES) CONSECUTIVOS, A PARTIR DE 12 DE JUNHO DE 2012 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	ATENDIMENTO BANCÁRIO
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 236.541,30
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	BANCO DE BRASÍLIA S.A - BRB
	Nome ou Razão Social	00.000.208/0001-00
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0009/2011
	Prazo da Cessão	A PARTIR DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO (CONTRATO TERMINADO EM DEZEMBRO DE 2016 EM PROCESSO DE RENOVAÇÃO).
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO TERMINAL DE AUTO-ATENDIMENTO DO BANCO DE BRASÍLIA S.A - BRB
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.425,52
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/4211-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0002/2012
	Prazo da Cessão	01 DE MARÇO DE 2012 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 477.671,95
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	33.066.408/0001-15

	Nome ou Razão Social	BANCO ABN ANRO REAL S/A – BANCO REAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0028/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE CAIXA ELETRÔNICO DO BANCO REAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 5.672,56
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	33.700.394/0001-40
	Nome ou Razão Social	UNIBANCO
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0022/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE CAIXA ELETRÔNICO DO

		UNIBANCO
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.566,64
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	60.746.948/0001-12
	Nome ou Razão Social	BANCO BRADESCO S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0006/2010
	Prazo da Cessão	1º DE SETEMBRO DE 2010 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE UM CAIXA ELETRÔNICO DO BRADESCO S.A
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.178,62
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN
--	---	-------------

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	292.810.160-87
	Nome ou Razão Social	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0001/2012
	Prazo da Cessão	07 DE FEVEREIRO DE 2012 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE UM CAIXA ELETRÔNICO DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BANRISUL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.831,84
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	COM A SAFIN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	COM A SAFIN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	COM A SAFIN

Quadro 39 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Localização	Órgão	Termo Cooperação	Quantidade de Imóveis	Valor Mensal por Unidade
SQS 309	STJ	02/2014	10	3.800,00
SQS 309	TCU	03/2014	04	3.800,00
SQS 309	TRF	02/2015	02	3.800,00
SQS 309	Câmara dos Deputados	01/2015	03	0,00
*SQS 207			00	0,00

*Imóvel desocupado - RESERVA TÉCNICA DO SENADO FEDERAL

Quadro 40 - Cessão de espaço físico em imóvel da União

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	Distrito Federal	01	01
		0	0
	Subtotal Brasil	01	01
EXTERIOR		0	0
	Subtotal Exterior	0	0

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
Total (Brasil + Exterior)	01	01

Quadro 41 - Distribuição espacial dos bens imóveis
 Contrato nº 00200.004193/2014-25 – Inframérica – Aluguel de sala no aeroporto internacional de Brasília.

6. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6.1 Principais sistemas de informações

OBJETIVO	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	NEGÓCIO	MANUTENÇÃO		SISTEMA EM DESENVOLVIMENTO			CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DO SISTEMA		
					PRÓPRIA/TERCEIRIZADA	DESPESA ANUAL (R\$)	PRAZO	ORÇAMENTO	RISCOS	AValiação DE RISCOS	MEDIDAS PARA MITIGAR	
Sistema de gestão de documentos, processos e eventos legislativos. Engloba o Mate Protocolo Eletrônico, AVULSOS e SEDOL.	1. Gestão do processo e dos documentos legislativos do Senado Federal e Congresso Nacional; 2. Controle da tramitação de processados físicos; 3. Controle de indicação de relatoria; 4. Geração de documentos legislativos a partir de documentos e metadados existentes; 5. Registro das ações legislativas ocorridas durante o processo;	SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	PROCESSO LEGISLATIVO	PRÓPRIA	-	12/2018	-	-	-	A sua indisponibilidade compromete e até impossibilita as deliberações legislativas.	Implantação de Site de contingência conforme convênio 0001/2015 estabelecido com a Câmara dos Deputados que está em fase de implantação.
Registro das sessões plenárias, com diversas informações acerca do encaminhamento de matérias em tramitação no plenário do SF. Aplicação para visualização da Ordem do	1. Gestão da Ordem do Dia do Senado Federal e Congresso Nacional, incluindo a elaboração da pauta, lista de oradores e apresentação das composições do Congresso; 2. Disponibilização da Ordem do dia nos computadores do Plenário e na Internet; 3. Controle e apresentação do resultado das deliberações ocorridas em plenário;	SESPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PLENÁRIO	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	PROCESSO LEGISLATIVO	PRÓPRIA	-	-	-	-	-		

OBJETIVO	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	NEGÓCIO	MANUTENÇÃO		SISTEMA EM DESENVOLVIMENTO			CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DO SISTEMA	
					PRÓPRIA/TERCEIRIZADA	DESPESA ANUAL (R\$)	PRAZO	ORÇAMENTO	RISCOS	AValiação DE RISCOS	MEDIDAS PARA MITIGAR
<p>dia Eletrônica nos Tablets em Plenário.</p> <p>Aplicação para visualização on-line da Ordem do dia Eletrônica na Internet.</p>	<p>4. Apresentação de matérias com prazos regimentais.</p> <p>5. Elaboração da agenda de sessões plenárias previstas do Senado Federal e Congresso Nacional</p> <p>6. Gestão da lista de comemorações especiais realizadas em plenário</p>										
<p>Sistema de Cadastramento e envio de emendas à CMO para a elaboração das Leis Orçamentárias LOA, PPA e LDO. Não está contemplada a de Créditos Adicionais.</p>	<p>1. Elaboração dirigida de emendas a cada PL Orçamentário;</p> <p>2. Exportação e importação de emendas a outros autores;</p> <p>3. Montagem, envio e cancelamento de envio de lotes de emendas seguindo as regras da Resolução nº 1/2006 e Pareceres Preliminares específicos de cada PL;</p> <p>4. Auto-cadastro para usuários não-parlamentares;</p> <p>5. Relatórios de Emendas: relações, espelhos, prévia de lote e recibo.</p>	<p>SESOF - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO</p>	<p>CMOCN - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO DO CONGRESSO NACIONAL</p>	<p>PROCESSO ORÇAMENTÁRIO</p>	<p>PRÓPRIA</p>	-	-	-	-		

OBJETIVO	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	NEGÓCIO	MANUTENÇÃO		SISTEMA EM DESENVOLVIMENTO			CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DO SISTEMA	
					PRÓPRIA/TERCEIRIZADA	DESPESA ANUAL (R\$)	PRAZO	ORÇAMENTO	RISCOS	AValiação DE RISCOS	MEDIDAS PARA MITIGAR
Sistema de Apoio à Elaboração da Lei Orçamentária. Pareceres à LOA. Emissão de autógrafos.	<p>1. Registra o parecer a emendas orçamentárias;</p> <p>2. Registra a elaboração das emendas dos Relatores Setoriais, Geral e da Receita;</p> <p>3. Efetua o controle das movimentações na perspectiva de gerência de recursos (Parecer Preliminar, Passível de Cancelamento e Banco de Fontes);</p> <p>4. Emissão dos relatórios dos Relatores Setoriais, Geral e da Receita;</p> <p>5. Emissão dos substitutivos parciais e final ("Autógrafo") dos PLs Orçamentários (relatórios e dados para devolução ao Poder Executivo);</p> <p>6. Permite a atualização das tabelas orçamentárias básicas e às específicas a determinado PL.</p>	SESOF - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO	CONORF - CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	PROCESSO ORÇAMENTÁRIO	PRÓPRIA	-	-	-	-		

OBJETIVO	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	NEGÓCIO	MANUTENÇÃO		SISTEMA EM DESENVOLVIMENTO			CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DO SISTEMA	
					PRÓPRIA/TERCEIRIZADA	DESPESA ANUAL (R\$)	PRAZO	ORÇAMENTO	RISCOS	AValiação DE RISCOS	MEDIDAS PARA MITIGAR
Sistema de apoio ao apanhamento taquigráfico das sessões plenárias e reuniões de comissão.	<p>1. Suporte completo e automatizado ao processo dos registros taquigráficos de reuniões, sessões e eventos do Senado Federal e Congresso Nacional;</p> <p>2. Estruturação da informação com vistas ao fornecimento de informações estatísticas e estratégicas para parlamentares e para a instituição;</p> <p>3. Publicação online das notas taquigráficas de reuniões, sessões e eventos;</p> <p>4. Controle do processo de distribuição de trabalho (perfil de tabelado) para taquígrafos, revisores e supervisores;</p> <p>5. Integração com diversos sistemas de apoio às atividades de registro taquigráfico do Senado Federal, como: MATE, COMISS, Parlam, Ordia, DISSE;</p> <p>6. Exibição de vídeo e áudio de sessões e reuniões para apoio ao processo de registro taquigráfico.</p>	SESPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PLENÁRIO	SERERP - SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTA R	PROCESSO LEGISLATI VO	PRÓPRIA	-	-	-	-	-	-

OBJETIVO	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	NEGÓCIO	MANUTENÇÃO		SISTEMA EM DESENVOLVIMENTO			CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DO SISTEMA	
					PRÓPRIA/TERCEIRIZADA	DESPESA ANUAL (R\$)	PRAZO	ORÇAMENTO	RISCOS	AVALIAÇÃO DE RISCOS	MEDIDAS PARA MITIGAR
<p>O Adm-Gestão-Contratos é um domínio de negócio - um conjunto de classes Java e Web services - que encapsula serviços de clientes, serviços de tarefas e serviços de entidades, os quais podem ser expostos num portal de serviços, numa intranet ou em aplicações específicas. Esses serviços atômicos darão suporte a processos de trabalho automatizados relativos à gestão dos contratos administrativos do Senado Federal. Trata-se de uma evolução do antigo</p>	<p>1. Gerir Contratações do Senado Federal; 2 Aditivar as Contratações; 3. Executar o Plano de Contratações do Senado Federal; 4. Gerir os trabalhadores terceirizados; 5. Fornecer subsídios das Contratações para o Portal da Transparência.</p>	<p>SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS</p>	<p>SADCON - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES</p>	<p>ADMINISTRATIVO</p>	<p>PRÓPRIA</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>A sua indisponibilidade compromete e até impossibilita as deliberações administrativas e o cumprimento de obrigações trabalhistas, contratuais e fiscais.</p>	

OBJETIVO	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	NEGÓCIO	MANUTENÇÃO		SISTEMA EM DESENVOLVIMENTO			CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DO SISTEMA	
					PRÓPRIA/TERCEIRIZADA	DESPESA ANUAL (R\$)	PRAZO	ORÇAMENTO	RISCOS	AVALIAÇÃO DE RISCOS	MEDIDAS PARA MITIGAR
sistema GESCON.											

<p>Sistema integrado de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Senado Federal, adquirido da empresa Techne Engenharia e Sistemas S/C Ltda, através de processo de licitação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro de Pessoal (servidores, Senadores, dependentes, pensionistas, representantes legais, consignatárias, substitutos eventuais e outros); • Cadastro de Vínculos Funcionais (contratos de trabalho); • Cadastro de Usuários, Cadastro de Padrões de Acesso, Cadastro de Perfis de Segurança de Acesso; • Registro de Eventos Funcionais (admissão, desligamento, promoções, substituições, mudanças de lotação e outros); • Controle de Vagas de Cargos e Funções (numeradas e por quadro); • Registro de Licenças e Afastamentos, Licenças Especiais e Férias; • Registro de Horas Extras; • Registro relativos à Frequência dos servidores (faltas, impontualidades e outros); • Processo de Avaliação de Desempenho; • Cadastro de Comissões de Trabalho; • Registro de Reuniões de Comissões; • Cadastro de Pensões Alimentícias; • Cadastro de Atributos e Vantagens Pessoais; • Registro de Lotações de Exercício; • Averbação de Tempo de Serviço • Contagem de Tempo de 	<p>SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS</p>	<p>SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS</p>	<p>ADMINISTRATIVO</p>	<p>PRÓPRIA e TERCEIRIZADA</p>	<p>504.054,88</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>		
--	---	--	---	-----------------------	-------------------------------	-------------------	----------	----------	----------	--	--

	<p>Serviço;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cadastro de Pastas Funcionais; • Cadastro de Concursos Públicos; • Cálculo da Folha de Pagamento; • Geração de Arquivos de Crédito Bancários; • Geração de Arquivos Legais (RAIS, DIRF e outros); • Emissão de diversos relatórios; • Extração de dados através de consultas predefinidas; • Controle de Calendário; • Cadastro de Setores (unidades organizacionais) e Organograma; • Execução de rotinas diversas; • Registros de auditoria de processos e transações. 								
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

<p>Sistema Informatizado para a Gestão Arquivística de Documentos no Senado Federal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro de documentos internos; • Cadastro de processos internos; • Cadastro de documentos externos; • Cadastro de processos externos; • Cadastro de dossiês; • Controle de acessos e sigilo de documentos; • Minutas de documentos; • Webservices para integração de sistemas; • Transferência, eliminação e recolhimento de protocolos e seus respectivos recebimentos e avaliações; • Tabelas auxiliares da gerência do sistema; • Funções de correção de dados; • Tramitação de documentos, processos e dossiês; • Distribuição de documentos, processos e dossiês entre pessoas de uma determinada unidade; • Visualização de documentos eletrônicos; • Retirada e juntada de documentos a documentos, de documentos a documentos e de documentos a processos; • Assinatura digital de documentos; • Confeção de mala direta; • Cadastro de interessados; • Configuração de preferências pessoais dos usuários; 	<p>SESOC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS</p>	<p>SEPROT - SERVIÇO DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVOS</p>	<p>ADMINISTRATIVO</p>	<p>TERCEIRIZADA</p>	<p>264.999,84</p>	<p>abr/2017</p>	<p>168.060,00</p>	<p>-</p>		
--	---	---	--	-----------------------	---------------------	-------------------	-----------------	-------------------	----------	--	--

<ul style="list-style-type: none"> • Administração do sistema pelos perfis adequados; • Pesquisa de documentos e processos; • Cancelamento de documentos, processos e dossiês; • Delegação de acesso a documentos reservados; • Utilização de fluxos de trabalho pré-definidos; • Classificação arquivística de documentos; • Emissão de relatórios; • Armazenamento de documentos, processos e dossiês; • Alteração de metadados de documentos, processos e dossiês; • Arquivamento de documentos, processos e dossiês; • Alteração de arquivo digital de documentos e processos; • Cancelamento de tramitação e de distribuição de documentos, processos e dossiês; • Expedição de documentos e processos; • Empréstimo de documentos, processos e dossiês; • Geração de guias de documentos, processos e dossiês; • Listagem de documentos, processos e dossiês; • Listagem pré-cadastro de documentos; • Listagem de acompanhamento de 								
--	--	--	--	--	--	--	--	--

<p>documentos, processos e dossiês;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inserção e alteração de palavras-chave de documentos e processos; • Inserção, gestão e pesquisa de prazos de resposta e de atendimento; • Recebimento de tramitação e de distribuição; • Criação, cancelamento e gestão de volumes; • Realização de ações por lote; • Modelos de documentos; • Definição e gestão de assinaturas de documentos digitais; • Pré-cadastro e pré-protocolo de documentos; • Protocolo/cadastramento de e-mail; • Geração de termos; • Gestão de documentos arquivados; • Gestão de caixas de documentos arquivados; • Cadastro de documentos, processos e dossiês legados; • Gerência do sistema 											
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

6.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

O Senado Federal iniciou a elaboração do seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) em 10 de novembro de 2016, e estima-se que ele estará concluído até março deste ano. A elaboração do PDTI está sob responsabilidade do Comitê de Governança de TI (CGTI), o qual foi instituído pela Política de Governança de TI do Senado Federal, publicada em outubro de 2016, por meio do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 8 de 2016. Por deliberação do CGTI, o PDTI está sendo elaborado seguindo o “Referencial do Processo de Planejamento da Tecnologia da Informação”, disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União. Este PDTI orientará as ações de TI do Senado Federal (Prodasen e demais órgãos que atuam como provedores de serviços de TI), identificando:

- a) As diretrizes de TI;
- b) Os projetos estruturantes visando o atingindo das Diretrizes de TI elencadas;
- c) Os projetos estruturantes visando o tratamento dos principais riscos de TI identificados durante o processo de elaboração do PDTI e que não foram aceitos pelo CGTI;
- d) O portfólio de projetos de TI visando o atendimento às áreas de negócio mais prioritários em relação à Estratégia Corporativa do Senado Federal;
- e) O conjunto de indicadores de TI, de forma a possibilitar a avaliação da TI (desempenho e resultados) de forma mais objetiva;
- f) As contratações que suportarão os projetos integrantes do PDTI, sejam eles estruturantes ou voltados ao atendimento das áreas de negócio do Senado Federal.

Todas as diretrizes de TI e projetos integrantes do PDTI do Senado Federal deverão estar alinhados às Diretrizes Estratégicas do Senado Federal, materializadas pela visão, missão, valores e objetivos estratégicos válidos até 2023 e as respectivas Linhas de Ação (ainda em processo de aprovação pela atual Mesa diretora) para o período de 2017 e 2018.

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

b1) Atividades do Comitê de Governança de TI:

Conforme Art. 9º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 8 de 2016, que instituiu a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PGTI/SF), compete ao Comitê de Governança de TI:

I - propor à Diretoria-Geral e à Secretaria-Geral da Mesa o Plano Estratégico de TI e o Plano de Diretor de TI do Senado Federal, bem como acompanhar sua execução;

II - coordenar a formulação das propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI;

III - coordenar a elaboração dos planos e a definição dos indicadores de desempenho de TI, bem como a implementação das ações planejadas e a mensuração dos resultados obtidos;

IV - realizar a gestão de portfólio dos projetos de TI, priorizar as ações e os investimentos de TI, os quais deverão estar alinhados aos objetivos institucionais do Senado Federal;

V - monitorar e controlar os projetos de TI, avaliando riscos, problemas e custos relacionados aos projetos;

VI - aprovar demandas de manutenção com impacto significativo sobre os projetos de TI;

VII - recomendar sobre a resolução de conflitos na utilização compartilhada de recursos para o atendimento das diferentes demandas de TI;

VIII - monitorar o desempenho da TI por meio dos indicadores.

b2) Composição do Comitê de Governança de TI:

Conforme Art. 8º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal Nº 8 de 2016, que instituiu a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PGTI/SF), o Comitê de Governança de TI é composto pelos seguintes representantes:

- I - Diretor-Geral Adjunto de Gestão;
- II - Secretário-Geral da Mesa Adjunto;
- III - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen);
- IV - Diretor Adjunto da Secretaria de Comunicação Social;
- V - Diretor Adjunto do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

b3) Quantidade de reuniões do Comitê de Governança de TI em 2016:

O Comitê de Governança de TI, instituído em 21 de outubro de 2016 pela Política de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PGTI/SF), teve sua primeira reunião em 10 de novembro do mesmo ano e, até o dia 30 de dezembro, foram realizadas 11 (onze) reuniões no total.

b4) Principais decisões tomadas pelo Comitê de Governança de TI em 2016:

O Comitê de Governança de TI teve como sua principal decisão em 2016 a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, o qual definirá para a toda a TI da Casa:

- a) As diretrizes estratégicas de TI;
- b) Os projetos estruturantes visando o atingindo das Diretrizes de TI elencadas;
- c) Os projetos estruturantes visando o tratamento dos principais riscos de TI identificados;
- d) O portfólio de projetos de TI visando atender às áreas de negócio mais prioritárias em relação à Estratégia Corporativa do Senado Federal;
- e) Conjunto de indicadores de TI, visando possibilitar a avaliação de da TI de forma mais objetiva.

7. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

7.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Principais aspectos da gestão ambiental

O sistema de gestão ambiental no Senado Federal apoia-se em dois aspectos distintos:

a) Recursos humanos: o Senado possui unidade de apoio exclusiva para desenvolver políticas internas de gestão socioambiental. Vinculado diretamente à Diretoria Executiva de Gestão – DIREG, subordinada à Diretoria-Geral, o Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais - NCAS foi criado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14 de 2013, que institui nova estrutura e competências aos órgãos administrativos do Senado Federal e tem como atribuição:

“(…)

§ 1º As unidades de apoio à Diretoria-Geral têm as seguintes competências:

(…)

VI – Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais, ao qual compete coordenar e integrar as ações de responsabilidade social e de responsabilidade ambiental implementadas pelas diversas unidades administrativas e legislativas; propor novos modelos com vistas à implementação e disseminação da prática socioambiental; monitorar as ações implementadas e propor aperfeiçoamentos; propor campanhas buscando difundir o conceito de responsabilidade socioambiental e fomentar a participação do corpo funcional com sugestões; preparar relatórios gerenciais que possam subsidiar sistematicamente a divulgação das ações socioambientais do Senado Federal.

(…)”

b) Planejamento estratégico:

✓ **Gestão de pessoas:** realização de eventos, elaboração de campanhas e programas educacionais no intuito de capacitar e conscientizar o corpo funcional do Senado quanto à relevância do tema. Estabelecer a cultura de preservação ambiental baseada nos 5 Rs da sustentabilidade: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar. Para tanto, contamos com as equipes do próprio NCAS, publicidade e marketing (COMAP), TV Senado, Rádio Senado, Jornal do Senado, palestrantes convidados e Ecolegas, rede de servidores voluntários que atuam como mobilizadores e facilitadores para disseminar a educação ambiental nos seus setores e incentivar ações sustentáveis.

✓ **Ferramentas de gestão e monitoramento:** elaboração de políticas, planos e programas internos de forma a estabelecer critérios de sustentabilidade, definindo ações, metas, prazos e realizar contínuo monitoramento, além de revisões periódicas para efetuar eventuais ajustes. Atualmente contamos principalmente com a **Política de Responsabilidade Socioambiental** e com o **Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal**.

Adoção de critérios de garantia da sustentabilidade ambiental

Os critérios de sustentabilidade foram instituídos por meio de políticas, planos e programas internos e têm natureza obrigatória para toda a Administração do Senado Federal.

. **Política de Responsabilidade Socioambiental:** implementada através do Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2013, foi publicada no BASF nº 5186, Seção II, de 21 de março de 2013. Veio a ser o primeiro normativo interno a disciplinar a matéria. Estabeleceu princípios gerais, objetivos, competências e regras obrigatórias para toda a Administração.

. **Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal (PGLS):** ferramenta de planejamento para estabelecer ações específicas e detalhadas de gestão ambiental. Foi elaborado, CONSIDERANDO:

a) **Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2013**, que instituiu a Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado Federal;

b) Ato da Diretoria-Geral nº 24 de 2014, que estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal (PGLS);

c) Ato da Diretoria-Geral nº 25, de 2015, que aprova o Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal (PGLS), de observância obrigatória, vinculando todas as unidades administrativas da Casa.

Os Planos de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) foram instituídos pelo **art. 16 do Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012 da Presidência da República** e regulamentados pela **IN SLTI-MP nº 10/2012**. Constituem uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades detalhadas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, com o uso de indicadores previamente estabelecidos, que permite o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

No Senado a construção do PGLS seguiu metodologia participativa via Comissão Gestora, composta por servidores representantes das 22 unidades envolvidas com a gestão ambiental, direta ou indiretamente. Todos os setores se manifestaram no sentido de adequar suas próprias demandas e atividades aos princípios da economia de recursos, consumo consciente e descarte apropriado.

O Plano contempla 11 eixos temáticos, nos quais são detalhadas 83 ações com 115 metas e seus respectivos prazos e indicadores, a saber:

- ✓ Material de Consumo
- ✓ Serviços de Impressão
- ✓ Energia Elétrica
- ✓ Água e Esgoto
- ✓ Gestão de Resíduos
- ✓ Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
- ✓ Compras e Contratações Sustentáveis
- ✓ Deslocamento de Pessoal

- ✓ Arborização e Manutenção de Áreas Verdes
- ✓ Serviços Gráficos
- ✓ Tecnologia da Informação

O monitoramento é realizado mensalmente. Os resultados são publicados anualmente. A revisão completa do Plano será realizada a cada dois anos e a participação das áreas vinculadas é fundamental para estabelecer metas exequíveis, de forma que as atividades possam atender tanto aos princípios sustentáveis quanto aos seus próprios fins.

Em busca de constante aprimoramento, há novas ações já em fase de implementação ou de projeto que serão incorporadas à nova edição do Plano para o biênio 2017/2018, entre as quais a elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, previsto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010.

Ainda de acordo com o Relatório de Desempenho De Metas do PGLS – 2015/2016, apresentamos as seguintes ações concluídas ou em fase de execução:

ENERGIA ELÉTRICA	
ITEM	META
Diagnóstico da rede elétrica	Parcialmente cumprida
Capacitação em eficiência energética	Parcialmente cumprida
Exigência de etiqueta de eficiência energética nos equipamentos adquiridos ou disponibilizados por empresas contratadas pelo Senado Federal	Cumprida

ÁGUA E ESGOTO	
ITEM	META
Reforma de reservatórios de água potável	Parcialmente cumprida
Instalação de torneiras econômicas	Cumprida
Instalação de bacias econômicas	Cumprida

GESTÃO DE RESÍDUOS	
ITEM	META
Elaboração de diagnóstico para identificar as falhas no processo de gestão de resíduos e proposição de ações educativas	Parcialmente cumprida
Disposição de novas lixeiras operando em modelo ilha com quatro unidades (vermelha, cinza, marrom e azul)	Em andamento
Atualização do termo de compromisso para destinação de materiais recicláveis à cooperativa de catadores	Em andamento
Realização de monitoramento quinzenal dos descartes quanto à separação, à destinação, aos volumes e às coletas nos ambientes	Parcialmente cumprida

GESTÃO DE RESÍDUOS	
ITEM	META
Destinação correta dos resíduos provenientes das atividades do Senado Federal	Parcialmente cumprida
Inclusão nos novos contratos de prestação de serviços de terceirização a exigência de treinamento/capacitação sobre gestão de resíduos	Cumprida
Implementação de coletores de descartes especiais e promoção da destinação adequada dos resíduos	Cumprida
Inclusão nos novos contratos dos restaurantes e lanchonetes de cláusulas de exigência para eliminação de materiais descartáveis ou uso de materiais descartáveis biodegradáveis	Cumprida

DESLOCAMENTO DE PESSOAL	
ITEM	META
Redução do número de vans no sistema de integração	Parcialmente cumprida

DESLOCAMENTO DE PESSOAL	
ITEM	META
Exigência de etiqueta de eficiência energética nos veículos locados ou adquiridos pelo Senado Federal	Cumprida
Redução do número de veículos disponíveis para deslocamento de colaboradores em serviço	Cumprida
Criação de bolsão de vagas preferenciais para carros cuja ocupação seja igual ou superior a três pessoas	Cumprida
Emissão de passagens aéreas por meio de sistema informatizado	Cumprida
Realização de audiências públicas de comissões permanentes com o auxílio de sistema de vídeo conferência	Cumprida

ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	
ITEM	META
Aumento da produção de vegetação paisagística	Parcialmente cumprida

ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	
ITEM	META
Aumento da produção local de adubos orgânicos	Parcialmente cumprida
Utilização dos resíduos vegetais na jardinagem do Senado Federal	Cumprida
Irrigação suprimida no período chuvoso	Cumprida
Projeto piloto de Jardim de Baixa Exigência Hídrica e Jardim Desértico, que exigem pouca ou nenhuma irrigação.	Cumprida
Eliminação do uso de agrotóxicos na manutenção de áreas verdes e no viveiro	Cumprida
Redução do uso de adubos químicos na adubação de áreas verdes e no viveiro	Cumprida
Mitigação de emissões de carbono por meio do plantio vegetal	Cumprida
Execução de projeto piloto de jardim vertical	Parcialmente cumprida

Quadro 42 - Ações concluídas ou em fase de execução

Aquisição de bens e serviços

Em atendimento ao Ato da Diretoria Geral nº 9, de 2015, encontra-se em fase de elaboração a Instrução Normativa que irá estabelecer as normas gerais para compras e contratações sustentáveis e os respectivos critérios de seleção, tais como certificações, licenças, instrumentos de avaliação de impactos socioambientais gerados pela cadeia produtiva, aspectos do ciclo de vida dos produtos e descarte adequado (logística reversa, tempo de decomposição, sistemas de reciclagem).

Especificamente quanto ao material de consumo, o plano de ação da primeira edição do nosso PGLS contempla exclusivamente os dois insumos mais utilizados na Casa: copos descartáveis e papel A4.

A seguir, números demonstrativos do relatório de desempenho do primeiro ano do PGLS do Senado Federal, referentes à redução no total de pacotes de copos descartáveis fornecidos às áreas solicitantes, no período de junho de 2015 a junho de 2016.

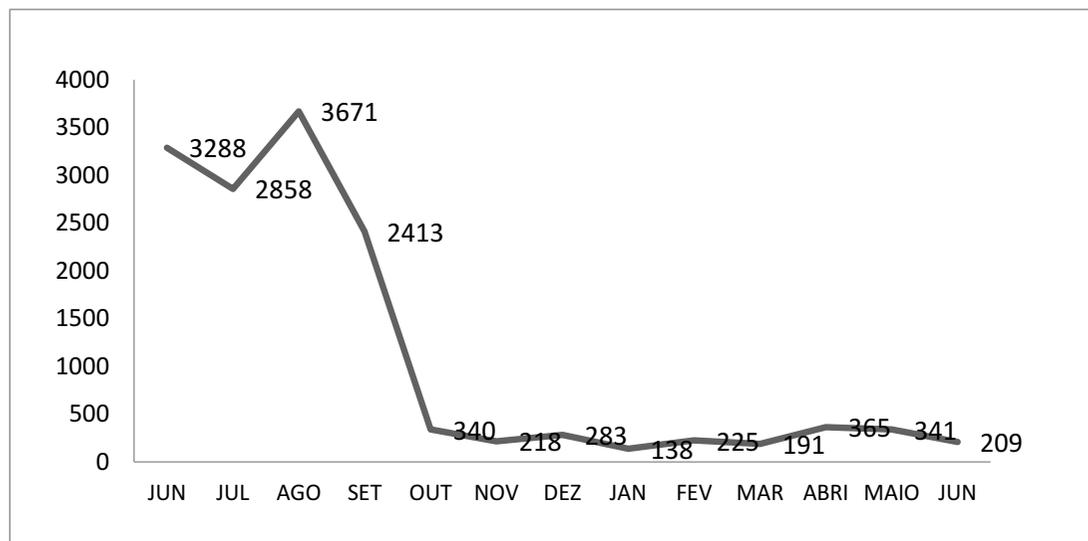


Gráfico 9 - Relatório de desempenho

Quanto ao consumo de papel, é de se observar acentuada diminuição no ano de 2016 em comparação a 2015 e anos anteriores. Os anos de 2012 e 2015 apresentam acentuada elevação devido à intensificação da atividade legislativa nesse período.

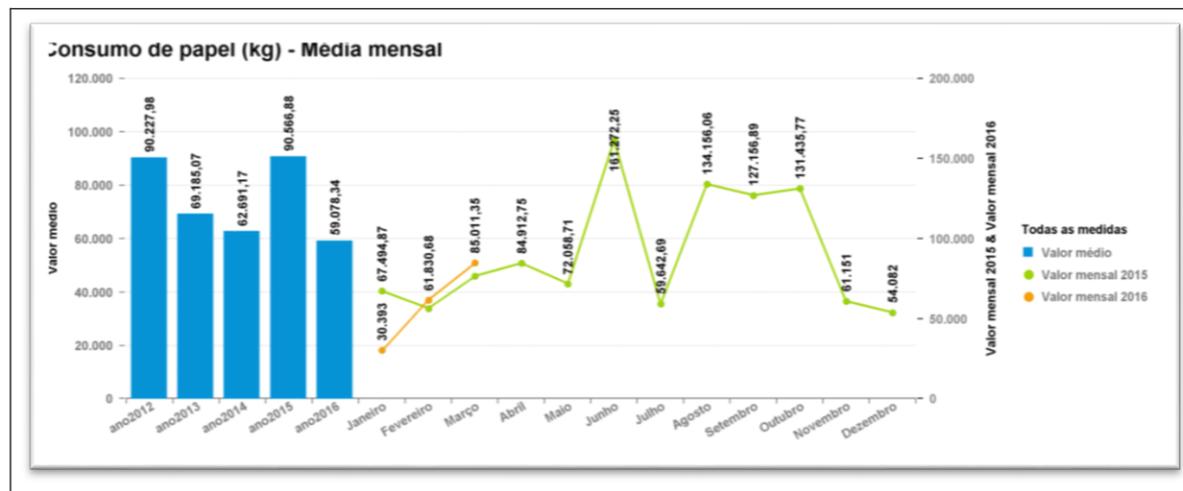


Gráfico 10 - Consumo de papel

Fonte: Escritório de Governança do Senado Federal – EGOV

Não obstante, vale ressaltar que o Senado já apresenta volume significativo de bens e serviços contratados a partir de critérios sustentáveis, conforme tabela abaixo:

ITEM	CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS
<p align="center">MATERIAL DE CONSUMO</p> <p>Papel para reprografia em formato A3 e A4</p> <p><i>Processo SIGAD: 00200.011978/2016-16 (fase de entrega do material)</i></p> <p><i>Órgão Responsável: SPATR</i></p>	<p>✓ Fabricado com 100% de celulose de eucalipto reflorestado, com certificação FSC ou CERFLOR;</p> <p>✓ O processo de branqueamento deve ter sido feito sem uso de cloro elementar (ECF - elemental chlorine free).</p>
<p align="center">MATERIAL DE CONSUMO</p> <p>Copos biodegradáveis e de vidro</p> <p><i>Processo SIGAD: 00200.002556/2017-31 (fase inicial – definição da especificação)</i></p> <p><i>Órgão Responsável: SPATR</i></p>	<p>✓ Substituição dos copos descartáveis de plástico.</p>
<p align="center">MATERIAL DE CONSUMO</p> <p>Lápis preto nº 2</p> <p><i>Processo SIGAD: 00200.001305/2017-39 (fase de pesquisa de preços)</i></p> <p><i>Órgão Responsável: SPATR</i></p>	<p>✓ Corpo em madeira isenta de nós 100% reflorestada.</p> <p>✓ Deverá ser coberto com tinta preta atóxica.</p>
<p align="center">MATERIAL DE CONSUMO</p> <p>Detergente Líquido</p> <p><i>Processo SIGAD: 00200.012172/2016-45 (pregão eletrônico concluído)</i></p> <p><i>Órgão Responsável: SPATR</i></p>	<p>✓ Produto biodegradável;</p> <p>✓ O produto deverá observar os critérios de eficácia e segurança, comprovados mediante registro ou notificação junto à ANVISA, incluindo dados de identificação, procedência, número do lote, validade, data de fabricação e número de registro;</p>

ITEM	CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O produto deverá possuir FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) na forma da ABNT – NBR 14725; ✓ Viscosidade apresentada no rótulo, ou na FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos), mínima de 200 cP.
<p style="text-align: center;">MATERIAL DE CONSUMO</p> <p>Limpador multiuso</p> <p><i>Processo SIGAD: 00200.012172/2016-45(pregão eletrônico concluído)</i></p> <p><i>Órgão Responsável: SPATR</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade, data de fabricação e número de registro na ANVISA (Agencia Nacional de Vigilância Sanitária); ✓ O produto deverá possuir FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) na forma da ABNT NBR 14725.
<p style="text-align: center;">TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)</p> <p>Fornecimento de servidores de rede em rack e os respectivos racks para a Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL - PRDSTI/SF - com instalação dos equipamentos e serviço de assistência técnica, durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos.</p> <p><i>Contrato: 138/2016</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deverá estar em conformidade com a certificação RoHS para garantir que o rack seja concebido sem utilização de substâncias nocivas ao meio ambiente.

ITEM	CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS
<p><i>Órgão Responsável: PRODASEN</i></p>	
<p>TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)</p> <p>Aquisição de dispositivos móveis do tipo Tablet, com entrega imediata, incluindo garantia de 24 (vinte e quatro) meses, para as unidades administrativas e legislativas do Senado Federal.</p> <p><i>Contrato: Não há. Pagamento por Nota de Empenho. Pré-avença 95.</i></p> <p><i>Pregão: 084/2016</i></p> <p><i>Órgão Responsável: PRODASEN</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Certificações WEEE, EnergyStar e EPEAT. ✓ Receber e dar destinação adequada a todos os resíduos para os quais exista obrigação legal ou sistema de logística reversa implantado;
<p>TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)</p> <p>Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do ambiente da Sala-Cofre da Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL - STI/PRODASEN - SF - com fornecimento de materiais, abrangendo a infraestrutura física da sala, instalações elétricas, de ar-condicionado, sistema de prevenção e combate a incêndios.</p> <p><i>Contrato: 0016/2016</i></p> <p><i>Órgão Responsável: PRODASEN</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Efetuar o descarte adequado, em conformidade com critérios de sustentabilidade e legislação vigente. ✓ Efetuar a limpeza dos locais de instalação e execução dos serviços, inclusive com remoção, transporte e descarte adequado de baterias e materiais substituídos, detritos, resíduos oleosos, lixas, estopas e demais materiais consumíveis utilizados pela CONTRATADA.
<p>TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)</p> <p>Fornecimento de solução de impressão, cópia e digitalização, com acesso via rede local (TCP/IP), compreendendo a cessão de direito de uso de equipamentos, devidamente instalados e</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em atendimento às diretrizes da Lei 12.305 de 02/08/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o SENADO exige que a CONTRATADA se responsabilize pelo mecanismo de logística reversa. Este consiste em um conjunto de ações, procedimentos e

ITEM	CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS
<p>configurados nos locais previamente determinados pelo SENADO, durante 30 (trinta) meses consecutivos.</p> <p><i>CONTRATO: ainda não foi assinado.</i></p> <p><i>Pregão: 002/2017</i></p> <p><i>Órgão Responsável: PRODASEN</i></p>	<p>meios para viabilizar a restituição dos resíduos para a CONTRATADA.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Um dos objetivos do projeto é a redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos produzidos pelo processo de impressão, em especial dos cartuchos de toner utilizados. ✓ A CONTRATADA deverá apresentar carta responsabilizando-se pela logística de coleta, reciclagem e correta destinação os resíduos, citando especificamente o atendimento da Lei nº 12.305/2010. ✓ A entrega desta carta é condição necessária para a emissão do termo de aceite total da Solução. ✓ Caso a CONTRATADA seja o fabricante dos equipamentos, deverá se responsabilizar pela logística de coleta, reciclagem e correta destinação dos resíduos.

ITEM	CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A coleta dos resíduos sólidos deverá ser feita, no máximo, quinzenalmente. ✓ Características técnicas dos equipamentos: certificação EnergyStar.
<p style="text-align: center;">TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)</p> <p>Aquisição de solução de alta disponibilidade de Next Generation Firewall com gerenciamento centralizado e integrado; com garantia de funcionamento, atualização de assinaturas de proteção e suporte técnico local e remoto, 24x7, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses; incluindo serviços de instalação e treinamento personalizado para o Senado Federal.</p> <p><i>Contrato: Ainda na fase de teste de bancada do objeto da licitação.</i></p> <p><i>Pregão:106/2016</i></p> <p><i>Órgão Responsável: PRODASEN</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O equipamento deve possuir certificação de conformidade sustentável de acordo com os padrões EPA (Environmental Protection Agency) ou similares, tais como EnergyStar, RoHS (Restriction on Hazardous Substances) ou WEEE (Waste Electrical and Electronic Equipment).
<p style="text-align: center;">SERVIÇOS GRÁFICOS</p> <p>Tinta de impressão para máquinas gráficas off-set.</p> <p><i>Plano de contratação 2016000403</i></p> <p><i>Órgão Responsável: SEGRAF</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Logística Reversa

ITEM	CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS
<p align="center">SERVIÇOS GRÁFICOS</p> <p>Pano de limpeza industrial para equipamentos de impressão e acabamento.</p> <p><i>Plano de contratação 2016000403</i> <i>Órgão Responsável: SEGRAF</i></p>	<p>✓ Logística Reversa</p>
<p align="center">SERVIÇOS GRÁFICOS</p> <p>Químicos de fonte molhadora para máquinas de impressão off-set .</p> <p><i>Plano de contratação 2016000403</i> <i>Órgão Responsável: SEGRAF</i></p>	<p>✓ Logística Reversa</p>
<p align="center">SERVIÇOS GRÁFICOS</p> <p>Toner das impressoras digitais (álcool isopropílico).</p> <p><i>Plano de contratação 2016000055 - 2016000059 - 2016000062</i> <i>Órgão Responsável: SEGRAF</i></p>	<p>✓ Logística Reversa</p>
<p align="center">INFRAESTRUTURA</p> <p>Manutenção do sistema hidrossanitário do Senado Federal.</p> <p><i>Contrato: 57/2013</i> <i>Órgão Responsável: SINFRA</i></p>	<p>✓ Obrigatoriedade quanto às normas de proteção ao meio ambiente.</p>
<p align="center">INFRAESTRUTURA</p> <p>Remoção de entulhos</p> <p><i>Contrato: 39/2014</i> <i>Órgão Responsável: SINFRA</i></p>	<p>✓ É de responsabilidade da CONTRATADA a destinação final dos entulhos, que deve estar de acordo com a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, demais normas e legislação local.</p>

ITEM	CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS
<p align="center">INFRAESTRUTURA</p> <p>Manutenção de geradores e no-breaks</p> <p><i>Contrato: 88/2014</i> <i>Órgão Responsável: SINFRA</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ É obrigação da contratada o descarte adequado de óleos lubrificantes, fluidos, drenados e resíduos sólidos oleosos (embalagens, filtros, estopas, panos) usados conforme regulamentos ambientais do Distrito Federal e da União, Resoluções CONAMA nº 362 - 23/6/2005, nº 430 – 13/5/2011 e suas alterações e demais normas vigentes. ✓ Deve-se ainda apresentar prova (foto, relatório, etc.) ou declaração/certificado de conformidade do descarte.
<p align="center">INFRAESTRUTURA</p> <p>Manutenção do sistema elétrico do Senado</p> <p><i>Contrato: 110/2016</i> <i>Órgão Responsável: SINFRA</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Remover detritos resultantes dos serviços, que deverão ser devidamente acondicionados, transportados e depositados em locais apropriados para reciclagem ou descarte, de acordo com as normas aplicáveis. ✓ O referido contrato contempla Diretrizes De Segurança, Meio Ambiente E Saúde (SMS) e estabelece que todos os resíduos, incluindo lubrificantes e materiais inservíveis provenientes dos serviços de substituição, instalação e manutenção lá especificados, serão descartados pela Contratada conforme a legislação ambiental Distrital e Federal.

Quadro 43 - Critérios sustentáveis

Sempre que possível, as aquisições da Secretaria de Patrimônio - SPATR são realizadas de acordo com as orientações expressas no **Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho**.

Conforme informações na tabela acima, o sistema de logística reversa já está previsto em algumas contratações e será instituído gradualmente em todos os contratos, onde couber.

Para aperfeiçoar os processos de aquisições e contratações do Senado, a capacitação de servidores da área é prioridade, de forma a estimular a inclusão critérios de sustentabilidade nos Termos de Referência, Projetos Básicos, Editais e demais documentos de especificações.

Por essa razão foram capacitados 38 servidores de diferentes áreas, através do Curso de Compras Públicas e Contratações Sustentáveis, ministrado pelos consultores jurídicos da Advocacia Geral da União Marcos Bliacheris e Teresa Villac, no período de 1 e 2 de junho de 2016, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, no Senado Federal.

Outra relevante iniciativa foi a série de conferências para aperfeiçoar o trabalho de gestores de contratos e demais servidores que lidam com contratações. Resultado de uma parceria entre a Secretaria de Administração de Contratações (Sadcon), Advocacia do Senado (ADVOSF), Secretaria de Controle Interno (SCISF), Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação (NGCIC) e Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Safin), a ideia surgiu a partir da necessidade de aprimorar a gestão de contratos e a elaboração de termos de referência (TR) e de projetos básicos (PB). O objetivo do treinamento foi aprofundar o debate sobre alguns dos temas críticos que afetam o cotidiano dos profissionais da área, incluindo sustentabilidade.

Ainda, no que se refere a consumo sustentável, vale mencionar a Feira Orgânica que ocorre semanalmente, todas as terças-feiras no Senado.

Prevista em um dos 11 eixos temáticos do PGLS, a feira é realizada pela Associação Brasileira para Agricultura Orgânica (Agro-Orgânica). Resultado de um trabalho conjunto entre o Núcleo de Ações Socioambientais (NCAS) e o Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SESOQVT), só é permitida a venda de produtos exclusivamente orgânicos provenientes de produtores inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

8. GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

8.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

No SIAFI, a totalidade do crédito orçamentário consignado ao Senado Federal na LOA 2016 foi disponibilizada na UG 020001 – Senado Federal. Considerando que o ingresso das receitas da fonte 150 – *Recursos Próprios Não-Financeiros* ocorre na UG 020054 – Fundo Especial do Senado Federal, foi realizada uma movimentação interna desses créditos orçamentários para viabilizar a execução das despesas pela UG do FUNSEN, detentora dos recursos financeiros, no âmbito da Unidade Orçamentária 02.101 – Senado Federal. O referido fundo foi instituído pela Lei n.º 7.432, de 18 de dezembro de 1985, e posteriormente incorporou os saldos e as receitas próprias dos Fundos da Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEGRAF e da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, conforme unificação orçamentária procedida pelo Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 3, de 2010.

A receita inicialmente prevista na LOA 2016 para o Senado Federal (Unidade Orçamentária 02.101) foi de R\$ 45.586.081,00, sendo que o montante efetivamente arrecadado superou em 16,13% esse valor, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Categoria Econômica da Receita	Natureza da Receita		Receita Inicialmente Prevista	Receita Arrecadada
1 - RECEITAS CORRENTES	13100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	1.475,00	11.800,48
	13100211	CONC/PERM/AUT/CESSAO DIR.USO IMOV.PUB-PRINC.	1.599.953,00	1.649.820,94
	13100212	CONC/PERM/AUT/CESSAO DIR.USO IMOV.PUB-MUL.JUR	-	59,60
	13600111	CESSAO DO DIR.OPERACIONALIZACAO PAGTOS-PRINC.	39.538.013,00	43.433.062,82
	15000011	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	827.542,00	684.703,67
	16100111	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	200.694,00	222.687,21

Categoria Econômica da Receita	Natureza da Receita		Receita Inicialmente Prevista	Receita Arrecadada
	16300211	SERV.ASSIST.SAUDE SUPLEM.SERV.CIVIL-PRINC.	1.700.000,00	1.326.075,57
	16300212	SERV.ASSIST.SAUDE SUPLEM.SERV.CIVIL-MUL.JUR.	-	13.027,71
	19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	648.443,00	2.853.701,22
	19210111	INDENIZ.P/DANOS CAUSADOS AO PATR.PUB.-PRINC.	3.846,00	362,21
	19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	-	1.498.286,04
	19229911	OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	192.138,00	69.841,41
2 - RECEITAS DE CAPITAL	22130011	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	120.906,00	164.610,00
7 - RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	73100211	CONC/PERM/AUT/CESSAO DIR.USO IMOV.PUB-PRINC.	153.071,00	148.242,47
	75000011	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	600.000,00	862.280,99
Total:			45.586.081,00	52.938.562,34

Quadro 44 - Receita na LOA 2016

As naturezas de receita que apresentaram, em termos nominais, as maiores variações entre o valor previsto e o efetivamente arrecadado foram: 13600111 “*Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Principal*”, 19100911 “*Multas e Juros Previstos em Contratos – Principal*” e 19220611 “*Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores – Principal*”. No primeiro caso, a diferença de arrecadação a maior verificada no exercício, no montante de R\$ 3.895.049,82, decorre do valor repassado pela Caixa Econômica Federal, relativo à segunda parcela do Contrato nº 34/2014, que superou a estimativa inicial em razão da atualização monetária prevista em contrato caso o pagamento da referida parcela fosse realizado após o dia 3 de novembro de 2014.

Com relação às receitas relacionadas a multas e juros previstos em contratos e restituições de despesas de exercícios anteriores (códigos 19100911 e 19220611), por serem de caráter imprevisível, não é possível estimar de forma eficiente os valores que serão arrecadados ao longo do exercício. Em consulta ao SIAFI, apurou-se que foram realizadas diversas arrecadações vinculadas a tais naturezas, dentre as quais destaca-se aquela relacionada à aplicação de multa à empresa REDECOM Empreendimentos LTDA., no valor de R\$ 544.284,48, em razão do descumprimento aos prazos e quantitativos estabelecidos no Contrato nº 001/2015, cujo objeto é o fornecimento de equipamentos comutadores de rede (*switches*) incluindo serviços relacionados (instalação, suporte técnico, manutenção local e remoto, atualizações de versões e treinamento).

A tabela abaixo evidencia a execução orçamentária das receitas próprias do Senado Federal (fonte 150) no exercício de 2016, segregada por ação orçamentária:

Ação orçamentária (código e descrição)	Empenhado na fonte 150 em 2016 (R\$)
4061 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	19.677.194,78
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	3.621.914,74
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores e dependentes	1.119.711,94
Total	24.418.821,46

Quadro 45 - Receitas próprias do Senado Federal

Registre-se que os valores empenhados nas ações “4061” e “2549” foram integralmente aplicados em despesas do GND 4 – *Investimentos*, conforme deliberado pela Comissão Diretora do Senado Federal, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2014, oportunidade em que decidiu-se que os recursos da venda da folha “*serão despendidos, preferencialmente, na modernização tecnológica do Senado Federal, em especial no que se refere aos equipamentos do*

Prodasen e da Secretaria de Comunicação Social, nos projetos relativos à centralização administrativa da Casa e na modernização das Comissões” (Ata publicada no Boletim Administrativo do Senado Federal n.º 5444, de 19/03/2014).

Dentre as contratações financiadas com essas receitas próprias, destacam-se a aquisição dos seguintes sistemas/equipamentos: Sistema de Geração de Grafismo para a TV Senado; Sistema de Energia Ininterrupta (composto por *nobreaks*, grupo moto-geradores, painéis elétricos TTA e materiais complementares); Subestação elétrica metálica pré-fabricada tipo eletrocentro; Equipamentos de CFTV; Levantamentos e Diagnósticos, Estudos Preliminares, Anteprojetos, Projetos Executivos e Acompanhamentos de Obras para os Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (incluindo acessibilidade e segurança de pessoa com deficiência) no Complexo Arquitetônico do Senado Federal.

9. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

9.1 Canais de acesso ao cidadão

Descrição dos canais de acesso do cidadão à unidade jurisdicionada para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas e os resultados decorrentes.

Como forma de promover o relacionamento com a sociedade, o Senado Federal disponibiliza aos cidadãos os seguintes canais de interatividade: Ouvidoria, Alô Senado, Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC, o Programa Visite do Congresso Nacional e o E-Cidadania.

OUVIDORIA

Criada para ser um canal aberto e direto de comunicação da sociedade com o Senado, a Ouvidoria completou, em 2015, quatro anos de existência. Nesse período estimulou a participação do cidadão no processo de aprimoramento dos serviços legislativos e administrativos da Casa. O órgão defende valores como transparência, publicidade, eficiência, celeridade e respeito ao cidadão.

Ao longo do ano de 2015, o trabalho da Ouvidoria do Senado Federal sofreu profundas modificações em relação aos anos anteriores. A partir da incorporação do Alô Senado, na metade 2014, uma nova metodologia foi desenhada, de modo a aprimorar a comunicação entre a sociedade e o Senado.

Assim, a partir de abril de 2015, com a aplicação dessa nova metodologia de trabalho, o número de atendimentos desses canais, anteriormente independentes, foi unificado. Desde então, as manifestações direcionadas ao Alô Senado, por sua vez, passaram a receber tratamento diferente. Agora, passam por análise de conteúdo, identificação de destinatários específicos (parlamentares, comissões, órgãos da Casa ou Ouvidora, por exemplo), classificação por tipo e tema, identificação de mensagens repetidas e envio das manifestações somente para os responsáveis pelas respostas, entre outros.

Por esse motivo, os números da Ouvidoria apresentam significativa diferença quando comparamos o primeiro trimestre 2015 com os seguintes, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

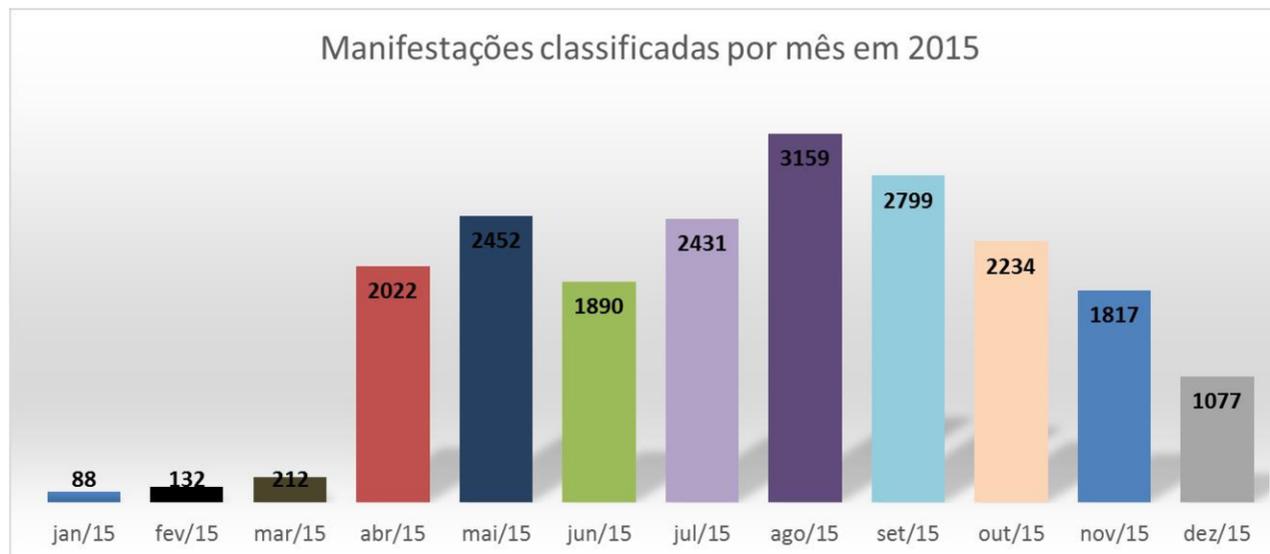


Gráfico 11 - Manifestações classificadas

- Manifestações atendidas em segundo nível (respondidas pelo pós-atendimento ou encaminhadas aos órgãos solucionadores).

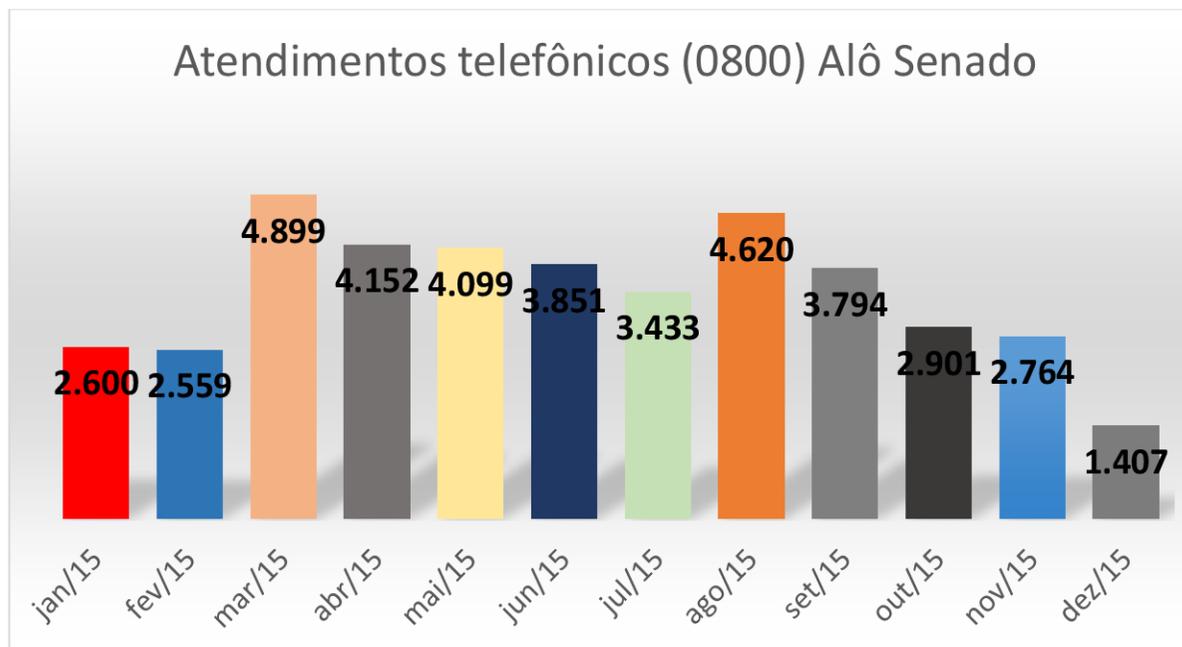


Gráfico 12 - Atendimentos telefônicos

- Manifestações concluídas pelo 0800 (pedidos de informação respondidos no ato da ligação telefônica)

Comunicação

a. Programa Espaço Ouvidoria

Os ouvintes da Rádio Senado contam, desde março de 2014, com mais um canal de comunicação com a Ouvidoria. O programa Espaço Ouvidoria, apresentado pela Ouvidora-Geral, Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) contou, em 2015, com a participação de 21 parlamentares, respondendo diretamente perguntas dos cidadãos sobre os temas:

Campanhas Eleitorais;
Direitos Humanos;
Energia Elétrica;
Funcionalismo público;
Imigração;
Meio Ambiente;
Seguridade Social e Previdência;
Reforma Política;
Regulamentação da Internet no Brasil;
Segurança pública;
Terceirização de mão de obra;
Violência Contra a Mulher.

b. **Programa O Senado é mais Brasil**

Ainda na Rádio Senado, o quadro O Senado e Você, do programa O Senado é mais Brasil, levou aos ouvintes um resumo do trabalho da Ouvidoria e suas características. O programa foi ao ar em outubro de 2015 e contou com a participação de servidoras e colaboradoras do órgão.

Reuniões Técnicas

a. **Grupo de Trabalho de Modelagem dos Processos da Ouvidoria**

Participação da servidora Regina Bezerra da Silva Fontes no Grupo de Trabalho destinado a modelar os processos de atendimento às manifestações recebidas pela Ouvidoria e Alô Senado. A modelagem visa refletir a integração dos canais de atendimento ao cidadão e sua recepção na Ouvidoria.

b. **Grupo de Trabalho para Aquisição de Solução Tecnológica de Gestão Integrada para a Ouvidoria**

Participação das servidoras Regina Bezerra da Silva Fontes e Inaiara de Souza Golob no Grupo de Trabalho destinado a avaliar a contratação de solução tecnológica de gestão integrada para a Ouvidoria. A contratação de um sistema de gestão visa agilizar e integrar os processos de atendimento às manifestações dos cidadãos, em busca de excelência no serviço prestado à sociedade e à Casa.

c. **Audiência Pública promovida pela Comissão do Senado do Futuro**

Participação na mesa de debates da Audiência Pública promovida pela Comissão do Senado do Futuro (CSF). A Audiência faz parte do ciclo de debates, seminários e painéis para discutir ao longo do biênio 2015-2016 o relacionamento do Senado com o cidadão.

Publicações

a. 5ª Edição do boletim da Ouvidoria do Senado Federal, cujo destaque foi o quarto aniversário da Ouvidoria do Senado Federal e os avanços alcançados neste período, como a implementação de nova metodologia de gestão integrada, as parcerias firmadas com diversos setores da Casa, como o Serviço de informação ao Cidadão (SIC), o e-Cidadania, as Secretarias de Comunicação e de Transparência, entre outros.

Período de divulgação dos relatórios

a. Os relatórios da Ouvidoria do Senado Federal são publicados periodicamente de acordo com o art. 4º, § 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2011.

Parcerias

a. e-Cidadania

A parceria do Alô Senado com o e-Cidadania tem se mostrado fundamental para atingir parcelas da população que querem participar dos eventos interativos, mas não têm acesso à internet. Ao todo, desde março de 2015, foram 1.073 comentários registrados por esse meio. Houve audiências em que todos os comentários foram feitos por telefone.

Mês/Ano	Comentários via Alô Senado
03/2015	37
04/2015	195

Mês/Ano	Comentários via Alô Senado
05/2015	187
06/2015	74
07/2015	76
08/2015	189
09/2015	126
10/2015	117
11/2015	43
12/2015	29
Soma:	1.073

Tabela 17 - Comentários via Alô Senado

STRANS – Secretaria de Transparência

Parceria com a Secretaria da transparência na aplicação dos questionários de pesquisa de opinião:

- 7 pesquisas realizadas em 2015;
- 7.589 pessoas consultadas;
- Tempo médio de aplicação dos questionários depois da integração: entre 9 e 10 dias;
- Antes da integração, os questionários eram aplicados, em média, entre 16 a 17 dias.

SGIDOC – Serviço de Informação ao Cidadão

Parceria com a equipe do SIC-LAI:

- 1.091 pedidos, recebidos no Alô Senado, amparados pela Lei de Acesso à Informação (LAI), foram encaminhados ao SICLAI. O atendimento faz parte do sistema de informação do Senado e do que se chama transparência passiva (quando a informação não está disponível no portal da Internet).

SGM - Secretaria Geral da Mesa

Desde a adoção da nova metodologia, em abril deste ano, aproximadamente, 3.000 manifestações foram encaminhadas à SGM para a tuação junto às matérias em tramitação na Casa, a fim de dar aos parlamentares conhecimento da opinião popular sobre cada proposição.

Metodologia de gerenciamento das demandas

Os números informados foram coletados no período de 1º de janeiro a 15 de dezembro de 2015, a partir dos sistemas de gestão de informação Gabflow e CRM, utilizados para o gerenciamento de demandas recebidas pela Ouvidoria/CORCID.

- 61.392 manifestações recebidas, sendo 41.079 tratadas em primeiro nível (0800) e 20.313 em segundo nível (respondidas pelo pós-atendimento ou encaminhadas aos órgãos solucionadores);
- 60.957 manifestações respondidas;
- 435 manifestações pendentes, ainda dentro do prazo de resposta;
- Desde a implantação da nova metodologia, abril de 2015, são registradas, em média, 5.600 manifestações, por mês;
- Mais de 3.400 manifestações, em média, respondidas prontamente pelo Alô Senado 0800, por mês (pedidos de informação respondidos no ato da ligação telefônica);
- Desde abril, 2.200 manifestações, por mês, em média, foram enviadas pela internet e por carta e tiveram resposta após pesquisas ou consultas a outras áreas do Senado;

É fundamental ressaltar, ainda, que, no período ora analisado, a Ouvidoria registrou 2.310 manifestações classificadas como Fora da Competência, uma vez que faziam referência à atuação de outros órgãos da administração pública, pedidos particulares, entre outros. Nesses casos, as respostas enviadas informaram as atribuições da Ouvidoria do Senado Federal. As tabelas abaixo ilustram apenas as manifestações tratadas pelo pós-atendimento em segundo nível.

Distribuição por Tipo de Abordagem		
Solicitação	9.749	54,15%

Distribuição por Tipo de Abordagem		
Comentário	2.324	12,91%
Crítica	2.007	11,15%
Sugestão	1.219	6,77%
Elogio	1.133	6,29%
Reclamação	855	4,75%
Não Identificado	701	3,89%
Denúncia	15	0,08%
Total	18.003	100%

Tabela 18 - Distribuição por tipo de abordagem

No cômputo das manifestações classificadas por Tipo de Abordagem, não foram computadas as 2.310 manifestações identificadas como Fora da Competência.

Distribuição por Região		
Sudeste	9.203	45%
Nordeste	4.499	22%
Sul	2.715	13%
Centro-Oeste	2.034	10%
Norte	922	5%
Não Informado	940	5%
Total	20.313	100%

Tabela 19 - Distribuição por região

Distribuição por Tema		
Atuação Parlamentar	3.831	19%
Gestão Administrativa	3.349	16%
Funcionalismo Público	3.216	16%
Processo Legislativo	1.497	7%
Segurança Pública	923	5%
Outros	5.187	26%
Fora da Competência	2.310	11%
Total	20.313	100%

Tabela 20 - Distribuição por tema

Distribuição por Assunto		
veto 26/2015 - plc 28/2015 - reajuste dos servidores do poder judiciário	2.147	11%
Atuação Parlamentar Específico	1.751	9%
Exemplar de Publicação	1.572	8%

Distribuição por Assunto		
Atuação Parlamentar Geral	1.106	5%
Poder Executivo Federal	687	3%
Outros	13.050	64%
Total	20.313	100%

Tabela 21 - Distribuição por assunto

Distribuição Unidade da Federação		
SP	4.117	20,3%
MG	2.523	12,4%
RJ	2.040	10,0%
BA	1.178	5,8%
PR	1.033	5,1%
RS	1.004	4,9%
PE	909	4,5%
DF	865	4,3%
CE	781	3,8%

Distribuição Unidade da Federação		
SC	678	3,3%
ES	523	2,6%
GO	511	2,5%
PB	421	2,1%
PA	365	1,8%
RN	362	1,8%
MT	362	1,8%
MA	323	1,6%
MS	296	1,5%
AL	217	1,1%
PI	199	1,0%
TO	155	0,8%
AM	146	0,7%
RO	122	0,6%
SE	109	0,5%
AC	58	0,3%
AP	41	0,2%

Distribuição Unidade da Federação		
RR	35	0,2%
Não Informado	940	4,6%
Total	20.313	100%

Tabela 22 - Distribuição por unidade da Federação

Manifestações recebidas e atendidas, em primeiro nível, pelo 0800 (Alô Senado).

Demanda por Informação	
Janeiro	2.600
Fevereiro	2.559
Março	4.899
Abril	4.152
Maio	4.099
Junho	3.851
Julho	3.433
Agosto	4.620
Setembro	3.794

Demanda por Informação	
Outubro	2.901
Novembro	2.764
Dezembro	1.407
Total	41.079

Tabela 23 - Distribuição por tema

Considerações Finais

No ano de 2015, houve um grande esforço com a finalidade de se intensificar, cada vez mais, a integração entre os trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria e outros canais de atendimento da Casa.

Identificados os diversos canais de comunicação do Senado com a sociedade e a diversidade no tratamento das informações, a Ouvidoria tem empreendido todos os esforços em busca da excelência que a sociedade brasileira exige e merece. A incorporação do Alô Senado à Ouvidoria trouxe maior qualificação no tratamento das demandas, garantindo a uniformidade no atendimento ao cidadão e no encaminhamento de suas manifestações.

Em consonância com o empenho do Senado Federal no sentido de fomentar o controle social e a transparência de suas atividades, a meta da Ouvidoria é evoluir continuamente, aperfeiçoando a qualidade no atendimento, ampliando o acesso do cidadão à Casa e garantindo celeridade nas respostas.

9.2 Carta de serviços ao cidadão

Informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão, tendo como referencia o Decreto nº 6932/2009, sem prejuízo de outras regulamentações a esse respeito.

Embora não subordinada ao Decreto nº 6.932, de 2009, também conhecido como “Decreto Cidadão”, a Ouvidoria do Senado já cumpre várias das diretrizes ali citadas, observando padrões de qualidade, eficiência e eficácia na prestação de serviços aos cidadãos. Não foi formalmente elaborada uma Carta de Serviços ao Cidadão, mas várias de suas etapas já foram cumpridas, conforme poderá ser visto pela descrição das ações a seguir.

Entre os compromissos assumidos e cumpridos pela Ouvidoria, podemos destacar a racionalização de métodos e procedimentos de controle, obtida por meio de diagnóstico dos serviços prestados, modelagem e implementação de uma nova metodologia de trabalho, unificação dos canais de atendimento, criação de uma rede de relacionamento com outros órgãos da Casa, além da busca de uma solução tecnológica de gestão integrada do atendimento ao cidadão.

A cartilha da Ouvidoria, juntamente com os Boletins Informativos e os Relatórios de gestão disponibilizados à sociedade, pela Ouvidoria, reúnem perguntas e respostas que ajudam o cidadão a compreender o que é, o que faz e como trabalha a Ouvidoria do Senado Federal, bem como os tipos de manifestações que o órgão recebe, o que está fora da sua competência, os canais de comunicação disponíveis para interação e suas atribuições, resultados estatísticos da comunicação com a sociedade e ações voltadas ao aprimoramento dos serviços prestados.

Ao ler as publicações, o cidadão passa a conhecer o papel da Ouvidoria e dos demais órgãos e instrumentos que possibilitam a efetiva participação popular nas atividades legislativas e administrativas do Senado.

No caso de recebimento de manifestações fora da competência da Ouvidoria e/ou do Senado Federal, o cidadão é orientado a acessar a ouvidoria pública ou o canal competente para tratar de sua demanda.

Os canais de atendimento disponíveis à sociedade são, pela internet, o Fale com o Senado e demais formulários disponíveis nos portais do Senado Federal; a central de atendimento Alô Senado, por meio do telefone 0800 612211; o envio de manifestações por via postal e o atendimento presencial. A rede de relacionamento com outros órgãos de atendimento da Casa inclui, além da Ouvidoria, o e-Cidadania, o Serviço de Informação ao Cidadão – responsável pelos pedidos de informação amparados pela Lei de Acesso à Informação –, o Serviço de Pesquisa Legislativa da Secretaria Geral da Mesa e a Secretaria Legislativa do Congresso Nacional. Com essas parcerias, foi possível cumprir os compromissos de atuação integrada e sistêmica, compartilhamento de informações e eliminação de formalidades e exigências onerosas, esta última possibilitada pela acessibilidade do cidadão aos canais disponíveis.

Sempre mantendo o cidadão como foco, as respostas enviadas passam por rigorosa revisão, que inclui análise de conteúdo, buscando maior objetividade e clareza, com uso de linguagem simples e de fácil compreensão, evitando termos técnicos não pertencentes ao universo do cidadão. Embora a Ouvidoria do Senado Federal tenha o prazo regimental de 30 (trinta) dias úteis para o envio de respostas aos cidadãos, na prática, o prazo tem sido de aproximadamente 10 (dez) dias corridos, reflexo do empenho em dar celeridade ao atendimento.

O [Acordo de Cooperação Técnica firmado entre as Ouvidorias do Senado, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União](#) também visa a integração com outros órgãos, garantindo “o intercâmbio de informações, a cooperação técnico-científica, a articulação de esforços, a formação de parceria estratégica e a definição de diretrizes comuns, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas”.

REDES SOCIAIS

Núcleo de Mídias Sociais Secom

A missão do Núcleo de Mídias Sociais é contribuir para formação de uma população consciente e bem informada sobre o exercício da cidadania por meio de uma comunicação democrática e interativa.

O ano de 2015 marcou o período em que as redes sociais do Senado amadureceram e consolidaram-se junto à sociedade brasileira

No ano de 2015 as mídias sociais do Senado se profissionalizaram e consolidaram. Os números que constam no relatório a seguir impressionam e mostram que atuação do Senado nas novas mídias alcançou a maturidade, recebendo reconhecimento interno e externo.

No fim de 2014 o Senado tinha mais de 50 perfis nas mídias sociais, cada um atuava de maneira independente e sem definições claras de objetivos comuns. Não havia um setor responsável pela presença do Senado nas mídias sociais de maneira integrada e novos perfis eram criados sem planejamento.

Em novembro de 2014, a Resolução 40/2014 atribuiu à Secretaria de Comunicação Social a tarefa de supervisionar a presença do Senado nas mídias sociais. A organização dos perfis começou em fevereiro de 2015.

Em maio, foi criado o Núcleo de Mídias Sociais e uma equipe formada por jornalistas e publicitários começou a responder pelos perfis do @SenadoFederal. Na gestão das redes sociais, o Nmídias passou a distribuir conteúdo de unidades do Senado além das notícias jornalísticas e institucionais. Ouvidoria, e-Cidadania e DataSenado são alguns dos setores que excluíram suas páginas e passaram a atuar em parceria com o núcleo, que, em sua gestão do conteúdo, sempre busca adaptar a informação à linguagem própria das mídias sociais.

Ao longo do ano, um grupo de trabalho com representantes de todas as unidades que atuam em mídias sociais revisou e atualizou o Guia de Atuação do Senado nas Mídias Sociais, estendendo as orientações sobre administração dos perfis, antes restritas à Secom, a toda a Casa.

Como resultado, chegamos ao fim do ano legislativo de 2015 com um crescimento de 214% de número de seguidores no Facebook e 98,4% no Twitter. Durante a maior parte do ano, a página Senado Federal foi a de maior engajamento entre as de governo no País e, em algumas semanas, do mundo. Em alguns momentos, registrou alcance maior que páginas de interesse global, como Nasa e Casa Branca.

E o que aguarda o Senado no futuro em termos de presença digital? Ainda há muito o que fazer. Apesar da diminuição do número de perfis, ainda são 25 contas falando em nome do Senado. Uma gestão integrada, com identidade visual comum e definição clara do escopo dos conteúdos pode ser reforçada.

Hoje temos uma equipe bem sucedida em levar informação do Senado aos cidadãos, mas o retorno do que o cidadão diz não chega de maneira bem distribuída ao Senado. Este é um dos principais objetivos do Nmídias para o próximo ano.

Além disso, pretendemos continuar crescendo, aumentando o número de leitores e seguidores, sempre promovendo diálogo e participação e assim mantermos a posição como o principal perfil de governo em termos de engajamento. Ainda que seja uma meta bastante ambiciosa, gostaríamos de alcançar também o primeiro lugar em número de seguidores no Facebook entre as páginas de governo.

E seguimos atentos às novas possibilidades trazidas pela tecnologia. Estudo da empresa ComCast indica a tendência de manutenção de crescimento das mídias sociais em 2016. Mas é impossível prever o que pode surgir de novo em um mundo cada vez mais conectado e com aparelhos móveis mais acessíveis a um número crescente de cidadãos. Só o tempo dirá. Por isso é necessário estar sempre alerta às novidades tecnológicas e de comunicação.

Análise

Publicações sobre educação, direitos e cidadania garantiram crescimento de mais de 214% no número de seguidores.

As páginas e perfis do Senado Federal nas redes sociais tiveram grande crescimento ao longo de 2015, muito especialmente no Facebook, rede na qual os brasileiros passam cerca de 97% do tempo despendido em redes sociais.

Entre janeiro e dezembro, houve um crescimento de mais de 214,8% no número de seguidores, saltando de 277 mil para 872 mil – e logo na primeira semana de 2016, a página ultrapassou os 900 mil seguidores no Facebook. Esse crescimento significou uma subida de nove posições no ranking das páginas de governo no rede – saltando da 21^a para a 12^a colocação.

O alcance obtido pelas publicações cresceu enormemente no período. O alcance médio em janeiro foi de 900 mil pessoas por dia, tendo aumentado para 2,4 milhões de pessoas por dia em novembro. O alcance acumulado – número hipotético que consiste na soma do número de pessoas alcançadas a cada dia chegou a 807.403.069 visualizações. Para fins de comparação, o alcance acumulado de todo o ano de 2014 foi de 139 milhões de pessoas. O alcance foi 5 vezes maior em relação ao ano anterior.

Ao todo foram publicados 1.754 posts no Facebook ao longo do ano, sendo que mais de 100 publicações tiveram, cada uma delas, alcance superior a 1 milhão de pessoas. Duas ultrapassaram, cada, o alcance de 20 milhões de pessoas.

Outra métrica relevante, o engajamento, mostra o grau de envolvimento dos internautas com as publicações da página. Em diversas ocasiões ao longo de 2015, conforme sites de monitoramento, a página do Senado Federal foi a de maior engajamento no mundo inteiro entre as páginas de governo, superando, inclusive, as páginas da Nasa e da Casa Branca.

No Twitter, o crescimento foi menor, mas muito consistente. O ano começou com 139 mil seguidores e terminou com 277 mil – um acréscimo de 98,4%.

As publicações nas redes sociais que mais atraíram o interesse dos internautas foram aquelas relativas à educação – notadamente as que trataram de participação dos pais na vida escolar dos filhos –; e sobre direitos em geral (direitos dos pacientes de câncer, direito de acompanhar o parto do filho, etc.) e questões de cidadania, conforme mostram as listagens de publicações de maior sucesso no Facebook e no Twitter, mostradas a seguir.

Facebook

O ano começou com 139.807 seguidores

Temos 277.435 seguidores até o dia o fim de dezembro

Ganho de seguidores no ano: 137.628

Alcance

Alcance é uma estatística do Facebook que representa o número de pessoas para as quais a rede social enviou uma publicação. Quanto mais as pessoas interagem com um post, seja comentando, compartilhando ou curtindo, maior o alcance. É a principal métrica do Facebook.

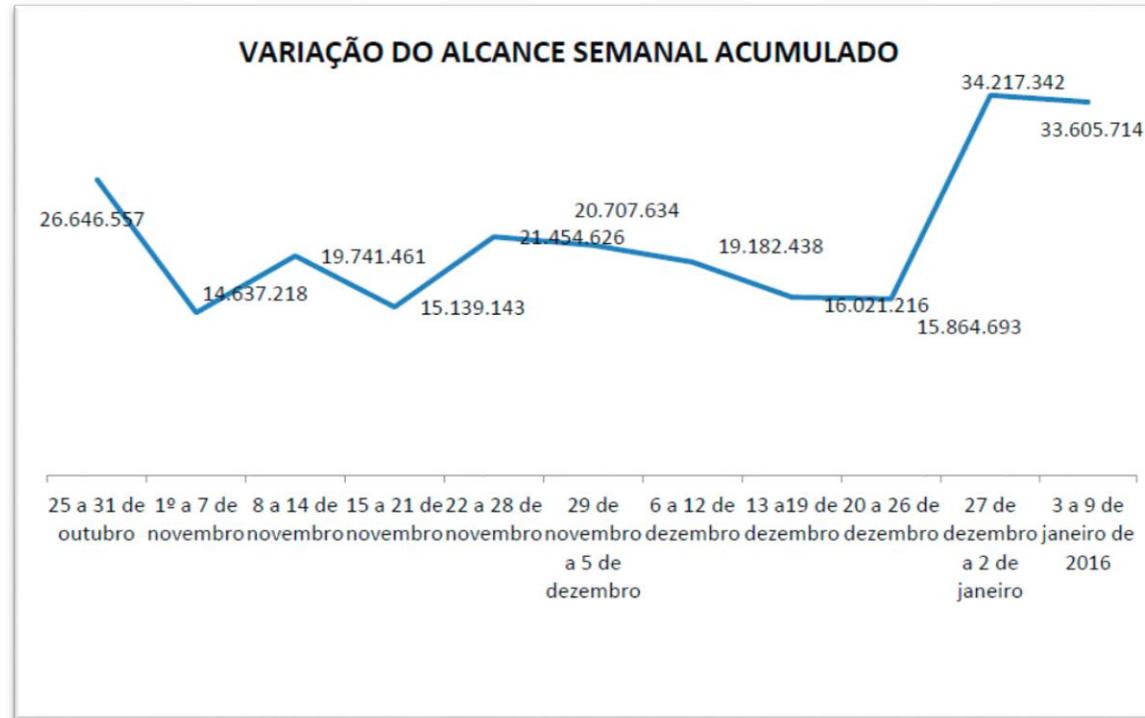


Gráfico 13 - Variação do alcance semanal acumulado

Alcance médio diário em janeiro: 900 mil

Alcance médio diário em dezembro: 3 milhões

Publicações

Foram publicadas até 31/12/2015: 1.754 postagens

Em média, cada postagem alcançou 500 mil pessoas e 132.328 fãs interagiram por dia

Mais de 100 postagens alcançaram, cada uma, mais de 1 milhão de pessoas.

Duas postagens alcançaram mais de 20 milhões de pessoas.

No total, as postagens receberam 5 milhões de curtidas, 563 mil comentários e 7 milhões de compartilhamentos

As 10 melhores postagens do ano

(A lista a seguir mostra menos de 2% do total de postagens feitas ao longo do ano, destacando apenas as de maior alcance)

1º Posição

Data: 3 de setembro

Notícia - Pais que participarem de reuniões escolares podem ter folga

Alcance: 21.138.369

Compartilhamentos: 269.415

Curtidas: 900.026

Comentários: 56.315

2º Posição

Data: 19 de agosto

Notícia - Pais terão que comparecer a pelo menos 4 reuniões por ano na escola do filho

Alcance: 19.996.340

Compartilhamentos: 136.707

Curtidas: 706.031

Comentários: 142.078

3º Posição

Data: 14 de outubro

Post sobre os direitos dos pacientes com câncer

Alcance: 11.223.335

Compartilhamentos: 139.270

Curtidas: 307.897

Comentários: 9.266

4º Posição

Data: 25 de abril

Post sobre perturbação do sossego alheio (“vizinho do barulho”)

Alcance: 9.711.616

Compartilhamentos: 239.049

Curtidas: 333.656

Comentários: 75.630

5ª Posição

Data: 22 de novembro

Frase Gandhi

Alcance: 7.885.140

Compartilhamentos: 87.933

Curtidas: 396.739

Comentários: 13.197

6ª Posição

Data: 7 de agosto

Post sobre o direito de o pai acompanhar o nascimento do filho

Alcance: 7.758.919

Compartilhamentos: 66.003

Curtidas: 232.359

Comentários: 15.410

7ª Posição

Data: 7 de abril

Áudio: Projeto estende licença-paternidade para 30 dias

Alcance: 7.161.856

Compartilhamentos: 36.848

Curtidas: 330.016

Comentários: 74.872

8ª Posição

Data: 15 de setembro

Post com link para o Opine do e-Cidadania sobre projeto que estabelece multa por atraso de salário

Alcance: 7.017.797

Compartilhamentos: 42.428

Curtidas: 226.625

Comentários: 29.883

9ª Posição

Data: 27 de março

Post sobre os acervos digitais públicos

Alcance: 6.961.152

Compartilhamentos: 183.392

Curtidas: 268.698

Comentários: 8.129

10ª Posição

Data: 8 de setembro

Áudio: Moka quer que preso pague ao Estado despesas durante o cumprimento da pena

Alcance: 6.860.852

Compartilhamentos: 72.895

Curtidas: 257.874

Comentários: 27.402

Twitter

Número de tuítes publicados: 7.681

Principais tuítes do ano:

(A lista a seguir mostra menos de 0,2% do total de postagens feitas ao longo do ano, destacando apenas as de maior alcance)

1ª Posição

Data: 19 de março

Notícia: Foram indicados os membros da CPI que investigará contas de brasileiros na Suíça

RTs: 213 Curtidas: 101

2ª Posição

Data: 11 de novembro

Rádio Senado: Reportagem sobre os 120 anos da imigração japonesa

RTs: 207 Curtidas: 125

3ª Posição

Data: 9 de novembro

Institucional: post de divulgação do curso do ILB sobre Socialismo

RTs: 163 Curtidas: 218

4ª Posição

Data: 16 de outubro

Notícia: PEC acaba com imposto sindical

RTs: 136 Curtidas: 127

5ª Posição

Data: 29 de abril

Notícia: Projeto da Terceirização será debatido dia 12 no Senado

RTs: 136 Curtidas: 48

6ª Posição

Data: 12 de março

Notícia: Caiado: é inaceitável dizer que Dilma não pode ser investigada

RTs: 133 Curtidas: 102

7ª Posição

Data: 27 de julho

Post de divulgação da enquete sobre impressão do voto

RTs: 122 Curtidas: 90

8ª Posição

Data: 29 de setembro

Notícia: Constituição deve fazer parte dos currículos dos ensino médio e fundamental

RTs: 111 Curtidas: 105

9ª Posição

Data: 5 de setembro

Post sobre crimes contra a honra cometidos na internet

RTs: 115 Curtidas: 138

10ª Posição

Data: 2 de setembro

Notícia: Senado aprova fim da doação de empresas às campanhas eleitorais

RTs: 108 Curtidas: 85

Tumblr

Número de posts publicados: 104

Número de acessos aos posts publicados: 153.004

Posts mais acessados do ano:

1. TV Senado ao vivo na internet - 16.818 visualizações
2. Instrumentos musicais importados podem ficar livres de impostos - 10.506 visualizações
3. 15 curiosidades sobre a Bandeira do Brasil e os Símbolos Nacionais – 7.262 visualizações
4. Como identificar notícias falsas - 6.130 visualizações
5. 7 tipos de vendas casadas que você pode denunciar 5.964 visualizações

YouTUBE

Número de vídeos publicados no ano: 786 vídeos

Total de visualizações no ano: 567.091

Minutos assistidos ao todo: 1.253.915

Vídeos mais assistidos no ano:

- 1 – Em 1927, o Brasil fixava a maioria penal em 18 anos - 48.701 visualizações
- 2 – Guia traz dez novas regras para uma alimentação saudável - 42.609 visualizações
- 3 – 150 anos da Guerra do Paraguai - 26.565 visualizações
- 4 – Versão em espanhol - Guia traz dez novas regras para uma alimentação saudável
18.204 visualizações

- 5 – Oposição e governo voltam a debater impeachment no Plenário - 17.970 visualizações
- 6 – Projeto define 8 tipos de bullying - 14.071 visualizações
- 7 – PSDB rejeita acordo para eleição da Mesa e se retira do Plenário - 8.109 visualizações
- 8 – Senadores da oposição desistem de criar CPI da Petrobras e querem investigar BNDES
7.200 visualizações.

Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC

O Serviço de Informação ao Cidadão atua diretamente nos pedidos de informação decorrentes da transparência passiva, oferecendo tratamento a informações e documentos solicitados por cidadãos a respeito das atividades do Senado Federal. Foi criado com o advento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) e é vinculado à Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC).

A quase totalidade dos pedidos a que o Serviço atende são recebidos pela Ouvidoria, por meio do Alô Senado e de formulário disponível no Portal do Senado. Outros chegam por intermédio do Protocolo Administrativo ou de carta. O Serviço mantém, ainda, um posto de atendimento presencial na Biblioteca do Senado Federal.

O setor é responsável pela operacionalização de rotinas de busca e identificação das informações requeridas junto às unidades técnicas da Instituição, bem como pelos procedimentos de revisão e envio da resposta final aos cidadãos. Organiza, também, o banco de respostas a perguntas frequentes. Por fim, controla o cumprimento dos prazos legais impostos às respostas dos pedidos de informação e elabora relatórios estatísticos e técnicos no que concerne à transparência passiva.

No ano de 2015, o Serviço recebeu 1.114 pedidos de informação, média de 93 solicitações ao mês. Desse universo, 480 (43,1%) foram respondidos em até um dia, 222 (19,9%) foram respondidos entre dois e cinco dias, 353 (31,7%) entre seis e vinte dias, e 58 (5,2%) em mais de 20 dias – sendo 49 pedidos respondidos em até trinta dias e 9 respondidos em prazo superior a trinta dias, devido à complexidade do objeto do pedido. Isso representa o cumprimento

do prazo legal de vinte dias em 94,7% dos casos e o atendimento de 99,1% dos pedidos dentro do prazo de até trinta dias. Havia um pedido em tramitação (0,1%) na data de emissão deste relatório.

Ressalta-se, também, que a resposta a 298 dos pedidos de informação encontrava-se integralmente disponível nos portais do Senado Federal. O número representa 26,8% do total de solicitações feitas em 2015.

No tocante a negativas de acesso, as informações requeridas em 15 (1,3% do volume de 2015) pedidos de informação não foram prestadas, com fundamento nos fatos desses pedidos serem demasiadamente genéricos (4 casos), excessivamente onerosos (exigindo trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados ou informações) ou desarrazoados (3 casos) ou, ainda, solicitarem informações de caráter pessoal (8 casos). Foram apresentadas as razões da negativa, conforme determina a LAI. Em nenhum dos casos houve recurso em razão da negativa de acesso.

O gráfico e a tabela a seguir demonstram a distribuição dos pedidos de informação de 2015 de acordo com o prazo da resposta enviada ao cidadão (a) e com os assuntos das solicitações (b).

a) Distribuição dos pedidos por prazo de resposta (2015)

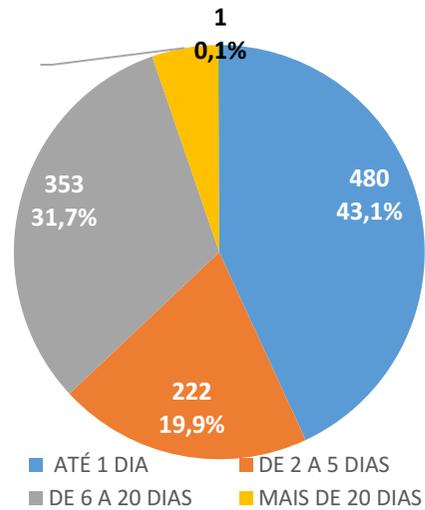


Gráfico 14 - Pedidos por prazo de resposta

b) Distribuição dos pedidos por assunto (2015)

Assunto	Total	%
Atividade Legislativa	445	40,0%
Senador	128	11,5%
Atividade Administrativa	119	10,7%
Arquivo	94	8,4%
Concurso Público	90	8,1%
Servidor	58	5,2%
Contratos e Licitações	37	3,3%
Outros	37	3,3%
Legislação	26	2,3%
Voto e Presença	26	2,3%

Remuneração	13	1,2%
Portal do Senado e Transparência	13	1,2%
CEAPS e Nota Fiscal	11	1,0%
Gastos com Saúde e Telefonia	8	0,7%
Biblioteca e Publicações	7	0,6%
Diárias e Passagens	2	0,2%
Total geral	1114	100%

Tabela 24 - Distribuição de pedidos por assunto

PROGRAMA VISITE O CONGRESSO

O Programa Visite o Congresso tem o objetivo de oferecer aos cidadãos a oportunidade de conhecerem os principais espaços do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Mediadores treinados recebem e guiam os visitantes de acordo com um roteiro preestabelecido, passando inclusive pelos plenários das duas Casas legislativas.

Durante o percurso, os participantes da visita guiada obtêm informações sobre a arquitetura do Palácio e o seu acervo artístico, noções básicas sobre o processo de elaboração das leis, dados gerais sobre o trabalho dos parlamentares e o funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Nos últimos anos, nota-se um crescente interesse do público, tanto brasileiro como estrangeiro, em conhecer as instalações e a arquitetura do Palácio do Congresso Nacional, bem como em entender melhor o processo legislativo.

Em 2015, o Visite o Congresso recebeu o Prêmio “Certificação de Excelência” concedido pelo site TripAdvisor, uma referência em turismo para viajantes do mundo todo. O Guia Michellin também reconheceu a qualidade do Programa classificando-o com três estrelas – maior pontuação possível.

Naquele ano, foram atendidos 142.599 visitantes, dos quais 4.753 eram estrangeiros e 137.846 brasileiros. O País estrangeiro que emitiu maior número de visitantes foi a França, seguida da Alemanha e dos Estados Unidos. Cabe destacar também que as visitas nos fins de semana apresentam número superior ao das visitas em dias de semana.

Número de participantes do Visite o Congresso em 2015

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
2ª a 6ª Feira	4734	2215	4025	5767	6369	5054	7678	6768	6837	4900	4784	5547	64678
Sábado/Domingo/ Feriado	8567	7638	5955	9883	9839	6906	9003	3719	3217	4394	1060	7740	77921
Total	13301	9853	9980	15650	16208	11960	16681	10487	10054	9294	5844	13287	142599
TOTAL	13301	9853	9980	15650	16208	11960	16681	10487	10054	9294	5844	13287	142599

Tabela 25 - Número de participantes do Visite Congresso

Fonte: arquivos eletrônicos da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal

Devido às manifestações ocorridas em 2015 e da reforma do Plenário do Senado, a visita teve que ser suspensa em vários finais de semana. Foram 15 finais de semana fechados, incluindo os feriados de 7 de setembro e 2 de novembro.

Ao final do tour, o cidadão pode se manifestar por escrito por meio de Fichas de Avaliação da Visita. Ao todo foram 1.795 fichas preenchidas em 2015. A maioria das manifestações foi de elogios ou de sugestões como a inclusão de gabinetes no roteiro e a presença de parlamentares nas visitas.

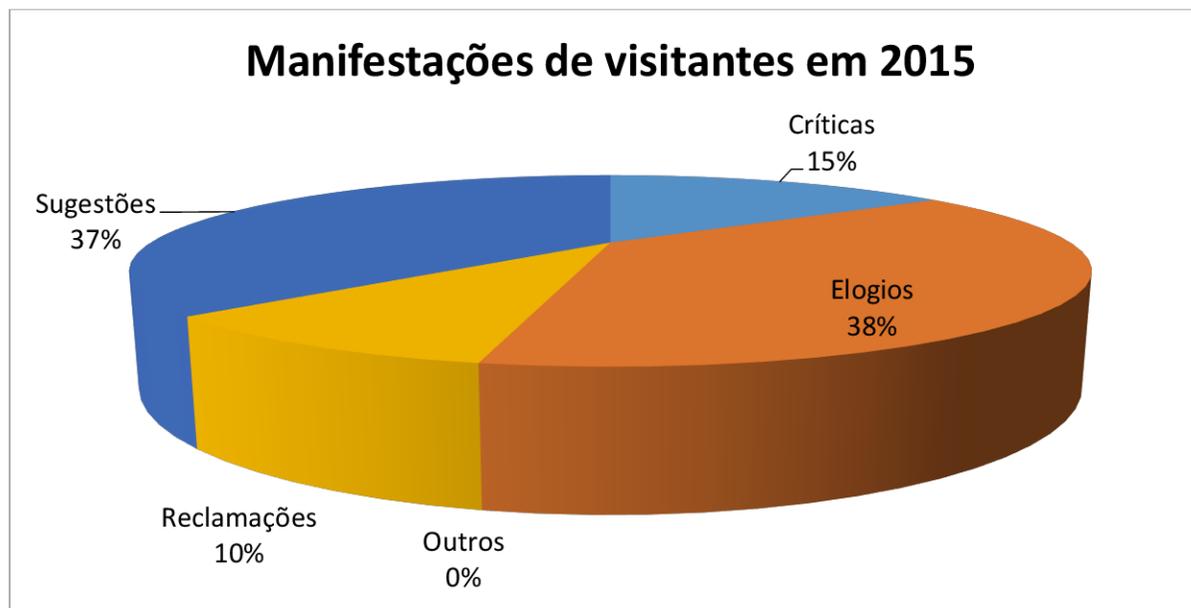


Gráfico 15 - Manifestações de visitantes

Fonte: arquivos eletrônicos da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal

A ficha de avaliação permite que o visitante atribua conceitos que variam de ótimo a péssimo a diversos aspectos relacionados ao Programa visitação, como recepção, acessibilidade e qualidade no atendimento.

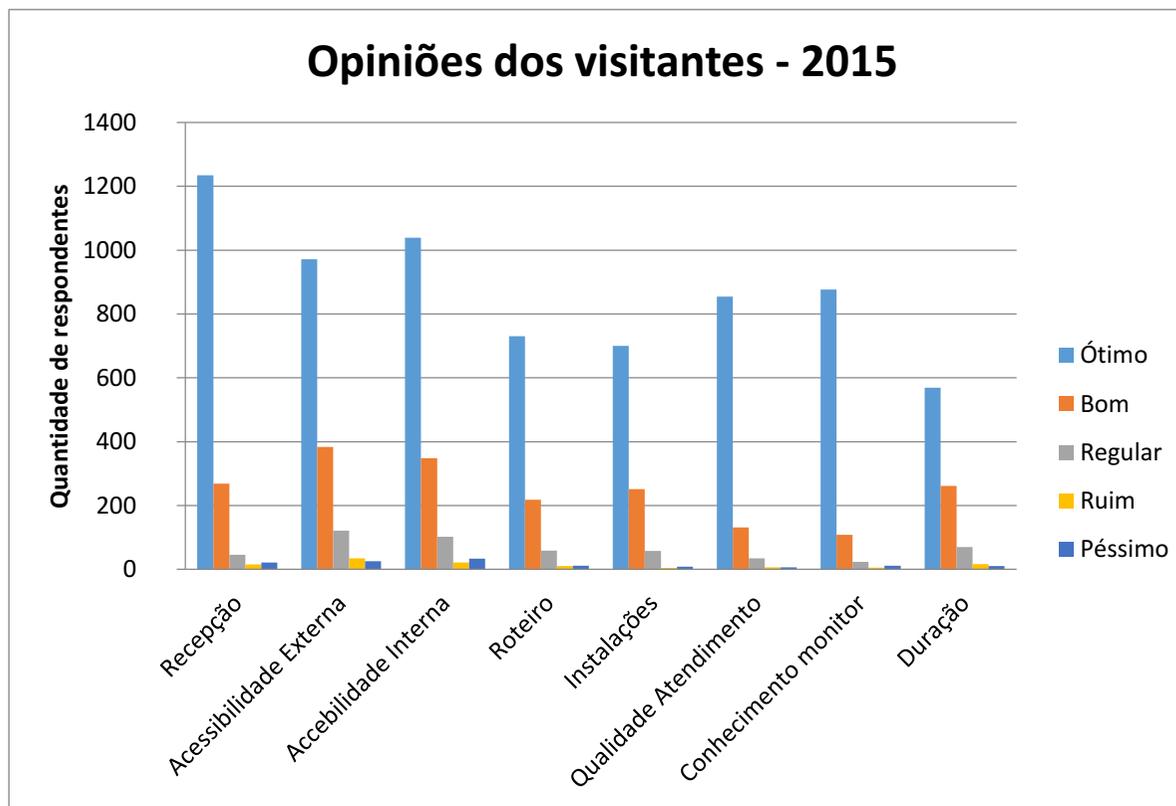


Gráfico 16 - Opiniões de visitantes

Fonte: arquivos eletrônicos da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal

O quesito mais bem avaliado é a recepção. A duração da visita é o fator menos bem avaliado. Tanto há turistas que reclamam que a visita é muito curta quanto há os que avaliam que o percurso demora muito. Embora os quesitos acessibilidade externa e interna sejam em geral bem avaliados, são os quesitos que recebem o maior número de notas regular, ruim ou péssimo.

E-CIDADANIA

Informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão, tendo como referência o Decreto nº 6932/2009, sem prejuízo de outras regulamentações a esse respeito.

Embora não subordinada ao Decreto nº 6.932, de 2009, também conhecido como “Decreto Cidadão”, a Ouvidoria do Senado já cumpre várias das diretrizes ali citadas, observando padrões de qualidade, eficiência e eficácia na prestação de serviços aos cidadãos. Não foi formalmente elaborada uma Carta de Serviços ao Cidadão, mas várias de suas etapas já foram cumpridas, conforme poderá ser visto pela descrição das ações a seguir.

Entre os compromissos assumidos e cumpridos pela Ouvidoria, podemos destacar a racionalização de métodos e procedimentos de controle, obtida por meio de diagnóstico dos serviços prestados, modelagem e implementação de uma nova metodologia de trabalho, unificação dos canais de atendimento, criação de uma rede de relacionamento com outros órgãos da Casa, além da busca de uma solução tecnológica de gestão integrada do atendimento ao cidadão.

A cartilha da Ouvidoria, juntamente com os Boletins Informativos e os Relatórios de gestão disponibilizados à sociedade pela Ouvidoria reúnem perguntas e respostas que ajudam o cidadão a compreender o que é, o que faz e como trabalha a Ouvidoria do Senado Federal, bem como os tipos de manifestações que o órgão recebe, o que está fora da sua competência, os canais de comunicação disponíveis para interação e suas atribuições, resultados estatísticos da comunicação com a sociedade e ações voltadas ao aprimoramento dos serviços prestados.

Ao ler as publicações, o cidadão passa a conhecer o papel da Ouvidoria e dos demais órgãos e instrumentos que possibilitam a efetiva participação popular nas atividades legislativas e administrativas do Senado.

No caso de recebimento de manifestações fora da competência da Ouvidoria e/ou do Senado Federal, o cidadão é orientado a acessar a ouvidoria pública ou o canal competente para tratar de sua demanda.

Os canais de atendimento disponíveis à sociedade são, pela internet, o Fale com o Senado e demais formulários disponíveis nos portais do Senado Federal; a central de atendimento Alô Senado, por meio do telefone 0800 612211; o envio de manifestações por via postal e o atendimento presencial. A rede de relacionamento com outros órgãos de atendimento da Casa inclui, além da Ouvidoria, o e-Cidadania, o Serviço de Informação ao Cidadão – responsável pelos pedidos de informação amparados pela Lei de Acesso à Informação –, o Serviço de Pesquisa Legislativa da Secretaria Geral da Mesa e a

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional. Com essas parcerias, foi possível cumprir os compromissos de atuação integrada e sistêmica, compartilhamento de informações e eliminação de formalidades e exigências onerosas, esta última possibilitada pela acessibilidade do cidadão aos canais disponíveis.

Sempre mantendo o cidadão como foco, as respostas enviadas passam por rigorosa revisão, que inclui análise de conteúdo, buscando maior objetividade e clareza, com uso de linguagem simples e de fácil compreensão, evitando termos técnicos não pertencentes ao universo do cidadão. Embora a Ouvidoria do Senado Federal tenha o prazo regimental de 30 (trinta) dias úteis para o envio de respostas aos cidadãos, na prática, o prazo tem sido de aproximadamente 10 (dez) dias corridos, reflexo do empenho em dar celeridade ao atendimento.

O Acordo de Cooperação Técnica firmado entre as Ouvidorias do Senado, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União também visa a integração com outros órgãos, garantindo “o intercâmbio de informações, a cooperação técnico-científica, a articulação de esforços, a formação de parceria estratégica e a definição de diretrizes comuns, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas”.

9.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Demonstração dos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e/ou serviços resultantes da atuação da unidade jurisdicionada e demonstração dos resultados identificados, inclusive registrados em pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com esse público.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO SERVIÇO ALÔ SENADO

A Ouvidoria do Senado Federal vem sofrendo profundas modificações desde sua implementação em 2011, particularmente a partir da incorporação do Alô Senado, em julho de 2014. Entre esse período e março de 2015, foram realizados um diagnóstico do serviço prestado e a modelagem do serviço que se pretende prestar.

Com esse objetivo, a Ouvidoria participou, ainda, em 2015, da mesa de debates da Audiência Pública promovida pela Comissão do Senado do Futuro (CSF). A Audiência faz parte do ciclo de debates, seminários e painéis para discutir, ao longo do biênio 2015-2016, o relacionamento do Senado com o cidadão.

Todo esse trabalho resultou em duas grandes vertentes, ambas com o propósito de aprimorar a comunicação entre a sociedade e o Senado: a mudança da metodologia de atendimento ao cidadão, implementada a partir de abril de 2015, e a busca de uma tecnologia de gestão integrada do atendimento.

Com a mudança na metodologia, houve uma unificação dos canais de atendimento ao cidadão, sendo as manifestações recebidas pela Casa centralizadas. Assim, a dispersão das manifestações por diversos canais foi eliminada, a análise de conteúdo, identificação de destinatários específicos e o tratamento adequado das demandas passou a fazer parte da rotina, e foi possível chegar a um número mais realista da participação popular nos trabalhos do Senado.

A partir da adoção de um sistema de gestão integrada, espera-se reduzir o tempo de atendimento; possibilitar a oferta de um banco de respostas pela internet, que auxilie o cidadão em suas dúvidas, antes mesmo que seja necessário enviar uma manifestação; melhorar a qualidade das respostas; medir a satisfação do usuário imediatamente ao final do atendimento; disponibilizar relatórios que permitam à gestão ações mais ágeis, entre outras vantagens.

Pelos motivos apontados acima, que descrevem o processo de transição entre o contexto anterior, a realidade atual e o cenário futuro, não foram realizadas avaliações de satisfação dos usuários com os serviços prestados no período. Tais avaliações, entretanto, estão contempladas na modelagem da ferramenta tecnológica e previstas como parte integrante do atendimento.

PESQUISAS DE OPINIÃO

O DataSenado é um serviço da Coordenação de Controle Social, ligada à Secretaria de Transparência, cujo objetivo é desenvolver pesquisas que servem para estreitar a comunicação entre o Senado Federal e as necessidades e desejos da sociedade.

O DataSenado promove pesquisa de opinião sobre a atuação do Senado e seu papel de elaborar leis e fiscalizar as ações do governo federal, intitulada O Cidadão e o Senado Federal, cuja periodicidade é semestral. Além disso, realiza pesquisas com usuários dos serviços que o Senado oferece, sob demanda da Administração da Casa.

As pesquisas de opinião oferecem um retrato confiável da opinião pública a respeito do desempenho da Instituição e do trabalho parlamentar, das votações, da formulação de projetos de lei, entre outros temas. É de responsabilidade do DataSenado a execução de todas as etapas para a realização das pesquisas, seja por meio de telefone ou internet, com margem segura de confiança e validade.

O serviço também realiza enquetes mensais, por internet, que sondam tendências e expectativas de opinião na sociedade. As enquetes podem ser sugeridas pelos Senadores para investigar um assunto específico.

As pesquisas do DataSenado são feitas por meio de amostragem com entrevistas telefônicas. A população considerada é a de cidadãos com 16 anos ou mais, residentes no Brasil e com acesso a telefone fixo. A margem de erro admitida é de no máximo 3,5 pontos percentuais, para mais ou para menos. O nível de confiança utilizado nos resultados da pesquisa é de 95%. Isso significa que se forem realizados 100 pesquisas com a mesma metodologia, aproximadamente 95 terão os resultados dentro da margem de erro estipulada.

Atualmente, a seleção dos participantes é feita utilizando o método de amostragem aleatória estratificada, com alocação proporcional: cada UF é definida como um estrato e, para cada estrato, são sorteados aleatoriamente números de telefones fixos extraídos do cadastro da Anatel, no qual constam todos os números habilitáveis no País. Em seguida, os números selecionados são dispostos de forma aleatória, e ligações telefônicas são realizadas para cada UF. Atendido o telefone, solicita-se autorização para realizar a pesquisa. Essas ligações são feitas até se atingir, numa determinada UF, o número de respondentes definidos a priori no cálculo do tamanho da amostra, adotando o critério de proporcionalidade descrito.

Durante a aplicação dos questionários, são realizadas verificação e validação de 20% das entrevistas, conduzidas por uma equipe de profissionais do DataSenado, devidamente treinada para esse fim.

PESQUISAS DE OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO SENADO FEDERAL

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	10 a 24 de julho de 2012
Total de Participantes	1.227
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Mantendo relativa estabilidade em relação às últimas pesquisas, a mais recente pesquisa do DataSenado apontou que 55% dos entrevistados acham que sua condição econômica vai melhorar nos próximos 6 meses. Em pesquisas realizadas em maio e em novembro de 2011, esse percentual foi de 56% e de 58% respectivamente. Uma quantidade semelhante de pessoas entrevistadas afirmou que sua sensação de bem estar (54%) e sua condição econômica (52%) permaneceram iguais nos últimos 6 meses. O DataSenado realizou pesquisa telefônica nacional, em 123 municípios do País, com 1.227 pessoas de 16 anos ou mais, no período de 10 a 24 de julho de 2012.

Os resultados dessa mesma pesquisa mantiveram a saúde como a maior preocupação atual dos brasileiros, conforme apontaram 34% dos entrevistados. E, assim como a pesquisa realizada em novembro último, a corrupção foi apontada por 20% dos entrevistados, mostrando-se a segunda preocupação mais manifestada. Ampla maioria dos entrevistados (75%), entretanto, concorda que o Senado Federal pode ajudar muito a resolver sua maior preocupação.

A democracia e o Senado Federal

Em que pese a confiança de que o Senado Federal pode ajudar muito, menos de um quarto dos entrevistados (22%) avaliaram ter alto interesse por política. Pouco menos da metade (47%) disse ter médio interesse por política, enquanto 29% avaliaram ter interesse baixo ou nenhum por política. A democracia, contudo, prossegue sendo amplamente avaliada como a melhor forma de governo pelos cidadãos pesquisados (75%), em consonância aos valores de 76% e de 73% verificados nas duas últimas pesquisas. Talvez por isso, o mesmo percentual (75%) correspondeu à quantidade de cidadãos entrevistados que considera o Congresso Nacional como muito importante para a democracia brasileira.

Quanto ao papel do Senado de elaborar leis que ajudem o País, 53% responderam que ele cumpre mais ou menos, contra 36% que disseram cumprir mal e 9% que disseram cumprir bem. Já sobre o papel de fiscalizar as ações do governo federal, 52% disseram ainda que o Senado cumpre tal papel de maneira mais ou menos, frente a 33% que avaliam cumprir mal e 14% que entendem cumprir bem. Em conclusão, quando inquiridos sobre a atuação do Senado Federal, 50% dos entrevistados a apontam como regular; 27% como ruim ou péssima; e 22% como ótima ou boa.

Os cidadãos participantes da pesquisa foram ainda questionados sobre se a liberdade de imprensa, muitos partidos políticos e o voto obrigatório favorecem ou prejudicam a democracia no Brasil. Ampla maioria (86%) pensa que a liberdade de imprensa favorece a democracia brasileira. Já 75% defendem que muitos partidos políticos prejudicam a democracia no País. Quanto ao voto obrigatório, 50% entendem que ele prejudica a democracia no Brasil.

Ainda no que toca ao Senado, ligeira maioria dos participantes (52%) afirmou que não se sente representada pelos senadores de seu Estado. Quase um terço (31%) disse que se sente representado em parte, e 17% disseram que, sim, sentem-se representados pelos senadores de seu Estado. Quanto a conseguir informações sobre o trabalho dos senadores, 68% dos entrevistados afirmaram ser difícil, enquanto 26% defendem que é fácil a obtenção de tais informações.

Por fim, quando questionados sobre qual é a sua principal fonte de informações sobre o Senado, a televisão mostrou-se a fonte com maior alcance (58%). A internet já responde como a maior fonte por quase um quarto dos participantes (23%). Jornais e revistas também tiveram expressiva indicação (11%).

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_Cidadao_e_o_Senado_Federal_Julho_2012.pdf

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal

Período de Aplicação **30 de novembro a 17 de dezembro de 2012**

Total de Participantes **1.228**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Na mais recente pesquisa do DataSenado, 58,1% dos entrevistados afirmaram achar que sua condição econômica vai melhorar nos próximos seis meses, o que revela um otimismo para o ano novo. Esse percentual aponta discreta melhoria em relação à pesquisa anterior, quando 55% manifestaram a

mesma opinião. Quando indagados sobre sua sensação de bem-estar nos últimos seis meses, 52,4% disseram que ela se manteve igual, quase a mesma quantidade (52,1%) de pessoas que alegou que sua condição econômica também se manteve igual. O DataSenado realizou pesquisa telefônica nacional, em 123 municípios do País, com 1.228 pessoas de 16 anos ou mais, no período de 30 de novembro a 17 de dezembro de 2012.

Mantendo a mesma tendência apontada nas últimas pesquisas, a saúde prossegue como a maior preocupação atual dos brasileiros, declarada como tal por 28,5% dos entrevistados. Na sequência, tem-se que a maior preocupação para 24,6% dos respondentes diz respeito à segurança pública.

Assim como nas duas últimas pesquisas realizadas em novembro de 2011 e julho de 2012, a corrupção foi apontada por aproximadamente um quinto (19,8%) dos entrevistados, o que lhe assegurou o posto de terceiro assunto mais preocupante. Expressiva quantidade de entrevistados (74,2%) concordou que o Senado Federal pode ajudar muito a resolver sua principal preocupação, o que confirma tendência apontada nas últimas pesquisas.

Vínculo entre Senado e democracia brasileira é reconhecido

Embora a maioria dos entrevistados admita que o Senado Federal pode ajudar muito a resolver sua maior preocupação, uma baixa parcela de entrevistados, isto é, 23,1%, qualificou como alto seu interesse por política – na pesquisa anterior eram 22% os cidadãos com essa percepção. Praticamente metade (48,6%) disse ter médio interesse pelo assunto, ao passo que 13,5% afirmaram ter baixo interesse – quase a mesma quantidade dos que disseram não ter interesse (13,9%). Apesar disso, deve-se ressaltar que a democracia ainda é considerada a melhor forma de governo por 71,1% dos respondentes – em julho 75% emitiram essa opinião. Aproximadamente um quarto (25,9%), entretanto, disse que em algumas situações um governo autoritário é melhor.

Próximo ao valor registrado na última pesquisa, qual seja, 75%, nota-se que 75,6% dos cidadãos apontaram que o Congresso Nacional é muito importante para a democracia brasileira. Apenas uma minoria o considerou pouco importante (16,0%) ou ainda sem importância (7,1%).

Liberdade de imprensa continua sendo vista como aspecto importante para a democracia no Brasil

Convidados a julgar se três diferentes fatores favorecem ou prejudicam a democracia no Brasil, os resultados da pesquisa mantiveram sua tendência histórica. Com efeito, 84,1% dos respondentes defenderam que a liberdade de imprensa favorece a democracia (contra 86% na pesquisa de julho). Por sua vez, 77,3% atestaram que o fato de existirem muitos partidos políticos é algo que prejudica a democracia (frente a 75% na última pesquisa). E, com proporção semelhante à que se verificou no estudo anterior, 50,8% entenderam que o voto obrigatório prejudica a democracia no Brasil, enquanto 45,9% sustentaram que ele favorece.

Para maioria dos participantes, o Senado vem desempenhando suas atribuições de forma mediana

Em seguida, inquiridos sobre o desempenho do Senado Federal no papel de elaborar leis que ajudem o País, 58,1% disseram que o órgão está cumprindo mais ou menos essa função, o que representa um aumento de cerca de cinco pontos percentuais em relação à última pesquisa. Em contrapartida, um terço dos entrevistados (33,3%) disse que o Senado cumpre mal esse papel, enquanto 7,8% disseram que ele cumpre bem.

No tocante ao papel de fiscalizar as ações do governo federal, 54,4% afirmaram que o Senado cumpre tal papel de maneira ‘mais ou menos’, frente a 31,4% que avaliaram cumprir mal e 13% que entenderam cumprir bem. Por fim, quando questionados sobre a atuação do Senado Federal, pouco mais da metade dos respondentes (54,2%) a considerou apenas regular. Já 25,4% consideraram-na boa ou ótima, sendo que 19,9% a enxergam como ruim ou péssima.

Na sequência, à pergunta “você se sente representado pelos senadores do seu Estado?”, 49% responderam que não, o que representa ligeira melhoria em comparação ao resultado da pesquisa de julho (52%), ainda que dentro da margem de erro. Pouco mais de um terço (33,6%) afirmou que se sente representado apenas em parte, enquanto 16,4% disseram que se sentem efetivamente representados por estes parlamentares.

Aparentemente ainda é difícil conseguir informações sobre o trabalho dos senadores

A maioria dos entrevistados continua avaliando como uma tarefa difícil a tentativa de obter informações sobre o trabalho dos senadores (71,7% contra 68% da última pesquisa). Por outro lado, aproximadamente um quarto (24,1%) relatou ser fácil conseguir esse tipo de informação.

Televisão continua sendo principal fonte de informações sobre o Senado

Por fim, quando inquiridos sobre qual é a sua principal fonte de informações sobre o Senado, a televisão prosseguiu sendo designada como o principal veículo junto à maioria dos respondentes (58,6%). Para quase um quarto dos participantes (23,7%), a internet permaneceu sendo a fonte mais acionada. Jornais em papel ou revistas mostraram-se o principal meio de busca para 10,1% dos respondentes, enquanto o rádio foi apontado por 4,1% destes.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_cidadao_e_o_Senado_Federal_2012.pdf

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal

Período de Aplicação **4 a 25 de junho de 2013**

Total de Participantes **1.226**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O DataSenado realizou pesquisa telefônica nacional, com 1.226 pessoas de 16 anos ou mais, dos dias 4 a 25 de junho de 2013. Esse período praticamente coincide com o início da recente onda de protestos pelo País, já que a primeira manifestação ocorreu em 6 de junho na cidade de São Paulo. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos. A pesquisa revelou que os brasileiros estão menos otimistas com relação ao futuro. Para 46,8%, a situação econômica pessoal deve melhorar nos próximos seis meses. Em levantamentos feitos nos meses de julho e dezembro de 2012, eram 54,8% e 58,1% os que acreditavam em uma mudança para melhor, respectivamente.

Quanto à condição econômica do entrevistado ao longo dos últimos seis meses, 44,7% afirmaram que esta permaneceu estável. Porém, 35,6% constataram agravamento dessa condição, patamar superior ao verificado em dezembro (24,1%). Já para 17,9%, a própria situação econômica melhorou nos últimos seis meses.

Os entrevistados também foram convidados a avaliar sua sensação de bem-estar nos últimos seis meses. A percepção de quase metade da população (46,6%) é de que esta se manteve inalterada. Os demais se dividem entre os que relataram piora na sensação de bem-estar (28,3%) e os que afirmam que essa sensação melhorou nos últimos seis meses (24,2%).

Segurança pública e saúde são as maiores preocupações do brasileiro

A segurança pública é hoje a primeira grande preocupação de 26,3% dos brasileiros. Ocupando o segundo lugar aparece a saúde, com 24,6% (frente a 34,0% e 28,5% em julho e dezembro do ano passado, respectivamente). Outros 18,8% afirmaram que a corrupção é sua principal fonte de preocupação na atualidade, enquanto 12,6% veem na educação o maior motivo para se preocuparem.

Observa-se que para 73,4% dos entrevistados, o Senado pode ser muito útil para solucionar a preocupação citada, enquanto 14,5% acham que ele pode ajudar pouco e 8,4% entendem que o órgão em nada pode ajudar.

Congresso Nacional é muito importante para a democracia no Brasil, diz ampla maioria

A democracia foi apontada por 78,8% dos entrevistados como a melhor forma de governo sempre; na pesquisa anterior, 71,1% partilhavam dessa opinião. Quanto ao Congresso Nacional, 73,6% o julgam muito importante para a democracia, valor bem próximo ao registrado em dezembro último (75,6%). Um governo autoritário seria preferível em determinadas circunstâncias apenas para 18,6% da população.

Voto obrigatório representa entrave nos dias atuais

O voto obrigatório é atualmente considerado prejudicial à democracia por três em cada cinco brasileiros (59,0%). A pesquisa anterior mostrou que, em dezembro do ano passado, 50,8% tinham a mesma opinião. Ainda que a série histórica aponte uma tendência de crescimento deste percentual, o aumento de mais de oito pontos percentuais é, de fato, expressivo.

A liberdade de imprensa continua sendo vista por muitos como algo que favorece a democracia no Brasil: 86,8% defendem esse ponto de vista (ante 84,1% na última pesquisa). Apenas 10,4% acreditam que este fator prejudica a democracia no País. Por sua vez, para 74,5% da população, a existência de muitos partidos políticos acaba por representar um dano à democracia, proporção semelhante à verificada na pesquisa de dezembro (77,3%).

Para mais de metade da população, Senado cumpre função de legislar e de fiscalizar

Na opinião de 52,3% dos brasileiros, o Senado cumpre bem ou “mais ou menos” o papel de elaborar leis que ajudem o País. Este percentual é semelhante ao de pessoas que também acreditam que o Senado desempenha bem ou “mais ou menos” a função de fiscalizar as ações do governo federal (53,1%).

Acompanhando a tendência histórica, 70,8% dos respondentes consideram difícil conseguir informações sobre o trabalho dos senadores (ante 71,7% na última pesquisa). Em contrapartida, quase um quarto (24,8%) julga que esta é uma tarefa fácil.

Nessa pesquisa, a atuação do Senado Federal foi avaliada como boa ou ótima por 16,7% dos entrevistados, como regular por 46,9% e como ruim ou péssima por 36,2%.

Série histórica aponta leve tendência de crescimento do interesse por política

Quando submetidos à pergunta “como você avalia o seu interesse por política?”, praticamente metade dos respondentes (49,8%) classificou como médio seu interesse pelo assunto, ao passo que cerca de um quarto (23,8%) o considera alto. Por sua vez, 13,5% afirmaram possuir baixo interesse, enquanto 11,7% admitiram não ter qualquer interesse pelo tema.

A série histórica revela que existe uma discreta tendência de crescimento do percentual de pessoas que qualificam seu interesse por política como alto ou médio. Por outro lado, a proporção de entrevistados que afirma ter baixo ou nenhum interesse pelo assunto tem recuado ao longo do tempo.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_cidadao_e_o_senado_federal-Junho-2013.pdf

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	6 de Junho a 7 de Julho de 2014
Total de Participantes	1.106
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais

Nível de confiança

95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Levantamento realizado pelo DataSenado registrou queda do número de brasileiros que acham que a própria condição econômica vai melhorar nos próximos meses: de 51%, em dezembro de 2013, para 41% no final do primeiro semestre de 2014.

Essa perspectiva menos otimista quanto ao futuro pode estar associada à avaliação negativa da condição econômica recente. Isso porque também foi registrado aumento do percentual de entrevistados que, nos últimos seis meses, disseram ter sofrido piora de sua condição econômica (de 30% para 38%). De modo semelhante, sobre a sensação de bem-estar da população, verificou-se aumento de 23% para 29% do total de pessoas que declararam piora.

A atuação do Senado foi considerada regular por 45% dos respondentes. Interessante notar que, quanto maior a sensação de bem-estar do entrevistado, melhor a avaliação que ele faz do Senado. De fato, 47% dos que consideram ótima a atuação do órgão afirmaram que sua sensação de bem-estar cresceu nos últimos seis meses, enquanto 19% deles relataram uma piora dessa sensação.

A respeito da função de elaborar leis que ajudem o País, 46% disseram que o Senado cumpre mais ou menos esse papel, ao passo que 47% também pensam assim se levado em conta o papel de fiscalizar as ações do governo federal.

Saúde segue na dianteira como maior preocupação do brasileiro

Quando convidados a indicar qual sua maior preocupação na atualidade, 29% apontaram a saúde entre oito opções de resposta predefinidas.

Em junho de 2013, período em que manifestações de rua tomaram diversas cidades brasileiras, a segurança pública figurou como a maior preocupação. No atual levantamento, a segurança alcançou 23%, seguida da corrupção com 21%, e da educação com 10% – percentuais muito semelhantes aos da pesquisa de dezembro do ano passado. Sobre o quanto o Senado pode ajudar a resolver essa preocupação, 68% acreditam que ele pode ajudar muito.

Brasileiros atestam importância do Congresso como instituição essencial à democracia

O Congresso Nacional é visto como importante instrumento para a democracia brasileira por 73% dos entrevistados. Da mesma forma, é majoritária a preferência pelo regime democrático de governo: 76% apontaram a frase “a democracia é sempre a melhor forma de governo” como a que melhor descreve sua opinião, contra 22% que acham, em algumas situações, um governo autoritário melhor.

Na opinião de 58%, voto obrigatório prejudica a democracia no Brasil

O voto obrigatório segue sendo visto pela maioria (58%) como instituto prejudicial à democracia. A existência de muitos partidos políticos é considerada perniciosa por 79% dos entrevistados. A liberdade de imprensa, por outro lado, é vista por 86% como positiva para a democracia brasileira.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_cidadao_e_o_Senado_Federal_v9_-_Junho_de_2014.pdf

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal

Período de Aplicação **4 a 29 de dezembro de 2014**

Total de Participantes **1.089**

Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Resultados de levantamento realizado pelo DataSenado indicam que, pela primeira vez, corrupção é considerada a maior preocupação dos brasileiros, com 26%. Em seguida, aparecem a segurança pública, com 22%, e saúde, 21%. Quanto à capacidade do Senado de ajudar a resolver essas três preocupações, 67% acreditam que ele pode ajudar muito. Considerando apenas os que veem na corrupção sua maior preocupação, a maioria (52%) também acredita que o Senado pode ajudar muito a resolver a questão.

Brasileiros consideram o Congresso Nacional um órgão essencial para a democracia

Segundo 73% dos entrevistados, o Congresso Nacional é um importante instrumento para a democracia brasileira. Da mesma forma, quando questionados sobre a melhor forma de governo, ampla maioria (76%) apontou que a democracia é sempre a melhor opção. Em contrapartida, 22% consideraram que um governo autoritário é melhor em alguns casos.

Na opinião de 63%, voto obrigatório prejudica a democracia no Brasil

Em relação a julho de 2014, cresce, de 58% para 63%, o número de brasileiros que acham que a obrigação de votar é prejudicial à democracia. A maioria dos entrevistados (82%) também acredita que a existência de muitos partidos políticos afeta negativamente a democracia. Por outro lado, a liberdade de imprensa é vista por 85% da população como positiva para a democracia brasileira.

A pesquisa foi realizada em todos os estados, no período de 4 a 29 de dezembro, com 1.089 pessoas de 16 anos ou mais. Os dados foram coletados pelo Alô Senado por meio de entrevistas telefônicas. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

Brasileiro está mais pessimista em relação ao futuro

Os dados mostram que houve aumento do número de brasileiros que acham que a própria condição econômica irá piorar: de 22%, em julho de 2014, para 29% em dezembro do mesmo ano. Sobre a sensação de bem-estar, de modo semelhante ao verificado para a condição econômica, foi registrado crescimento do total de pessoas que declararam piora, passando de 29% em julho de 2014, para 35%, na atual pesquisa.

Ao se comparar com a pesquisa anterior, verifica-se que aumentou a quantidade de cidadãos que avaliam a atuação do Senado Federal como regular, de 45% para 52%, e diminuíram as avaliações extremas. Em julho de 2014, a avaliação ruim ou péssima, que estava em 37%, caiu 5 pontos percentuais. Já a avaliação ótima ou boa, que estava em 18%, caiu 4 pontos.

Relatório completo disponível em:

<http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/OcidadoeoSenadoFederalv11Dezembrode2014.pdf>

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	26 de maio a 9 de junho de 2015
Total de Participantes	1.092
Abrangência	Nacional

Margem de erro **3 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa do DataSenado, realizada de 26 de maio a 9 de junho, revela um brasileiro menos otimista em relação ao futuro, mas confiante no papel do Senado para ajudar a resolver suas maiores preocupações. De fato, 39% dos 1.092 entrevistados acreditam que a própria condição econômica deve piorar, nos próximos seis meses. Em dezembro de 2014, 30% pensavam dessa forma. Crescimento que aparece como tendência desde julho de 2014, quando eram 22% os que achavam que a própria condição econômica iria piorar. Assim como aumentou o percentual dos que pensam que a própria situação econômica irá piorar, teve queda o número dos que veem possível melhora da própria situação econômica para os próximos seis meses: eram 41%, em dezembro de 2014, agora são 28%.

Além de sondar as percepções para o futuro, a pesquisa também buscou conhecer a opinião do brasileiro sobre a própria situação econômica nos últimos seis meses. E da mesma forma que cresce o índice dos que acham que a sua condição econômica não terá melhora no próximo semestre, sobe o número dos que declaram que situação econômica pessoal piorou, nos últimos seis meses. De fato, para 60% dos entrevistados houve piora na sua condição econômica, em dezembro de 2014, esse número alcançou 38%, o que mostra crescimento de 22 pontos percentuais.

Nesta edição, segurança pública encabeça a lista de maior preocupação do brasileiro, sendo apontada por 26% dos respondentes, atingindo o maior percentual em todas as faixas etárias. Os homens estão mais preocupados com a segurança pública, 29% deles, já as mulheres demonstram mais aflição com a saúde (24%). A população do Nordeste registrou índice elevado de preocupação com a segurança pública (33%), enquanto no Centro-Oeste o maior tormento, na atualidade, é a saúde (27%). A maioria dos pesquisados – 68% – acha que o Senado pode ajudar muito a resolver as preocupações apontadas:

segurança pública, saúde e corrupção, por exemplo. Em contrapartida, 20% consideram que pode ajudar pouco e 9% acham que não pode ajudar. A atuação do Senado é apontada como regular por 48% dos brasileiros, como ótima ou boa para 15% e como ruim por 35%.

Essa pesquisa é aplicada, em série histórica, desde 2010. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/copy_of_Barmetrojunho2015_v5.pdf

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	9 a 21 de dezembro de 2015
Total de Participantes	1.084
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A corrupção é apontada pelos brasileiros como o maior problema do País. Essa é a constatação da última edição da pesquisa O cidadão e o Senado Federal, realizada semestralmente pelo DataSenado em todo o País desde 2010. Quando questionados sobre qual seria a sua maior preocupação hoje, 27% dos entrevistados assinalaram a corrupção. A saúde ficou em segundo lugar na lista, com 21% das respostas, seguida por segurança pública, com 15%. A análise das edições anteriores da pesquisa indica um crescimento da preocupação dos brasileiros com o emprego e o custo de vida, que ocuparam, respectivamente, o quarto e o quinto lugar.

Os resultados indicam também que os brasileiros continuam pessimistas em relação ao futuro. Como foi observado na última edição da pesquisa, a maior parte dos entrevistados (40%) avalia que a sua condição econômica vai piorar nos próximos seis meses. Além disso, quando questionados sobre a sua condição econômica nos seis meses anteriores, 62% afirmaram que ela piorou.

O Congresso Nacional continua sendo considerado um órgão essencial para a democracia, apesar de haver uma redução no número de cidadãos que compartilham dessa opinião. Também, a maioria dos respondentes, 66%, acredita que o Senado pode ajudar muito a resolver os problemas do País.

A pesquisa avaliou ainda o nível de interesse dos brasileiros pela política. A maior parte dos entrevistados afirmou ter um interesse médio por política (42%), apesar de a maioria declarar que mantém conversas sobre o tema durante mais de cinco dias na semana (34%).

A pesquisa foi realizada entre os dias 9 e 21 de dezembro de 2015 e ouviu 1.084 cidadãos por meio de entrevistas telefônicas. A amostra é composta por habitantes de todos os estados da federação.

Relatório completo disponível em:

http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/OcidadoeoSenadofederal_dez2015.pdf

PESQUISAS DE OPINIÃO SOBRE TEMAS GERAIS

PESQUISA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL – BRASIL 2014

Período de Aplicação **19 a 28 de março de 2012**

Total de Participantes **1.242**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

De acordo com pesquisa realizada pelo DataSenado, 80% dos brasileiros são contra a venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Brasil em 2014, tendo em vista a legislação federal existente no País. Segundo essa parcela da população, o Brasil não deve abrir exceções. Para cerca de 19%, contudo, a bebida deve ser liberada; e 1% não soube opinar ou não quis responder.

A polêmica em torno do tema surgiu porque o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003), alterado em 2010, passou a proibir a posse de bebidas por torcedores durante competições esportivas, em estádios e ginásios, como forma de prevenção à violência. Antes do Estatuto, já havia leis estaduais e municipais que proibiam expressamente a venda de bebidas alcoólicas em recintos esportivos, durante os jogos. No entanto, no acordo firmado com a FIFA, para sediar o Mundial de 2014, o Brasil assumiu o compromisso de liberar a venda de bebidas nos estádios – o que fere a legislação atualmente em vigor.

Em busca de uma solução para o impasse, após longa discussão, a Câmara dos Deputados aprovou o texto do projeto da Lei Geral da Copa, liberando a venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios, durante o Mundial de 2014. O projeto foi enviado ao Senado, onde tramita como PLC 10/2012. Caso o texto venha a sofrer nova alteração – e seja aprovado no Senado e outra vez na Câmara com a proibição de bebidas alcoólicas – a Copa de 2014 no Brasil será a primeira na História em que os torcedores não poderão consumir cerveja nos estádios. A assessoria de imprensa da FIFA alega que a venda de cerveja para o público geral foi permitida em todas as Copas do Mundo e que, até o momento, nunca causou problemas. De acordo com a FIFA, a venda de cerveja (ao invés de bebidas alcoólicas mais fortes) ajuda no controle da multidão, desde que servida em recipientes de plástico, por segurança. Além disso, o regulamento da instituição prevê que especificamente em jogos de alto risco a venda de bebidas possa ser proibida.

Senado deve votar meia-entrada nos ingressos: idosos e estudantes têm apoio dos cidadãos

A pesquisa do DataSenado revelou ainda que 92% dos cidadãos defendem o direito dos idosos de pagarem apenas a metade do valor cobrado pelos ingressos para assistir aos jogos da Copa. Por sua vez, a meia entrada para estudantes obteve o apoio de 83% dos entrevistados. Já o incentivo para a população indígena e para os beneficiários do programa Bolsa Família foi mais controverso, contando com a aprovação de percentuais menores de entrevistados (59 e 60%, respectivamente).

O texto da Lei Geral da Copa foi aprovado pela Câmara e agora será analisado pelos senadores. Da forma como está, o texto prevê a criação de uma categoria especial de ingressos para os jogos, a categoria 4, que será vendida a preços mais baratos. Destes ingressos, pelo menos 300 mil na Copa do Mundo e 50 mil na Copa das Confederações deverão ser vendidos em sorteios públicos preferencialmente a estudantes, idosos e beneficiários do Bolsa Família – desde que brasileiros e residentes no País. Em qualquer fase das vendas, seja nos sorteios ou direto nas bilheterias, esses três grupos poderão ter direito de pagar meia entrada nos ingressos da categoria 4. Caso o Senado aprove o texto atual do projeto, os idosos terão direito de pagar meia entrada em todas as categorias de ingresso do evento esportivo.

A FIFA já havia criado uma categoria especial de ingressos na Copa de 2010 na África do Sul, com o objetivo de tornar o evento acessível para os sul-africanos de todos os estratos sociais. No entanto, é a primeira vez que a Federação aceita conceder descontos como estes, pleiteados pelo governo brasileiro.

Feriados nos jogos são bem vindos para 62% dos entrevistados

A Copa de 2010 na África do Sul também inaugurou a prática de decretar feriados em dias de jogos. Isso geralmente não é necessário no hemisfério norte porque nos países dessa região já é período de férias nos meses de junho e julho, quando costuma ocorrer a competição. Mas nos países localizados no hemisfério sul, como Brasil e África do Sul, o período de férias é nos meses de dezembro e janeiro.

Pensando nisso, o projeto da Lei Geral da Copa propõe que durante o evento, em 2014, a União possa decretar feriado nacional nos dias de jogo da seleção brasileira, e que Estados, Distrito Federal e Municípios possam decretar feriado ou ponto facultativo quando ocorrerem jogos em seus territórios.

Caso os senadores confirmem essa medida, irão ao encontro das expectativas de 62% dos entrevistados pelo DataSenado, os quais gostariam que fosse feriado no Brasil inteiro (41%) ou que fosse feriado nas cidades sede dos jogos (21%).

De abrangência nacional, a pesquisa do DataSenado foi realizada entre os dias 19 e 28 de março de 2012, tendo entrevistado ao todo 1.242 pessoas com mais de 16 anos, em 119 municípios, incluindo todas as capitais. A margem de erro é de 3%, para mais ou para menos, em um nível de confiança de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-copa_2014.pdf

Pesquisa Segurança Pública no Brasil

Período de Aplicação **19 a 28 de março de 2012**

Total de Participantes **1.242**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Ao longo dos últimos 30 anos, o Brasil registrou mais de 1 milhão de homicídios. Desde a década de 1980 até o final de 2010, foram mais de 35 mil homicídios por ano — uma média superior à de diversos conflitos armados ao redor do mundo. A guerra civil de Angola, por exemplo, provocou uma média anual de 20 mil mortos. O conflito no Iraque, entre 2004 e 2007, registrou 19 mil mortos por ano. Tanto a taxa de mortalidade de Angola quanto a do Iraque foram bem mais baixas do que as registradas pela violência urbana no Brasil.

A imagem da nossa realidade ficou muito bem retratada na pesquisa Segurança Pública no Brasil, divulgada hoje pelo DataSenado. A violência experimentada no cotidiano da população refletiu diretamente nos resultados da pesquisa: 38% dos entrevistados afirmaram já terem sido vítimas de violência ou crime.

Os números alarmantes fogem dos relatórios oficiais porque há um sub-registro nas ocorrências policiais: entre as pessoas que já foram vítimas de violência, 32% afirmaram não ter feito o boletim de ocorrência em delegacias. Em 38% dos casos, o principal motivo para isso é o fato de acreditarem que a polícia não faria nada a respeito do ocorrido — o que revela a descrença atual nos órgãos policiais. O medo do agressor e a falta de provas motivaram, respectivamente, 13% e 12% dos entrevistados a não procurarem a polícia.

Mais educação e menos armas

Na opinião da população, o enfrentamento da criminalidade deve passar pela redução das desigualdades sociais, melhorando a educação (39%) e reduzindo a pobreza (12%), mas aumentando também a rigidez das penas aplicadas aos criminosos (23%), com investimentos na polícia (12%) e combatendo a impunidade (11%).

No referendo nacional realizado em 2005, 63,94% dos brasileiros em idade de votar optaram por permitir o comércio de armas de fogo no País. Hoje, quase 7 anos após o referendo, a pesquisa do DataSenado indicou que o quadro mudou e 58% concordam com a proibição do porte de armas para cidadãos comuns.

Brasileiros querem mais rigidez com culpados

A população quer mais rigor no tratamento daqueles que infringem a lei. Como exemplo disso, 87% dos entrevistados concordaram que menores de idade infratores recebam punições iguais às de indivíduos adultos. No Brasil, a maioria penal se dá aos 18 anos e, hoje, menores de idade são submetidos a um regime penal diferenciado.

Alguns benefícios concedidos aos presos pela legislação também foram questionados. Foi o caso dos indultos (os chamados saídões), aos quais quase 70% dos entrevistados se opuseram. A possibilidade de cumprimento de pena em regime aberto também foi contestada: 70% dos entrevistados discordam que presos com bom comportamento passem o dia fora da prisão.

A oposição aos benefícios é maior quando o preso em questão foi condenado por ter cometido crime hediondo. Nesses casos, o regime aberto (mesmo condicionado ao bom comportamento) foi rejeitado por 88% da população e os saídões, por 93%.

No que se refere às penalidades aplicadas aos criminosos, 73% querem o aumento da pena de prisão para o homicídio doloso, que atualmente pode variar de 6 a 20 anos. Já quanto aos homicídios culposos (que ocorrem sem a intenção de matar), 30% apoiam o aumento da pena e 55% querem que ela permaneça como hoje, de 1 a 3 anos.

Baixa tolerância para violência no trânsito

A pesquisa do DataSenado mostra ainda que o brasileiro quer mais punição para a violência no trânsito. Entre os entrevistados, 96% defendem que o motorista pego dirigindo bêbado deve ter a carteira suspensa imediatamente. Sobre morte no trânsito, 82% declaram que, se o motorista estiver bêbado ou for pego dirigindo em alta velocidade, é porque teve, sim, intenção de matar.

De abrangência nacional, a pesquisa do DataSenado foi realizada entre 19 e 28 de março de 2012. Entrevistou 1.242 pessoas com mais de 16 anos, em 119 municípios, incluindo todas as capitais. A margem de erro é de 3%, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado_Seguranca_Publica.pdf

Pesquisa Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	
Período de Aplicação	1º a 14 de junho de 2012
Total de Participantes	1.226
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para discutir o futuro do planeta Terra, representantes de 170 nações estão reunidos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontece até 22 de junho na cidade do Rio de Janeiro. Entre os fóruns de debate, está a Cúpula Mundial de Legisladores, que

reunirá, pela primeira vez, 300 parlamentares de 190 países, de 15 a 17 de junho. Para auxiliar o trabalho dos parlamentares, o DataSenado aplicou pesquisa de opinião sobre o tema.

O Serviço de Acompanhamento da Opinião Pública do Senado entrevistou por telefone, entre os dias 1 e 14 de junho, 1.200 moradores de 119 municípios, incluindo as capitais de todos os estados brasileiros. A margem de erro da pesquisa é de 3%, e o nível de confiança, 95%. Por meio da sondagem, o brasileiro disse o que pensa sobre a relação entre a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento econômico do País, a legislação nacional e os hábitos de consumo da população.

Brasileiro defende proteção ambiental

Anfitrião de duas conferências mundiais sobre meio ambiente, o Brasil mostra a importância que atribui à defesa do seu patrimônio natural: 90% dos cidadãos acreditam que preservar a natureza pode contribuir para o desenvolvimento econômico. Apenas 8% defendem que preservar o meio ambiente atrapalha o crescimento da nação.

Para 72% dos entrevistados, desenvolvimento econômico e proteção ao meio ambiente devem estar muito próximos. Já 11% acham que desenvolvimento e meio ambiente não estão nem próximos nem distantes. Outros 16% defendem que os dois devem estar muito distantes. No entanto, 92% não apoiam um crescimento que implique aumento da poluição.

Agenda verde nas eleições e combate ao desmatamento

Candidatos comprometidos com o meio ambiente poderão levar vantagem nas próximas eleições: 49% dos brasileiros ouvidos na pesquisa consideram sempre as propostas ambientais apresentadas pelos candidatos. Outros 17% afirmam levá-las em conta frequentemente. Apenas 5% dizem nunca se preocupar com propostas relativas à área.

Conscientes da importância da preservação dos recursos naturais, brasileiros relacionam o meio ambiente não apenas com a questão de desenvolvimento e sobrevivência do ser humano, mas também com a projeção do Brasil no mundo. Para 92% dos entrevistados, o País deve dar muita importância ao meio ambiente durante as negociações internacionais.

Entre os maiores entraves à sustentabilidade ambiental, são apontados o desmatamento, a poluição da água e a poluição do ar. Para 56% dos entrevistados pelo DataSenado, desmatar é o principal problema para o meio ambiente. Em segundo lugar, está a poluição da água, apontada por 23%, e a poluição do ar, considerada o principal problema por 14% do universo pesquisado.

Legislação mais rígida e cumprimento eficaz das leis ambientais

Os senadores que participarão da Cúpula Mundial de Legisladores na Rio+20 terão o apoio dos brasileiros para exigir melhor cumprimento da legislação ambiental no País. Segundo a pesquisa, o maior problema está na fiscalização das leis que protegem o meio ambiente: 40% dos entrevistados afirmam que raramente as leis aprovadas no Legislativo são cumpridas; e 19% defendem que elas nunca são cumpridas. Já 34% acreditam que apenas às vezes as leis são cumpridas.

Entre as causas para o não cumprimento da legislação ambiental no Brasil, são apontadas a corrupção, a falta de fiscalização e a ausência de educação ambiental. Um terço dos entrevistados considera a corrupção o fator que mais atrapalha. Já 26% consideram a ausência de fiscalização e 24%, a falta de educação ambiental.

Entretanto, os brasileiros avaliam como fundamental para o desenvolvimento sustentável do País a adoção de leis mais rigorosas: 71% dos cidadãos ouvidos pelo DataSenado afirmam que a legislação brasileira é branda demais. Outros 22% a consideram adequada, e apenas 4% a julgam suficientemente rigorosa. Esses dados são importantes para os legisladores que estão discutindo boas práticas legislativas e mecanismos de monitoramento dos compromissos assumidos pelos governos na Rio+20.

Consumo responsável na hora de comprar

O desenvolvimento sustentável não se concretiza sem uma mudança na estrutura de produção e no padrão de consumo das comunidades. Para que seja efetivo, tem que contar com a participação do setor produtivo e da sociedade civil. Por isso, a pesquisa do DataSenado também investigou hábitos dos consumidores brasileiros.

O resultado mostra, novamente, que a preservação da natureza é prioridade na hora da compra: 91% disseram preferir comprar um produto de uma empresa que respeita o meio ambiente, ainda que essa mercadoria seja mais cara. Os consumidores também procuram saber como a empresa se relaciona com o meio ambiente e com os seus trabalhadores em 54% dos casos. A mesma porcentagem (54%) costuma verificar se o produto é reciclado. Os dados devem levar a iniciativa privada a reavaliar suas estratégias de marketing e a analisar suas práticas de gestão para reforçar o compromisso com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável.

Economia verde e menos poluição

Um dos temas da Rio+20 é o transporte de baixo carbono em economias emergentes. Dessa forma, considerando o volume de exportações e a importância estratégica do Brasil no fornecimento de biodiesel — um combustível menos poluente —, a pesquisa procurou identificar a disposição dos brasileiros em abastecer seus veículos utilizando álcool, ainda que seu rendimento seja inferior ao da gasolina. Os números são bastante positivos para o meio ambiente. Se tivessem um carro funcionando a álcool e a gasolina, sendo o mesmo preço para ambos, 89% dos entrevistados disseram preferir utilizar o álcool, porque polui menos, embora a gasolina renda mais. O dado é interessante, pois revela a disposição dos consumidores em pagar pela manutenção de melhores condições ambientais.

A Rio+20 é uma grande oportunidade para reafirmar o compromisso político dos países com a busca por um modelo sustentável de desenvolvimento. Um modelo que invalida o acúmulo de riqueza como critério único para o desenvolvimento dos povos, buscando, assim, estabelecer uma intensificação dos elos entre preservação do meio ambiente e prosperidade econômica, ancorados no desenvolvimento humano. Só assim será possível construir um futuro comum para todas as nações.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa_Meio_ambiente_e_desenvolvimento_sustentavel_Rio_20.pdf

Período de Aplicação **10 a 24 de julho de 2012**

Total de Participantes **1.232**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O Senado Federal está debatendo o PLS 236/2012, que reforma o Código Penal Brasileiro. Trata-se da lei que estabelece o que é crime no País, bem como estipula as punições nos casos de desrespeito à legislação. Para subsidiar os senadores com informações sobre a opinião da sociedade e contribuir com essa discussão, o DataSenado (órgão da Secretaria de Transparência – Subsecretaria de Pesquisa e Opinião – DataSenado) realizou uma pesquisa nacional por telefone com 1.232 cidadãos de 119 municípios, incluindo todas as capitais. A margem de erro é de 3%.

Cidadãos concordam com redução de pena para presos que trabalham, mas defendem aumento do limite de tempo na prisão

O sistema carcerário no País tem ocupado espaço de destaque nas discussões sobre o projeto. A partir disso, a pesquisa investigou a opinião dos cidadãos sobre as possibilidades de progressão de regime e de livramento condicional para os condenados. Os resultados mostram que 70% dos entrevistados concordam com a redução de pena para presos que trabalharem. Na região Sudeste, 64% têm essa opinião, enquanto no Centro-Oeste são 78%.

Já a redução de pena com base no bom comportamento do preso não apresenta consenso, embora seja uma medida apoiada por 55%, contra 41% que disseram não concordar com esse benefício. Entretanto, quando o bom comportamento enseja a possibilidade de passar o dia fora da prisão, a aprovação cai para 29%, com a maioria das pessoas (68%) discordando da concessão de regime semiaberto a presos que apresentarem bom comportamento.

Três em cada quatro entrevistados (76%) concordam com a necessidade de se aumentar o tempo em que os condenados devam ficar presos para aumentar a segurança da sociedade. Hoje, a lei estabelece um prazo máximo de 30 anos para que um condenado permaneça na prisão, considerado adequado para 17% dos entrevistados. Todavia, 50% dos entrevistados apoiam o aumento da pena máxima, sendo que destes, 36% defenderam o aumento do limite para 50 anos.

Maioridade penal deve diminuir, afirmam 89% dos pesquisados

Outro tema investigado foi o da penalização de jovens e adolescentes que cometerem crimes. Para quase 90% do público entrevistado, a maioria penal no Brasil deve ser reduzida: 35% indicaram a idade de 16 anos para que uma pessoa possa ter a mesma condenação de um adulto, 18% apontaram 14 anos e 16% responderam 12 anos. Houve ainda 20% que disseram “qualquer idade”, defendendo que qualquer pessoa, independente da sua idade, deve ser julgada e, se for o caso, condenada como um adulto.

População é contra liberação do uso de drogas

Para 89% dos brasileiros entrevistados, a lei deve proibir que uma pessoa possa produzir e guardar drogas para consumo próprio. A legalização da produção e do porte de drogas para uso pessoal é dos assuntos que têm gerado muita controvérsia na discussão de reforma do Código Penal. Dos 9% que defenderam essa proposta, 72% disseram concordar com a legalização do uso apenas de maconha, o que corresponde a 6% do total de entrevistados; outros 22% (sendo menos de 2% do total) defenderam a liberação do uso e do porte para outros tipos de droga também.

A região Sul foi a que apresentou maior apoio à proposta de legalização das drogas, ainda assim, apenas 13% manifestaram-se neste sentido. Se observarmos a divisão por idades, mesmo entre os mais jovens, segmento no qual o apoio à liberação da produção e do uso de drogas foi maior, os percentuais dos participantes que defenderam a legalização foram de 18% (para pessoas de 16 a 19 anos) e de 13% (de 20 a 29 anos).

Sociedade é restritiva em relação ao aborto

Atualmente, a legislação brasileira permite a realização de aborto em casos de estupro ou quando a continuidade da gravidez trazer risco de morte à mulher. O Supremo Tribunal Federal também autorizou a interrupção da gravidez quando for comprovada a ocorrência de anencefalia – doença caracterizada pela má formação total ou parcial do cérebro do feto. O Código Penal deve estabelecer os casos nos quais o aborto pode ser realizado com amparo legal.

Segundo 82% dos entrevistados na pesquisa do DataSenado, a lei não deve permitir que uma mulher realize o aborto quando ela não quiser ter o filho. Por outro lado, diante de circunstâncias específicas, a maior parte das pessoas concorda com a legalização do procedimento. Quando a gravidez for causada por estupro, 78% apoiam a realização do aborto, se for vontade da gestante. Do mesmo modo, quando a gravidez trazer risco de morte à mulher, 74% manifestaram-se de acordo com a interrupção da gravidez. O aborto também poderia ser realizado dentro da lei, conforme os resultados, nos casos em que os médicos confirmarem que o bebê tem uma doença grave (como a anencefalia) e pode morrer logo depois do nascimento (67%) ou quando a gravidez traz risco à saúde da mulher (62%).

É interessante ressaltar que, via de regra, os homens mostraram-se mais favoráveis à realização do aborto. Por exemplo, nas situações em que há risco à saúde da mulher, 66% dos homens apoiam o procedimento, enquanto 58% das mulheres têm essa opinião. Por sua vez, quando a gravidez traz risco de morte à mulher, 69% delas concordam com o aborto, número que sobe para 79% entre o público masculino.

Ortotanásia divide opiniões

Outra questão da pesquisa procurou identificar a opinião das pessoas sobre o uso de aparelhos e de medicamentos para manter um doente vivo, ainda que ele esteja em estado terminal ou em coma. Essa matéria também pode ser regulamentada com a reforma do Código Penal. E os resultados da sondagem reforçam a frequente divergência de opiniões verificada nos debates: enquanto 49% defenderam o poder de escolha do paciente, 48% afirmaram que a lei não deve permitir que um doente pare o tratamento, mesmo que sua doença não tenha cura e ele precise da ajuda de aparelhos para continuar vivendo. Nota-se que na região Norte, 41% concordam com a medida, enquanto na região Sul, o percentual é 61%. Pode-se verificar ainda que o apoio à interrupção do tratamento aumenta à medida que cresce a renda do entrevistado.

A divisão de opiniões se mantém quando o doente estiver em coma: 51% responderam que alguém da família poderia escolher desligar os aparelhos; do outro lado, 46% acham que os médicos devem manter o tratamento mesmo contra a vontade da família. Embora a diferença entre as respostas, em caso de coma, seja maior, os números se mantêm dentro da margem de erro estipulada.

Discriminação deve ser crime

A pesquisa também perguntou sobre a necessidade de se criminalizar atitudes e comportamentos fundados no preconceito e na discriminação contra as pessoas. Os resultados apontam que a maioria dos entrevistados (85%) acha que tratar mal ou ofender uma pessoa porque ela é estrangeira ou vem de outra região do Brasil deve ser considerado crime pelo Código Penal. Na região Sul, 75% acham que essa atitude deve ser crime, número que chega aproximadamente 87% tanto no norte quanto no nordeste. Nesse mesmo sentido, 77% disseram concordar com a punição daqueles que destratarem homossexuais por conta da sua opção sexual.

Quanto à inimputabilidade prevista para indígenas, 78% afirmaram ser contrários à impossibilidade de condenação de indígenas quando eles tiverem cometido um crime agindo segundo seus costumes e crenças. Outros 20% concordam com essa prerrogativa, que recebe menos apoio no Norte, onde apenas 13% dos participantes disseram concordar.

Lei deve regulamentar comportamentos

Temas como atividade de cambista, crimes virtuais e abandono de animais também foram questionados durante o levantamento.

Para 70% dos entrevistados, quem vender ingressos de um jogo esportivo ou de um evento cultural mais caro do que o preço normal do bilhete, popularmente chamado de cambista, deve ser punido. A população também acha que o ambiente virtual não deve ficar fora do escrutínio do legislador. Há ampla concordância com a criminalização de práticas realizadas por meio de computadores que podem prejudicar outras pessoas: 94% manifestaram-se de acordo com a punição de quem acessar as informações sigilosas de um site ou página na internet sem autorização. Do mesmo modo, 89% disseram existir crime quando alguém utiliza um computador para obter informações confidenciais de outra pessoa.

O pagamento de direito autoral, mesmo sem objetivo de lucro, divide opiniões. Enquanto 52% acham que uma cópia de um livro, DVD ou CD de música, somente para uso pessoal, deveria ser permitida, 46% entendem que é preciso pagar ao autor pelo uso de sua obra, independente da finalidade

comercial ou não da reprodução. Já para os mais jovens, a opinião majoritária é de que não seria necessário pagar direito autoral: 67% para quem tem de 16 a 19 anos, e 63% de 20 até 29.

Por fim, o abandono de animais deve ser ilegal, na opinião dos entrevistados. Essa foi a resposta de 85%, que enxergam nesse comportamento um crime cuja punição deve constar no novo Código Penal Brasileiro.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Reforma_do_Codigo_Penal.pdf

Pesquisa Violência contra a juventude negra no Brasil	
Período de Aplicação	1º a 10 de outubro de 2012
Total de Participantes	1.234
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A maioria dos homicídios que ocorrem no Brasil atinge pessoas jovens: do total de vítimas em 2010, cerca de 50% tinham entre 15 e 29 anos. Desses, 75% são negros. As respostas governamentais e não-governamentais ao processo de agravamento deste fenômeno em muito se beneficiaram de estudos e diagnósticos elaborados a partir dos dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. No entanto, pouco ainda se sabe sobre as percepções da sociedade acerca de tão importante tema.

Por isso, o DataSenado realizou a inédita pesquisa de opinião pública *Violência contra a juventude negra no Brasil*. Ela é parte do Protocolo de Intenções firmado entre o Senado Federal e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR), no âmbito da campanha *Igualdade Racial é Pra Valer*.

Resumo Executivo

Dentre os resultados da pesquisa, cabe destacar que a maioria considera que as mulheres sofrem mais com a violência (67,1%) e que os negros são as principais vítimas (66,9%). Pouco mais de um terço (35,8%) acredita que a violência atinge mais os jovens na faixa de 19 a 29 anos. Questionados sobre as causas, 63,0% atribuíram a violência contra a juventude a aspectos sociais, enquanto 34,8% disseram ser fatores comumente associados ao comportamento juvenil de risco. Quando inquiridos especificamente sobre a principal causa de morte entre os jovens, a maioria indicou o uso de drogas (56,2%), os acidentes de trânsito (22,4%) e os assassinatos (19,8%).

A maior parte dos entrevistados (62,3%) disse que jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade e 31,4% concordaram que jovens negros são mortos em maior quantidade que os brancos. Para 26,3% dos respondentes, a cor dos jovens tem influência na quantidade de mortes.

A noção de que no Brasil a violência mata mais pobres do que ricos é compartilhada por 90,4% dos respondentes. Também é alta a concordância (80,9%) com a afirmativa de que os jovens brasileiros são vítimas da violência independentemente da cor ou raça.

Entretanto, diante da frase “homicídio é a principal causa de morte dos jovens negros” 56,6% dos entrevistados se manifestaram favoravelmente. Percentual semelhante (55,8%) foi registrado para os que concordaram com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade

do que a morte violenta de um jovem branco”. Para 55,1% dos respondentes, é correto afirmar que “a principal causa de homicídios de jovens negros é o racismo”.

Em relação à experiência pessoal dos entrevistados, o percentual dos que já se sentiram discriminados ou ofendidos por causa da sua cor ou raça em diferentes situações variou entre 10,9% («por profissionais de saúde») e 16,9% («por programas de televisão ou outro meio de comunicação»).

Na opinião de 36,4% dos entrevistados, a principal ação para combater o racismo deve ser a melhoria do ensino nas escolas. A mudança das leis foi assinalada por 22,7%, enquanto 20,8% consideraram suficiente a garantia do cumprimento das leis existentes. Acrescente-se que 15,7% apontaram as campanhas de conscientização e 2,4% consideraram as ações afirmativas como a principal medida que o governo deve tomar para combater o racismo.

Algumas pistas para a análise

É importante notar que as variações na frequência das respostas aparentam ser bastante influenciadas pela cor ou raça declarada da pessoa entrevistada. A percepção dos efeitos diferenciados da violência e da discriminação sobre distintos grupos raciais é mais evidente entre os que se identificaram como negros (pretos e pardos).

Do mesmo modo, observaram-se variações na opinião dos entrevistados segundo a região onde residem. Exemplo disso são as respostas sobre a cor ou raça das principais vítimas da violência. Os negros foram apontados nesta condição por 75,5% dos entrevistados da região Nordeste, 70,8% do Norte, 65,0% do Sudeste, 59,0% do Sul e 57,4% do Centro-Oeste.

A pesquisa permite identificar discrepâncias entre as opiniões captadas e as estatísticas oficiais. A maioria das pessoas concordou com a frase “jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade”, mas, em 2009, por exemplo, os homicídios foram a causa de morte de 6.685 jovens brancos e de 18.595 jovens negros na faixa de 15 a 29 anos.

Apenas 2,4% dos entrevistados atribuíram a violência contra os jovens à discriminação racial. Contudo, quando o enfoque é dado ao jovem negro, 55,1% concordaram que “a principal causa de homicídio de jovens negros é o racismo”. Outros aspectos levantados na pesquisa também ilustram um aparente processo de mudança de percepção sobre as relações raciais no Brasil. Primeiro, a admissão da experiência pessoal com a discriminação racial em diferentes situações, que variou entre 10,9% a 16,9%. Segundo, a constatação de que um pouco mais da metade dos entrevistados já considera que ser branco ou negro

afeta a vida de uma pessoa. Por fim, o entendimento, também por mais da metade dos entrevistados, de que a sociedade se choca menos com a morte violenta de um jovem negro do que com a de um jovem branco.

A pesquisa evidenciou a importância atribuída à educação e à legislação no enfrentamento ao racismo. Talvez este seja um reflexo dos esforços desenvolvidos nos últimos anos para a implementação da Lei Nº. 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na rede escolar.

Metodologia de pesquisa

O DataSenado realizou pesquisa telefônica nacional sobre violência contra a juventude em 123 municípios do País, incluindo todas as capitais, no período de 1º a 11 de outubro de 2012. A pesquisa, realizada com um total de 1.234 entrevistas, conta com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3%. A população considerada foi a de pessoas com 16 anos ou mais residentes no Brasil e com acesso a telefone fixo.

Na análise dos dados, o contingente negro corresponde às pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, seguindo procedimento consagrado na literatura sobre relações raciais no Brasil.

Para a maioria, negros são as principais vítimas de violência e mulheres são as mais vulneráveis

A maioria dos entrevistados (66,9%) afirmou serem os negros as principais vítimas de violência, enquanto 14,8% disseram serem os brancos, 3,1% os indígenas e 1,1% os asiáticos.

Esta opinião parece ser influenciada pela composição racial da população da região de residência dos entrevistados. O Nordeste, onde os negros predominam, teve o percentual mais alto dos que afirmaram que os negros são as principais vítimas da violência (75,5%). Analisando-se as respostas segundo a cor ou raça do respondente, 73,1% dos negros disseram que os próprios negros eram as principais vítimas, ao passo que 60,2% dos brancos deram essa resposta.

Do mesmo modo que a percepção dos negros como principais vítimas da violência é mais acentuada neste mesmo grupo racial, também as mulheres veem de forma mais aguda sua própria vulnerabilidade.

Indagados sobre quem sofre mais com a violência, 67,1% dos entrevistados responderam que são pessoas do sexo feminino, sendo que se verifica uma diferença na opinião entre respondentes homens (63,5%) e mulheres (70,6%).

O exame das respostas segundo a renda revela que 71,2% dos que se declararam ‘sem renda’ consideram o sexo feminino como mais vulnerável, contra 58,2% dos que têm renda superior a 10 salários mínimos.

No quesito idade, entrevistados reconhecem jovens como principais vítimas da violência

Pouco mais de um terço dos entrevistados (35,8%) opinou que as principais vítimas da violência no Brasil são os jovens de 19 até 29 anos. Os adolescentes, na faixa dos 13 aos 18 anos, foram assim considerados por 26,8% dos respondentes, e as crianças de até 12 anos por 22,9%. Os idosos, com 60 anos ou mais, são as principais vítimas na opinião de 9,2% dos entrevistados, sendo que apenas 3,1% apontaram os adultos de 30 a 59 anos.

População atribui a violência contra os jovens a causas sociais

Inquiridos sobre quais fatores acreditam ser responsáveis pela violência contra a juventude, os entrevistados concentraram-se em dois grupos de respostas. O primeiro tem a ver com fatores que seriam ligados ao comportamento juvenil – drogas (30,3%) e brigas entre jovens (4,5%). O segundo grupo, mais vinculado a aspectos sociais, soma 63,0% das respostas, assim distribuídas: impunidade para quem comete crime (28,6%), e educação ruim nas escolas (18,6%), policiais mal preparados (8,1%), desemprego (5,3%) e discriminação racial (2,4%).

É relevante notar que, embora reconhecendo que os motivos da violência têm um caráter social mais amplo, quando questionados especificamente sobre a principal causa de morte de jovens, a maioria atribuiu a situações associadas ao uso de drogas (56,2%). Em percentuais menores foram citados os acidentes de trânsito (22,4%) e os assassinatos (19,8%).

Parcela majoritária acha que jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade

A pesquisa apresentou três diferentes frases e quis saber qual delas, quando se pensa nas mortes causadas por violência, melhor expressava a opinião do entrevistado. A maioria (62,3%) indicou a frase “jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade”. Tal resposta foi escolhida por 63,0% dos

brancos e por 61,0% dos negros. Em termos regionais, esta afirmação foi mais frequente nas regiões Sul e Sudeste (cerca de 65,0%) do que no Norte e Nordeste, respectivamente 55,7% e 60,3%.

Novamente aparece como de interesse o fato de que, em contraste com a opinião registrada nesta pesquisa, a taxa de vitimização tem sido sempre mais alta para os jovens negros. Entre 2000 e 2009, o número de homicídios neste grupo cresceu mais de 35%. Na direção contrária, os homicídios de jovens brancos diminuíram mais de 20%.

Por sua vez, a afirmação “jovens negros são mortos em maior quantidade do que jovens brancos” foi escolhida por 31,4% de respondentes. Desagregando-se as respostas segundo a raça ou cor dos entrevistados, tem-se que os negros concordaram com a afirmação (34,1%) em proporção maior do que os brancos (29,3%). Também neste caso há diferenças regionais, sendo mais alta a concordância entre os residentes do Norte e do Nordeste: 36,8% e 36,2%, respectivamente. Apenas 5,3% defenderam a frase “jovens brancos são mortos em maior quantidade do que jovens negros”.

Para alguns, no entanto, cor ou raça têm influência no número de jovens mortos

Para as pessoas que acreditam haver diferença no número de mortes entre jovens brancos e negros, a pesquisa fez duas perguntas adicionais. Em primeiro lugar, foi questionado se a diferença no número de mortes entre os dois grupos raciais sofria influência da cor da pele (afirmação que obteve 71,4% de concordância – representando 26,3% do total da amostra). Em segundo lugar, questionou-se quão grande era essa influência (identificou-se que, das pessoas que atribuíram a diferença do número de mortes à cor da pele, 72,8% consideraram que o segundo fator influencia «muito» o primeiro).

A morte de jovens negros se dá principalmente por homicídio, de acordo com respondentes

Um conjunto de afirmações sobre violência e morte de jovens foi apresentado para que os entrevistados dissessem se concordavam ou não.

A noção de que “no Brasil, a violência mata mais pobres do que ricos” foi compartilhada por 90,4% dos participantes. Por outro lado, 80,9% das pessoas concordaram que “jovens brasileiros são vítimas de violência independentemente da sua cor ou raça”.

Quando a afirmação destaca a cor das vítimas e situações específicas de violência letal, o entrevistado se manifesta no sentido de que a cor influencia na situação de um indivíduo. Assim, diante da frase “homicídio é a principal causa de morte dos jovens negros”, 56,6% dos entrevistados manifestaram

concordância, enquanto 55,8% concordaram que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco”.

Para 55,1% dos respondentes é correto afirmar que “a principal causa de homicídio de jovens negros é o racismo”. Além disso, 56,7% discordaram da afirmação de que “jovens brancos e negros, de famílias com renda parecida, têm as mesmas oportunidades”.

Metade considera que ser negro ou branco afeta a vida de uma pessoa

Do total de entrevistados, 51,8% afirmaram que, no Brasil, ser negro ou ser branco afeta a vida de uma pessoa. Também aqui a frequência desta resposta foi diferenciada para brancos (47,9%) e negros (54,8%).

Para os que compartilham dessa opinião, 67,1% consideraram que ser branco ou negro «afeta muito» a vida de uma pessoa. Neste caso, também é importante destacar a variação da resposta segundo a cor ou raça declarada pelo respondente: indígenas (90,0%)¹, negros (71,5%), brancos (62,3%) e amarelos (57,1%).

A pesquisa também procurou saber a experiência dos entrevistados com a discriminação por cor ou raça. Ainda que um pouco mais da metade dos entrevistados tenha considerado que ser branco ou negro afeta a vida de uma pessoa, o percentual dos que já se sentiram ofendidos ou discriminados em diferentes situações variou entre 10,9% e 16,9%.

A análise de cada grupo étnico-racial revela que, em todas as situações, os brancos responderam terem se sentido discriminados em percentuais mais baixos do que para o conjunto dos entrevistados. Entre os brancos, a frequência relativa mais alta (11,8%) foi registrada na discriminação ou ofensa «por programas de televisão ou outro meio de comunicação», seguida de «por pessoas conhecidas ou familiares» (10,2%), e «por chefe, colegas de trabalho ou cliente» (9,3%). Os negros, por sua vez, tiveram percentuais superiores aos verificados para o conjunto de entrevistados, sendo mais elevados os registros de discriminação ou ofensa «por colegas, professores ou funcionários da escola» (22,2%); «por chefe, colegas de trabalho ou cliente» (22,2%); e «por programas de televisão ou outro meio de comunicação» (21,5%).

Analisadas as respostas por região, nota-se diferença nas situações reportadas com maior frequência pelos entrevistados. As ofensas ou discriminações no ambiente escolar predominaram entre os respondentes do Nordeste (16,6%); as praticadas por profissionais de saúde apareceram mais entre os

entrevistados da região Norte (13,2%). O Sudeste teve os registros mais altos nas discriminações ligadas aos meios de comunicação (18,2%); dos residentes no Sul, 15,7% apontaram os policiais como principais agentes da discriminação sofrida. Já o Centro-Oeste teve registros mais destacados (17,8%) nas discriminações ou ofensas por conhecidos ou familiares.

Racismo se combate com educação

Na opinião de 36,4% dos entrevistados, a principal ação para combater o racismo deve ser a melhoria do ensino nas escolas. A mudança das leis foi assinalada por 22,7%, enquanto 20,8% consideraram, como principal ação, a garantia do cumprimento das leis. Acrescente-se que 15,7% apontaram as campanhas de conscientização e 2,4% consideraram as ações afirmativas como a principal medida que o governo deve tomar para combater o racismo.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_juventude_negra.pdf

Pesquisa Violência doméstica e familiar contra as mulheres	
Período de Aplicação	18 de fevereiro a 4 de março de 2013
Total de Participantes	1.248
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,0 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Durante a sessão solene que marcou a celebração dos sete anos da Lei Maria da Penha e a entrega do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a Violência contra a Mulher à presidente da República, Dilma Rousseff, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou alguns dados importantes divulgados em pesquisa realizada pelo DataSenado no mês de março de 2013, a quinta de uma série histórica que começou em 2005 e que vem retratando os avanços e dificuldades vividas pelas brasileiras no combate à violência doméstica e familiar.

“A série histórica das pesquisas do DataSenado é instrumento de controle social e modelo de acompanhamento na aplicação das leis aqui aprovadas”, diz o presidente Renan Calheiros. “Os índices de cada pesquisa do DataSenado retratam como a sociedade reage à lei e também como – e em que espaço de tempo – as leis podem mudar para melhor atitudes e comportamentos”, reforça o presidente.

A pesquisa do DataSenado revela também que, apesar das mudanças, há um longo caminho a seguir no combate à violência contra as mulheres. É possível estimar que 700 mil brasileiras continuam sofrendo agressões, principalmente de seus companheiros, e que 13,5 milhões de nossas mulheres – 19% da população feminina acima de 16 anos – já foram vítimas de algum tipo de agressão.

Em todo o País, as mulheres de menor nível educacional ainda são as mais agredidas – 71% dessas relatam aumento de violência em seu cotidiano. E 31% das vítimas ainda convivem com o agressor. A violência física predomina, mas cresce o reconhecimento das agressões moral e psicológica.

A pesquisa do DataSenado expõe também contradições resultantes do processo natural de aplicação da Lei Maria da Penha. A exemplo, apesar do majoritário reconhecimento de proteção advindo da Lei, 63% das entrevistadas avaliam que a violência contra as mulheres tem aumentado. Também a maioria considera que o fato de as queixas de agressão só poderem ser retiradas diante do juiz prejudica a Lei Maria da Penha.

O medo, registra o DataSenado, ainda é o maior inibidor das denúncias de agressões. A dependência financeira vem em segundo lugar, curiosamente registrada entre mulheres de melhor condição financeira.

Em um ranking de 84 países, o Brasil é o sétimo no triste registro do assassinato de mulheres. Na América do Sul, só perde para a Colômbia e, na Europa, para a Rússia. Os números brasileiros desses assassinatos ainda são maiores do que os de todos os países árabes e todos os africanos. (Indicativos do Mapa da Violência 2012, publicação do sociólogo Júlio Jacobo).

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf

Pesquisa PEC das Domésticas e Pesquisa Transparência do Senado

Período de Aplicação **16 a 30 de abril de 2013**

Total de Participantes **1.222**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O DataSenado, serviço do Senado Federal responsável pelo monitoramento da opinião pública, realizou pesquisa com 1.222 entrevistas, entre os dias 16 e 30 de abril, para conhecer a opinião dos brasileiros sobre a emenda constitucional 72, de 2013, conhecida como PEC das domésticas, e a aceitação popular das medidas adotadas pelo Senado para gerar economia de gastos e fortalecer a transparência. A pesquisa tem abrangência nacional, e margem de erro de 3 (três) pontos percentuais, para mais ou para menos.

Novos direitos das domésticas são bem recebidos e contam com 81% de aprovação

A pesquisa revelou que mais de 95% da população brasileira sabe da promulgação da PEC das Domésticas. Entre esses, 8 em cada 10 aprovam a medida que beneficiou mais de 7 milhões de trabalhadores, estendendo os direitos dos trabalhadores formais àqueles que exercem sua profissão nos lares. Os resultados demonstram que o assunto, de grande impacto social, despertou o interesse dos brasileiros e foi largamente difundido. Apesar da aprovação majoritária sobre os novos direitos dos trabalhadores domésticos, ainda há dúvidas, por exemplo, quanto ao seguro contra acidentes de trabalho (63%) e ao pagamento de horas extras (59%), direitos agora garantidos.

Medidas de economia e transparência do Senado chegam a 90% de aprovação

A pesquisa investigou também a opinião nacional sobre medidas adotadas pela nova Mesa Diretora do Senado para gerar economia na Instituição e fortalecer a transparência. A média de aprovação, pela população, das medidas administrativas abordadas pela equipe de pesquisadores foi de 81%. Dentre os temas pesquisados, estão: a redução de gastos com contratos de terceirização, o corte de cargos de chefia, a criação do Conselho de Transparência com participação de membros da sociedade civil, e a transferência de médicos do Senado para atender a população em hospitais públicos.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa_PEC_das_domesticas_e_medidas_administrativas_e_de_economia_do_Senado.pdf

Pesquisa Transparência e Lei de Acesso à Informação

Período de Aplicação **16 a 30 de abril de 2013**

Total de Participantes **1.222**

Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No primeiro aniversário da Lei de Acesso à Informação (LAI), o DataSenado realizou pesquisa nacional sobre transparência e acesso a informações públicas e verificou que 47,7% dos brasileiros afirmam já ter ouvido falar da nova Lei. Foram entrevistadas 1.222 pessoas, em todas as regiões do País, no período de 16 a 30 de abril de 2013. A pesquisa conta com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3 (três) pontos percentuais.

Para a população, transparência facilita a fiscalização

A LAI, ou Lei 12.527, de 2011, entrou em vigor 180 dias após sua publicação e estabeleceu que qualquer cidadão tem o direito de requerer informações de interesse público, não protegidas por sigilo, a órgãos governamentais, e o direito de receber a resposta em até 30 dias corridos. Em pergunta feita apenas aos que disseram já ter ouvido falar da Lei, 81,5% concordam que a divulgação de informações sobre como e onde são investidos os recursos públicos ajuda a população a fiscalizar os atos dos governantes. Essa percepção é majoritária em todos os estratos da população.

Transparência na saúde, educação e segurança pública são prioridades

A pesquisa revelou que quase dois terços (63,6%) das pessoas que tiveram necessidade ou interesse de buscar informações públicas apontaram os gastos com saúde, educação e segurança como os assuntos mais importantes a serem divulgados pelos órgãos públicos. Apenas um quinto (20,6%) disse que é mais importante a divulgação dos gastos internos dessas entidades. As demais respostas se dividiram entre o valor dos salários dos funcionários públicos (9,4%), os gastos com estradas e ruas (2,8%) e os gastos com coleta de lixo e transporte coletivo (1,5%).

Nos últimos 12 meses, quase um terço das pessoas (32,2%) afirmaram ter entrado em contato com algum órgão público ou entraram na página do órgão na internet para obter informações. A busca por informações públicas mostrou-se maior na parcela da população que tem renda individual bruta superior a 5 salários-mínimos.

Para aqueles que haviam procurado informações, desde o início da vigência da LAI, foi pedido que avaliassem a dificuldade enfrentada para obter o que desejavam. Para a maioria (52,7%), a tarefa foi fácil. Contudo, expressiva parcela (30,8%) avaliou como difícil a busca pelas informações e 13,2% não obtiveram a informação que procuravam.

Quanto à confiança nas informações divulgadas, a pesquisa demonstra que 55,6% da população confia, integral ou parcialmente, nos dados sobre gastos de órgãos públicos.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Transparencia_e_Lei_de_Acesso_a_Informacao.pdf

Pesquisa Lei de Drogas	
Período de Aplicação	4 a 25 de junho de 2013
Total de Participantes	1.226
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa realizada pelo DataSenado revelou que 80,4% da população acreditam que dependentes de drogas devem ser obrigados a passar por tratamento especializado. Somente 18,3% dos respondentes se disseram contrários à internação compulsória. Para 27,5%, a influência de amigos é o principal motivo que leva uma pessoa a utilizar drogas. Outros 26,9% afirmam que a falta de apoio familiar é o maior responsável pelo mau passo, enquanto 22,8% creem tratar-se basicamente de uma escolha pessoal.

Na opinião de 75,8% dos entrevistados, o traficante condenado que portava pequena quantidade de entorpecente não deve ter uma punição mais branda que os demais. Além disso, 78,3% concordaram que a pena máxima a que o usuário de drogas pode ser condenado deve passar de cinco para 12 meses de serviço comunitário. E, no caso de usuários reincidentes, essa pena deve ser ampliada de 10 para 24 meses na opinião de 82,8% dos participantes.

Os dados foram coletados através de entrevistas telefônicas, entre os dias 4 e 25 de junho, com uma amostragem aleatória de 1.226 pessoas, distribuídas em todas as unidades da Federação. A margem de erro admitida é de três pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%, o que significa que, se forem realizadas 100 pesquisas usando a mesma metodologia, aproximadamente 95 terão os resultados dentro da margem de erro estipulada.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado_Lei-de-Drogas_Julho-de-2013.pdf

Pesquisa Online O cidadão e as manifestações populares

Período de Aplicação **2 a 25 de julho de 2013**

Total de Participantes	9.064
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Primeira pesquisa feita por internet pelo DataSenado, com parceria do PRODASEN, mostra aprovação da maioria dos internautas entrevistados às votações da pauta prioritária do Senado, incluindo o projeto que transforma corrupção e homicídio em crimes hediondos, passe livre para estudantes e a ficha limpa para cargos públicos. A maioria dos projetos votados pelos parlamentares em julho teve aprovação de mais de 60% dos entrevistados.

A pesquisa nacional foi aplicada durante o mês de julho, investigando assuntos debatidos no Parlamento e reivindicações apresentadas nas manifestações de rua. A sondagem foi feita por internet, com retorno de 9.064 questionários respondidos. Essas peculiaridades da pesquisa, no entanto, fazem com que o universo pesquisado não seja representativo da população brasileira, mas registro significativo do sentimento do grupo de usuários de internet e redes sociais.

Mesmo com medidas anunciadas pela Presidência da República e pelo Congresso, 42,8% dos respondentes acham que as manifestações vão aumentar; 33,7% acham que permanecerão iguais e 17,1% acreditam que diminuirão.

Dos nove mil internautas que responderam à pesquisa, 70,6% são homens, 82,6% são usuários de redes sociais, 59,1% têm ensino superior ou pós-graduação e 49,5% moram na região sudeste do País.

A pesquisa do DataSenado mostra grande expectativa com o resultado das pressões das ruas – 61,3% acreditam que o País deve mudar para melhor. Mais de 1/3 dos que responderam ao questionário enviado pelo DataSenado (39,1%) afirmaram ter participado das manifestações – 74,8% dos quais manifestam disposição de voltar às ruas, caso não aconteçam as mudanças desejadas.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_Cidadao_e_as_manifestacoes_populares_v2.pdf

Pesquisa Reforma Política

Período de Aplicação **29 de julho a 22 de agosto de 2013**

Total de Participantes **1.229**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O DataSenado realizou nas últimas semanas uma pesquisa para avaliar a opinião dos brasileiros a respeito de temas que compõem a chamada reforma política. Os resultados revelam que 84,1% dos brasileiros acreditam que mudanças na legislação sobre política, eleições e candidatos trazem vantagens para o País. Esse índice confirma tendência identificada em [pesquisa de 2011](#), quando a reforma política era defendida por 78,7% da população.

Os entrevistados foram instados a responder também sobre o sistema eleitoral: 58,6% aprovam o voto distrital; 77,9% optaram por votar no próprio candidato e não em listas fechadas, e 63,7% preferem o sistema majoritário para a eleição de deputados e vereadores. Quanto ao modelo de financiamento de campanhas, 48,6% disseram que as campanhas eleitorais deveriam receber apenas dinheiro privado.

Duas questões dividem a opinião dos brasileiros: as coligações partidárias e a unificação das eleições nacionais, estaduais e municipais. Metade dos respondentes se mostrou favorável a esses pontos, enquanto a outra metade, contrária.

A respeito da obrigatoriedade do voto, 68,8% afirmaram que o voto não deve ser obrigatório. Apesar disso, a maioria (78,9%) declarou que, mesmo em um cenário com voto facultativo, votaria nas próximas eleições.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas telefônicas entre os dias 29 de julho e 22 de agosto de 2013, com uma amostragem aleatória de 1229 pessoas distribuídas em todas as unidades da federação. A margem de erro é de 3 pontos percentuais.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Reforma_politica-2013n.pdf

Pesquisa Denúncias de Espionagem Americana

Período de Aplicação **18 a 30 de setembro de 2013**

Total de Participantes **811**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3,5 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A maioria dos brasileiros – 88,2% – teve conhecimento das denúncias sobre espionagem dos americanos feita contra autoridades brasileiras, inclusive a presidente da República, e defende apuração profunda dos fatos por considerar que o Brasil foi desrespeitado.

Os altos índices de conhecimento e indignação alcançam todas as classes sociais – 100% entre os que ganham mais de cinco salários mínimos tiveram conhecimento do fato e 81,9% entre os que declararam não possuir renda.

A convicção de que o Brasil foi desrespeitado é majoritária em todos os segmentos, alcançando 87,8% do total de entrevistados. O aprofundamento das investigações também é defendido por 85,2%, chegando a 89,3% no Nordeste.

Os números são de pesquisa telefônica do DataSenado, feita com 881 pessoas em todo o Brasil, entre os dias 18 e 30 de setembro. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais e o nível de confiança é de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Denuncias_de_espionagem.pdf

Pesquisa 25 anos da Constituição

Período de Aplicação **18 a 30 de setembro de 2013**

Total de Participantes **811**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3,5 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No ano em que a Constituição Federal de 1988 completa 25 anos, o DataSenado realizou pesquisa nacional para verificar o que pensam os brasileiros sobre a Carta Magna e sobre sua aplicação. Os dados foram coletados pelo Alô Senado, por meio de entrevistas telefônicas, entre os dias 18 e 30 de setembro de 2013, com uma amostragem aleatória de 811 pessoas distribuídas em todas as unidades da Federação. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais.

Os entrevistados foram indagados sobre qual norma introduzida ou ampliada pela Constituição consideravam a mais importante. Mais de um terço (34,3%) escolheu saúde como direito de todos. Em seguida, veio educação como direito de todos (27,8%) e liberdade de expressão (13,1%).

Os resultados da pesquisa demonstraram também que direitos, deveres e normas constitucionais precisam de mais divulgação entre os brasileiros. Isso porque pouco mais da metade dos entrevistados (50,8%) avalia ter conhecimento médio da Constituição, outros 35,1% afirmam ter baixo conhecimento, enquanto 7,8% julgam não ter conhecimento algum. Apenas 5,3% dos participantes declararam possuir elevado nível de conhecimento sobre o texto constitucional.

A pesquisa avaliou ainda se a população considera que o Brasil melhorou ou piorou após a promulgação e se ela acha que a Constituição é respeitada. Entre os entrevistados que declararam ter algum conhecimento da Constituição, 46,2% acham que o Brasil melhorou por causa dela. Apesar desta avaliação positiva, ampla maioria (84,1%) acredita que a Constituição não é plenamente respeitada no País.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-25_anos_CF.pdf

Pesquisa Federalização da Educação Básica	
Período de Aplicação	18 a 30 de setembro de 2013
Total de Participantes	811
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa do DataSenado mostra crescimento da insatisfação dos brasileiros com a gestão da educação, com os salários e com o processo de seleção dos professores. Cerca de 78,0% dos entrevistados concordam que a responsabilidade sobre a educação básica seja exclusiva do governo federal. Atualmente ela é compartilhada entre União, estados e municípios.

Também a maioria dos pesquisados – 65,2% – aprova a priorização de recursos para o ensino fundamental, enquanto a unificação dos salários e do processo seletivo dos professores é desejo de 83,0% e 87,9% dos entrevistados. Baixos salários e falta de qualificação dos professores são os principais problemas enfrentados pelo sistema de ensino para crianças em nosso País, segundo 31,7% e 20,8% dos entrevistados, respectivamente.

A pesquisa – solicitada pela Comissão de Educação do Senado Federal – evidencia ainda significativo crescimento entre os que avaliam negativamente a educação pública no Brasil. Em 2011, 37,0% escolheram as opções ruim ou péssima. Hoje são 53,8%. O índice dos que optaram por regular passou de 44,0%, dois anos atrás, para 36,6% agora. Já a classificação ótima ou boa alcançava 18,0% e atualmente fica na casa dos 9,0%.

Os dados foram coletados pelo Alô Senado, por meio de entrevistas telefônicas, entre os dias 18 e 30 de setembro, com 811 pessoas em todo o Brasil. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/DataSenado/pdf/datasenado/DataSenado_Relatorio_da_pesquisa_sobre_federalizacao_de_educacao_v3.pdf

Pesquisa Condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil

Período de Aplicação **28 de outubro a 25 de novembro de 2013**

Total de Participantes **1.007**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Na semana dedicada às pessoas com deficiência, pesquisa do DataSenado registrou as mudanças positivas e as dificuldades que persistem na vida de pessoas com deficiência física, visual e auditiva no Brasil. Foram entrevistadas 1.007 pessoas em todo o País, considerada a ponderação estatística.

Para 53,4% dos respondentes, a legislação existente torna mais fácil a contratação da pessoa com deficiência, sendo que 79,4% dos que trabalham na iniciativa privada acham que o seu empregador cumpre a Lei 8.213/1991, a qual estabelece o preenchimento de vagas para pessoas com deficiência nas empresas com mais de 100 empregados.

Foi registrado um crescimento de 11,5 pontos percentuais na quantidade de pessoas empregadas desse segmento da população. Em 2010, eram 55% e, agora, são 66,5% as pessoas com deficiência que exercem atividade remunerada; 48,9% delas nunca se sentiram discriminadas no ambiente de trabalho.

A garantia de espaço no mercado de trabalho caminha junto do aperfeiçoamento e da especialização: 73,8% dos respondentes já fizeram algum curso de formação para aumentar a chance de emprego, e 93,3% têm ensino médio ou superior. A integração, inclusive, é desejo majoritário dos brasileiros com deficiência – 71,0% afirmam que, se pudessem escolher onde estudar, optariam por uma classe comum em escola regular.

Para 73,5% dos pesquisados, a internet é hoje o principal meio de comunicação usado para buscar informações. Contudo, 53,7% querem que a TV seja o meio de comunicação a receber mais investimento para atender às pessoas com deficiência.

A mobilidade urbana mostra-se como grande vilã na rotina das pessoas com deficiência – para 68,1%, apenas uma minoria dos prédios públicos está adaptada às suas necessidades; 59,2% apresentam a mesma queixa em relação às ruas e calçadas, e 46,8% denunciam: o transporte público de suas cidades não atende bem às pessoas com deficiência.

Ao final da pesquisa, uma demonstração de que muito ainda precisa ser feito: na opinião de 80,1% dos pesquisados, os direitos da pessoa com deficiência não são respeitados no Brasil.

Esta é a segunda edição da pesquisa sobre o cotidiano, as dificuldades e as aspirações dos brasileiros com deficiência. Os dados foram coletados pelo Alô Senado dos dias 28 de outubro a 25 de novembro de 2013. A pesquisa contou com a parceria do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e da Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (Andef).

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Condicoes_de_Vida_das_Pessoas_com_Deficiencia_no_Brasiln.pdf

Pesquisa Copa do Mundo e PEC das Domésticas	
Período de Aplicação	14 a 26 de fevereiro de 2014
Total de Participantes	809
Abrangência	Nacional

Margem de erro **3,5 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Copa do Mundo

Pesquisa de opinião feita pelo DataSenado a pedido da revista Em Discussão! mostra um País dividido entre o sentimento de orgulho e o de rejeição em sediar o maior evento do futebol mundial. Se 60% acham que realizar a Copa no Brasil é motivo de orgulho para o povo brasileiro, 76% consideram que os gastos com estádios estão acima do necessário, e 86% acreditam que os recursos públicos destinados ao evento teriam melhor aproveitamento em outras áreas, como saúde, educação e segurança pública.

Outros dados do levantamento deixam clara a divisão da população com relação à Copa. Dos entrevistados, 42% aprovam a realização do Mundial no País, enquanto 40% desaprovam. Um empate técnico, tendo em vista que a margem de erro da pesquisa é de 3,5 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Da mesma forma, não há uma tendência clara na avaliação dos benefícios que a Copa pode trazer ao País: 49% acham que haverá um legado positivo, enquanto outros 49% acreditam que não. A percepção é confirmada quando os entrevistados opinam sobre as obras feitas por causa do evento. Para 43%, construções e reformas em estádios, aeroportos e na mobilidade urbana, por exemplo, vão ajudar o País – número bem próximo dos que acham que as obras não farão diferença (42%).

A polarização se repete quando as pessoas são indagadas sobre a imagem do Brasil no exterior: enquanto 29% acham que vai melhorar, 28% avaliam que vai piorar (para 40% permanecerá inalterada).

As regiões Norte e Nordeste tendem a dar mais apoio à Copa. O evento também é mais popular entre homens, entre os que têm renda mais baixa e menor escolarização. Por outro lado, moradores do Sul e do Sudeste, mulheres, os que ganham mais de dez salários mínimos, têm nível superior e os moradores de cidades-sede são mais críticos com relação ao Mundial e aos resultados do evento.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Copa_do_Mundo_de_Futebol_2014.pdf

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PEC das Domésticas

Pesquisa DataSenado constatou que 84% dos brasileiros têm conhecimento da promulgação da chamada PEC das Domésticas e que, desses, 85% aprovam a medida que concedeu novos direitos para a categoria dos trabalhadores domésticos. Em abril de 2013, em pesquisa realizada imediatamente após a promulgação da emenda, o DataSenado havia registrado aprovação por parte de 81% dos entrevistados – o índice atual é, portanto, 4 pontos percentuais maior. De maneira diversa, o percentual de pessoas que afirmam conhecer a PEC diminuiu do ano passado para cá, mas ainda soma ampla maioria: eram 96% em 2013, e agora são 84%. O apoio à PEC está acima de 78% em todos os níveis de renda e é ainda maior nas camadas mais pobres da população, chegando a 93% entre as pessoas que declaram não possuir renda individual.

Se, à época de sua aprovação, o texto gerava dúvidas entre os empregadores e também entre os próprios empregados domésticos, agora os efeitos da PEC estão se tornando cada vez mais claros. De acordo com o DataSenado, maioria de 62% dos entrevistados que conhecem a PEC avalia positivamente os resultados da mudança na legislação, afirmando que ela tornou mais fácil a vida do trabalhador doméstico. Para 23%, a vida desse trabalhador permaneceu igual, enquanto 12% acham que ela piorou.

Nesse aspecto, também a avaliação das classes de baixa renda é mais positiva. Ao olhar o recorte por renda, o DataSenado verificou que, para os grupos de pessoas sem renda ou que ganham até 2 salários mínimos, respectivamente 74% e 68% acham que a vida dos trabalhadores domésticos melhorou com a aprovação da PEC – valores bem acima da média dos outros grupos.

Como era de se esperar, o aumento na dificuldade de contratar trabalhadores domésticos após a aprovação da PEC é apontado com mais intensidade por estratos de alta escolaridade e renda. No grupo que concluiu o ensino superior, por exemplo, 67% dos entrevistados sustentam que a aprovação da PEC dificultou a contratação do trabalhador doméstico; entre os que ganham mais de 5 salários mínimos, são 69% os que partilham dessa opinião. Ao todo, somaram 20% os que afirmaram que a contratação ficou mais fácil após as novas regras, sendo que para 24% não houve diferença.

Alguns dos direitos trazidos pela PEC das Domésticas que ainda precisam ser regulamentados têm aprovação quase que unânime da população. Com efeito, FGTS (97%), seguro-desemprego (96%), seguro contra acidentes de trabalho (95%), intervalo para refeições (94%) e adicional noturno (92%) receberam amplo apoio na sondagem. Já o salário-família, pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, foi um pouco mais controverso, mas ainda assim teve alto índice de aprovação: 78%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Um_ano_de_PEC_das_domesticas.pdf

Pesquisa Legalização da Maconha	
Período de Aplicação	6 de junho a 7 de julho de 2014
Total de Participantes	1.106
Abrangência	Nacional

Margem de erro **3 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O debate sobre a liberação e regulação da maconha no Brasil ganhou força no Congresso Nacional após sugestão popular recebida pelo Portal e-Cidadania no início do ano. Ao obter mais de 20 mil manifestações de apoio, a proposta foi enviada para exame à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. O tema é polêmico e, buscando contribuir com o debate, o DataSenado realizou pesquisa de opinião sobre o assunto.

O levantamento revelou que 57% dos brasileiros são a favor da legalização da maconha para fins medicinais, sendo que 9% declaram-se ainda a favor da liberação para qualquer fim; os outros 48% são a favor da legalização exclusivamente para uso medicinal e, na opinião de 42%, a substância deve continuar totalmente proibida, como é hoje.

Na análise por religião/crença, é possível perceber pontos de vista antagônicos: dos entrevistados que se declararam evangélicos, por exemplo, 44% são a favor da legalização para fins terapêuticos, número que sobe para 72% entre os que afirmam não ter religião ou crença. Quanto à avaliação por região do País, a diferença de opiniões ocorre de forma mais sutil. Se no Sul 64% dos entrevistados aprovam a legalização para uso medicinal, no Centro-Oeste são 45% os que têm a mesma opinião.

A maconha é considerada porta de entrada para drogas mais pesadas por 82% da população. Além disso, maioria de 67% acredita que o tráfico de drogas não diminuiria após a legalização, bem como 77% acham que o número de usuários de Cannabis acabaria aumentando se a erva fosse liberada para consumo recreativo.

Quando questionados se conheciam alguém que fuma ou já fumou maconha, 78% dos entrevistados afirmaram que sim. No entanto, apenas 7% declararam já ter fumado a droga, disparidade que pode ser explicada pelo fato de o assunto ainda ser tido como tabu no Brasil. Muitos entrevistados podem se sentir desconfortáveis em responder a uma pergunta delicada ou admitir que fazem uso de uma substância proibida.

Ao comparar o cigarro de maconha com duas drogas lícitas, registra-se que 50% dos brasileiros acham-no tão prejudicial à saúde quanto o cigarro de tabaco, enquanto 22% acreditam que a erva faz menos mal à saúde. Com relação ao álcool, o percentual dos que acham que a maconha é igualmente prejudicial à saúde sobe para 59%, e o dos que acham que ela é menos prejudicial perfaz 17% do total.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Legalizacao_da_maconha.pdf

Pesquisa Mulheres na Política	
Período de Aplicação	12 de agosto a 3 setembro de 2014
Total de Participantes	1.091
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

“Você prefere votar em homens ou em mulheres?” Essa não é uma questão relevante na escolha dos brasileiros sobre quem querem eleger. Para 83% da população, o sexo do candidato não faz diferença na hora de votar. Para reforçar que não levam em conta o sexo, 79% alegam já ter votado em alguma mulher para ocupar um cargo político.

Isso é o que revela a recente pesquisa do DataSenado, em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher, sobre a participação e a representação da mulher na política brasileira. A pesquisa – primeira do gênero realizada no País – foi feita entre os dias 12 de agosto e 3 de setembro, com abrangência nacional.

O fato de já termos eleito uma mulher para a Presidência da República fortaleceu o contexto favorável à eleição de mais mulheres na política brasileira: para 65% dos entrevistados, a eleição da presidenta influencia o eleitorado a votar em mais mulheres. Essa influência se confirma nas pesquisas eleitorais para presidente: temos duas mulheres entre os três candidatos mais bem cotados.

Se o eleitorado não demonstra ter restrições quanto ao sexo dos candidatos, se afirma já ter votado em mulheres e ainda crê que o fato de haver uma presidente mulher estimula o voto em mais mulheres, o que explica então a baixa representatividade das mulheres na política?

Com o objetivo de obter a resposta, a parcela feminina foi convidada a opinar sobre qual o principal motivo que leva uma mulher a não se candidatar para um cargo político. Para 41% das respondentes, a falta de apoio dos partidos políticos é a principal razão para as mulheres não se candidatarem, seguida da falta de interesse por política (23%) e da dificuldade de concorrer com um homem (19%).

A pesquisa, também, constatou que projetos de lei que buscam conferir maior igualdade entre os sexos têm a aprovação da maioria dos entrevistados. A proposta de paridade entre os sexos nas listas de candidatos dos partidos – ou seja, metade das vagas nas listas para os homens e metade para as mulheres –, por exemplo, recebeu apoio de 71% dos entrevistados.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa_Mulheres_na_Politica.pdf

Pesquisa "CCT Banda Larga"

Período de Aplicação **29 de outubro a 12 de novembro de 2014**

Total de Participantes **809**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3,5 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Entre os pesquisados, apenas 22% ainda não têm acesso à internet em seus domicílios, índice que cresce para 43% no Norte do País e cai para 11% no Sul. É o que revela pesquisa telefônica do DataSenado feita por solicitação da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que ouviu 809 pessoas residentes em todos os estados brasileiros, excluindo as capitais. As entrevistas foram realizadas de 29 de outubro a 12 de novembro, com maiores de 16 anos.

As principais causas apontadas para justificar a ausência de internet em casa foram: não ter computador na residência, que alcança 28% dos sem internet, seguida pelos 26% que não têm internet disponível na região e 25% que não têm dinheiro para pagar pelo serviço. Outros 12% disseram não ter interesse pelo acesso à rede.

A pesquisa também registrou que o acesso diário à internet é majoritário entre os respondentes – dos 78% que estão conectados em suas residências, 92% desses acessa a rede todos os dias. A conexão via cabo é utilizada por 36% e a linha telefônica por 32%. Outros 15% utilizam modem de telefonia móvel, 8% rádio e 3% satélite.

Os de maior escolaridade usam mais internet – apenas 17% dos pesquisados que concluíram o ensino superior não têm conexão doméstica de internet. Entre os que têm apenas o ensino fundamental esse índice é de 43%.

A internet é também o meio mais usado para acessar páginas de órgãos públicos – utilizada por 68% dos respondentes, de acordo com a pesquisa.

O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), criado em 2010, pelo Governo Federal, para levar o acesso à internet às regiões mais carentes, é conhecido por um terço dos entrevistados – 33%. Intensamente debatido pela CCT, em 2014, o PNBL motivou a realização desta pesquisa.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Qualidade_da_Internet_Banda_Larga.pdf

Pesquisa Auxílio Reclusão	
Período de Aplicação	4 a 29 de dezembro de 2014
Total de Participantes	1.089
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa do DataSenado concluiu que 65% dos brasileiros já ouviram falar sobre auxílio-reclusão, enquanto 35% afirmaram não conhecer, nem de ouvir falar, o termo auxílio-reclusão.

Observando os grupos por segmentos, verifica-se que, na fatia com mais escolaridade (ensino superior completo), 80% já ouviram falar do benefício, por outro lado apenas 39%, dos que têm até o ensino fundamental, já ouviram falar do termo.

Na análise por rendimento, entre os que não têm renda e os que ganham até dois salários mínimos, 53%, em cada grupo, afirmaram ter ouvido falar do auxílio-reclusão. Esse percentual sobe nas fatias com maior poder aquisitivo. Com efeito, 74%, dos que percebem mais de dois a cinco salários, conhecem o benefício. Já, entre os que recebem mais de cinco a dez e mais de dez salários, o percentual, dos que declararam ter ouvido falar do auxílio, alcançou 81% e 76% dos respondentes, respectivamente.

O auxílio-reclusão foi instituído pela lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991. É uma ajuda concedida aos dependentes do preso em regime fechado ou semiaberto que contribuía para a Previdência Social. O dependente deve comprovar trimestralmente a condição de presidiário do segurado e o é suspenso no caso do preso obter sua liberdade, fugir ou ter progressão de pena para o regime aberto.

O valor pago mensalmente não pode ultrapassar o teto definido pela Previdência e não varia conforme o número de dependentes. O auxílio é dividido entre os beneficiários — que são: cônjuge ou companheira(o), filhos menores de 21 anos ou inválidos, pais ou irmãos não-emancipados menores de 21 anos ou inválidos. O objetivo é garantir a sobrevivência da família na ausência temporária do provedor. No caso do segurado falecer o benefício se converte automaticamente em pensão por morte. O valor é calculado de acordo com a média dos valores do salário de contribuição recolhidos.

Dentre os que conhecem o benefício, 71% são contra o seu pagamento às famílias dos presidiários, já 28% disseram ser a favor do auxílio-reclusão.

A pesquisa mostrou que o percentual de aprovação ao benefício é maior entre as pessoas de baixa renda, contudo mesmo nesses estratos a reprovação é majoritária: 60% das pessoas sem renda própria e 67% das pessoas que recebem até dois salários mínimos são contra o auxílio.

Com relação à escolaridade dos entrevistados, a rejeição do benefício pago pelo governo não varia significativamente. Aparentemente, os estratos mais escolarizados tendem a uma maior rejeição, mas os valores ficam dentro da margem de erro da pesquisa.

Os respondentes que se manifestaram contra o auxílio-reclusão foram convidados a apontar o principal motivo pelo qual são contra o benefício. A maioria, 54%, mencionou considerar o benefício um incentivo à prática de crimes. O segundo principal motivo, apontado por 35% dos respondentes contrários ao auxílio, foi o fato de acharem que os outros contribuintes não devem arcar com esses custos. Em terceiro lugar, parcela menor, 8%, acredita que a família do preso não deve receber benefícios.

Da mesma forma, os que citaram concordar com o pagamento do benefício foram instigados a dizer por que apoiam o auxílio-reclusão. Entre as opções apresentadas, as opiniões ficaram divididas. De fato, para 34% a família não pode ser punida pelo crime do preso, enquanto para 33%, os familiares não podem ficar desamparados. Por fim, 32% defenderam ser um direito da família do preso, que contribuía para a Previdência Social.

Relatório completo disponível em:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/copy_of_Relatriomodeloauxilioreclusov4.pdf

Pesquisa Energia no Brasil: alternativas e cenários futuros	
Período de Aplicação	3 de fevereiro a 2 de março de 2015
Total de Participantes	1.166
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais

Nível de confiança 95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Parceria do DataSenado com a Universidade de Columbia revela atenção e extrema preocupação dos brasileiros com a questão energética no País.

Investir em energias alternativas? Optar por fontes baratas, mas poluentes? Aumentar a conta de luz, para regular o consumo? Como e que energia consumir sem degradar o meio ambiente?

O DataSenado responde essas e outras perguntas em pesquisa nacional inédita, feita em parceria com a Universidade de Columbia, dos EUA, que revelou um brasileiro tão consciente e preocupado com a degradação do meio ambiente que prefere até pagar mais na conta de luz para ter energia limpa, como a eólica e a solar, por exemplo.

A maioria dos pesquisados manifestaram “muita” preocupação com a poluição do ar – 88% – e com as mudanças climáticas – 86%. Atentos ao futuro do planeta, 85% dos entrevistados também defendem mais e melhores investimentos do Estado em fontes alternativas de energia.

A pesquisa coletou opiniões de 1.166 brasileiros maiores de 16 anos e com acesso à telefonia fixa, em todo o território nacional, sobre políticas energéticas adotadas no País, além de investigar as percepções da população sobre inovações tecnológicas e a atuação do Estado na área. O nível de confiança da pesquisa é de 95% e a margem de erro admitida é de três pontos percentuais, para mais ou para menos.

Um dos pontos averiguados foi que simplesmente aumentar a conta de luz não é a solução para economizar energia: 79% discordaram do aumento da conta para o brasileiro e 55%, para as indústrias. No entanto, as medidas para incentivar o uso de tecnologias que ajudem a economizar e evitar desperdício, mesmo que mais caras, receberam concordância da maioria dos participantes.

Também constatou-se que 65% discordam de mais investimentos em usinas nucleares, 56% apoiam mais investimentos em hidrelétricas 77% manifestaram concordância com o financiamento de energia solar e eólica com dinheiro de impostos.

Relatório completo disponível em:

<http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/EnergiaEltricoBrasilv7.pdf>

Pesquisa Reforma Política- 2015

Período de Aplicação **28 de abril a 12 de maio de 2015**

Total de Participantes **1.100**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3,5 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa realizada pelo DataSenado revela que a maioria dos brasileiros – 59% – sabe que a Reforma Política está em discussão no Congresso. Também maioria expressiva – 80% dos 1.100 entrevistados em todo o Brasil – considera que a reforma trará vantagens ao País. Esse resultado confirma tendência já observada em outras duas pesquisas realizadas pelo DataSenado com perguntas similares: 79%, em 2011, e 84%, em 2013, afirmaram que uma reforma política traria vantagens para o País.

Realizada de 28 de abril a 12 de maio, a pesquisa telefônica nacional foi proposta pelo senador Fernando Collor de Melo (PTB/AL), que preside o Conselho de Estudos Políticos do Senado e tem projeto para uma reforma política ampla.

Duração de quatro anos para todos os mandatos tem preferência de 74% dos entrevistados, enquanto apenas 7% concordam com a regra atual de mandatos diferenciados: 8 anos para senadores e 4 anos para os demais cargos. Para 55%, as eleições devem ser unificadas, acontecendo ao mesmo tempo para todos os cargos; já 22% preferem a realização das eleições nos moldes atuais.

A pesquisa aponta ainda preferência para que seja limitada a quantidade de reeleições nos cargos legislativos: 55% optaram por apenas uma reeleição, por outro lado 31% preferem um único mandato sem direito à reeleição e 13% apoiam a regra atual de reeleições ilimitadas.

Quanto ao voto obrigatório, 70% dos pesquisados manifestaram-se contra, rejeição que chega a 77% e 73% entre os de maior renda e escolaridade, respectivamente. O cenário muda em se tratando de jovens: 58% dos respondentes entre 16 e 19 anos preferem o voto obrigatório.

Enquanto 84% dos pesquisados defendem a perda de mandato para os parlamentares que assumirem cargos públicos no Poder Executivo, a renúncia ao mandato para disputar outro cargo eletivo divide opiniões – 50% a favor e 50% contra.

A maioria, 84% dos pesquisados, defende a proibição de agressões nas propagandas eleitorais, 88% querem a limitação dos gastos com propaganda e 95% defendem o fim de fórum especial para julgamentos de políticos.

Foram ainda majoritárias as opções pela redução do número de deputados e de senadores – 91% querem apenas 300 deputados federais e 88% defendem redução do número de senadores de três para dois por estado. Também 88% optaram pela escolha por votação dos suplentes de senadores, índice que chega a 99% entre os com renda maior do que dez salários mínimos.

Relatório completo disponível em:

<http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/RelatorioReformaPolitica2015v5.pdf>

Pesquisa Estatuto da Criança e do Adolescente

Período de Aplicação **26 de maio a 9 de maio de 2015**

Total de Participantes **1.092**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3,5 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa nacional do DataSenado revela que a maioria dos brasileiros (98%) sabe da existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas 69% consideram-se mal informados sobre os direitos previstos nele e 54% ainda avaliam que o Estatuto ajuda pouco na proteção de crianças e adolescentes.

Já 36% dos pesquisados acreditam que o ECA ajuda muito na proteção dos menores. Entre os entrevistados de 16 a 19 anos essa avaliação positiva alcança 57%, e cai para 20%, entre os maiores de 60 anos.

Esses índices permaneceram estáveis em relação ao levantamento realizado sobre o tema em 2010, quando 52% avaliaram que o Estatuto ajuda pouco na proteção dos jovens e 36% afirmaram que ajuda muito.

Tema social em pauta nos últimos meses, a redução da maioridade penal foi defendida por 85% dos participantes, enquanto 14% se posicionaram contra a mudança. Não há, no entanto, unanimidade em relação ao tamanho da redução pretendida. Grande parte, 42%, aponta como ideal a redução dos 18 para 16 anos; 24% para os 14 anos e 19% querem redução para os 12 anos.

Em relação à pesquisa de 2010, cresceu a sensação de impunidade para com jovens infratores. Hoje 64% dos pesquisados avaliam que os menores que desrespeitam as leis não são punidos. Em 2010, 50% manifestaram essa opinião.

A pesquisa também avaliou a opinião dos cidadãos a respeito da ampliação do tempo máximo de internação para jovens infratores, que hoje é de três anos. A grande maioria, 80%, se posicionou a favor de aumentar esse tempo para seis anos. Entre os entrevistados de 16 a 19 anos, 85% defendem esse aumento. Também, na opinião de 95% dos participantes, a pena para adultos que corrompam ou facilitem corrupção de menores deve ser ampliada para mais de quatro anos.

Embora 97% dos entrevistados afirmem que fariam denúncia caso presenciassem algum tipo de violência contra menor, apenas 3% apontaram as Delegacias da Criança e do Adolescente como o primeiro local a ser procurado para apresentar tal denúncia. Outros 56% iriam primeiro à polícia ou a delegacias comuns e 24% aos Conselhos Tutelares

A pesquisa telefônica do DataSenado contou com o apoio da Ouvidoria e foi realizada de 26 de maio a 9 de junho, com 1.092 pessoas, com 16 anos ou mais, de todo o Brasil.

Relatório completo disponível em:

<http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/RelatorioECA2015v5.pdf>

Pesquisa Violência doméstica e familiar

Período de Aplicação **24 de junho a 7 de julho de 2015**

Total de Participantes **1.102**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3,5 pontos percentuais**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Cem por cento das brasileiras sabem da existência da Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, que tem o objetivo de proteger as mulheres da violência doméstica e familiar. Mas, parcela expressiva ainda se sente desrespeitada, e uma em cada cinco já sofreu algum tipo de violência; dessas mulheres, 26% ainda convivem com o agressor. Os agressores mais frequentes ainda são os que têm ou já tiveram relações afetivas com a vítima: praticamente metade dessas mulheres (49%) teve como agressor o próprio marido ou companheiro, e 21%; o ex-marido, ex-companheiro ou ex-namorado. Nem todas as agredidas denunciam ou procuram ajuda, mas 97% das entrevistadas defendem que os agressores devem ser processados ou punidos, ainda que sem a concordância da vítima.

Esse retrato de persistentes agressões e desrespeito é revelado na recente pesquisa do DataSenado, realizada de 24 de junho a 7 de julho, quando 1.102 brasileiras foram ouvidas, na sexta rodada da série histórica sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. Esse trabalho é feito desde 2005, a cada dois anos, com mulheres de todos os estados do País. Sobre o aumento da violência, os índices permaneceram estáveis quando comparados com os levantamentos anteriores. Com efeito, para 63% das respondentes, a violência doméstica e familiar cresceu; 23% afirmaram que continuou igual e para 13% a violência contra a mulher diminuiu. As agressões físicas ainda são majoritárias entre os tipos de violências praticadas contra as mulheres, uma vez que 66% das vítimas disseram ter sofrido esse tipo de agressão. A violência psicológica registrou crescimento de 10 pontos percentuais – 48%, agora, contra 38%, em 2013. Em contrapartida, houve redução da violência moral – de 39%, em 2013, para 31%, agora. O ciúmes e o consumo de bebidas alcoólicas são os principais desencadeadores das agressões – 21% e 19%, respectivamente.

Apesar de ainda existir quem, por motivos pessoais, opte por não fazer nada, a maior parte das pesquisadas procurou alguma forma de auxílio: 20% buscaram apoio da família, 17% formalizaram denúncia em delegacia comum e 11% denunciaram em delegacia da mulher. As mais agredidas são as que

têm menor nível de instrução – 27% entre as que cursaram até o ensino fundamental; 18% até o ensino médio e 12% com curso superior. No universo das que sofreram violência, 26% continuam convivendo com o agressor; 23% sofrem hostilidades semanais e 67% são vítimas de violências raramente.

Relatório completo disponível em:

http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/Relatrio_Violncia_Mulher_v9formatado.pdf

CCT- Programa Ciência sem Fronteiras	
Período de Aplicação	1 a 28 de setembro de 2015
Total de Participantes	1.092
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal (CCT) solicitou ao DataSenado aplicação de pesquisa de opinião com os beneficiários do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado em 2011 para impulsionar a competitividade brasileira por meio da promoção de intercâmbio acadêmico com bolsas de estudo em instituições de excelência no exterior para alunos e pesquisadores.

O intercâmbio acadêmico vem sendo estimulado em grande escala por vários países. No biênio 2010/2011, por exemplo, 8.700 estudantes brasileiros foram para os EUA, contra 158 mil chineses, 104 mil indianos e 73 mil coreanos, segundo dados do Instituto Internacional de Educação (IIE). Com a criação do Programa, a expectativa era chegar a cerca de 100 mil estudantes brasileiros no exterior.

Assim, para avaliar o Programa Ciência sem Fronteiras sob a ótica de seus beneficiários em relação a aspectos como a qualidade de ensino das instituições estrangeiras, a possibilidade de transferência de conhecimento adquirido, o processo seletivo e mecanismos de acompanhamento e controle do programa, o DataSenado realizou, de 1º a 28 de setembro, pesquisa por *e-mail* com bolsistas e ex-bolsistas cadastrados na base de dados da Capes e do CNPq.

Perfil dos participantes

Ao todo, 14.627 estudantes responderam à pesquisa, sendo 9.563 beneficiados pela Capes e 5.064 pelo CNPq. 26% dos participantes eram bolsistas e 74%, ex-bolsistas. A maior parte, 52%, fizeram ou estão fazendo intercâmbio na Europa, 39% na América, 7% na Oceania, 2% na Ásia e 1% na África. A maioria, 64%, tem até 25 anos, 17% têm de 26 a 30 anos e 12%, 31 anos ou mais. Do total de respondentes, 3% não possuem renda familiar. Outros 11% são de famílias com renda de até 2 salários mínimos, um quarto estão na faixa de 2 a 5 salários; 24% possuem renda de 5 a 10 e, 22%, superior a 10 salários mínimos.

Ciência sem Fronteiras é bem avaliado pelos bolsistas e ex-bolsistas

Dos entrevistados, 92% declararam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o Programa. E, ainda, para 85% deles, a experiência de estudar no exterior foi ótima. Outros 12% avaliaram a experiência como boa.

Aprofundar conhecimentos na sua área de formação foi a principal motivação para a maioria tanto de atuais bolsistas (66%) quanto de ex-bolsistas (60%) do CsF.

Cursos no exterior são aprovados por brasileiros

Para 84%, a qualidade do curso nas instituições estrangeiras de ensino é boa ou ótima. Além de avaliarem positivamente as universidades, 58% dos participantes afirmam que, após o período de intercâmbio acadêmico, ganharam fluência na língua do País onde estudaram. Outros 27% dizem já ter partido do Brasil com domínio da língua necessária para o intercâmbio.

Ex-bolsistas mantém contatos acadêmicos no exterior

Quando inquiridos sobre se ainda mantêm contatos acadêmicos no exterior, 67% dos ex-bolsistas afirmam que sim.

Os participantes de engenharias ou áreas tecnológicas foram os que menos afirmaram ainda manter tais contatos: 61%, contra 70% daqueles na área de ciências exatas e da Terra e 75% em biologia, ciências biomédicas ou da saúde.

Maioria teve oportunidade de transferir conhecimento após intercâmbio

Quando questionados sobre a transferência, ou não, de conhecimentos adquiridos ao retornar ao Brasil, 68% afirmaram ter tido a oportunidade de repassar os conhecimentos adquiridos a colegas e professores. Os ex-bolsistas de biologia, ciências biomédicas ou da saúde foram os que mais tiveram essa chance, 73%, contra 64% da área de engenharias e tecnologias.

Também importante foi o estímulo dos bolsistas para estudar mais: 59% dos que ainda estão no exterior e 53% dos que já finalizaram do intercâmbio dedicam-se mais ao estudo após a experiência com o Programa. No entanto, 24% dos beneficiados manifestaram o desejo de seguir carreira no exterior. Outros 53% afirmaram que preferem seguir carreira profissional no Brasil.

Acompanhamento e avaliação do intercâmbio

Apenas 31% dos atuais bolsistas já enviaram algum relatório à Capes ou ao CNPq. Já entre os que terminaram o estágio no exterior, 66% afirmam ter enviado relatórios durante o Programa.

Ainda entre os que já terminaram o Programa, 76% afirmaram não ter recebido retorno da Capes ou do CNPq sobre a avaliação da sua experiência no exterior. Apenas 11% receberam tal retorno.

Apreciação da conclusão do curso

Apesar da exigência de entrega final de relatório técnico-científico após conclusão, apenas 33% dos ex-bolsistas indicaram ter recebido orientação adequada para cumprir tal exigência. A maioria afirma não ter sido orientada adequadamente (55%) e outros 12% não souberam ou preferiram não responder à pergunta.

Tal relatório foi encaminhado à Capes ou CNPq por 64% dos participantes ex-bolsistas, dos quais 25% declararam ter recebido algum retorno dessas instituições.

Relatório completo disponível em:

http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/RelatrioDataSenado_CinciasemFronteiras.pdf

Reforma Política 2- 2015

Período de Aplicação **22 de setembro a 5 de outubro de 2015**

Total de Participantes **1.092**

Abrangência **Nacional**

Margem de erro **3,5 pontos percentuais**

Nível de confiança **95%**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa realizada pelo DataSenado, em setembro/outubro, novamente, aponta majoritário apoio à reforma política e pressa nas mudanças – 91% dos entrevistados defendem que novas regras tenham validade já nas eleições de 2016.

Os pesquisados querem redução nos gastos eleitorais, além de agravamento nas penas e multas para doadores e recebedores de doações ilegais. Assim, 87% defendem impedimento de disputar eleições para partidos que ultrapassem limites de gastos da campanha anterior; e 84% apontam: empresas que façam doações ilegais não poderão ter contratos com governos e órgãos públicos.

Como o registrado em pesquisas anteriores sobre o tema, a maioria sabe que propostas de reforma política estão sendo debatidas no Congresso Nacional. A fidelidade partidária é defendida por 72% dos respondentes que apontam: trocas de partido só podem ocorrer ao final do mandato e 91% consideram que isso só deva ser autorizado quando houver flagrante contradição nos ideários dos partidos coligados.

Para 77% dos pesquisados também as coligações com partidos de programas distintos podem justificar trocas de legenda. E 55% são contrários às coligações partidárias.

87% aprovam a criação do “voto destituente”, quando eleitores votam para destituir políticos que não agirem direito no exercício dos cargos para os quais foram eleitos. Possibilidade não prevista nas leis brasileiras.

A maioria dos pesquisados defende aumento das idades mínimas para candidaturas. Assim, por exemplo, para concorrer a Presidente da República e a senador seriam obrigatórios 40 anos – cinco a mais do que o estabelecido hoje; 35 para candidatos a governadores; 31 para prefeitos e deputados federais; 30 para deputados estaduais e distritais, e 21 para vereadores.

Questões relativas às candidaturas avulsas e financiamento de campanhas dividiram opiniões - 52% são contrários à possibilidade de candidatos sem filiação partidária; 45% são a favor; 56% aprovam uso de recursos privados e públicos nas campanhas eleitorais e 46% são contrários ao uso de recurso público e 37% são a favor. A maioria - 55% - aprova que tanto pessoas jurídicas quanto físicas possam doar recursos para partidos e candidatos.

A pesquisa do DataSenado, feita por solicitação do senador Fernando Collor de Melo (PTB-AL), autor de projeto sobre o tema, foi realizada de 22 de setembro a 5 de outubro, ouvindo 1092 maiores de 16 anos, em todos os estados brasileiros e no DF.

Relatório completo disponível em:

http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/copy_of_RelatrioReformaPolitica_v4.pdf

Violência contra a juventude negra	
Período de Aplicação	16 a 27 de outubro de 2015
Total de Participantes	1.097
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Segundo dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM), as mortes de jovens com 18 a 24 anos representam 29% dos homicídios em 2013 no Brasil. E a violência atinge mais jovens negros: 78% dos jovens de 18 a 24 anos vítimas de homicídios em 2013 eram negros.

O DataSenado, em 2012, firmou parceria com a então Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR) e realizou pesquisa para analisar a percepção dos cidadãos sobre esse tema. Com o intuito de dar segmento a esse estudo, nova pesquisa foi realizada, de 16 a 27 de outubro de 2015, sobre a violência contra a juventude negra. Foram ouvidas 1.097 pessoas de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal.

A maioria dos brasileiros - 71% - acredita que os negros são as grandes vítimas da violência no País. Apenas 17% dos respondentes acham que a violência atinge pessoas independente da sua cor ou raça. Além do reconhecimento de que os negros são os que mais sofrem com a violência, para a grande

maioria dos entrevistados (64%), as vítimas têm idade entre 13 a 24 anos. Questionados sobre quem comete a maioria dos atos de violência, 43% dos entrevistados responderam que são pessoas de cor branca; 30% afirmam serem pessoas negras. Para 19%, a cor não faz diferença.

Violência contra jovens é atribuída principalmente às drogas

Na opinião de 29% dos participantes, a violência contra a juventude é atribuída principalmente às drogas. Para outros 28%, a impunidade é o principal motivo dessa violência, seguido pela educação ruim nas escolas (24%). Além de opinarem sobre quais seriam as principais causas dos atos de violência, os entrevistados deram sua opinião sobre as principais causas para a morte dos jovens brasileiros. Uso de drogas é apontado como principal causa (52%). Na pesquisa anterior, aplicada em 2012, o uso de drogas era a principal causa para 56% dos respondentes. O percentual dos que acreditam ser o assassinato a principal causa da morte dos jovens subiu 10 pontos, de 20% para 30% entre 2012 e 2015.

Jovens negros são os que morrem mais. Realidade desconhecida.

Apesar de a pesquisa DataSenado evidenciar que a população brasileira reconhece os jovens e os negros, separadamente, como sendo as maiores vítimas de atos violentos no Brasil, 77% dos respondentes acreditam que a cor da pele não faz diferença em relação às mortes de jovens.

O dado revela a diferença entre a percepção da população e realidade brasileira, pois, segundo o Mapa da Violência, divulgado em 2015, houve uma redução nas taxas de homicídio de brancos e crescimento significativo nos homicídios de negros. A morte de negros em 2002 era 1,7 vezes a morte de um branco. Já em 2012, essa taxa duplicou: a proporção de homicídios de negros foi de 2,5 vezes a morte de brancos.

Combate ao racismo passa pela melhoria da educação

Na opinião de 46% dos entrevistados, a principal ação do governo para combater o racismo deve ser a melhoria do ensino no Brasil. Essa medida também foi a mais apontada, em pergunta semelhante, em 2012: 36% dos participantes. Garantir o cumprimento das leis foi a ação escolhida por 21%, enquanto 18% acreditam que deve haver mudança nas leis. As campanhas de conscientização foram apontadas por 11% dos respondentes.

Relatório completo disponível em:

http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/RelatrioViolnciacontraajuventudenegra_versofinal2.pdf

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CIDADÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PADRÕES DE QUALIDADE DO ATENDIMENTO FIXADOS NA CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO OU EM OUTROS INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS.

Pelos motivos expostos no item III do presente relatório, não foram realizadas avaliações de desempenho da Ouvidoria no período. As avaliações, entretanto, estão contempladas na modelagem da ferramenta tecnológica e previstas como parte integrante do atendimento.

Entretanto, em relação aos padrões de qualidade adotados no atendimento ao cidadão, várias ações foram tomadas em cumprimento às diretrizes do Decreto nº 6.932, de 2009, como a racionalização de métodos e procedimentos de controle, a modelagem e implementação de uma nova metodologia de trabalho, a unificação dos canais de atendimento, a criação de uma rede de relacionamento com outros órgãos da Casa, além da busca de uma solução tecnológica de gestão integrada do atendimento ao cidadão.

Com a adoção de nova metodologia de atendimento, as manifestações passaram a receber um tratamento que inclui análise de conteúdo, identificação de destinatários específicos e envio de respostas em prazo inferior ao estabelecido regimentalmente. A Ouvidoria do Senado encerrou o ano de 2015 com os seguintes números:

- 61.392 manifestações recebidas, sendo 41.079 tratadas em primeiro nível (0800) e 20.313 em segundo nível (respondidas pelo pós-atendimento ou encaminhadas aos órgãos solucionadores);
- 60.957 manifestações respondidas;
- 435 manifestações pendentes, ainda dentro do prazo de resposta;
- Desde a implantação da nova metodologia, abril de 2015, são registradas, em média, 5.600 manifestações, por mês;

- Mais de 3.400 manifestações, em média, respondidas prontamente pelo Alô Senado 0800, por mês (pedidos de informação respondidos no ato da ligação telefônica);
- Desde abril, 2.200 manifestações, por mês, em média, foram enviadas pela internet e por carta e tiveram resposta após pesquisas ou consultas a outras áreas do Senado;

9.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Detalhamento do caminho de acesso, no portal da unidade jurisdicionada na Internet, às informações sobre sua atuação, úteis à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, inclusive àquelas relacionadas à prestação de contas referidas no art. 15.

Criado em 2009, o Portal da Transparência centralizou uma extensa gama de informações públicas sobre o Senado, com destaque para aquelas pertinentes à gestão administrativa da Casa. Em 2013 passou por nova reformulação, agregando novos conteúdos e funcionalidades com a finalidade de aprimorar a transparência ativa, por meio de um Portal cada vez mais completo e 100% acessível.

Em 2015 o Portal da Transparência, bem como todos os demais portais do Senado Federal passaram por nova reformulação. As mudanças foram realizadas visando oferecer aos cidadãos maior clareza e melhores ferramentas de busca com mais transparência nos novos portais, que entre agosto de 2014 e agosto de 2015 tiveram 66,7 milhões de acessos.

A nova reformulação buscou cumprir mais uma etapa importante de evolução na transparência da Casa. As informações ganharam mais integração, acessibilidade e facilidade de acesso, inclusive, por dispositivos móveis. Design e programação modernos também visam garantir facilidade na navegação. O objetivo é dar acesso virtual às principais informações legislativas e administrativas em apenas dois cliques.

Tais ajustes têm sido realizados com base em avaliações periódicas da equipe técnica, a partir de análises dos relatórios de solicitações de informações da LAI, demandas específicas da alta administração da Casa e recomendações do Conselho de Transparência e Controle Social do Senado Federal.

No endereço <http://www.senado.gov.br/transparencia/> é possível encontrar informações relativas a:

- Administração, Governança Corporativa e Gestão Estratégica: Estrutura Administrativa, Atos Normativos, Mapa e Agenda Estratégica, Plano de Metas, Relatórios Administrativos, Relatórios Anuais sobre a Aplicação da Lei de Acesso à Informação, Levantamento do Perfil de Governança e Gestão de Pessoas - TCU.

http://www.senado.gov.br/transparencia/adm/pdf/estrutura_administrativa_SF.pdf

<http://www.senado.gov.br/transparencia/adm/administracao.asp>

<http://www12.senado.gov.br/transparencia/adm/governanca>

- Senadores: gastos com Cotas para Exercício da Atividade Parlamentar, Subsídios, Proventos e Aposentadorias, utilização de Auxílio-Moradia e Imóvel Funcional, pagamento e devolução de Diárias, Normas e Prerrogativas inerentes ao mandato parlamentar.

<http://www.senado.gov.br/transparencia/sen/senadores.asp>

- Licitações e Contratos: íntegra de licitações e contratos firmados pelo Senado.

<http://www.senado.gov.br/transparencia/liccontr/liccontr.asp>

Orçamento e Finanças: Informações sobre as Receitas do Senado Federal, organizadas por exercício financeiro; Informações sobre as Despesas Diárias do Senado Federal, organizadas por elemento e pela fase da despesa; Relatórios com os suprimentos concedidos e as despesas executadas com suprimento, organizados por exercício financeiro; Informações sobre o consumo de materiais, por órgão do Senado Federal, com quantitativo e valor; Informações sobre os bens patrimoniais, por órgão do Senado Federal, com descrição e quantitativo; Relatórios de Gestão Fiscal; Relatórios de Gestão e de Auditoria de Gestão, Certificado de Auditoria de Gestão, Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno e Pronunciamento do Presidente do Senado Federal, organizados por exercício; Demonstrativo da limitação de empenho e movimentação financeira; Relatório com o Total de Beneficiários por Benefício.

<http://www.senado.gov.br/transparencia/orcfin/orcfin.asp>

- Recursos Humanos: informações relativas a servidores efetivos e comissionados; lista completa de pensionistas do Senado Federal; servidores disponibilizados ao GDF e ao Senado Federal, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 02, de 2013; lista completa de servidores aposentados, efetivos

e comissionados; informações sobre pagamento e devolução de diárias pagas a servidores em viagem a trabalho; informações sobre pensionistas do Senado Federal; relatórios consolidados de horas extras pagas mensalmente aos servidores; relatório com a estimativa de servidores que implementaram ou implementarão as condições para aposentadoria voluntária com paridade ou que serão aposentados compulsoriamente até 2014; estrutura remuneratória dos cargos efetivos do quadro de pessoal; quadros com quantitativo de cargos efetivos e de funções comissionadas; relatório com o quantitativo de servidores estáveis e não estáveis; informações sobre concursos públicos do Senado; lista completa de estagiários; informações sobre colaboradores terceirizados que prestam serviço no Senado Federal.

<http://www.senado.gov.br/transparencia/rh/rh.asp>

9.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.

Acessibilidade

O Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS), criado em 2013, é o atual responsável pelas ações de acessibilidade no Senado Federal. Através do Senado Inclusivo, o núcleo atua na implementação da Política de Acessibilidade do Senado Federal, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2013. É responsável pela promoção de ações em todo o Senado Federal, visando atender as necessidades de pessoas com deficiência motora, sensorial e intelectual, através da eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais.

Ações desenvolvidas no ano de 2015

1. Realização de pesquisa de opinião com servidores com deficiência.

Em continuidade à pesquisa realizada no ano de 2014, o Senado Inclusivo, em parceria com a Coordenação de Pesquisa de Opinião (COPOP), realizou pesquisa com servidores com deficiência com o objetivo de conhecer as demandas, sugestões e opiniões dos servidores com deficiência acerca de acessibilidade. O resultado serviu para melhor subsidiar as ações a serem realizadas pelo Senado Inclusivo.

A pesquisa foi realizada pelo método SAPI (*smartphone assisted personal interview*), no qual o entrevistador lê perguntas pessoalmente ao entrevistado e as respostas são gravadas na base de dados com auxílio de *smartphone*.

Do total da amostra (49 servidores efetivos e comissionados), 31 servidores responderam à pesquisa, 5 não concordaram em participar, 6 não se declararam pessoa com deficiência; não foi possível contatar 7 servidores que estavam de férias, licença capacitação ou não trabalhavam mais na Casa, entre outros motivos.

2. Acessibilidade assistida

A equipe de Acessibilidade Assistida é composta por colaboradores capacitados no atendimento a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos, gestantes e obesos. Os serviços são oferecidos a senadores, servidores e visitantes, que são orientados e, se necessário, acompanhados nas dependências do Senado Federal.

No ano de 2015, foram realizados 2728 atendimentos.

ATENDIMENTOS													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Deficiência Visual	1	0	9	0	2	4	8	5	11	10	4	8	62
Deficiência Física	67	52	80	44	10	49	37	66	53	57	26	54	595
Mobilidade Reduzida	24	32	41	12	26	45	27	35	44	39	2	22	349
Deficiência Auditiva	0	0	3	51	6	3	0	0	0	1	4	9	77
Idosos	198	151	144	188	183	30	82	14	28	21	15	13	1067
Deficiência Intelectual	1	0	250	0	2	0	0	17	256	17	5	1	549

Gestante	4	2	3	0	1	4	0	0	2	6	3	4	29
TOTAL	295	237	530	295	230	135	154	137	394	151	59	111	2728

Tabela 26 – Atendimentos

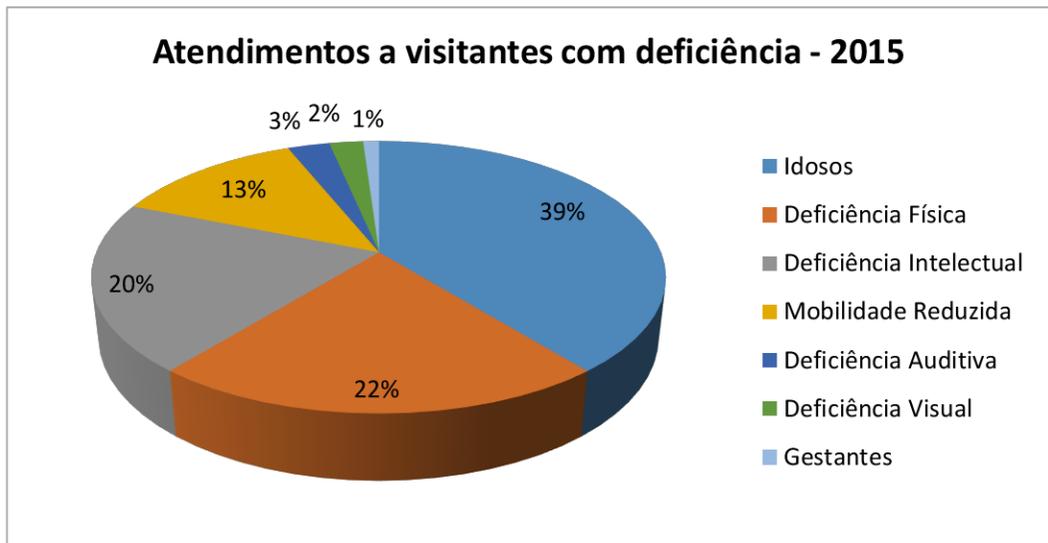


Gráfico 17 - Atendimento a visitantes com deficiência

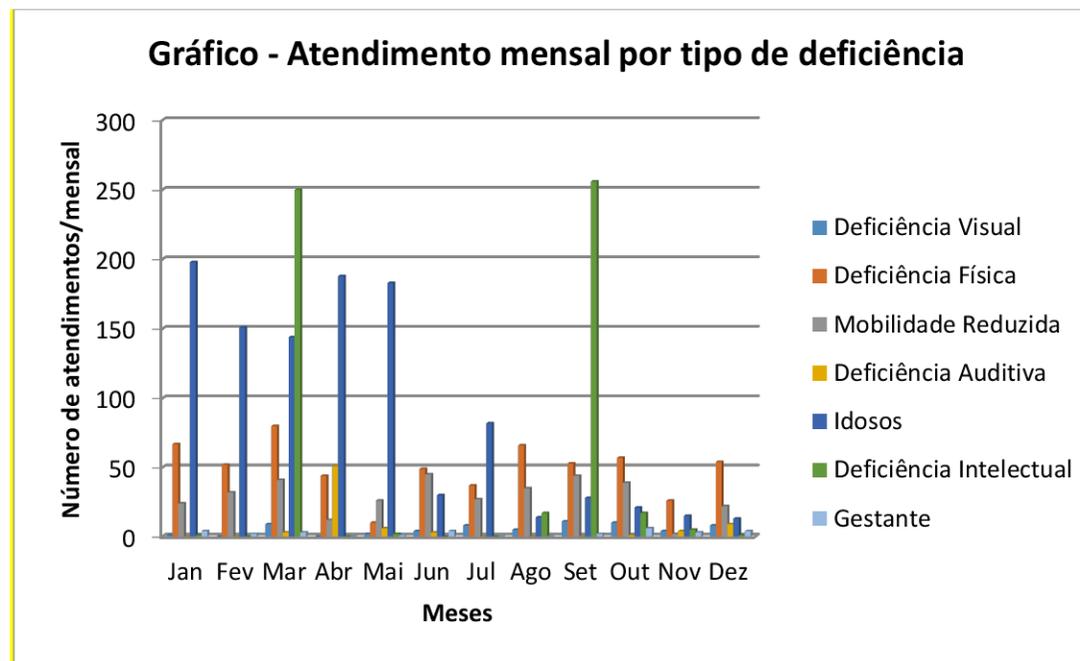


Gráfico 18 - Atendimento mensal por tipo de deficiência

3. Apoio na área de acessibilidade a eventos institucionais diversos.

Prestamos apoio a 12 eventos em questões relativas à acessibilidade. Quando solicitado, realizamos vistoria prévia do local do evento, prestamos informações acerca dos requisitos de acessibilidade, e atuamos na recepção e acompanhamento dos convidados e do público com deficiência. Em 2015, atuamos no apoio aos seguintes eventos:

- Sessão destinada à Posse dos Senadores, de iniciativa da Presidência do Senado Federal, realizada dia 1º de fevereiro;
- Seminário “Viver Com Uma Doença Rara – Dia a Dia de Mãos Dadas”, realizado em 25 de fevereiro;

- Sessão Solene destinada a comemorar o Dia internacional da Mulher e agraciar as vencedoras da 14ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em 11 de março;

- Encontro de governadores de Estado e autoridades do Poder Legislativo sobre pacto federativo e desenvolvimento regional, de iniciativa do Presidente do Senado Federal, no dia 20 de maio;

- Votação da Lei Brasileira de Inclusão, no dia 10 de junho;

- Encontro de prefeitos e autoridades do Poder Legislativo sobre pacto federativo e desenvolvimento regional, de iniciativa do Presidente do Senado Federal, no dia 17 de junho;

- Sessão Especial destinada a celebrar o aniversário de 60 anos da APAE Brasil - Federação Nacional das APAEs, de iniciativa do senador Paulo Paim, no dia 20 de agosto;

- Sessão Especial destinada à comemoração do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e à entrega da Comenda Dorina Nowill, em sua 1ª edição, no dia 24 de setembro;

- Evento em comemoração ao Dia das Crianças, no dia 9 de outubro;

- Encontro de Entes Federados: Pacto pelos direitos das Mulheres, no dia 14 de outubro de 2015;

- Transmissão da Audiência Pública da CCJ, no dia 13 de outubro; Vivendo com Inteligência Emocional, com Tadashi Kadomoto (Leader Training), no dia 19 de outubro;

- Seminário Usinas Nucleares – Lições da experiência mundial, nos dias 27 e 28 de outubro;

4. Empréstimo de equipamentos de acessibilidade para senadores, servidores e visitantes.

O Programa de Acessibilidade Assistida realiza empréstimos de cadeiras de rodas e triciclos motorizados para senadores, servidores e visitantes conforme solicitação. Na tabela a seguir, é apresentado o número de empréstimos realizados durante o ano.

Quantidade de empréstimos de equipamentos/mês		
Mês	Visitantes	Servidores
Janeiro	8	1
Fevereiro	9	2
Março	16	0
Abril	10	1
Maio	13	1
Junho	13	7
Julho	6	11
Agosto	12	13
Setembro	2	6
Outubro	9	11
Novembro	11	3
Dezembro	11	1
TOTAL	120	57

Tabela 27 - Quantidade de empréstimos de equipamentos

5. Distribuição de publicações em Braille das seguintes publicações:

Atendendo a solicitações de servidores e de instituições que atuam com a inclusão de pessoas com deficiência, entregamos exemplares de edições em Braille dos seguintes documentos:

- Estatuto da Pessoa com Deficiência/ Lei Brasileira de Inclusão;
- Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal (PGLS);
- Dicas para quem quer ter uma atitude na preservação do meio ambiente;
- Lei complementar 142 (aposentadoria especial);
- Constituição da República Federativa do Brasil;
- Jornal do Senado;
- Material de divulgação de eventos.

6. Ação relativa ao Dia Nacional de Combate ao Glaucoma.

Em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, o Senado Inclusivo organizou a realização de exame de tonometria, destinado à aferição da pressão intraocular. A ação ocorreu no Espaço do Servidor, nos dias 26 e 27 de maio, das 10h às 15h. Foram atendidas 185 pessoas

Além disso, foi organizada uma palestra com o tema “Saúde Ocular e Glaucoma”, proferida pelo médico oftalmologista Dr. Juscelino Kubitschek. O evento ocorreu no Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, no dia 27 de maio.

7. Organização da IX Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com palestras, oficinas e exposição.

A Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência ocorre anualmente em homenagem ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, celebrado em 3 de dezembro. Em 2015, o evento foi realizado em parceria com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e contou com as seguintes atividades:

- Abertura oficial, no dia 25 de novembro, com palestra e apresentação musical de Johnatha Bastos (músico com deficiência física) e apresentação do projeto “Uma sinfonia diferente”, voltado a crianças com transtorno do espectro autista.
- Oficina de Língua Brasileira de Sinais (Libras), ministrado pela professora Mariana Siqueira, no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), nos dias 26 e 27 de novembro.
- Audiência Pública destinada a debater os limites e as possibilidades da inclusão das pessoas com deficiência na educação profissional, realizada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no dia 2 de dezembro.
- Palestra: “Lei Brasileira de Inclusão: do papel à realidade”, realizado no Interlegis, no dia 3 de dezembro.

8. Acompanhamento do projeto para ajustes na demarcação de vagas destinadas às pessoas com deficiência e idosos.

O projeto de demarcação de vagas reservadas para pessoas com deficiência e idosos em estacionamentos internos do Senado Federal foi elaborado pela Secretaria de Infraestrutura, seguindo as diretrizes da Lei 10.741/2003, do Decreto 5.296/2004 e das normas técnicas de acessibilidade da ABNT. O processo foi acompanhado pela equipe do Senado Inclusivo.

9. Gestão de contratação de intérpretes de Libras

Elaboramos termo de referência e realizamos a gestão da Ata de Registro de Preços que trata da contratação de serviços de interpretação de Libras.

O serviço tem sido prestado sob demanda, para atendimento de eventos como Sessões Solenes, Sessões Especiais, Audiências Públicas, palestras e seminários. No ano de 2015, foram prestadas 271 horas de serviços de interpretação em 92 eventos distintos.

10. Contratação de legenda e tempo real para evento sobre acessibilidade.

O Senado Inclusivo realizou a gestão da contratação dos serviços de legenda em tempo real para a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Foram prestadas 6 horas de serviços em duas atividades distintas.

11. Manutenção de triciclos e cadeiras de rodas.

Foi elaborado Termo de Referência para manutenção de 13 equipamentos motorizados, utilizados para atendimento de pessoas com deficiência. O processo de contratação de empresa especializada deve ser concluído em 2016.

12. Divulgação de informações sobre acessibilidade através da intranet.

Por ocasião do Dia Internacional de Luta da Pessoa com Deficiência, solicitamos a elaboração de um texto e encaminhamos para publicação na intranet, com o objetivo de transmitir informações sobre o tema para servidores da Casa.

13. Apoio na organização de eventos sobre acessibilidade organizados pela Comissão de Educação.

O Senado Inclusivo acompanhou e apoiou a organização de três eventos realizados pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte:

- “Educação, Cultura e Esporte – caminhos para inclusão”, ocorrido no dia 19 de março, em celebração ao Dia Internacional da Síndrome de Down.
- “Autismo e os desafios da educação inclusiva”, ocorrido no dia 23 de abril, em celebração ao Dia Mundial do Autismo.
- Audiência Pública em comemoração ao Dia Nacional do Surdo, realizada em 23 de setembro.

14. Realização de dois minicursos de Libras.

Organizamos dois minicursos de Libras, voltados para colaboradores do Senado Federal. O primeiro foi realizado como parte da programação do Mês do Servidor e o segundo foi incluído na Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Ambos foram ministrados por uma instrutora surda, servidora do Senado, com o apoio de uma intérprete de Libras da equipe do NCAS. No total, 35 pessoas, entre servidores e estagiários, aprenderam a se comunicar de forma básica em Língua de Sinais.

15. Participação em reuniões das equipes de Acessibilidade de Órgãos Públicos.

O NCAS participou de reuniões com as equipes de Acessibilidade da Câmara dos Deputados, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal de Contas da União (TCU). As reuniões, ocorridas mensalmente entre setembro e dezembro, tiveram como objetivo a troca de experiências na área bem como a criação de uma rede de acessibilidade entre os órgãos públicos. Tal projeto será continuado em 2016.

16. Capacitação de equipe e servidores com deficiência na área de acessibilidade:

A equipe do Senado Inclusivo esteve presente nos seguintes eventos sobre acessibilidade:

- a. Reatech – Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade, em abril de 2015, em São Paulo.
- b. 2º Encontro Brasileiro de Juventude pela Acessibilidade (JUVA), promovido pela Escola de Gente, em agosto de 2014, em Brasília.
- c. I Simpósio Nacional de Tecnologia Assistiva do Instituto Benjamin Constant (Sinta IBC), realizado em outubro de 2015, no Rio de Janeiro.
- d. “Decifrando a Acessibilidade”, realizado em setembro de 2015, na Presidência da República.

17. Spots na Rádio Senado

A Rádio Senado transmite diariamente spots com dicas e informações sobre temas variados. No mês de maio, aconteceu a gravação de spots sobre acessibilidade e inclusão.

18. Elaboração de Documentos de Oficialização de Demanda – DODs – para aquisições no ano de 2016.

Foram elaborados e encaminhados os seguintes documentos:

- Contratação de Audiodescrição para eventos (00100.079625/2015-61);
- Aquisição de triciclos e cadeiras de rodas (00100.079636/2015-41);
- Curso de capacitação para o atendimento de pessoas com deficiência (00100.079665/2015-11);
- Curso de Libras para colaboradores do Senado Federal (00100.079672/2015-12);

- Construção de rampa e/ou instalação de plataforma elevatória no Espaço do Servidor (00100.079681/2015-03);
- Contratação de intérpretes de Libras para eventos, através de Ata de Registro de Preços (00100.079693/2015-20);
- Contratação de Legenda em tempo real para eventos (00100.079708/2015-50);
- Manutenção de cadeiras de rodas e triciclos motorizados (00100.079715/2015-51);
- Aquisição e instalação de plataforma inclinada na escadaria do Salão Negro (00100.079724/2015-42);
- Contratação de empresa para instalação de piso e mapa tátil em áreas de grande circulação no Senado Federal (00100.079760/2015-14);
- Sinalização em Braille de todos os ambientes da Casa (00100.079763/2015-40);
- Aquisição e instalação de anunciador sonoro nos elevadores do Senado (00100.079779/2015-52).

19. Acompanhamento de demandas apresentadas por servidores com deficiência.

Ao longo do ano de 2015, os servidores com deficiência encaminharam demandas diversas que foram recebidas e encaminhadas aos setores responsáveis. O andamento das demandas foi acompanhado pelo NCAS.

20. Reformulação da página do Senado Inclusivo na internet.

Realizamos a pesquisa de material e alimentamos o site do Senado Inclusivo: <http://www12.senado.gov.br/institucional/programas/senado-inclusivo>

21. Elaboração do Plano de Acessibilidade do Senado Federal

Com o objetivo de planejar as ações para promoção da inclusão das pessoas com deficiência no Senado Federal, elaboramos, em conjunto com representantes de diferentes áreas da administração do Senado Federal e de servidores com deficiência, o Plano de Acessibilidade do Senado Federal. As ações propostas foram agrupadas em seis eixos temáticos: infraestrutura, acesso a informação, mobilidade, gestão de pessoas, acesso a educação e compras e contratações. O Plano será executado no decorrer do ano de 2016 e será monitorado por grupo de trabalho com representantes de áreas diversas.

10. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1 Desempenho Financeiro do Exercício

Em 2016, as cotas financeiras (ingressos) foram solicitadas pelo Senado Federal de acordo com o Cronograma Anual de Desembolso estabelecido para o exercício e recebidas tempestivamente, viabilizando os respectivos dispêndios.

O contingenciamento de R\$ 304.624,00 realizado no orçamento do Órgão, em atendimento aos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, também não afetou a gestão financeira, uma vez que o planejamento das despesas foi adequado a essa restrição orçamentária.

10.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, mais especificamente a NBC T 16.9 e NBC T 16.10, foi realizada a depreciação dos bens patrimoniais registrados no Ativo Imobilizado pelo método das cotas constantes, de acordo com a Macrofunção SIAFI 020330 – REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, utilizando-se a tabela de vida útil econômica e as taxas de depreciação disponibilizadas na referida Macrofunção.

Houve também o registro efetuado pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/STN, da depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET, de acordo com planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União. No ano de 2016, os imóveis sob a gestão do Senado Federal não sofreram reavaliação.

Da mesma forma, foi realizado o registro da amortização dos bens intangíveis, observando-se a vigência contratual. As aquisições de licenças de uso de software que não possuem prazo contratual, ou seja, sem vida útil definida, não foram amortizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As avaliações e mensurações dos itens do Ativo e do Passivo foram efetuadas obedecendo-se a metodologia da NBC T 16.10. Foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para os grupos de contas 1.1.3.4.1.00.00 e 1.1.3.8.1.00.00.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado foi de R\$ 19.651.527,43 com o registro da depreciação e amortização e R\$ 133.123,91 com o ajuste das provisões constituídas.

10.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A unidade responsável pelo gerenciamento de custos no Senado Federal não foi definida. Em tese é a SAFIN, que se vincularia ao EGOV, ao qual cabe-lhe exercer a função de Órgão Setorial do Sistema de Custos do Governo Federal (art. 254, inciso IV, do RASF).

A última iniciativa para implantação de um sistema de custos no Senado foi feita mediante sugestão contida na Nota Técnica nº 03/2017-SAFIN (documento SIGAD nº 00100.030491/2017), integrante do processo 001242/2016 que trata da auditoria de horas extras. Nesse documento, a SAFIN assim se pronunciou:

c) A implantação de sistemática de apuração de custos, utilizando-se o SIAFI, nos moldes descritos nos parágrafos 21 a 28 acima, permitiria lançar os dados das despesas por competência mensal, embora não elida o problema de contabilização desse sistema.

d) As informações e os relatórios sobre custos seriam obtidos pelo Tesouro Gerencial, Data Warehouse (DW) da STN, no endereço eletrônico <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br>, com a mesma senha utilizado para acessar o SIAFI.

Em seguida, esse processo foi encaminhado, em 09 de março último, pela DGER à SCISF, sendo esta a última tramitação. Porém, não houve deliberação sobre a implantação do sistema de custos até o momento.

Em outras ocasiões, o assunto foi tratado nos processos físicos 036822/11-6 (CAD) (00200. 039699/2011 – SIGAD), 00200.026967/2013 e 00200.006548/2014, os quais encontram-se arquivados na SAFIN.

10.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		45.465.175,00	45.465.175,00	52.773.952,34	7.308.777,34
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		41.292.512,00	41.292.512,00	45.242.986,31	3.950.474,31
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		1.754.499,00	1.754.499,00	1.809.923,49	55.424,49
Valores Mobiliários		-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos	03.004	39.538.013,00	39.538.013,00	43.433.062,82	3.895.049,82
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		1.427.542,00	1.427.542,00	1.546.984,66	119.442,66
Receitas de Serviços		1.900.694,00	1.900.694,00	1.561.790,49	-338.903,51
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		200.694,00	200.694,00	222.687,21	21.993,21

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		1.700.000,00	1.700.000,00	1.339.103,28	-360.896,72
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		844.427,00	844.427,00	4.422.190,88	3.577.763,88
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	03.002	648.443,00	648.443,00	2.853.701,22	2.205.258,22
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	03.001	195.984,00	195.984,00	1.568.489,66	1.372.505,66
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		120.906,00	120.906,00	164.610,00	43.704,00
Operações de Crédito		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Alienação de Bens		120.906,00	120.906,00	164.610,00	43.704,00
Alienação de Bens Móveis		120.906,00	120.906,00	164.610,00	43.704,00
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	03.003	3.832.940.209,00	3.896.386.423,00	3.859.436.321,73	3.827.324.273,19	3.824.044.602,35	36.950.101,27
Pessoal e Encargos Sociais	03.003	3.300.154.615,00	3.343.665.535,00	3.319.315.684,68	3.319.030.005,08	3.317.847.556,99	24.349.850,32
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	03.004	532.785.594,00	552.720.888,00	540.120.637,05	508.294.268,11	506.197.045,36	12.600.250,95
DESPESAS DE CAPITAL		43.305.147,00	31.342.556,00	27.257.949,76	16.116.579,18	16.094.908,02	4.084.606,24
Investimentos		43.305.147,00	31.342.556,00	27.257.949,76	16.116.579,18	16.094.908,02	4.084.606,24
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		17.506.070,00	17.506.070,00	-	-	-	17.506.070,00
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		3.893.751.426,00	3.945.235.049,00	3.886.694.271,49	3.843.440.852,37	3.840.139.510,37	58.540.777,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		45.586.081,00	45.586.081,00	52.938.562,34	7.352.481,34
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		45.586.081,00	45.586.081,00	52.938.562,34	7.352.481,34
DÉFICIT				3.833.755.709,15	3.833.755.709,15
TOTAL		45.586.081,00	45.586.081,00	3.886.694.271,49	3.841.108.190,49
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos		-	-	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		3.893.751.426,00	3.945.235.049,00	3.886.694.271,49	3.843.440.852,37	3.840.139.510,37	58.540.777,51
TOTAL		3.893.751.426,00	3.945.235.049,00	3.886.694.271,49	3.843.440.852,37	3.840.139.510,37	58.540.777,51

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12.926.636,22	63.352.397,41	45.617.091,87	45.561.641,96	13.579.458,89	17.137.932,78
Pessoal e Encargos Sociais	664.292,58	348.953,81	123.735,75	123.735,75	674.561,12	214.949,52
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.262.343,64	63.003.443,60	45.493.356,12	45.437.906,21	12.904.897,77	16.922.983,26
DESPESAS DE CAPITAL	15.425.723,34	63.797.365,72	43.322.421,49	43.053.615,89	15.225.301,23	20.944.171,94
Investimentos	15.425.723,34	63.797.365,72	43.322.421,49	43.053.615,89	15.225.301,23	20.944.171,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	28.352.359,56	127.149.763,13	88.939.513,36	88.615.257,85	28.804.760,12	38.082.104,72

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.128.611,37	2.080.525,27	569.752,29	1.174,59	3.638.209,76
Pessoal e Encargos Sociais	1.091.479,12	1.244.729,48	89.022,03	-	2.247.186,57
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.037.132,25	835.795,79	480.730,26	1.174,59	1.391.023,19
DESPESAS DE CAPITAL	2.887,55	201.470,64	201.470,64	-	2.887,55
Investimentos	2.887,55	201.470,64	201.470,64	-	2.887,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.131.498,92	2.281.995,91	771.222,93	1.174,59	3.641.097,31

NOTAS EXPLICATIVAS

03.001 - Indenizações, restituições e ressarcimentos - O valor se refere a arrecadação de devolução de valores pagos a pessoal cedido por ressarcimentos referentes ao exercício de 2015.

03.002 - Multas administrativas, contratuais e judiciais. - O valor se refere a arrecadação de multas decorrentes de contratos administrativos, e normalmente esses valores não são previsíveis por se tratarem de sanção contratual.

03.003 - Composição Despesas Correntes - O valor do orçamento gasto com despesa de pessoal é em torno de 85% do total da dotação, característica intrínseca à atividade legislativa.

03.004 - Outras Despesas Correntes - Apesar da execução apontar o percentual de quase 75%, esse valor se refere ao que foi empenhado, mas os valores liquidados e pagos estão em torno de 32%, dentro do esperado para o período.

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	52.938.562,34	19.252.894,57	Despesas Orçamentárias	3.886.694.271,49	3.817.356.278,12
Ordinárias	7,68	288,47	Ordinárias	3.364.232.708,15	3.302.146.867,23
Vinculadas	53.877.009,25	24.799.806,89	Vinculadas	522.461.563,34	515.209.410,89
Alienação de Bens e Direitos	329.220,00		Seguridade Social (Exceto RGPS)	498.036.842,00	496.482.875,41
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	53.547.789,25	24.799.806,89	Operação de Crédito		495.849,99
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-938.454,59	-5.547.200,79	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	24.424.721,34	18.230.685,49
Transferências Financeiras Recebidas	3.884.183.796,85	3.723.129.936,85	Transferências Financeiras Concedidas	68.398.654,31	42.753.723,35
Resultantes da Execução Orçamentária	3.855.896.496,25	3.696.885.078,32	Resultantes da Execução Orçamentária	40.111.353,71	20.988.247,57
Cota Recebida	3.823.298.029,86	3.675.017.420,55	Repasso Concedido	26.593.545,84	20.988.247,57
Repasso Recebido	27.394.708,41	21.867.657,77	Cota Devolvida	8.314.049,89	
Repasso Devolvido	5.203.757,98		Repasso Devolvido	5.203.757,98	
Independentes da Execução Orçamentária	28.287.300,60	26.244.858,53	Independentes da Execução Orçamentária	28.287.300,60	21.765.475,78
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		385.538,70	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1,00
Demais Transferências Recebidas	26.589.279,18	20.900.000,00	Demais Transferências Concedidas	26.589.279,18	20.900.000,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.698.021,42	4.959.319,83	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.698.021,42	865.474,78
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Recebimentos Extraorçamentários	49.016.989,15	131.255.636,45	Despesas Extraorçamentárias	101.475.780,71	71.752.628,27
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.301.342,00	2.080.525,27	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	771.222,93	391.184,04
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	43.253.419,12	127.149.763,13	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	88.615.257,85	69.120.118,32
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.424.474,40	-11.359.083,75	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.584.006,83	2.222.737,37
Outros Recebimentos Extraorçamentários	37.753,63	13.384.431,80	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.505.293,10	18.588,54
Passivos Transferidos	36.043,30		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	27.191,20	18.240,05
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		0,22	Valores Compensados	9.169,23	348,49
Arrecadação de Outra Unidade	1.710,33		Demais Pagamentos	1.468.932,67	
Demais Recebimentos		13.384.431,58			
Saldo do Exercício Anterior Caixa e Equivalentes de Caixa	590.857.490,53	649.081.652,40	Saldo para o Exercício Seguinte Caixa e Equivalentes de Caixa	520.428.132,36	590.857.490,53
	590.857.490,53	649.081.652,40		520.428.132,36	590.857.490,53
TOTAL	4.576.996.838,87	4.522.720.120,27	TOTAL	4.576.996.838,87	4.522.720.120,27

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		614.383.607,58	740.707.138,45	PASSIVO CIRCULANTE		19.690.306,83	219.391.909,63
Caixa e Equivalentes de Caixa		520.428.132,36	590.857.490,53	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	01.004 01.008	15.799,42	257.598,19
Créditos a Curto Prazo	01.002 01.004	142.547,67	451.332,61	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Clientes		142.547,67	451.332,61	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	01.005 01.009	464.447,42	371.509,31
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	01.001	79.324.129,76	134.453.830,63	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Estoques		14.484.388,42	14.896.544,69	Provisões de Curto Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	01.001 01.002 01.005	4.409,37	47.939,99	Demais Obrigações a Curto Prazo	01.003 01.006 01.010	19.210.059,99	218.762.802,13
ATIVO NÃO CIRCULANTE		575.551.480,13	543.258.277,90	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-

Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	19.690.306,83	219.391.909,63
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	551.817.446,17	528.851.043,01			
Bens Móveis	232.188.820,26	209.321.882,29			
Bens Móveis	305.833.717,37	271.414.401,46			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-73.644.897,11	-62.092.519,17			
			Reservas de Capital	-	-
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
			Reservas de Lucros	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	01.007	1.170.244.780,88
			Resultado do Exercício		2.625.810,79
			Resultados de Exercícios Anteriores		-18.205.818,38
				1.064.573.506,72	1.082.271.633,48

(-) Redução ao Valor	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	103.045.463,37	507.691,62
Recuperável de Bens Móveis			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	319.628.625,91	319.529.160,72			
Bens Imóveis	321.002.234,30	319.793.566,52			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.373.608,39	-264.405,80	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.170.244.780,88	1.064.573.506,72
	01.001				
(-) Redução ao Valor	-	-			
Recuperável de Bens Imóveis					
Intangível	01.002	23.734.033,96	14.407.234,89		
	01.003				
	01.007				

DESTINAÇÃO DE RECURSOS			SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO		
Recursos Ordinários			252.741.820,64		
Recursos Vinculados			167.437.597,68		
Seguridade Social (Exceto RGPS)			49.542.763,38		
Alienação de Bens e Direitos			164.610,00		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			117.730.224,30		
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Softwares	23.734.033,96	14.407.234,89			
Softwares	23.742.023,96	14.415.224,89			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-7.990,00	-7.990,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			

(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.189.935.087,71	1.283.965.416,35	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.189.935.087,71	1.283.965.416,35
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	520.437.650,08	596.061.597,00	PASSIVO FINANCEIRO	100.258.231,76	374.741.792,64
ATIVO PERMANENTE	669.497.437,63	687.903.819,35	PASSIVO PERMANENTE	112.574,43	152.239,68
			SALDO PATRIMONIAL	1.089.564.281,52	909.071.384,03

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	20.872.306,24	32.857.136,47	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	128.840.332,09	71.666.496,12
Execução dos Atos Potenciais Ativos	20.872.306,24	32.857.136,47	Execução dos Atos Potenciais Passivos	128.840.332,09	71.666.496,12
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	9.138.420,61	20.354.570,22	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-

Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.091.966,80	1.557.045,51	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	10.641.918,83	10.945.520,74	Obrigações Contratuais a Executar	128.840.332,09	71.666.496,12
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	20.872.306,24	32.857.136,47	TOTAL	128.840.332,09	71.666.496,12

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
TOTAL	420.179.418,32

NOTAS EXPLICATIVAS

01.001 - Depr./Amortização/Exaustão Acum. De Bens - O aumento se deve à atualização da depreciação acumulada dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET.

01.002 - Intangível - Referente a aquisições de licenças e softwares diversos, além de serviço de modernização do sistema de votação eletrônica do Plenário do Senado Federal junto à empresa Visual Sistemas Eletrônicos LTDA, no valor total de R\$1.016.085,00 e pagamento ao fornecimento de Licenças VMware, incluindo treinamento e prestação de serviços, para o ambiente de virtualização do Senado Federal junto à empresa DCL Brasil Distribuidora LTDA, no valor total de R\$2.922.500,00.

01.003 - Intangível - Referente a aquisições de serviço de modernização do sistema de votação eletrônica do Plenário do Senado Federal junto à empresa Visual Sistemas Eletrônicos LTDA, no valor total de R\$1.016.085,00 e pagamento ao fornecimento de Licenças VMware, incluindo treinamento e prestação de serviços, para o ambiente de virtualização do Senado Federal junto à empresa DCL Brasil Distribuidora LTDA, no valor total de R\$2.922.500,00

01.004 - Créditos a Curto Prazo - A redução foi devida, principalmente, à baixa de de Adiantamento de Transferencias Voluntárias de Convênios.

01.005 - Fornecimentos e contas a pagar de curto prazo. - A maior parte da diferença se deve ao reconhecimento de dívida para reajuste mediante Termo Aditivo de contrato junto à empresa OI SA.

01.006 - Demais obrigações de curto prazo - A diferença refere-se à baixa de valores diferidos decorrentes do processo normal de Encerramento do Exercício

01.007 - Intangível - Referente a aquisições de serviço de modernização do sistema de votação eletrônica do Plenário do Senado Federal junto à empresa Visual Sistemas Eletrônicos LTDA, no valor total de R\$1.016.085,00 e pagamento ao fornecimento de Licenças VMware, incluindo treinamento e prestação de serviços, para o ambiente de virtualização do Senado Federal junto à empresa DCL Brasil Distribuidora LTDA, no valor total de R\$2.922.500,00

01.008 - Obrig. Trabalh. Previd. E Assist. a pagar de curto prazo - A grande diferença diz respeito ao registro da Provisão de Décimo terceiro salário a pagar do período.

01.009 - Fornecimentos e contas a pagar de curto prazo. - A maior parte da diferença se deve ao reconhecimento de dívida para reajuste mediante Termo Aditivo de contrato junto à empresa OI SA.

01.010 - Demais obrigações de curto prazo - A diferença refere-se à baixa de valores diferidos decorrentes do processo normal de Encerramento do Exercício.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		4.066.033.395,03	4.011.769.988,61
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	N. E.	2016	2015
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	02.001	48.036.489,21	19.780.256,06
	02.007		
Venda de Mercadorias		-7.160,00	7.160,00
Vendas de Produtos		1.546.984,66	670.959,92
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		46.496.664,55	19.102.136,14
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	02.002	59,60	279.495,77
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		59,60	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	279.495,77
Descontos Financeiros Obtidos		-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	N. E.	2016	2015
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		3.906.345.689,86	3.725.236.535,70
Transferências Intragovernamentais		3.884.183.796,85	3.723.129.936,85
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		22.161.893,01	2.106.598,85
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	02.002 02.003	105.792.800,12	256.762.377,79
Reavaliação de Ativos		-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	N. E.	2016	2015
Ganhos com Alienação		-	61.413,58
Ganhos com Incorporação de Ativos		13.455.322,08	45.645.985,15
Ganhos com Desincorporação de Passivos		92.337.478,04	211.054.979,06
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		5.858.356,24	9.711.323,29
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		133.123,91	1.715.569,16
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		5.725.232,33	7.995.754,13
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		4.063.407.584,24	4.029.975.806,99
Pessoal e Encargos		1.732.935.158,04	1.761.206.121,47
Remuneração a Pessoal		1.364.522.064,67	1.394.378.288,00
Encargos Patronais		266.797.377,27	273.362.263,28
Benefícios a Pessoal		93.803.114,23	80.348.732,57

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	N. E.	2016	2015
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		7.812.601,87	13.116.837,62
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.681.565.935,11	1.574.205.674,98
Aposentadorias e Reformas		1.329.847.284,00	1.245.078.550,60
Pensões		349.889.149,91	326.913.640,15
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.829.501,20	2.213.484,23
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		446.350.485,00	371.611.628,04
Uso de Material de Consumo		12.517.073,85	13.071.382,02
Serviços		414.181.883,72	342.148.407,76
Depreciação, Amortização e Exaustão		19.651.527,43	16.391.838,26
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	02.004	9.168,43	15.427.762,82
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	61.123,94
Juros e Encargos de Mora		2.568,43	984.807,84

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	N. E.	2016	2015
Variações Monetárias e Cambiais		-	14.381.831,04
Descontos Financeiros Concedidos		6.600,00	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas	02.003 02.005	138.264.287,54	46.657.140,06
Transferências Intragovernamentais		68.398.654,31	42.753.723,35
Transferências Intergovernamentais		46.639.854,66	-
Transferências a Instituições Privadas		56.820,00	50.400,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		907.462,79	1.581.780,80
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		22.261.495,78	2.271.235,91
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	02.004 02.006	36.856.099,62	232.162.481,88

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	N. E.	2016	2015
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		31.208,73	1.588.198,63
Perdas com Alienação		1.835.609,76	1.275.402,63
Perdas Involuntárias		174.449,23	69.843,23
Incorporação de Passivos		13.680.630,99	194.400.246,29
Desincorporação de Ativos		21.134.200,91	34.828.791,10
Tributárias		220.328,55	199.403,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		27.255,73	20.363,96
Contribuições		193.072,82	179.039,66
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		1.301.736,27	-
Custo das Mercadorias Vendidas		1.301.736,27	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		25.904.385,68	28.505.594,12
Premiações		111.263,44	10.252,97
Resultado Negativo de Participações		-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2016	2015
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	669.175,34
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		25.793.122,24	27.826.165,81
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		2.625.810,79	-18.205.818,38
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
		2016	2015

NOTAS EXPLICATIVAS

02.001 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos - A diferença se deve ao fato de que, em março de 2015, foi efetivada a venda da folha de pagamentos do Senado Federal, junto à Caixa Econômica Federal, com recebimento de R\$ 16.052.327,13

02.002 - Variações Patrimoniais Aumentativas financeiras - A diferença se deve ao fato de ter ocorrido, em junho de 2015, ajuste na apropriação de valores recebidos contrato BID 1864/OCBR, TA413659 conforme orientações da planilha recebida da Coordenação da Dívida do Tesouro.

02.003 - Transferências e Delegações Concedidas - Valores transferidos da UG 020001 para a UG 020054 para execução de recursos arrecadados pela venda da folha de pagamentos, além de valores devolvidos de recursos diferidos.

02.004 - Variações Patrimoniais Diminutivas financeiras - A diferença se deve ao fato de ter ocorrido, em junho de 2015, ajuste na apropriação de valores recebidos contrato BID 1864/OCBR, TA413659 conforme orientações da planilha recebida da Coordenação da Dívida do Tesouro.

02.005 - Transferências e Delegações Concedidas - Valores transferidos da UG 020001 para a UG 020054 para execução de recursos arrecadados pela venda da folha de pagamentos, além de valores devolvidos de recursos diferidos.

02.006 - Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos - Grande parte se refere a reconhecimento de dívida de exercícios anteriores, especialmente despesas médico hospitalares de ex-senadores e dependentes. Além disso, ajuste de valores diferidos decorrentes do processo normal de Encerramento do Exercício. Por fim, houve transferência de bens da UG 020054 para a UG 020001.

02.007 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos - A diferença se deve ao fato de que, em março de 2015, foi efetivada a venda da folha de pagamentos do Senado Federal, junto à Caixa Econômica Federal, com recebimento de R\$ 16.052.327,13

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-11.243.973,62	-16.780.770,35
INGRESSOS	3.939.419.977,22	3.748.099.034,52
Receitas Derivadas e Originárias	52.773.952,34	22.943.749,62
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	45.242.986,31	17.585.441,14
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	1.546.984,66	693.966,32
Receita de Serviços	1.561.790,49	1.055.414,52
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	4.422.190,88	3.608.927,64
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	3.886.646.024,88	3.725.155.284,90
Ingressos Extraorçamentários	2.424.474,40	-11.359.083,75
Passivos Transferidos	36.043,30	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		0,22
Transferências Financeiras Recebidas	3.884.183.796,85	3.723.129.936,85

	2016	2015
Arrecadação de Outra Unidade	1.710,33	
Demais Recebimentos		13.384.431,58
DESEMBOLSOS	-3.950.663.950,84	-3.764.879.804,87
Pessoal e Demais Despesas	-3.602.424.994,01	-3.444.394.728,48
Legislativo	-1.921.012.531,04	-1.872.380.145,93
Judiciário	-1.406.000,00	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.679.979.271,77	-1.571.996.342,50
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-

	2016	2015
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-27.191,20	-18.240,05
Juros e Encargos da Dívida	-	-88.003,64
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-83.939,47
Outros Encargos da Dívida	-	-4.064,17
Transferências Concedidas	-267.778.193,79	-275.420.263,54
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-266.813.911,00	-273.938.272,38
Outras Transferências Concedidas	-964.282,79	-1.481.991,16
Outros Desembolsos das Operações	-80.460.763,04	-44.976.809,21
Dispêndios Extraorçamentários	-10.584.006,83	-2.222.737,37
Transferências Financeiras Concedidas	-68.398.654,31	-42.753.723,35
Valores Compensados	-9.169,23	-348,49
Demais Pagamentos	-1.468.932,67	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-59.185.384,55	-36.941.700,12

	2016	2015
INGRESSOS	164.610,00	402.990,00
Alienação de Bens	164.610,00	402.990,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-59.349.994,55	-37.344.690,12
Aquisição de Ativo Não Circulante	-45.045.401,52	-32.869.906,05
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-14.304.593,03	-4.474.784,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-4.501.691,40
INGRESSOS	-	-4.093.845,05
Operações de Crédito	-	-4.093.845,05
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-407.846,35
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-407.846,35
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-70.429.358,17	-58.224.161,87
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	590.857.490,53	649.081.652,40
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	520.428.132,36	590.857.490,53

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	--	-	-	1.082.271.633,48	-	-	1.082.271.633,48
Variação Cambial	-	-	--	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	--	-	-	507.691,62	-	-	507.691,62
Aumento/Redução de Capital	-	-	--	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	--	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	--	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	--	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	--	-	-	-18.205.818,38	-	-	-18.205.818,38
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	--	-	-	-	-	-	-

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	--		-	--		-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	--		-	--		-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	--		-	--		-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	--		-	1.064.573.506,72	--	-	1.064.573.506,72

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	--		-	1.064.573.506,72	--	-	1.064.573.506,72
Variação Cambial Ajustes de Exercício Anterior	-	-	--		-	103.553.154,99	--	-	103.553.154,99

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Aumento/Redução de Capital	-	-	--	--	-	--	--	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	--	--	-	--	--	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	--	--	-	--	--	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	--	--	-	--	--	-	-
Resultado do Exercício	-	-	--	--	-	2.625.810,79	--	-	2.625.810,79
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	--	--	-	-507.691,62	--	-	-507.691,62
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	--	--	-	--	--	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	--	--	-	--	--	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	--	--	-	--	--	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	--	--	-	1.170.244.780,88	--	-	1.170.244.780,88

11. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Conformidade da gestão e dos órgãos de controle

Quadro – Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	022.053/2015-8	11.227/2015-TCU-2ª Câmara	9.2	DE	OFÍCIO 0123/2016-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
9.2. destacar os atos instituídos por Custódio Salatiel dos Santos Dias, Hermilo Gomes da Nóbrega, Luís Carlos Nogueira, Manoel Joacir Pereira Bernardino, Marcos Feitosa Rocha, Miguel Honorato dos Santos e Nelson Surcouf Azevedo Coelho, para a realização de diligência junto ao Senado Federal, com vistas a obter documentos (portarias de designações de funções, mapa de tempo de funções) que comprovem os tempos (início, fim e tempo total) por eles ocupados em funções comissionadas ou cargos em comissão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

A diligência foi devidamente atendida e o processo encaminhado à SCISF para repassar ao TCU os esclarecimentos e a documentação solicitada. Foram encaminhados os seguintes documentos:

- do ex-servidor **CUSTÓDIO SALATIEL DOS SANTOS DIAS**: registro funcional – incorporação (avos), extraída do antigo sistema SAPES, Ato da Diretoria Executiva do Prodasen nº 90/1992, Atos do Diretor-Geral nºs 254/1997, 699/2001 e 1742/2006; fichas financeiras referentes aos anos de 1992 a 2001, demonstrando que o ex-servidor efetivamente recebeu funções comissionadas (as fichas financeiras foram emitidas até 2001, quando as incorporações de quintos/décimos eram permitidas) e mapa de funções exercidas.

- do ex-servidor **HERMILO GOMES DA NÓBREGA**: registro funcional – incorporação (avos), extraída do antigo sistema SAPES; Ato da Diretoria Executiva do Prodasen nº 65/1985, Ato da Diretoria Executiva do Prodasen nº 15/1986, Ato da Diretoria Executiva do Prodasen nº 25/1987, Ato da Diretoria Executiva do Prodasen nº 1/1989, Ato da Comissão Diretora 02/1998, Resolução 55/1998; fichas financeiras referentes aos anos de 1986 a 2001, demonstrando que o ex-servidor efetivamente recebeu funções comissionadas e mapa de funções exercidas.

- do ex-servidor **LUIS CARLOS NOGUEIRA**: registro funcional – incorporação (avos) e lotação, extraídas do antigo sistema SAPES; Atos do Diretor-Geral nºs 1274/1996, 699/1997, 990/2004, 1381/2005, 2945/2005 e 1875/2010; fichas financeiras referentes aos anos de 1990 a 2001, demonstrando que o ex-servidor efetivamente recebeu funções comissionadas (as fichas financeiras foram emitidas até 2001, quando as incorporações de quintos/décimos eram permitidas) e mapa de funções exercidas.

- do ex-servidor **MANOEL JOACIR PEREIRA BERNARDINO**: registro funcional – incorporação (avos) e lotações, extraída do antigo sistema SAPES; Portaria do Primeiro-Secretário nº 115/1985; processos 00200.006547/1992-18 (CAD 017218/92-6), 00200.007150/1993-16 (CAD 004190/93-9), 00200.009614/1995-91 (CAD 003329/95-0), 00200.012804/1995-95 (CAD 018172/95-4); Ato do Diretor-Geral nº 2276/1998; Ato da Comissão Diretora nº 18/1998; Ato da Comissão Diretora nº 1/2005 e fichas financeiras referentes aos anos de 1985 a 2001, demonstrando que o ex-servidor efetivamente recebeu funções comissionadas (as fichas financeiras foram emitidas até 2001, quando as incorporações de quintos/décimos eram permitidas) e mapa de funções exercidas.

- do ex-servidor **MARCOS FEITOSA ROCHA**: registro funcional – incorporação (avos), extraída do antigo sistema SAPES; Ato da Comissão Diretora nº 02/1998; Resolução nº 55/1998; Atos do Diretor-Geral nºs 5043/2003, 3272/2005 e 1548/2006; fichas financeiras referentes aos anos de 1994 a 2001, demonstrando que o ex-servidor efetivamente recebeu funções comissionadas (as fichas financeiras foram emitidas até 2001, quando as incorporações de quintos/décimos eram permitidas) e mapa de funções exercidas.

- do ex-servidor MIGUEL HONORATO DOS SANTOS: registro funcional – incorporação (avos), extraída do antigo sistema SAPES; Resolução SF nº 87/1989; fichas financeiras referentes aos anos de 1989 a 1992, demonstrando que o ex-servidor efetivamente recebeu funções comissionadas; contracheque da pensionista e mapa de funções exercidas.

- do ex-servidor **NELSON SURCOUF AZEVEDO COELHO**: registro funcional – incorporação (avos) e lotação, extraídas do antigo sistema SAPES; publicação no Boletim Administrativo de Pessoal de designação e dispensa deferidas nos processos nºs 00200.006184/1995-55 (022099/95-6) e 00200.006864/1995-79 (000208/95-7); processos nºs 00200.022883/1997-12 (019962/97-5 CAD) e 00200.024156/1997-81 (022012/97-4 CAD); Atos do Diretor-Geral nºs 3131/1997, 3375/1997, 3781/1997, 1722/1998, 2923/1999, 1251/2001 e 1541/2001; fichas financeiras referentes aos anos de 1994 a 2001, demonstrando que o ex-servidor efetivamente recebeu funções comissionadas (as fichas financeiras foram emitidas até 2001, quando as incorporações de quintos/décimos eram permitidas) e mapa de funções exercidas.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

--

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	011.361/2015-8	3.524/2015-TCU-2ª Câmara	9.1 a 9.3	DE	OFÍCIO 8371/2015-TCU/SEFIP OFÍCIO 13191/2015-TCU-SEFIP OFÍCIO 7351/2016-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituída por Pedro Alexandre de Deus, em benefício de Alex Luis Sena de Deus, Maria Mendes e Maria de Jesus Santana Sena, negando-lhe o respectivo registro;</p> <p>9.2. determinar ao Senado Federal que adote medidas para:</p> <p>9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista Maria de Jesus Santana Sena, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;</p> <p>9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.2.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, comprovante de que a interessada referida no subitem 9.2 teve conhecimento deste acórdão;</p> <p>9.2.4. efetuar, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/90, a restituição ao Erário dos valores indevidamente recebidos pela pensionista mencionada no subitem 9.2.1;</p> <p>9.3. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Serviço de Concessão de Pensões
Síntese da Providência Adotada
<p>O benefício de Maria de Jesus Santana Sena foi cancelado, a partir de 01/08/2015, bem como foi dada ciência à pensionista da referida decisão, inclusive sobre a devolução ao Erário dos valores por ela recebidos indevidamente, visto que não ficou comprovada sua boa-fé (Carta nº 035/2015-SECOPE).</p> <p>Pelo Ofício nº 13191/2015-TCU-SEFIP o TCU informou ao Senado Federal que Maria de Jesus Santana Sena interpôs recurso contra o Acórdão nº 3524/2015-2ª Câmara, o qual foi reconhecido com efeito suspensivo. Assim, foi restabelecido o pagamento da pensão à referida pensionista, a partir de 01/08/2015, até apreciação de mérito pelo Colegiado do TCU.</p> <p>Pelo Ofício nº 7351/2016-TCU/SEFIP, de 11/05/2016 (processo SF nº 00200.012824/2015-61), o TCU informou ao Senado Federal que segundo o Acórdão nº 2025/2016-2ª Câmara, o TCU negou provimento ao pedido de reexame proposto por Maria de Jesus Santana Sena. O pagamento foi suspenso a partir de 01/06/2016.</p> <p>O processo foi enviado à COPAG para atualizar a planilha de valores que a pensionista deverá ressarcir ao Erário, referente a o período de 14/04/2003 a 01/06/2016. Posteriormente, a interessada será informada sobre o montante que deverá ressarcir aos cofres públicos, conforme determinado no Acórdão nº 3524/2015-TCU-2ª Câmara, que julgou ilegal a pensão civil.</p>
Síntese dos Resultados Obtidos
Diligência parcialmente atendida.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	011.304/2012-0			DE	OFÍCIO 8607/2016-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					

Solicita encaminhar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal comprovante de ciência do (a,s) Sr(a,s). Delvina Sousa da Silva e Isaías Philipe da Silva, acerca do teor do Acórdão 397/2013-TCU-1ª Câmara, que trata do pedido de reexame interposto pelo beneficiário Bruno César da Silva Souza contra o Acórdão 4040/2012 – 1ª Câmara.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões	
Síntese da Providência Adotada	
Embora o Acórdão nº 4.040/2012-TCU-1ª Câmara tenha julgado ilegais as concessões de pensões civis a BRUNO CÉSAR DA SILVA SOUZA, DELVINA SOUSA DA SILVA e ISAIAS PHILIFE DA SILVA ROSA, em razão da concessão em favor de menor sob guarda, em desacordo com o Acórdão nº 2.515/2011-TCU-Plenário, foi dada ciência apenas a BRUNO CÉSAR DA SILVA SOUZA, menor sob guarda, que a partir de 01/09/2012 sua pensão seria cancelada (Carta nº 48/2012-SECOPE), visto que a beneficiária DELVINA SOUSA DA SILVA faleceu em 27/09/2010, e o beneficiário ISAIAS PHILIFE DA SILVA completou a maioria em 8/5/2012.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	004.560/2016-7			DE	OFÍCIO 10151/2016-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					

Com vistas ao saneamento de processo de pensão civil dos instituidores Marcelo Gomes de Figueiredo Mesquita, mat. 32557; Luiz Eduardo Oliveira Del Bosco, mat. 38560; José Aduino Aragão Campelo, mat. 23398 e Cristiane Yurico Miki, mat. 106103, o TCU solicitou encaminhar àquela Corte de Contas os documentos/esclarecimentos (portaria de designações de funções, mapa de tempo de funções) que comprovem os tempos (início, fim e tempo total) ocupados pelos referidos instituidores de pensão em funções comissionadas ou cargos em comissão.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões	
Síntese da Providência Adotada	
<p>A diligência foi devidamente atendida e o processo encaminhado à SCISF para repassar ao TCU os esclarecimentos e a documentação solicitada. Foram encaminhados os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do ex-servidor MARCELO GOMES DE FIGUEIREDO MESQUITA: Atos da Diretoria Executiva do CEGRAF nºs 405/1994, 503/1994, 453/1994 e 144/1995; e mapa de tempo de funções exercidas. - do ex-servidor LUIZ EDUARDO OLIVEIRA DEL BOSCO: ficha financeira referente a 1992, tela pastas funcionais do sistema ERGON, Atos do Diretor-Geral nºs 2210/1997, 3454/2005, 25/2008, Portaria da Diretoria-Geral nº 3060/2013 e mapa de tempo de funções exercidas. - do ex-servidor JOSÉ ADAUTO ARAGÃO CAMPELO: Ofício nº 0506/83-SSENG, Portaria do Diretor da Secretaria Administrativa nº 372/1983; processo nº 009553/86-0, com as Portarias 28/1984 e 29/1984, processo nº 004825/87-0, processo nº 005079/87-0, processo nº 011380/87-0, processo nº 011386/87-0, processo nº 002577/88-7, processo nº 019035/91-8, processo nº 002276/92-5, processo nº 012528/92-7, processo nº 014252/92-9, processo nº 000883/93-0, processo nº 000285/95-1, processo nº 022496/95-5, processo nº 005895/96-0, com a Portaria nº 589/1996, processo nº 014297/96-5, com os Atos do Diretor-Geral nºs 1172/1996 e 1170/1996, Atos do Diretor-Geral nºs 953/2005 e 716/2008, processo nº 004697/08-1, com o Ato do Diretor-Geral nº 748/2008; e mapa de tempo de funções exercidas. - da ex-servidora CRISTIANE YURICO MIKI: processo nº 000147/03-6, Atos do Diretor-Geral nºs 3180/2003, 2063/2008 e 2993/2010; e mapa de tempo de funções exercidas. 	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	002.256/2011-8			DE	OFÍCIO 10647/2016-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Com vistas ao saneamento de processo de pensão civil da pensão instituída pela ex-servidora Luiza Berg Cabral, mat. 15, o TCU solicitou encaminhar àquela Corte de Contas: – cópia integral do processo de concessão de pensão em benefício de Célia Berg da Silva; - esclarecimentos acerca da comprovação da dependência econômica da beneficiária em relação à instituidora; e informar se no momento da concessão a beneficiária foi questionada a respeito do seu estado civil, ou seja, casada ou em união estável, bem como se ela tinha filhos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					
Foi providenciada cópia do processo de pensão nº 00200.006451/2003-55, bem como os esclarecimentos solicitados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	011.706/2014-7	2.780/2016-TCU-PLENÁRIO	9.1 e 9.2	DE	OFÍCIO 11821/2016-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>9.1 com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar às unidades jurisdicionadas em que tenham sido identificados os 19.520 indícios de pagamento indevido de pensão a filha solteira, maior de 21 anos, em desacordo com os fundamentos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/1958 e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a adoção das seguintes providências:</p> <p>9.1.1. tendo por base os fundamentos trazidos no voto, a prova produzida nestes autos e outras que venham a ser agregadas pelo órgão responsável, promover o contraditório e a ampla defesa das beneficiárias contempladas com o pagamento da pensão especial para, querendo, afastar os indícios de irregularidade a elas imputados, os quais poderão conduzir à supressão do pagamento do benefício previdenciário, caso as irregularidades não sejam por elas elididas:</p> <p>9.1.1.1 recebimento de renda própria, advinda de relação de emprego, na iniciativa privada, de atividade empresarial, na condição de sócias ou representantes de pessoas jurídicas ou de benefício do INSS;</p> <p>9.1.1.2 recebimento de pensão, com fundamento na Lei 8.112/1990, art. 217, inciso I, alíneas “a”, “b” e “c”;</p> <p>9.1.1.3 recebimento de pensão com fundamento na Lei 8.112/1990, art. 217, inciso I, alíneas “d” e “e” e inciso II, alíneas “a”, “c” e “d”;</p> <p>9.1.1.4 titularidade de cargo público efetivo federal, estadual, distrital ou municipal ou de aposentadoria pelo Regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público,</p> <p>9.1.1.5 ocupação de cargo em comissão, de cargo com fundamento na Lei 8.745/1993, de emprego em sociedade de economia mista ou em empresa pública federal, estadual, distrital ou municipal;</p> <p>9.1.2 fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da respectiva notificação pela unidade jurisdicionada, para que cada interessada apresente sua defesa, franqueando-lhe o acesso às provas contra elas produzidas e fazendo constar no respectivo ato convocatório, de forma expressa, a seguinte informação: “<i>da decisão administrativa que suspender ou cancelar o benefício, caberá recurso nos termos dos arts. 56 a 65 da Lei 9.784/1999, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da ciência da decisão pela parte interessada, perante o próprio órgão ou entidade responsável pelo cancelamento da pensão</i>”;</p> <p>9.1.3 na análise da defesa a ser apresentada pelas interessadas, considerar não prevalentes as orientações extraídas dos fundamentos do <u>Acórdão 892/2012-TCU-Plenário</u>, desconsiderando a subjetividade da aferição da dependência econômica das beneficiárias em relação à pensão especial instituída com base na Lei 3.373/1958 e da aferição da capacidade da renda adicional oferecer subsistência condigna, em vista da possibilidade de supressão do benefício previdenciário considerado indevido;</p>					

9.1.4. não elididas as irregularidades motivadoras das oitivas individuais descritas nos subitens 9.1.1.1 a 9.1.1.5 deste acórdão, promover, em relação às respectivas interessadas, o cancelamento da pensão decorrente do art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/58;

9.2. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, fixar prazo de 60 dias, a contar da ciência, para que as unidades jurisdicionadas apresentem ao Tribunal de Contas da União plano de ação com prazo para cumprimento e ciência a esta Corte de Contas das medidas determinadas nos subitens 9.1.1 a 9.1.4 deste Acórdão, a serem implementadas em até 180 dias da ciência da presente deliberação;

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões	
Síntese da Providência Adotada	
As pensionistas foram notificadas; o plano de ação entregue no TCU em 10/02/2017 e as defesas começaram a serem apreciadas pelo Senado Federal.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência parcialmente atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro – Recomendações da Secretaria de Controle Interno – Atendidas integral ou parcialmente

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	00200.003213/2010-1779				PARECER 2/2016-COAUDES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					

Verificar se o ex-servidor JORGE GONÇALVES SOARES, mat. 12388, falecido em 03/02/2010, foi designado para exercer a função comissionada de Motorista (FC05) ou se a referida função é inerente. No caso de confirmação da segunda hipótese, tendo em vista que a pensionista remanescente HELENA VALÉRIA TEIXEIRA SOARES recebe atualmente 6/10 de FC05, deverá ocorrer transformação em parcela compensatória, conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Verificamos que a incorporação de quintos/décimos ocorreu em virtude de o referido ex-servidor ter recebido a função inerente de Motorista. Assim, considerando que a pensão foi concedida com paridade, em virtude de o ex-servidor ter sido aposentado por invalidez, foi elaborado novo título concessório, referente à concessão inicial da pensão, em 03/02/2010, a fim de transformar a incorporação de quintos/décimos em parcela compensatória, em atendimento ao item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013 – TCU – Plenário, bem como foram retificados os sistemas SISAC e ERGON. Na oportunidade, foi necessária a confecção da Portaria e da alteração do Título Concessório por motivo da maioria de MILENNE TEIXEIRA SOARES, em 23/01/2012.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	00200.003345/2012-19				PARECER Nº 18/2016-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					

Alterar o Título Concessório para alterar o percentual de anuênios de 22% (vinte e dois por cento) para 16% (dezesseis por cento), a partir de 24/02/2012, data do falecimento do ex-servidor WALDECY CARMO DE AMORIM, mat. 28360, considerando que antes do advento da Lei nº 8.112/90 o ex-servidor era celetista, então, seu tempo de serviço prestado à Fundação Hospitalar do Distrito Federal não pode ser computado para fins de anuênios, conforme Acórdão nº 6.142/2010-TCU-2ª Câmara.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões	
Síntese da Providência Adotada	
<p>O SECOPE providenciou a alteração do título concessório para alterar o percentual da GATS de 22% para 16%, a partir de 15/02/2012, data do falecimento do ex-servidor WALDECY CARMO DE AMORIM, mat. 28360, considerando que seu tempo de serviço prestado à Fundação Hospitalar do Distrito Federal não pode ser computado para a concessão da GATS, tendo em vista não atender o Acórdão nº 6.142/2010-TCU-2ª Câmara, ou seja, passou a ser estatutário somente com o advento da Lei nº 8.112/90. Os interessados foram intimados sobre a redução do valor da pensão, bem como foram retificados os sistemas SISAC e ERGON.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	00200.08976/2014-88				PARECER Nº 66/2016-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					

Verificar se o ex-servidor JOSÉ LUIZ DOS SANTOS, mat. 120458, falecido em 23/01/1994, foi designado para exercer a função comissionada de Contínuo (FC01); se a referida função é inerente, e, se for o caso, a transformação em parcela compensatória, conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões	
Síntese da Providência Adotada	
Verificamos que o ex-servidor não foi designado para o exercício da função comissionada de Contínuo. Assim, considerando que a pensão foi concedida com paridade, em virtude de o ex-servidor ter falecido em 23/01/1994, foi elaborado novo título concessório, a fim de transformar a incorporação de quintos/décimos e opção em parcela compensatória, em atendimento ao item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013 – TCU - Plenário. Os sistemas ERGON e SISAC foram retificados.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	00200.016473/2000-81				PARECER 67/2016-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					

Incluir a vantagem “Opção” FC03 nos proventos dos pensionistas do instituidor MAURO DA SILVA DE FELICE, mat. 34517, com base na determinação do Primeiro-Secretário de restabelecimento da referida vantagem aos servidores aposentados/pensionistas que a tiveram excluída de seus proventos por ocasião da implantação do plano de carreira instituído pela Resolução nº 7/2002.

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Verificou-se que a incorporação de quintos/décimos do ex-servidor ocorreu em virtude do exercício da função externa “Gratificação de Representação de Técnico GR-13B”, no período de 02/01/68 a 31/01/81, na extinta Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República - SEPLAN/PR, a qual entendemos que foi indevidamente equiparada à função comissionada retribuída pelo símbolo FC03 da tabela do antigo Centro Gráfico do Senado Federal, pois não havia previsão legal de que a incorporação de quintos/décimos de função externa pudesse dar-se por meio de equiparação com as funções comissionadas existentes na tabela do Senado Federal. Apenas a Resolução SF nº 74/1994 previu a equivalência de funções externas com funções comissionadas do Senado Federal, desde que as referidas funções externas fossem DAS-1 a DAS-6; do contrário, a incorporação de quintos/décimos deveria ser feita com o valor vigente no órgão a que pertence a função. Assim, informamos à SCISF que não foi providenciado o restabelecimento da Opção pela FC03 e que a incorporação de quintos/décimos que recebe (10/10 da FC03) deverá ser retificada para 10/10 da função externa “Gratificação de Representação de Técnico GR-13”, a qual deverá ser ajustada com base no valor vigente na extinta SEPLAN/PR, e não com os valores da extinta FC03 do antigo Centro Gráfico do Senado Federal.</p> <p>Em 21/03/2016 a SCISF retornou os autos ao SECOPE para que a pensionista fosse notificada sobre a necessidade de apresentar uma declaração da antiga SEPLAN com os valores das funções exercidas pelo ex-servidor, para regularizar a situação.</p> <p>Pelo Ofício nº 003/2016-COBEP, de 31/03/2016, a COBEP solicitou ao Departamento de Órgãos Extintos – Coordenação Geral de Estatutários, informar o valor da função correspondente a Técnico GR-13B da extinta SEPLAN/PR. Estamos aguardando resposta do Departamento de Órgãos Extintos.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência não atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
SENADO FEDERAL	

Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	00200.003623/2012-20				PARECER Nº 112/2016-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Retificar a concessão inicial da aposentadoria e da pensão instituída pelo ex-servidor RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA, mat. 21833, para incluir o 13º salário no cálculo da média aritmética e aplicar o Acórdão nº 1.176/2015-TCU-Plenário.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					
Aguardando a resposta à consulta que a COBEP fez à ADVOSF sobre a necessidade de retificar a concessão inicial da pensão para incluir o 13º salário no cálculo da média, pois a pensão foi alterada pela EC nº 70/2012, em 29/03/2012, e está sendo paga corretamente desde então, e conforme o item 9.4 do Acórdão nº 1.176/2015-TCU, o TCU determinou retificar nos casos em que os proventos não estejam sendo pagos de acordo com as regras do referido acórdão. A consulta foi realizada pelo processo nº 00200.010138/2015-55.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência não atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

6	00200.023174/2011-55				PARECER Nº 113/2016-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Retificar a concessão inicial da aposentadoria e da pensão instituída pelo ex-servidor MANOEL FRANCISCO NETO, mat. 18238, para incluir o 13º salário no cálculo da média aritmética e aplicar o Acórdão nº 1.176/2015-TCU-Plenário.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					
Aguardando a resposta à consulta que a COBEP fez à ADVOSF sobre a necessidade de retificar a concessão inicial da pensão para incluir o 13º salário no cálculo da média, pois a pensão foi alterada pela EC nº 70/2012, em 29/03/2012, e está sendo paga corretamente desde então, e conforme o item 9.4 do Acórdão nº 1.176/2015-TCU, o TCU determinou retificar nos casos em que os proventos não estejam sendo pagos de acordo com as regras do referido acórdão. A consulta foi realizada pelo processo nº 00200.010138/2015-55.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência não atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	00200.022530/2011-13				PARECER 114/2016-COAUDPES/SCISF

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		Código SIORG
Senado Federal		
Descrição da Deliberação		
Retificar a concessão inicial da pensão instituída pelo ex-servidor ELDER DE PAIVA BORGES, mat. 45552, para incluir o 13º salário no cálculo da média aritmética e aplicar o Acórdão nº 1.176/2015-TCU-Plenário; verificar se houve designação da FC01 (Contínuo) e o percentual da GATS.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões		
Síntese da Providência Adotada		
Aguardando a resposta à consulta que a COBEP fez à ADVOSF sobre a necessidade de retificar a concessão inicial da pensão para incluir o 13º salário no cálculo da média, pois a pensão foi alterada pela EC nº 70/2012, em 29/03/2012, e está sendo paga corretamente desde então, e conforme o item 9.4 do Acórdão nº 1.176/2015-TCU, o TCU determinou retificar nos casos em que os proventos não estejam sendo pagos de acordo com as regras do referido acórdão. A consulta foi realizada pelo processo nº 00200.010138/2015-55.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Diligência não atendida.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	00200.009614/2009-47				PARECER 115/2016-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Senado Federal	
Descrição da Deliberação	
Retificar a concessão inicial da pensão instituída pelo ex-servidor CARLOS HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, mat. 26302, para incluir o 13º salário no cálculo da média aritmética e aplicar o Acórdão nº 1.176/2015-TCU-Plenário.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões	
Síntese da Providência Adotada	
Aguardando a resposta à consulta que a COBEP fez à ADVOSF sobre a necessidade de retificar a concessão inicial da pensão para incluir o 13º salário no cálculo da média, pois a pensão foi alterada pela EC nº 70/2012, em 29/03/2012, e está sendo paga corretamente desde então, e conforme o item 9.4 do Acórdão nº 1.176/2015-TCU, o TCU determinou retificar nos casos em que os proventos não estejam sendo pagos de acordo com as regras do referido acórdão. A consulta foi realizada pelo processo nº 00200.010138/2015-55.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência não atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	00200.008027/2004-26				PARECER 741/20165-SSAURH/SCINT
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					

Incluir declaração de não acumulação de pensão dos beneficiários da pensão instituída pelo ex-servidor MÁRIO MACHADO DE SOUZA, mat. 27999; excluir do sistema ERGON o reajuste de 15% concedido aos servidores do Senado Federal; retificar o Título Concessório para alterar o valor da GAL e a parcela anuênios; e retificar alguns campos do sistema SISAC.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões	
Síntese da Providência Adotada	
O SECOPE incluiu cópias dos recadastramentos de 2005 dos beneficiários da pensão para comprovar a não acumulação de pensão; informou que o reajuste de 15% já havia sido retirado em 01/01/2014, em observância ao Acórdão nº 2602/2013, tendo em vista que a pensão é sem paridade; retificou o título concessório para alterar o valor da GAL e o percentual da GATS de 15% para 16%, a partir de 14/04/2004, bem como informou que a incorporação de quintos/décimos também foi alterada.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	00200.002347/2014-44				PARECER 250/2016-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					

Verificar as divergências no valor da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) utilizada no cálculo da pensão instituída pelo ex-servidor HÉLIO DUARTE MARINHO, mat. 125493, uma vez que nos cálculos da pensão foram considerados 8/10 FC06 + 2/10 FC07 e nos SISACs referentes à alteração da aposentadoria do ex-servidor foram considerados 6/10 FC06 + 4/10 FC08.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões	
Síntese da Providência Adotada	
<p>O SECOPE esclareceu que a divergência ocorreu porque à época do óbito do ex-servidor ele recebia 8/10 FC06 + 2/10 FC07, mas posteriormente ao seu óbito houve o registro da alteração de sua aposentadoria no sistema SISAC para incluir a vantagem Opção, com vigência a partir de 01/07/1994, e na ocasião a incorporação de quintos/décimos foi revista para 6/10 FC06 + 4/10 FC08; e para incluir o art. 190, da Lei nº 8.112/90, integralizando a aposentadoria, com vigência a partir de 13/12/2012, com incorporação de 6/10 FC06 + 4/10 FC08, conforme processo de aposentadoria nº 00200.008970/1993-25. Na oportunidade, foi verificado que a vantagem Opção que o ex-servidor recebia ao falecer era de Assistente Técnico, símbolo FC-1 (antiga FC06), e conforme o processo de aposentadoria do ex-servidor também foi atualizada para Subchefe de Gabinete, símbolo FC-2 (antiga FC07). Assim, foram providenciadas as alterações dos Títulos Concessórios para retificar a incorporação de quintos/décimos de 8/10 FC06 + 2/10 FC07 para 6/10 FC06 + 4/10 FC08 e a parcela Opção FC-1 para FC-2, nos cálculos da pensão instituída pelo ex-servidor HÉLIO DUARTE MARINHO, mat. 125493, bem como foram retificados os sistemas ERGON e SISAC.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	00200.006082/2001-39				PARECER 258/2016-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Senado Federal	
Descrição da Deliberação	
Retificar no DOU o texto da Portaria nº 3451/2015, publicada na Seção 1, de 23/04/2015; alterar no SISAC o campo “Relação de Parentesco/Dependência” de “ex-esposa pensionada” para “ex-companheira pensionada”; e verificar se o ex-servidor JOSÉ ALVES DOS SANTOS, mat. 13230, falecido em 11/04/2001, foi designado para exercer a função comissionada de Artesanato (FC01) ou se a referida função é inerente. No caso de confirmação da segunda hipótese, tendo em vista que a pensionista remanescente EUNICE FERREIRA DA SILVA recebe atualmente 4/10 de FC01, deverá ocorrer transformação em parcela compensatória, conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões	
Síntese da Providência Adotada	
Verificamos que a incorporação de quintos/décimos ocorreu em virtude de o referido ex -servidor ter recebido a função inerente de Artesanato. Assim, considerando que a pensão foi concedida com paridade, em virtude de o ex-servidor ter falecido em 11/04/2001, foram elaborados novos títulos concessórios, a fim de transformar a incorporação de quintos/décimos e opção em parcela compensatória, em atendimento ao item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013 – TCU – Plenário, bem como foi republicada no DOU a Portaria nº 3451/2015 e foram alterados os sistemas ERGON e SISAC.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	00200.023609/2005-13				PARECER 409/2016-COAUDPES/SCISF

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		Código SIORG
Senado Federal		
Descrição da Deliberação		
Analisar as incongruências apresentadas pela Junta Médica do Senado Federal, no tocante à invalidez do ex-servidor CARLOS ALBERTO RODRIGUES SANTOS, mat. 25553, falecido em 26/11/2005, e, se for caso, alterar a aposentadoria e/ou pensão, via novo SISAC, com o intuito de harmonizar os SISACs de aposentadoria e pensão.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões		
Síntese da Providência Adotada		
<p>A Junta Médica emitiu novo laudo em 12/08/2016, constatando que o ex-servidor era portador de doença prevista em lei, a partir de 08/01/2003; conseqüentemente, o SEAPOS reviu a aposentadoria do mencionado ex-servidor e sugeriu o retorno da fundamentação legal para proventos proporcionais. Para isso, o Ato do Diretor-Geral nº 4548/2009 foi tornado sem efeito e o Ato da Diretoria-Geral nº 3602/1997 foi alterado para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, a partir de 08/01/2003, integralizando os proventos do ex-servidor, conforme Portaria da Diretoria-Geral nº 2927/2016, publicada no DOU de 07/10/2016. O SECOPE providenciou a alteração da pensão apenas no sistema SISAC, pois a Portaria e o Título Concessório estavam de acordo com os proventos integrais do ex-servidor.</p>		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Diligência atendida.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

13	00200.002293/2015-06				PARECER 993/2016-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p style="text-align: center;">Verificar se o ex-servidor ÁLVARO ALMEIDA DE BRITO, mat. 50328, falecido em 07/10/2014, foi designado para exercer função comissionada (FC08), uma vez que as pensionistas recebem 10/10 FC08 (Consultor Legislativo) e se a referida função é inerente; e, se for o caso, a transformação em parcela compensatória, conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					
<p style="text-align: center;">Verificamos que a incorporação de quintos/décimos ocorreu em virtude de o referido ex-servidor ter recebido a função inerente de Consultor Legislativo (FC08) e a função comissionada de Consultor-Geral Adjunto (FC08), esta, nos períodos de 03/04/1995 a 01/04/1996 = 365 e 02/04/1996 a 18/04/1996 = 17 dias. Assim, o ex-servidor faria jus à incorporação de 2/10 FC08 (Consultor-Geral Adjunto), excluindo a incorporação referente ao cargo de Consultor Legislativo, que deverá ser transformada em parcela compensatória (8/10 - Consultor Legislativo), e considerando que a pensão foi concedida com paridade, foi elaborado novo título concessório a fim de transformar a incorporação de quintos/décimos em parcela compensatória, em atendimento ao item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013 – TCU – Plenário, e foram alterados os sistemas ERGON e SISAC. O processo está no GBSEGP.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência não atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

14	TC 032.948/2015-8	15/2016 – TCU – Segunda Câmara		DE	Ofício nº 1279/2016-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União encaminha o Acórdão nº 15/2016-TCU-2ª Câmara, em que foi considerado prejudicado, por inépcia, o ato de aposentadoria da servidora ROGÉRIA SUELI DOS SANTOS PACHECO CAVALETO e determina ao Senado Federal que, no prazo de trinta dias, submeta, pelo SISAC, no vo ato, livre das falhas apontadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
Elaboração de novo formulário SISAC referente à aposentadoria da servidora, com a correção das falhas apontadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	TC 017.082/2003-6			DI	Ofício 2711/2016-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					

Descrição da Deliberação	
O TCU solicita o encaminhamento dos documentos que comprovem o cumprimento do subitem 1.10 do Acórdão 3338/2012-TCU- 1ª CÂMARA, que versa sobre a aposentadoria do servidor TERESO DE JESUS TORRES.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhamento da cópia do demonstrativo de pagamento de março/2016 e das fichas financeiras de 2012 a 2016. Foi informado que os descontos na folha de pagamento do servidor tiveram início em setembro/2012, sendo que a última parcela (vigésima sétima) será descontada em junho/2018. Foi esclarecido, ainda, que as majorações de remuneração, no decorrer do período, elevam o valor da parcela resultando em uma antecipação da liquidação do débito.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC 005.264/2012-0			DI	Ofício nº 8935/2016-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					

Descrição da Deliberação	
O TCU solicita, no prazo de 15 dias que sejam encaminhados os esclarecimentos/documentos dos servidores relacionados.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhamento das cópias dos contracheques dos servidores, sem a inclusão da parcela compensatória, bem como cópia dos cálculos dos proventos realizados ao tempo da concessão, uma vez que as aposentadorias foram consumadas de acordo com a legislação e o entendimento aplicados à época. Encaminhamento das cópias dos atos de designação das funções comissionadas exercida pelo servidor GENILSON DO ESPÍRITO SANTOS JAMAR. Foram esclarecidos os motivos pelos quais as vantagens VPNI e Opção recebidas pelos servidores não foram transformadas em Parcela Compensatória, com base no Acórdão nº 2.602/2013 – TCU - Plenário.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	TC 004.504/2014-3			DI	Ofícios nºs 9395/2016 -TCU/SEFIP e 9396/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					

Descrição da Deliberação	
O Tribunal de Contas da União solicita, no prazo de 15 (quinze) dias, o encaminhamento do comprovante de ciência do servidor aposentado, bem como cópia das portarias de designação e de exoneração das funções exercidas por NEYTON XAVIER DE VELLASCO.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhamento, ao servidor, de cópia do Ofício nº 9396/2016 – TCU/Sefip, mediante o qual o TCU lhe oferece oportunidade para o contraditório e ampla defesa diante da possibilidade de aquele Tribunal prolatar decisão que lhe seja desfavorável acerca de irregularidade encontrada em seu ato de aposentadoria. Por meio do OFÍCIO N.º 21/2016 - COAUDPES/SCISF/SF, a Secretaria de Controle Interno do Senado Federal solicitou dilação de prazo para cumprimento da diligência, em decorrência da dificuldade de localização de documentação na pasta funcional do servidor.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	TC 004.489/2014-4	5753/2016 – TCU – 1ª Câmara		DE	Ofício nº 9870/2016-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					

O TCU envia o Acórdão nº 5753/2016 – TCU – 1ª Câmara e solicita, no prazo de 30 (trinta) dias, o encaminhamento dos comprovantes de ciência dos servidores aposentados que tiveram suas aposentadorias julgadas ilegais – ELINEA ANSELMO CHAGAS e LUIZ GONZAGA DA COSTA – bem como ações para “suspensão dos pagamentos decorrentes dos atos de aposentadoria considerados ilegais” e emissão de novos atos no sistema SISAC livres das irregularidades apontadas.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Encaminhamento, para ciência, de cópia do Ofício nº 9870/2016-TCU/SEFIP aos servidores.</p> <p>Publicação de nova Portaria de concessão de aposentadoria e encaminhamento de novo Sisac ao TCU, com efeitos a partir de 01/11/2016, livre da irregularidade apontada pela Corte de Contas, considerando-se a data da publicação da Lei nº 9.624/1998 (08/04/1998) como data limite para incorporação da vantagem “quintos”.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	TC 032.911/2015-7	1989/2016 – TCU – 2ª Câmara		DE	Ofícios nºs 3243/2016 – TCU/SEFIP e 7141/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					

O TCU solicita, no prazo de 15 (quinze) dias, o encaminhamento do formulário SISAC livre das falhas apontadas no Acórdão nº 1989/2016-TCU-2ª Câmara, que se refere à aposentadoria do servidor OSÉLIO SANTANA CÉSAR.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhamento de novo formulário SISAC, com a correção das inconsistências apontadas.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Denominação Completa				Código SIORG	
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	TC 004.494/2014-8	6689/2016 – TCU – 1ª Câmara		DE	Ofício nº 10656/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>O TCU envia o Acórdão nº 6689/2016 – TCU – 1ª Câmara, que julgou ilegais as alterações da aposentadoria do servidor LUIZ RIBEIRO DE MENDONÇA, em razão do “pagamento indevido de parcela denominada ‘opção’, sem que fossem preenchidos os requisitos do art. 193 da Lei nº 8.112/90 até 18/1/1995”.</p> <p>Após dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, determina ao Senado Federal que:</p> <p>9.3.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes dos atos de alteração de aposentadoria considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento no art. 262 do Regimento Interno/TCU;</p>					

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;	
9.3.3. dê ciência do inteiro teor deste acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;	
9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
Envio, para ciência, de cópia do referido Acórdão à procuradora do servidor. Alteração da parcela Opção nos proventos do servidor, de FC09 para FC07, a partir de 01/12/2016. Publicação de ato de alteração da aposentadoria para a inclusão do art. 190 da Lei nº 8.112, de 1990, a partir de 16/07/2012, e elaboração de nova alteração de título concessório, livres da irregularidade apontada.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	TC 007.658/2016-8			DI	Ofício nº 12580/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					

Descrição da Deliberação	
O Tribunal de Contas da União solicita, no prazo de 15 (quinze) dias, o encaminhamento do mapa de exercício de cargos em comissão e/ou funções de confiança desempenhados pela ex-servidora Maria de Jesus Bastos, detalhando, ainda, as funções consideradas para incorporação de quintos em período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a Medida Provisória nº 2.225-45/2001. Solicita, também, o encaminhamento de cópia de decisão judicial ou administrativa que tenha garantido a incorporação de quintos no referido interstício.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhamento de cópia do mapa de tempo de contribuição e de serviço em cargos em comissões ou função de confiança constantes no processo de aposentadoria. Foi informado que todas as funções detalhadas no referido mapa foram consideradas para fins de incorporação de quintos, e que foi computado o exercício de função no período compreendido entre 09/04/1998 a 04/09/2001. Foi encaminhada, ainda, cópia do processo em que o então Diretor da Secretaria de Recursos Humanos consultou a Advocacia do Senado Federal sobre a aplicação do Acórdão nº 2248/2005 – TCU – Plenário, bem como cópia do referido acórdão.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	TC 007.660/2015-4	11514/2016 – TCU – 2ª Câmara		DE	Ofícios nºs 11214/2016 – TCU/SEFIP e 11209/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Senado Federal	
Descrição da Deliberação	
<p>O Tribunal de Contas da União envia o Acórdão nº 11514/2016 – TCU – 1ª Câmara, que julgou ilegal a aposentadoria do servidor ITAMAR BARSOA MONTEIRO, em razão da contagem do tempo rural sem o recolhimento das contribuições previdenciárias.</p> <p>Determina ao Senado Federal que:</p> <p>9.3.1. instaure os competentes processos administrativos, com oferecimento do contraditório, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para:</p> <p>9.3.1.1. apurar os valores recebidos indevidamente pelo interessado, desde a data em que o mesmo entregou ao Senado Federal a declaração considerada falsa pelo INSS, que supostamente comprovaria o recolhimento das respectivas contribuições previdenciárias relativas a tempo rural incorporado pelo ex-servidor naquele órgão, e promover, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, o ressarcimento ao erário, considerando-se não mais haver, a priori, no caso concreto, a presunção de boa-fé na percepção de vantagens decorrentes da mencionada incorporação de tempo rural, a partir da referida data de entrega de declaração falsa;</p> <p>9.3.1.2. apurar a existência de outros casos similares ao analisado neste processo, adotando as providências de sua alçada para regularizar as situações irregulares eventualmente identificadas, franqueando previamente aos interessados o direito ao contraditório;</p> <p>9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado e encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o aposentado teve conhecimento do acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;</p> <p>9.3.3. faça cessar, a partir da ciência do presente acórdão, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.3.4. oriente o Sr. Itamar Barbosa Monteiro que ele poderá adotar uma das seguintes opções:</p> <p>9.3.4.1. comprovar o recolhimento previdenciário do tempo rural averbado (recolhido à época própria ou, posteriormente, de forma indenizada) e solicitar nova aposentadoria;</p> <p>9.3.4.2. requerer nova aposentadoria, com proventos proporcionais a 24/35, com fulcro no art. 40, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal,;</p> <p>9.3.4.3. retornar imediatamente à atividade para completar o tempo necessário à aposentadoria compulsória com proventos proporcionais a 27/35, conforme as regras vigentes;</p> <p>9.3.5. no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, informe a este Tribunal sobre as providências adotadas em cumprimento às determinações descritas no subitem 9.3.1, incluindo os respectivos resultados;</p>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
Envio, para ciência, de cópia do referido Acórdão ao servidor.	

Suspensão dos proventos do servidor, a partir de 01/12/2016, em atendimento ao item 9.3.3.
 Encaminhamento, ao TCU, de cópia do Processo SF nº 00200.001237/2016-27, em que a 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, por meio do Ofício nº 13/2016-SECVA2ª, encaminha cópia da Guia da Previdência Social – GPS devidamente paga, referente ao tempo rural averbado, dando cumprimento à tutela antecipada concedida na sentença nos autos da Ação Ordinária nº 32070-36.2013.4.01.3400.
 Encaminhamento de esclarecimento e da cópia dos documentos que tratam do recolhimento da contribuição previdenciária relativa ao tempo rural.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	TC 018.009/2002-2	1070/2016 – TCU – Plenário		DE	Ofícios nºs 7515/2016 – TCU/SEFIP e 7987/2016 – TCU – SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União, por meio do Ofício nº 7515/2016 – TCU/SEFIP solicita, no prazo de 30 (trinta) dias, o encaminhamento à Corte de Contas do cumprimento dos itens elencados no Acórdão nº 1070/2016 – TCU – Plenário, que versa sobre a aposentadoria ilegal do servidor ANTONIO THOMÉ. Posteriormente, por meio do Ofício nº 7987/2016 – TCU – SEFIP, comunica que o servidor interpôs pedido de reexame contra o Acórdão, tendo sido conhecido pela Corte de Contas, com efeito suspensivo em relação aos itens 9.1 e 9.3.1.1.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					

Síntese da Providência Adotada
<p>Envio, para ciência, de cópia do referido Acórdão ao servidor.</p> <p>Suspensão do pagamento dos proventos de aposentadoria, a partir de 01/06/2016, data em que o Senado Federal foi notificado do Acórdão, conforme data de protocolo do processo.</p> <p>Apuração dos servidores que tiveram o emprego público em comissão transformado em cargo público efetivo à época da edição da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.</p> <p>Por meio do OFÍCIO N.º 19/2016-COAUDPES/SCISF/SF, a Secretaria de Controle Interno – SCISF encaminhou esclarecimentos prestados pela Diretoria-Geral do Senado Federal, com vistas a ampliar o prazo para cumprimento das determinações descritas no subitem 9.3.1 do Acórdão.</p>
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	TC 003.746/2011-9	Acórdãos nºs 3517/2016 – TCU – 1ª Câmara, 4.399/2016 – TCU - 1ª Câmara e 4936/2016 – TCU – 1ª Câmara		DE	Avisos nºs 67 – Seses – TCU - 1ª Câmara e 105 – Seses – TCU – 1ª Câmara Ofícios nºs 8898/2016 – TCU/SEFIP, 10015/2016 – TCU/SEFIP e 12107/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					

O TCU encaminha, por meio do Aviso nº 67 – Seses – TCU - 1ª Câmara, cópia do Acórdão nº 3517/2016 – TCU – 1ª Câmara, pelo qual foi negado provimento ao pedido de reexame interposto pelo servidor FERNANDO BRAGA DOS SANTOS contra o Acórdão nº 3.245/2015 – TCU – 1ª Câmara, que considerou ilegal sua concessão de aposentadoria.

Por meio do Ofício nº 8898/2016 – TCU/SEFIP, o TCU solicita, no prazo de 30 (trinta) dias, o encaminhamento do comprovante de ciência do servidor acerca do teor do Acórdão 4399/2016-TCU-1ª Câmara, que não conheceu dos embargos de declaração interpostos pelo servidor ao Acórdão nº 3517/2016 – TCU – 1ª Câmara.

Por meio do Aviso nº 105 – Seses – TCU – 1ª Câmara, o TCU encaminha cópia do Acórdão 4936/2016 -TCU - 1ª Câmara, que rejeitou os embargos de declaração interpostos pelo servidor ao Acórdão nº 4399/2016 – TCU – 1ª Câmara.

O TCU solicita, por meio do Ofício nº 10015/2016 – TCU/SEFIP, no prazo de 30 (trinta) dias, o encaminhamento do comprovante de ciência do servidor, acerca do teor do Acórdão 4936/2016-TCU-1ª Câmara.

Pelo Ofício nº 12107/2016 – TCU/SEFIP, TCU solicita, no prazo de 30 (trinta) dias, o encaminhamento do comprovante de ciência do servidor acerca do teor do Acórdão 7307/2016-TCU-1ª Câmara, que determina o imediato cumprimento do Acórdão 3245/2015-TCU-1ª Câmara, informando, ainda, que novos pleitos não possuem o condão de suspender sua eficácia.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
<p>O Presidente do TCU esclareceu, no Aviso nº 67 – Seses – TCU - 1ª Câmara, que o Acórdão nº 3517/2016 – TCU – 1ª Câmara “produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Presidência serão posteriormente comunicadas”. Dessa forma, o processo foi sobrestado no Senado Federal até nova manifestação do TCU, principalmente em relação à suspensão dos proventos.</p> <p>Foram encaminhadas cópias dos Acórdãos nºs 4.399/2016 – TCU - 1ª Câmara e 4936/2016 – TCU – 1ª Câmara ao servidor.</p> <p>Por meio do Ofício nº 004/2016 - SCISF/SF, a Secretaria de Controle Interno do Senado Federal encaminhou esclarecimentos ao TCU sobre o cumprimento da diligência e indagou “se já houve o trânsito em julgado do processo do servidor para que o Senado Federal possa cumprir o Acórdão 3245/2015 - TCU – 1ª Câmara”.</p> <p>Por força do Acórdão 7307/2016 – TCU – 1ª Câmara, foi suspenso o pagamento dos proventos do servidor, a partir de 01/07/2015, data em que o Senado Federal teve ciência do Acórdão 3245/2015 - TCU – 1ª Câmara. Foi encaminhado ao servidor cópia do Acórdão nº 7307/2016 – TCU – 1ª Câmara.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO

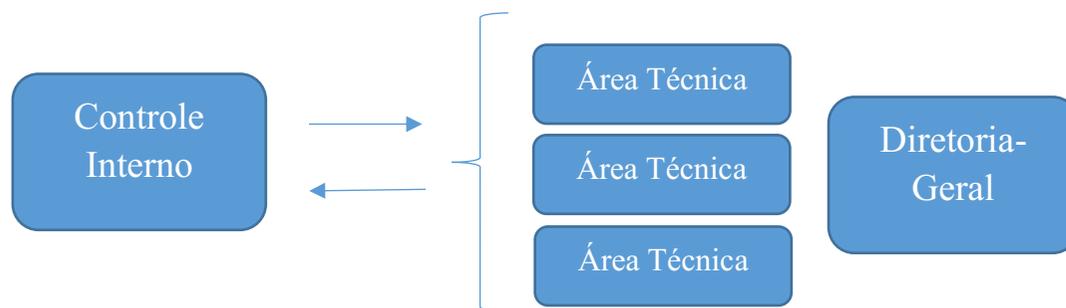
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 010.424/2015-6			Ofício 278-309/2016 – TCU/SEFIP/Diaup	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Controle Interno do Senado Federal (SCISF) e Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP)				
Descrição da determinação/recomendação				
Apurar indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas de forma automática e contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas, bem acompanhar as providências adotadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Ao que competia este Serviço de Registro e Controle de Pessoal Efetivo , foram analisadas as seguintes situações elencadas pela Corte de Contas, quais sejam: “Servidor público é sócio gerente ou administrador de empresa privada”; e “Possível acumulação irregular”. Este Serviço verificou caso a caso, e nas situações identificadas como “Irregularidade procede e foram adotadas medidas para regularizar a situação”, cientificamos os servidores com indício de irregularidade e os convocamos a se defenderem e, dependendo do caso, apresentar declaração que justifique a regularidade da situação. Foi preenchida uma planilha, conforme modelo disponibilizada pelo TCU, e encaminhada ao Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas para consolidar as informações com os outros órgãos subordinados à SEGP.				

Quadro 46 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente

11.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

O Senado Federal possui um órgão de Controle Interno que aborda especificamente questões Contábeis e Financeiras, de Pessoal, de Contratações e de Tecnologia da Informação. Cada uma dessas áreas elabora relatórios periódicos, de acordo com o PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo 1º Secretário da Casa no ano anterior.

Os relatórios são encaminhados à Diretoria-Geral, que define as áreas responsáveis por cada achado e encaminha as recomendações do Controle Interno para que sejam atendidas. Posteriormente, o relatório com os itens respondidos é devolvido ao Controle Interno.



O Controle interno elabora os Quadros de Monitoramento das Recomendações do relatório de Auditoria, a exemplo do modelo abaixo:

QUADRO DE MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO REL. DE AUDITORIA N. 077/2016		
Descrição da Recomendação	Providências/Justificativas apresentadas pela Administração	Status de atendimento à recomendação
<p>Item 1 – abstenha-se de publicar na imprensa oficial extratos de contratos com informações genéricas ou imprecisas;</p> <p>Item 2 – junte sempre aos autos certidões fiscais válidas à data da assinatura dos instrumentos de contratos;</p> <p>Item 3 – anexe sempre aos autos documentação comprobatória da data de convocação da licitante para assinatura do termo contratual.</p>	<p>SETRIN</p> <p>Item 1: “Com relação a essa ocorrência, o Serviço de Planejamento e Controle - SEPCO, responsável pelos procedimentos finais quanto à efetivação de contratos, informou que os extratos foram publicados de acordo com os textos, constantes das Cláusulas dos Objetos dos respectivos contratos, em questão, de maneira resumida.”</p> <p>Item 2: “Instado, o SEPCO, responsável pelos procedimentos finais, quanto à efetivação das avenças, informou que vem envidando esforços, no sentido de proceder à juntada aos autos de todas as certidões fiscais, válidas, na data da assinatura dos contratos. Vale salientar, oportunamente, que se tratam de 08 (oito) contratos, oriundos do Pregão Eletrônico nº 047/2015, que foram datados em dias diferentes”.</p> <p>Item 3: “Com relação a essa ocorrência, o SEPCO informou que há muito tempo vem adotando a prática de convocar as empresas para assinatura das avenças por intermédio de 'email', disponibilizando-lhes a opção de imprimir as vias, assiná-las, enviá-las via encomenda expressa e/ou trazê-las pessoalmente àquele Serviço. Esta iniciativa tem propiciado dinamismo, celeridade e economicidade a esta Casa, uma vez que a maioria das empresas não é sediada no Distrito Federal, como é o caso das (06) seis empresas, entre 08 (oito), objetos do Relatório de Auditoria, em tela [...]”.</p>	<p>ITEM 1: Recomendação prospectiva. Situação: Atendida. Órgão responsável: SADCON</p> <p>ITEM 2: Recomendação prospectiva. Situação: Atendida. Órgão responsável: SADCON</p> <p>ITEM 2: Recomendação prospectiva. Situação: Atendida. Órgão responsável: SADCON</p>

Não existe uma compilação específica com todos os achados, reincidências, áreas apontadas frequentemente, entre outros. O tratamento ainda é feito caso a caso, e movimentado por processos na Casa.

11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Em 2016, foram instauradas 8 Comissões de Sindicância, 5 Comissões de Justificação Administrativa e 4 Processos Administrativos, num total de 17 procedimentos para apuração de responsabilidades.

DETALHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS

Janeiro: Não ocorreu conclusão de processos.

Fevereiro: 1 PAD.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.08863/15-63	PAD	Senador solicita a apuração dos fatos na ocorrência de acidente de trânsito na EPTG (atropelamento) envolvendo o Servidor comissionado, motorista do gabinete. Relatório final encaminhado em 02/02/16 com a sugestão de penalidade de advertência por escrito. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou a penalidade de advertência, decisão publicada BASF 6024, de 08/06/16.

Março: 1 Sindicância

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.014288/15-38	Sindicância	Falta de zelo do servidor enquanto presidente de Comissão de sindicância/PAD. Processo concluído em 14/03/16. Relatório final acatado pela autoridade superior que determinou a penalidade de advertência e que se proceda a cobrança e devolução dos outros processos que se encontram em poder do servidor, decisão publicada BASF 6031, de 17/06/16.

Abril: 2 PAD's, 2 Sindicâncias.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.000700/16-13	PAD	Determinação do Primeiro-Secretário para a instauração de PAD em virtude da conclusão do processo de sindicância nº 00200.03854/2014-03. Relatório final encaminhado em 22/04/16 com a sugestão de penalidade de advertência por escrito. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou a aplicação da penalidade, decisão publicada BASF 6002, de 09/05/16.
00200.013885/14-64	PAD	Denúncia da COPAG de tentativa de fraude em empréstimo consignado. Relatório final encaminhado em 28/04/16 com a sugestão de arquivamento. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada BASF 6034, de 22/06/16.
00200.000285/16-06	Sindicância	Indício de irregularidade no lançamento de horas extras no sistema forponto. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento do processo conforme decisão publicada BASF 6008, de 16/05/16.
00200.018355/15-93	Sindicância	Chefe de gabinete do Senador Delcídio do Amaral. Determinação do Primeiro-Secretário a fim de apurar os fatos quanto a eventual prática de infração disciplinar. Por ordem do Presidente do Senado Federal o servidor foi exonerado em 18/03/16, BASF nº 5967. Processo arquivado por perda do objeto em 13/04/16.

Maio: Não ocorreu conclusão de processos.

Junho: 2 Justificação.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.001972/16-31	Justificação	Companheira solicita o recebimento de pensão Civil da união em decorrência do falecimento do ex-servidor. Relatório final encaminhado com a sugestão do reconhecimento da união estável do casal, em 21/06/16. Relatório acatado pela autoridade superior que reconheceu a união estável relatada, decisão publicada no BASF 6037, de 27/06/2016.
00200.016519/10-33	Justificação	Companheira ds ex-servidor requer o pagamento da pensão civil de acordo com a lei que menciona. Nota Técnica encaminhada com a sugestão de arquivamento dos autos em virtude da perda do objeto tendo em vista que a interessada já recebe pensão vitalícia mediante determinação judicial desde 2013, em 24/06/2016. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada BASF 6043, de 05/07/16.

Julho: Não ocorreu conclusão de processos.

Agosto: 1 Sindicância.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.003838/16-74	Sindicância	Descumprimento de jornada de trabalho e conduta desidiosa. Encaminhado a DGER para consulta a pedido do Sr. Coordenador da Assessoria Técnica da DGER, em 18/08/16. Membros trocados por outros indicados pela Diretoria-Geral, processo retirado do NGCOMP, em 31/08/16.

Setembro: 1 Sindicância.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.017552/15-95	Sindicância	Denúncia de supostas irregularidades na instalação, manutenção e treinamento de servidores para utilização do Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV, da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal – SPSF. Relatório final concluído e encaminhado à autoridade superior para deliberação quanto a instauração de PAD, em 14/09/16. Relatório acatado parcialmente pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada BASF 6126, de 03/11/16.

Outubro: 1 PAD, 2 Sindicâncias e 1 Justificação.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.008563/14-01	PAD	Possível responsabilidade da servidora no recebimento indevido de pensão do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, no período de 1995 a 2001. Relatório final encaminhado com a sugestão de arquivamento dos autos, em 10/10/16. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada BASF 6126, de 03/11/16.
00200.002597/16-46	Sindicância	Possível infração administrativa, sob a acusação de ter abandonado temporariamente o seu posto durante plantão e permitir o acesso de pessoa estranha nas dependências da COPINV. Relatório final encaminhado com a sugestão de abertura de PAD contra o servidor, em 17/10/16. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou a instauração de PAD contra o servidor, decisão publicada BASF 6141, de 25/11/16.
00200.009407/16-11	Sindicância	Possível incidência de assédio contra menor aprendiz do Senado Federal. Relatório final encaminhado com a sugestão de penalidade de advertência ao servidor, em 17/10/16. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou a aplicação da penalidade de advertência ao servidor, decisão publicada BASF 6124, de 31/10/16.
00200.035586/10-57	Justificação	Enteada invalida requer o pagamento da pensão civil. Relatório final encaminhado com a sugestão de não concessão da pensão da união para a enteada do ex-servidor, em 31/10/16. Relatório acatado pela autoridade superior que indeferiu o pleito da interessada, decisão publicada BASF 6133, de 14/11/16.

Novembro: 2 Justificação.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.001606/14-10	Justificação	Pedido de reconsideração de decisão quanto ao pagamento de Adicional de periculosidade. Relatório final encaminhado a autoridade superior com a sugestão de reconhecimento parcial do pleito, em 18/11/16. Relatório acatado integralmente pela autoridade superior que deferiu parcialmente o pleito do interessado, decisão publicada BASF 6146, de 02/12/16.
00200.018566/15-26	Justificação	Pedido de reconsideração de decisão quanto ao pagamento de Adicional de insalubridade. Relatório final encaminhado a autoridade superior com a sugestão de reconhecimento do pleito, em 25/11/16. Relatório acatado integralmente pela autoridade superior que deferiu o pleito do interessado, decisão publicada BASF 6145, de 01/12/16.

Dezembro: 1 Sindicância.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.017539/15-36	Sindicância	Denúncia de supostas irregularidades no fornecimento de sistema de radiocomunicação da polícia do Senado Federal. Relatório final encaminhado a autoridade superior com a sugestão de arquivamento dos autos, em 28/12/16. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada BASF 6171, de 06/01/17.

Quadro 47 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade

11.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5 da Lei 8.666/1993

Os processos de pagamento no Senado Federal seguem o seguinte fluxo:

1. Serviço prestado ou material entregue;
2. Nota Fiscal entregue ao gestor/fiscal pelo fornecedor;

3. Gestor/Fiscal confere a entrega do objeto contratado, atesta a nota fiscal, realiza a conferência dos valores faturados, junta nota de empenho, certidões e demais documentos previstos no contrato - tais como garantia contratual, comprovantes de recolhimento de encargos, dentre outros.

3.1. Em caso de material de consumo, o processo é tramitado à unidade responsável pelo almoxarifado para registro do material. Se material permanente, vai à unidade responsável pelo tombamento.

4. O processo assim instruído é encaminhado à Coordenação de Execução Financeira para registro da liquidação e pagamento, de forma concomitante.

5. Na Coordenação de Execução Financeira o processo é distribuído ao servidor que realizará a análise dos documentos que instruem o processo e, ato contínuo, procede-se ao registro no SIAFI da liquidação da despesa e à emissão da ordem bancária em favor do fornecedor. O tempo para essa etapa, em regra, varia de um a três dias, exceto em processos que demandem mais tempo para análise, como nos casos de pagamentos relativos a reajustes contratuais retroativos ou a repactuações com efeitos retroativos.

5.1. Se detectada alguma inconsistência, o processo é imediatamente restituído ao gestor para que adote as providências necessárias à regularização, retornando em seguida para pagamento.

6. Após o pagamento, o processo é encaminhado à Coordenação de Contabilidade para conferência dos registros e realização da conformidade contábil e documental.

Importante ressaltar que todos os processos recebidos nesta Coordenação para pagamento são distribuídos, analisados e pagos na medida da capacidade laboral da unidade, ou seja, não há prática voltada à priorização ou sobrestamento dos pagamentos em virtude da limitação de recursos. Eventual priorização de processo que já se encontra nesta Coordenação ocorre apenas em função da data de vencimento de fatura emitida por concessionária de serviço público, a fim de se evitar a incidência de encargos moratórios ao Senado Federal.

As contratações no Senado Federal observam sempre o limite orçamentário e financeiro do Órgão, de forma que, após o cumprimento das obrigações previstas em contrato, o processo segue o fluxo indicado acima com vistas ao pagamento dentro do prazo contratado, sem necessidade de seleção de processos que podem ou não ser pagos em decorrência de limitação de recursos financeiros.

11.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

RESUMO

O Acórdão nº 2.859/2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União determinou a desoneração previdenciária nos contratos administrativos no âmbito do Senado Federal, pactuados com empresas de vários seguimentos econômicos, dentre elas, empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e TIC, empresas de call Center e de TI e TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, empresas que exerçam atividades de concepção, desenvolvimento ou projeto de circuitos integrados, empresas do setor hoteleiro, subclasse 5510-8/01 – CNAE 2.0, empresas do setor de construção civil, empresas de construção de obras de infraestrutura, empresas de varejo e empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, contempladas com o Plano Brasil Maior, que dispensou o recolhimento da alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a remuneração de mão de obra, estabelecendo como medida compensatória, o pagamento de um percentual sobre o valor da receita bruta, variando entre 1% (um por cento) até 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), para os casos das empresas de TI e TIC, mediante as seguintes ações administrativas: a) revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes com as

devidas alterações das planilhas de custos e; b) obtenção administrativamente do ressarcimento dos valores pagos a maior (eli são do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados.

O Acórdão nº 1.212/2014 – Plenário do Tribunal de Contas da União versa sobre o monitoramento das determinações do **Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário – TCU**, no documento foram consideradas parcialmente cumpridas às determinações dos seus itens 9.2 e 9.3 em relação ao Senado Federal.

Em 1º/04/2015, a SLTI informou aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG que fora conhecido o pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6). A notícia, veiculada pelo site compras governamentais, pode ser lida [aqui](#).

INTRODUÇÃO

Entre as primeiras medidas do Programa Brasil Maior lançado pelo Governo Federal, a desoneração previdenciária instituída pela Lei nº 12.546/2011, alterada pelas Leis nºs 12.715/2012 e 12.844/2013, dispensou o recolhimento da alíquota de **20% (vinte por cento)** sobre a remuneração de mão de obra de empresas de diversos segmentos econômicos, de acordo com o resumo acima destacado, estabelecendo, como medida compensatória, o pagamento de um percentual sobre o valor da receita bruta variando entre **1% (um por cento) a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento)**, para os casos das empresas de Tecnologia da Informação - TI, Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e de Call Center, conforme regulamentação dos arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546/2011 contida no Decreto nº 7.828/2012.

O Tribunal de Contas da União, por meio do **Acórdão nº 2.859/2013 – TCU -Plenário**, especialmente nos itens 9.2.1 e 9.2.2, determinou ao Senado Federal providências objetivando a revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custos, **atentando para os efeitos retroativos** às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação e que obtenha administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, também mediante alteração das planilhas de custos.

Consequentemente, o Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU em exercício encaminhou ao Diretor-Geral do Senado Federal o Ofício nº 2382/2013-TCU/Selog, de 30/10/2013 - Aviso nº 1671-GP/TCU, de 01/11/2013 - Processo nº 00200.026151/2013-64, para conhecimento da Casa quanto ao teor do Processo de Representação TC-013.515/2013-6, **Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário**, que trata de revisão de preços nos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia.

Por outro lado, o **Acórdão nº 1.212/2014 – Plenário TCU** tem por objetivo o monitoramento das deliberações do mencionado Acórdão nº 2859/2013. Em face da constituição do Grupo de Trabalho Multidisciplinar pela Diretoria Geral do Senado Federal, no documento consideraram-se atendidas parcialmente as determinações dos seus itens 9.2 e 9.3. (item 9.1).

Este Acórdão discute, ainda, os parâmetros e diretrizes para revisão dos contratos no âmbito do TCU, que são considerados fundamentais para fins de revisão dos contratos pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação daquele Órgão, quais sejam:

1) Contratos vigentes e com planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra

A metodologia que melhor se ajusta a tais tipos de ajustes está delineada no parágrafo 13 da instrução transcrita no relatório do Acórdão 2.859/2013 – Plenário TCU, qual seja: excluir o item INSS do grupo ENCARGOS SOCIAIS, com a consequente redução proporcional do item INCIDÊNCIA de A sobre B, e incluir o item INSS no Grupo TRIBUTOS, com a devida alíquota.

2) Contratos vigentes e sem planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra (mensurados por produtos ou resultados)

Para esses contratos, uma metodologia considerada satisfatória foi apresentada pela Caixa Econômica Federal: solicitação da composição de custos com base na obrigação contratual de prestação de esclarecimentos solicitados pela Administração contratante; diante do silêncio ou recusa da contratada, realizar a comparação do objeto contratual com os seus similares, seguido de cálculo do percentual de redução aplicável à avença.

3) Contratos vigentes que envolvam atividades desoneradas e não desoneradas

Para esses casos, a Corte de Contas orientou no sentido de se efetuar o cálculo ponderado da contribuição previdenciária, no caso da contratada realizar outras atividades não desoneradas, reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não desoneradas e a receita bruta total. (Solução de Consulta SRRF01/Disit 38/2012).

4) Contratos encerrados

Devem ser tomadas providências para que se obtenha o ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos já encerrados.

Cumprer relatar, contudo, que a aplicação do disposto nesses itens 9.2 e 9.3 encontra-se suspensa por determinação do Relator, Ministro Raimundo Carreiro, que conheceu pedido de reexame com efeito suspensivo interposto pelos advogados Monique Rocha Furtado e Juliano Costa Couto, que representam as entidades BRASSCOM – Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, ASSESPRO –

Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, e ABES – Associação Brasileira das Empresas de Software, as quais congregam centenas de empresas na área de Tecnologia da Informação (Processo TC 013.515/2013-6).

DESENVOLVIMENTO

Objetivo Geral

O Grupo de Trabalho Multidisciplinar constituído pela Portaria da Diretoria-Geral nº 5142/2013 tem por objetivo geral atividades visando auxiliar a SADCON para o cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 2.859/2013 – TCU Plenário:

1. Nos termos do art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/93, preferencialmente por meio de acordo bilateral (art. 65, II, alínea “d” da Lei) ou, então, por meio de apostilamento unilateral (art. 58, inciso I e § 2º, da Lei), nos casos em que não foi possível o acordo bilateral, adotar medidas necessárias para revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

2. Obter administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, mediante alteração das planilhas de custo;

3. Nos contratos cujas propostas de preços globais das empresas enquadradas pela desoneração pelo CNAE principal contemplem concomitantemente prestação de serviços combinada com fornecimento de materiais e/ou equipamentos, adoção de providências administrativas visando à cooperação das contratadas no sentido de fornecer planilhas de custos, separando-se os custos dos materiais e/ou equipamentos, daqueles relativos aos serviços de mão de obra prestados;

4. Nos contratos administrativos pactuados com as empresas enquadradas pela desoneração previdenciária com base no CNAE da atividade preponderante, cujas propostas de preços globais contemplem concomitantemente prestação de serviços, combinada com fornecimento

de materiais e/ou equipamentos, e que as ações administrativas visando o detalhamento dos preços globais das propostas de preços tornarem-se infrutíferas, desenvolver um critério para estabelecimento de percentual médio de desoneração obtido a partir de contratos já reequilibrados ou a partir da experiência de outros órgãos que foram bem sucedidos em suas renegociações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Objetivando o cumprimento das deliberações do TCU no âmbito do Senado Federal foram desenvolvidas ações pela Administração da Casa, cujos principais procedimentos constam dos autos dos seguintes Processos Administrativos:

Processo nº 00100.024437/2013-33:

Aviso nº 1.671-GP/TCU, de 1º/11/2013: Acolhimento do Ofício nº 2.382/2013 – TCU/Selog, de 30/10/2013, referente ao Processo de Representação nº TC-013.515/2013-6, que trata da revisão de preços nos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia.

Processos nºs 00100.028891/2013-63 e 00200.026888/2013-87:

Abertura de processo administrativo para acolhimento do Acórdão nº 2.859/2013 – TCU – Plenário – Ofício nº 2.382/2013 – TCU/Selog, de 30/10/2013 – Notificação.

Processo nº 00100.033284/2013-15:

Memorando nº 138/2013-DGER, de 28/11/2013 - Memorando nº 00881/2013-SINFRA, de 06/12/2013: Indicação de servidor da SINFRA para composição de Grupo de Trabalho Multidisciplinar.

Processos nºs 00100.033516/2013-35 e 00200.027674/2013-28:

Memorando nº 137-DGER, de 28/11/2013 – Ofício nº 151/2013-PRDSTI/GBPRD, de 09/12/2013: Indicação de servidor do PRODASEN para composição de Grupo de Trabalho Multidisciplinar.

Processo nº 00100.037515/2013-60:

Memorando nº 135/2013-DGER, de 28/11/2013 - Memorando nº 007/2013-GBCINT/SCISF, de 30/12/2013: Indicação de servidor SCISF para composição de Grupo de Trabalho Multidisciplinar.

Processos nºs 00100.025331/2013-57 e 00200.026576/2013-73:

➤ Nota Técnica nº 001/2013 – COAGES/SCISF.

Desoneração instituída pela Lei nº 12.844/13, que reduz os encargos previdenciários das empresas de construção civil. Necessidade de efetuar diligências nos contratos de obras e serviços de engenharia do Senado, a fim de verificar se as contratadas estão contempladas pela desoneração previdenciária prevista no art. 7º, inc. IV, da Lei nº 12.546/2011, com a redação dada pela Lei nº 12.844/2013.

3.2.7. Processo nº 00200.013379/2014-75:

➤ Escopo da Desoneração da Folha de Pagamento.

Processos nºs 00100.033324/2013-29 e 00200.027951/2013-01:

Memorando nº 134/2013-DGER, de 28/11/2013 - Memorando nº 041/2013-SADCON, de 09/12/2013: Indicação de serviço da SADCON para integrar Grupo de Trabalho Multidisciplinar.

Processos nºs 00100.034483/2013-41 e 00200.027954/2013-36:

Memorando nº 136/2013-DGER, de 28/11/2013 - Memorando nº 125/2013-ADVOSF, de 12/12/2013: Indicação de serviço da ADVOSF para integrar Grupo de Trabalho Multidisciplinar.

Processos nºs 00100.018653/2014-21 e 00200.002819/2014-69:

Em 17/03/2014 - Grupo de Trabalho Multidisciplinar: solicita esclarecimentos à ADVOSF relativos à desoneração da folha de pagamentos objetivando a revisão dos contratos que se enquadrem na referida legislação;

Parecer nº 123/2014 – ADVOSF:

As seguintes diretrizes foram explanadas:

Os efeitos da desoneração retroagem à data de seu início. Se um determinado contrato foi celebrado antes da vigência da desoneração, o período entre sua celebração e a vigência da desoneração não deve ser revisto. Mas o período posterior à vigência da desoneração deve ser revisto.

A Lei nº 12.546/11 criou dois mecanismos para enquadrar as empresas na desoneração: atividade e o CNAE. Quando o enquadramento se dá pela atividade, é ela – a atividade – a desonerada. Portanto, a empresa precisará recolher o tributo pela fórmula antiga para as atividades que não foram desoneradas (Lei nº 12.546/11, art. 9º, § 1º). Mas quando o enquadramento se dá em função do CNAE, todas as atividades da empresa ficam desoneradas. Isso é o que se infere dos §§ 9º e 10º do art. 9º da Lei nº 12.546/11:

§ 9º. As empresas para as quais a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela contribuição sobre a receita bruta estiver vinculada ao seu enquadramento no CNAE deverão considerar apenas o CNAE relativo à sua atividade principal, assim considerada aquela de maior receita auferida ou esperada, não lhes sendo aplicado o disposto no § 1º (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013);

§ 10º. Para fins do disposto no § 9º, a base de cálculo da contribuição a que se referem o caput do art. 7º e o caput do art. 8º será a receita bruta da empresa relativa a todas as suas atividades. (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013).

Os contratos firmados pelo Senado, cujas empresas contratadas possuam o CNAE compreendido no rol previsto no art. 7º, inc. IV, da Lei 12.546/2011, estão abrangidos pela desoneração, mesmo que os contratos não tenham como objeto atividades do CNAE principal que permite a desoneração, as empresas estarão desoneradas. Portanto os contratos deveram ser revisados.

As empresas de construção civil (art. 7º, IV, da Lei nº 12.546/2011) e as empresas enquadradas no art. 8º, § 3º, incisos XII e XVI da Lei nº 12.546/2011 gozam da desoneração em função do critério do CNAE. Não há proporcionalidade e todas as atividades dessas empresas submetem-se ao regime da desoneração.

O Reequilíbrio deve ser calculado com base nas alíquotas definidas em lei. Para os setores de TI e TIC o enquadramento se dá em função da atividade. Portanto, se o objeto contratual compreende atividade desonerada não deve ser utilizado o cálculo proporcional (art. 9º, § 1º, I, da Lei nº 12.546/11):

§ 1º. No caso de empresas que se dedicam a outras atividades além das previstas nos arts. 7º e 8º, até 31 de dezembro de 2014, o cálculo da contribuição obedecerá: (incluído pela Lei nº 12.715, de 2012):

I – ao disposto no caput desses artigos quanto à parcela da receita bruta correspondente às atividades neles referidas (incluído pela Lei nº 12.715, de 2012).

Os contratos que possuem planilha conhecida devem ser reequilibrados a partir da alíquota comprovada pela contratada. Caso a contratada não comprove a nova alíquota, o reequilíbrio deve ser feito unilateralmente utilizando um índice de redução médio.

E, para os contratos que não possuem planilha conhecida, deve-se calcular o índice de redução médio e aplicá-lo.

Processos nºs 00100.083974/2014-04 e 00200.013501/2014-11:

Em 17/11/2014 - Grupo de Trabalho Multidisciplinar: apresentação ao Diretor-Geral Adjunto de Contratações do Relatório Parcial das atividades desenvolvidas pelo Grupo Multidisciplinar de Trabalho.

Processo nº 00200.026151/2013-64 (Principal):

Portaria da Diretoria-Geral nº 5142, de 2013: Constituição de Grupo de Trabalho Multidisciplinar com a finalidade de:

I - Estudo do assunto em profundidade, com o objetivo de definir o escopo da desoneração, a vigência e os efeitos da mesma, assim como os setores atingidos;

II - Definição dos eventuais efeitos da desoneração em minutas de editais e contratos para as contratações dos setores abrangidos;

III - Levantamento de todos os contratos vigentes no período alcançado, bem como definição dos contratos e empresas que poderiam, potencialmente, ser beneficiadas pela desoneração (devendo ser definidas, inclusive, datas de corte dos períodos para elaboração dos relatórios);

IV - Definição de estratégia de cálculo dos efeitos da desoneração, para contratos com planilha de custos conhecida pelo Senado Federal ou não;

V - Notificação das empresas potencialmente beneficiadas pelas Leis para manifestação quanto ao assunto;

VI - Decisão sobre procedimento a ser adotado para cada empresa (revisão através de termo aditivo ou apostilamento ou, ainda, manutenção dos valores contratados);

VII - Encaminhamento para a SADCON para formalização dos eventuais termos aditivos ou apostilamentos, já com os parâmetros (percentuais) definidos.

PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Informação nº 004/2014 – COAGES/SCISF

No documento consta o desenvolvimento de atividade consultiva de compilação dos requisitos legais autorizadores do benefício tributário, os quais foram utilizados como parâmetros para o desenvolvimento de ferramenta de busca e seleção das empresas que fizeram jus à desoneração previdenciária instituída pela Lei nº 12.546/2011, dentro do universo de todas as empresas contratadas pela Casa.

A medida de desoneração previdenciária em relação aos setores relevantes às contratações da Casa considerou os contratos vigentes e com planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra e Contratos encerrados, Contratos vigentes e sem planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra (mensurados por produtos ou resultados) e os que envolvam atividades desoneradas e não desoneradas, com indicação dos respectivos objetos, códigos de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0, alíquotas e períodos de incidência do benefício, fundamento normativo correspondente, para os Contratos vigentes ou não, e com planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra:

METODOLOGIA ADOTADA

DOS CÁLCULOS DA DESONERAÇÃO

A metodologia utilizada nos cálculos dos valores a serem ressarcidos ao Senado Federal a título de desoneração da folha de pagamento considerou as planilhas originais apresentadas pelas contratadas, agregando-se todas às ocorrências administrativas vinculadas aos seus respectivos Contratos, tendo em vista os ajustes de contas entre os valores efetivamente pagos e os decorrentes das correções, revisões e reajustes autorizados, respectivamente, em razão do período de abrangência da incidência da desoneração.

A metodologia que melhor se ajusta a tais tipos de ajustes está delineada no parágrafo 13 da instrução transcrita no relatório do Acórdão 2.859/2013 – Plenário TCU, qual seja: excluir o item INSS do grupo ENCARGOS SOCIAIS, com a consequente redução proporcional do item

INCIDÊNCIA de A sobre B, e incluir o item INSS no Grupo TRIBUTOS, com a devida alíquota, podendo variar entre os percentuais de 1% (um por cento) até 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento).

O demonstrativo abaixo evidencia o universo dos contratos administrativos vigentes e/ou encerrados no âmbito do Senado Federal que foram objeto da desoneração, compreendendo a quantidade 16 (dezesesseis) empresas:

DEMONSTRATIVO DAS EMPRESAS ABRANGIDAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NO ÂMBITO DO SENADO FEDERAL CONTRATOS DE MÃO DE OBRA VIGENTES E ENCERRADOS DURANTE O PERÍODO DE 2011 A 2015							
EMPRESAS	CNPJ	CNAE Setor Beneficiado	CONTRATOS	VIGÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO	FUNDAMENTO NORMATIVO	ABRANGÊNCIAS
A7 TELECOM LTDA.	05.221.579/0001-36	63.99 Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008	23/2010	26/04/2010 até 25/04/2015	Alíquota 2,5% Início: 1º/12/2011 Fim: 31/07/2012 Alíquota 2% Início: 1º/08/2012 Fim: 31/12/2014	Art. 2º, caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a” e inciso II do Decreto 7.828/2012	Exercício 2011: 1 mês – 2,5% Exercício de 2012 7 meses – 2,5% Exercício 2012 5 meses – 2% Exercício 2013 12 meses – 2% Exercício 2014 12 meses – 2%
ARAÚJO ABREU ENGENHARIA S/A	33.373.325/0001-79	432 Empresas do Setor de Construção Civil	23/2008	15/04/2008 até 14/04/2014	Alíquota 2% Início: 04/06/2013 Fim: 31/12/2014	Art. 7º, IV, c/c § 7º, da Lei 12.546/2011	Exercício 2013/2014 Exercício 2013 207 dias Exercício 2014 104 dias
ATLÂNTICO ENGENHARIA LTDA. DELTA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	00.077.362/0001-80	432 Empresas do Setor de Construção Civil	12/2009	04/06/2009 até 30/06/2014	Alíquota 2% Início: 04/06/2013 Fim: 31/12/2014	Art. 7º, IV, c/c § 7º, da Lei 12.546/2011	Exercício 2013/2014 Exercício 2013 207 dias Exercício 2014 180 dias
CONTROL TELEINFORMÁTICA LTDA.	05.455.684/0001-30	62.09-1 Empresas que	005/2008	11/02/2008 até 19/08/2013	Alíquota 2,5% Início: 1º/12/2011 Fim: 31/07/2012	Art. 2º, caput, c/c § 5º, inciso I, alínea	Exercício 2011: 1 mês – 2,5% Exercício de 2012

		prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008			Alíquota 2% Início: 1º/08/2012 Fim: 31/12/2014	“a” e inciso II do Decreto 7.828/2012	7 meses – 2,5% Exercício 2012 5 meses – 2% Exercício 2013 7 meses – 2% 19 dias – 2%
CONTROL TELEINFORMÁTICA LTDA.	05.455.684/0001-30	62.09-1 Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008	007/2008	11/02/2008 até 10/02/2014	Alíquota 2,5% Início: 1º/12/2011 Fim: 31/07/2012 Alíquota 2% Início: 1º/08/2012 Fim: 31/12/2014	Art. 2º, <i>caput</i> , c/c § 5º, inciso I, alínea “a” e inciso II do Decreto 7.828/2012	Exercício 2011: 1 mês – 2,5% Exercício de 2012 7 meses – 2,5% Exercício 2012/13/14 18 meses – 2% 10 dias – 2%
CONTROL TELEINFORMÁTICA LTDA.	05.455.684/0001-30	62.09-1 Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008	075/2013	20/08/2013 até 19/08/2015	Alíquota 2,5% Início: 1º/12/2011 Fim: 31/07/2012 Alíquota 2% Início: 1º/08/2012 Fim: 31/12/2014	Art. 2º, <i>caput</i> , c/c § 5º, inciso I, alínea “a” e inciso II do Decreto 7.828/2012	Exercício 2012/2014 16 meses – 2% 11 dias – 2%
ENTHERM ENGENHARIA DE SISTEMAS TERMOMECÂNICOS LTDA	00.681.882/0001-06	432 Empresas do Setor de Construção Civil	42/2014	01/07/2014 até 30/06/2015	Alíquota 2% Início: 04/06/2013 Fim: 31/12/2014	Art. 7º, IV, c/c § 7º, da Lei 12.546/2011	Exercício 2014: 6 meses – 2%
ENTHERM ENGENHARIA DE SISTEMAS TERMOMECÂNICOS LTDA	00.681.882/0001-06	432 Empresas do Setor de Construção Civil	54/2008	01/07/2008 até 30/06/2014	Alíquota 2% Início: 04/06/2013 Fim: 31/12/2014	Art. 7º, IV, c/c § 7º, da Lei 12.546/2011	Exercício 2013/2014: 12 meses – 2% 26 dias – 2%
G & P PROJETOS E SISTEMAS LTDA.	59.057.992/0001-36	62.01-5 Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art.	31/2007	01/06/2007 até 31/05/2013	Alíquota 2,5% Início: 1º/12/2011 Fim: 31/07/2012 Alíquota 2% Início: 1º/08/2012 Fim: 31/12/2014	Art. 2º, <i>caput</i> , c/c § 5º, inciso I, alínea “a” e inciso II do Decreto 7.828/2012	Exercício 2011: 1 mês – 2,5% Exercício de 2012 7 meses – 2,5% Exercício 2012/2013 10 meses – 2%

		14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008					
JB CONSTRUTORA LTDA.	10.886.138/0001-93	432 Empresas do Setor de Construção Civil	32/2011	30/04/2011 até 29/04/2015	Alíquota 2% Início: 04/06/2013 Fim: 31/12/2014	Art. 7º, IV, c/c § 7º, da Lei 12.546/2011	Exercício 2013/2014: 18 meses – 2% 27 dias – 2%
MAXVÍDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.	03.517.258/0001-58	4751-2 Empresas de varejo que exercem as atividades listadas no Anexo II da Lei 11.774/2008	38/2013	17/03/2013 até 12/09/2013	Alíquota 1% Início: 04/06/2013 Fim: 31/12/2014	Art. 8º, § 3º, XII, c/c § 8º, da Lei 12.546/2011	Exercício 2013: 3 meses – 1% 8 dias – 1%
MAXVÍDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.	03.517.258/0001-58	4751-2 Empresas de varejo que exercem as atividades listadas no Anexo II da Lei 11.774/2008	82/2013	13/09/2013 até 11/03/2014	Alíquota 1% Início: 04/06/2013 Fim: 31/12/2014	Art. 8º, § 3º, XII, c/c § 8º, da Lei 12.546/2011	Exercício 2013/2014: 6 meses – 1% 1 dia – 1%
MAXVÍDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.	03.517.258/0001-58	4751-2 Empresas de varejo que exercem as atividades listadas no Anexo II da Lei 11.774/2008	30/2014	15/05/2014 até 14/05/2015	Alíquota 1% Início: 04/06/2013 Fim: 31/12/2014	Art. 8º, § 3º, XII, c/c § 8º, da Lei 12.546/2011	Exercício 2014: 7 meses – 1% 16 dias – 1%
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	78.533.312/0001-58	6319-4 Empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens	41/2014	30/06/2014 até 29/06/2015	Alíquota 1% Início: 1º/01/2014 Fim: 31/12/2014	Art. 8º, § 3º, XVI, c/c art. 49, IV, “b”, da Lei 12.546/2011	Exercício 2014: 6 meses
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	78.533.312/0001-58	6319-4 Empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens	19/2009	01/04/2009 até 29/06/2014	Alíquota 1% Início: 1º/01/2014 Fim: 31/12/2014	Art. 8º, § 3º, XVI, c/c art. 49, IV, “b”, da Lei 12.546/2011	Exercício 2014 6 meses – 1%

Tabela 28 - Demonstrativo das empresas abrangidas pela desoneração da folha de pagamento

Fonte: Portal da Transparência do Senado Federal

CONTRATOS VIGENTES E COM PLANILHAS DE CUSTOS, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA:

A metodologia que melhor se ajusta a tais tipos de ajustes está delineada no parágrafo 13 da instrução transcrita no relatório do Acórdão 2.859/2013 – Plenário TCU, qual seja: excluir o item INSS do grupo ENCARGOS SOCIAIS, com a conseqüente redução proporcional do item INCIDÊNCIA de A sobre B, e incluir o item INSS no Grupo TRIBUTOS, com a devida alíquota.

A7 Telecom Ltda. – CNPJ nº 05.221.579/0001-36

CONTRATO: 023/2010

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de execução indireta de operação e suporte do Help Desk da Secretaria de Telecomunicações do SENADO FEDERAL - STELE/SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 63.350,00

Global anual : R\$ 760.200,00

VIGÊNCIA: 26/04/2010 até 25/04/2015

CNAE/SETOR BENEFICIADO:

63.99 – Outras Atividades de prestação de serviços de informação

- Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008;
- Empresas de Call Center e de TI e TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no caput.

CLASSIFICAÇÃO DA DESONERAÇÃO:

Alíquota 2,5%

Início: 1º/12/2011

Fim : 31/07/2012

Alíquota 2,0%

Início: 1º/08/2012

Fim 31/12/2014

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ alíquotas	Dias
2011 (2,5%)	30
2012 (2,5%)	210
2012 (2,0%)	150
2013 (2,0%)	360
2014 (2,0%)	360

FUNDAMENTO NORMATIVO:

Art. 2º, *Caput*, c/c § 5º, inciso I, alínea “a” e inciso II do Decreto 7.828/2012

JB Construtora Ltda. – CNPJ nº 10.886.138/0001-93

CONTRATO: 32/2011

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, ferramentas e peças necessárias ao pleno funcionamento de todo o Sistema Elétrico do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 740.000,00

Global anual : R\$ 8.568.000,00

VIGÊNCIA: 30/04/2011 até 29/04/2015

CNAE/SETOR BENEFICIADO:

432 – Empresas do Setor de Construção Civil

CLASSIFICAÇÃO DA DESONERAÇÃO:

Alíquota 2,0%

Início: 04/06/2013

Fim : 31/12/2014

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ alíquotas	Dias
2013 (2,0%)	207
2014 (2,0%)	360

CONTROL Teleinformática LTDA.**CONTRATO:** 075/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de programação, operação técnica, manutenção preventiva e corretiva, inclusive em regime de plantão e com fornecimento de peças, componentes e demais materiais necessários, nos módulos da Central de Relacionamento do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 213.757,82

Global anual : R\$ 2.565.093,84

VIGÊNCIA: 20/08/2013 até 19/08/2015

62.09-1 – Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008;

CLASSIFICAÇÃO DA DESONERAÇÃO:

<input type="checkbox"/> Alíquota 2,5%	<input type="checkbox"/> Alíquota 2,0%
Início: 1º/12/2011	Início: 1º/08/2012
Fim : 31/07/2012	Fim 31/12/2014

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ alíquotas	Dias
2012 (2,5%)	210
2012 (2,0%)	150

2013 (2,0%) 360
2014 (2,0%) 360

FUNDAMENTO NORMATIVO:

□ Art. 2º, *Caput*, c/c § 5º, inciso I, alínea “a” e inciso II do Decreto 7.828/2012

VALOR: R\$ 212.091,05

Processo nº 00200.015793/2009-51

Intelit Processos Inteligentes Ltda. - CNPJ nº 10.682.187/0001-04

CONTRATO: 059/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de atendimento exclusivo e com equipe técnica residente aos usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP) do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 35.294,42

Global inicial : R\$ 423.533,04

VIGÊNCIA: 20/03/2013 até 19/03/2015

CNAE/SETOR BENEFICIADO:

62.09-1 – Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008

CLASSIFICAÇÃO DA DESONERAÇÃO:

Alíquota 2,0%

Início: 01/08/2012

Fim : 31/12/2014

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ alíquotas	Dias
2013 (2,0%)	282
2014 (2,0%)	360

FUNDAMENTO NORMATIVO:

Art. 2º, *caput*, c/c §5º, inciso I, alínea “a” e inciso II do Decreto nº 7.828/2012.

Entherm Engenharia de Sistemas Termomecânicos Ltda. CNPJ nº 00.681.882/0001-06

CONTRATO: 42/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de jardinagem e manutenção de jardins de forma orgânica e sustentável, durante 12 (doze) meses consecutivos.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 145.648,60

Global anual : R\$ 1.747.783,16

VIGÊNCIA: 29/08/2013 até 28/08/2015

CNAE/SETOR BENEFICIADO:

433 – Empresas do Setor de Construção Civil

CLASSIFICAÇÃO DA DESONERAÇÃO:

Alíquota 2,0%

Início: 04/06/2013

Fim : 31/12/2014

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ alíquotas	Dias
2013 (2,0%)	122
2014 (2,0%)	360

FUNDAMENTO NORMATIVO:

Art. 7º, IV, c/c § 7º, da Lei nº 12.546/2011

Maxvídeo Comércio e Serviços Ltda. – CNPJ nº 03.517.258/0001-58

CONTRATO: 30/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços especializados de monitoração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico à operação e fornecimento de peças, quando necessário, para os equipamentos broadcast da TV SENADO, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 40.013,40

Global anual : R\$ 480.160,80

VIGÊNCIA: 15/05/2014 até 14/05/2015

CNAE/SETOR BENEFICIADO:

4751-2 – Empresas de varejo que exercem as atividades listadas no Anexo II da Lei nº 11.774/2008

CLASSIFICAÇÃO DA DESONERAÇÃO:

Alíquota 1,0%

Início: 04/06/2013

Fim : 31/12/2014

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ alíquotas Dias

2014 (1,0%) 226

FUNDAMENTO NORMATIVO:

Art. 8º, § 3º, XII, c/c § 8º, da Lei nº 12.546/2011

VALOR: R\$ 37.599,39

Processo nº 00200.014052/2014-11

CONTRATOS ENCERRADOS

Devem ser tomadas providências para que se obtenha o ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos já encerrados.

Araújo Abreu Engenharia S/A – CNPJ nº 33.373.325/0001-79

CONTRATO: 023/2008

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, dos sistemas de supervisão, controle predial e detecção de incêndio do Edifício Principal - Anexo I - do SENADO FEDERAL e do INTERLEGIS, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 51.000,00 Global anual : R\$ 612.000,00

VIGÊNCIA: 15/04/2008 até 14/04/2014

CNAE/SETOR BENEFICIADO:

432 – Empresas do Setor de Construção Civil

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ alíquotas Dias

2013 (2,0%) 207

2014 (2,0%) 104

FUNDAMENTO NORMATIVO:

Art. 7º, IV, c/c § 7º, da Lei nº 12.546/2011

VALOR: R\$ 37,499,42

OBSERVAÇÕES: De acordo com o documento datado de 02/06/2014 a empresa solicitou o arquivamento do processo que trata da desoneração por inépcia, uma vez que a lei perdeu seu sentido e efeito.

Processo nº 00200.014650/2014-90

Atlântico Engenharia Ltda. – Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda – CNPJ nº 00.077.362/0001-80

CONTRATO: 012/2009

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços especializados de engenharia de operação e manutenção preventiva, corretiva e preditiva das instalações e equipamentos do Edifício Sede da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF, incluindo SSTU e SSGCON, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 69.000,00

Global anual : R\$ 828.000,00

VIGÊNCIA: 04/06/2009 até 30/06/2014

CNAE/SETOR BENEFICIADO:

432 – Empresas do Setor de Construção Civil

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ alíquotas

	Dias
2013 (2,0%)	207
2014 (2,0%)	180

FUNDAMENTO NORMATIVO:

Art. 7º, IV, c/c § 7º, da Lei nº 12.546/2011

VALOR: R\$ 36.757,13

Processo nº 00200.014197/2014-11

CONTROL Teleinformática LTDA.

CONTRATO: 005/2008

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de programação, operação técnica, manutenção preventiva e corretiva, inclusive em regime de plantão e com fornecimento de peças, componentes e demais materiais necessários, nos módulos da Central de Relacionamento do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 228.000,00

Global anual : R\$ 2.736.000,00

VIGÊNCIA: 11/02/2008 até 19/08/2013

62.09-1 – Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008;

CLASSIFICAÇÃO DA DESONERAÇÃO:

Alíquota 2,5% Alíquota 2,0%

Início: 1º/12/2011 Início: 1º/08/2012

Fim : 31/07/2012 Fim 31/12/2014

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ alíquotas	Dias
------------------------------	-------------

2011 (2,5%)	30
2012 (2,5%)	210
2012 (2,0%)	150
2013 (2,0%)	229

FUNDAMENTO NORMATIVO:

✓ Art. 2º, *Caput*, c/c § 5º, inciso I, alínea “a” e inciso II do Decreto 7.828/2012

VALOR: R\$ 151.945,42

Processos nºs 00200.011945/2009-7 – 00200.009957/2014-79 – 00200.020001/2013-7

Entherm Engenharia de Sistemas Termomecânicos Ltda.

CNPJ nº 00.077.362/0001-80

CONTRATO: 54/2008

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de exaustão, ventilação e refrigeração, do Complexo Arquitetônico do SENADO FEDERAL, Residências Oficiais e nas capitais onde estão instaladas torres de transmissão da TV Senado, com tratamento químico dos Sistemas de Água de Condensação e Gelada, abastecimento de materiais e insumos necessários e fornecimento parcial de peças, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 272.000,00 Global anual : R\$ 3.264.000,00

VIGÊNCIA: 01/07/2008 até 30/06/2014

CNAE/SETOR BENEFICIADO:

432 – Empresas do Setor de Construção Civil

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ alíquotas	Dias
2013 (2,0%)	207
2014 (2,0%)	180

FUNDAMENTO NORMATIVO:

Art. 7º, IV, c/c § 7º, da Lei nº 12.546/2011

VALOR: R\$ 394.375,02

Processo nº 00200.006432/2012-10

G & P Projetos e Sistemas Ltda.

CONTRATO: 31/2007

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de atendimento e suporte a softwares, operações básicas de rede de microcomputadores e a rede remota, via modem, de propriedade da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 342.179,96

Global anual : R\$ 4.106.159,52

VIGÊNCIA: 01/06/2007 até 31/05/2013

62.01-5 – Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008;

CLASSIFICAÇÃO DA DESONERAÇÃO:

Alíquota 2,5% Alíquota 2,0%
Início: 1º/12/2011 Início: 1º/08/2012
Fim : 31/07/2012 Fim 31/12/2014

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ alíquotas	Dias
2011 (2,5%)	30
2012 (2,5%)	210
2012 (2,0%)	150
2013 (2,0%)	150

FUNDAMENTO NORMATIVO:

Art. 2º, *Caput*, c/c § 5º, inciso I, alínea “a” e inciso II do Decreto 7.828/2012

VALOR: R\$ 931.103,864

Processo nº 00200.013853/2014-69

Maxvídeo Comércio e Serviços Ltda. – CNPJ nº 03.517.258/0001-58

CONTRATO: 38/2013

OBJETO: Contratação emergencial de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção de equipamentos da linha Broadcast de propriedade do SENADO FEDERAL, com fornecimento de mão de obra e, quando necessário, de peças, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos ou até a conclusão do Processo Licitatório nº 010.629/09-5, o que ocorrer primeiro.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 36.851,04

Global 06 (seis) meses : R\$ 221.106,24

VIGÊNCIA: 17/03/2013 até 12/09/2013

CNAE/SETOR BENEFICIADO:

4751-2 – Empresas de varejo que exercem as atividades listadas no Anexo II da Lei nº 11.774/2008

CLASSIFICAÇÃO DA DESONERAÇÃO:

Alíquota 1,0%

Início: 04/06/2013

Fim : 31/12/2014

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ Dias

alíquotas

2013 (1,0%) 99

FUNDAMENTO NORMATIVO:

Art. 8º, § 3º, XII, c/c § 8º, da Lei nº 12.546/2011

VALOR: R\$ 11.526,24

Processo nº 00200.014051/2014-76

Maxvídeo Comércio e Serviços Ltda. – CNPJ nº 03.517.258/0001-58

CONTRATO: 82/2013

OBJETO: Contratação emergencial de empresa para a prestação de serviços de manutenção de equipamentos da linha broadcast, de propriedade do SENADO FEDERAL, com fornecimento de mão-de-obra e peças, à medida que houver necessidade, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos ou até que esteja sendo plenamente executado o contrato advindo do procedimento licitatório tramitando sob o nº 00200.013400/2009-75, o que ocorrer primeiro.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 36.787,45 Global 06 (seis) meses : R\$ 220.724,70

VIGÊNCIA: 13/09/2013 até 11/03/2014

CNAE/SETOR BENEFICIADO: 4751-2 – Empresas de varejo que exercem as atividades listadas no Anexo II da Lei nº 11.774/2008

CLASSIFICAÇÃO DA DESONERAÇÃO:

Alíquota 1,0%
Início: 04/06/2013
Fim : 31/12/2014

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA

Exercícios/ alíquotas	Dias
2013 (1,0%)	108
2014 (1,0%)	71

FUNDAMENTO NORMATIVO:

Art. 8º, § 3º, XII, c/c § 8º, da Lei nº 12.546/2011

VALOR: R\$ 16.673,03

Processo nº 00200.014050/2014-21

Plansul Planejamento e Consultoria Ltda. – CNPJ nº 78.533.312/0001-58

CONTRATO: 19/2009

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de execução indireta nas áreas de televisão, rádio, jornal, relações públicas, pesquisa e opinião e outros órgãos da Secretaria Especial de Comunicação Social do SENADO FEDERAL - SECS/SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

VALORES:

Mensal inicial: R\$ 1.944.870,43

Global anual : R\$ 23.338.445,16

VIGÊNCIA: 01/04/2009 até 29/06/2014

CNAE/SETOR BENEFICIADO:

63.19-4 – Empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens

CLASSIFICAÇÃO DA DESONERAÇÃO:

Alíquota 1,0%

Início: 01/01/2014

Fim : 31/12/2014

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA:

Exercícios/ alíquotas	Dias
2014 (1,0%)	180

FUNDAMENTO NORMATIVO:

Art. 8º, § 3º, XVI, c/c, art. 49, IV, “b”, da Lei nº 12.546/2011

VALOR: R\$ 674.873,69

Contratos vigentes / encerrados e sem planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra (mensurados por produtos ou resultados) e os que envolvam atividades desoneradas e não desoneradas:

No primeiro caso, uma metodologia considerada satisfatória foi apresentada pela Caixa Econômica Federal: solicitação da composição de custos com base na obrigação contratual de prestação de esclarecimentos solicitados pela Administração contratante; diante do silêncio ou recusa da contratada, realizar a comparação do objeto contratual com os seus similares, seguido de cálculo do percentual de redução aplicável à avença.

Para o segundo caso, a Corte de Contas orientou no sentido de se efetuar o cálculo ponderado da contribuição previdenciária, no caso da contratada realizar outras atividades não desoneradas, reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não desoneradas e a receita bruta total. (Solução de Consulta SRRF01/Disit 38/2012).

Os demonstrativos abaixo evidenciam os contratos do Senado Federal com as empresas que estão encaixadas em ambos os casos, que foram notificadas a se manifestarem pelo Grupo de Trabalho, sendo suas atividades econômicas abrangidas pelas Leis nºs 12.546/2011 e 7.828/2012:

CNAE / SEGUIMENTOS	OFÍCIOS / QUANTIDADES
Empresas de Varejo	31
Empresas de TI e TIC e de Call Center	54
Empresas de Construção Civil	09
Empresas de Construção de Obras de Infraestrutura	01
Empresas Jornalísticas e de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens	01
TOTAL GERAL	96

Tabela 29 - Manifestação das empresas noticiadas

EMPRESAS DE VAREJO QUE EXERCEM ATIVIDADES LISTADAS NO ANEXO II DA LEI Nº 11.774/2008 (Art. 8º, § 3º, XII, c/c § 8º da Lei nº 12.546/2011) (Classificação da desoneração: alíquota: 1% - Início: 04/06/2013 – Fim: 31/12/2014)				
EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
GRÁFICA E ENCADERNADORA BRASILIENSE LTDA. 12.271.051/0001-37 47.61-0	Ofício nº 26/2014 20/05/2014	ARP 001/2013 R\$ 30.500,00	03/01/2013 até 02/01/2014	Aquisição de 5.000 (cinco mil) pastas com bloco, em papelão, revestida em PVC, para atender à demanda existente no Instituto Legislativo Brasileiro do SENADO FEDERAL - ILB/SF.
TEMPO FRIO – COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA. 13.851.409/0001-63 47.53-9	Ofício nº 19/2014 19/05/2014	ARP 071/2012 R\$ 180.270,00	10/09/2012 até 09/09/2013	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado, tipo Split, para as Residências Oficiais do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
OFFICE DO BRASIL EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. 11.094.173/0001-32 47.61-0	Ofício nº 033/2014 21/05/2014	ARP 040/2013 R\$ 3.959,20	08/03/2013 Até 07/03/2014	Fornecimento de materiais elétricos diversos para a Secretaria de Engenharia do SENADO FEDERAL - SENG/SF.
FREITAS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA. EPP 14.719.113/0001-56	Ofício nº 022/2014 20/05/2014	ARP 082/2012 R\$ 51.720,00	17/10/2012 até 16/10/2013	Aquisição de materiais, instrumentos e equipamentos para reposição de sistema de ar-condicionado destinados à Secretaria de Engenharia do SENADO FEDERAL.

EMPRESAS DE VAREJO QUE EXERCEM ATIVIDADES LISTADAS NO ANEXO II DA LEI Nº 11.774/2008
(Art. 8º, § 3º, XII, c/c § 8º da Lei nº 12.546/2011)
(Classificação da desoneração: alíquota: 1% - Início: 04/06/2013 – Fim: 31/12/2014)

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
47.53-9				
COMERCIAL MARTE DE MÓVEIS LTDA. 00.311.027/0001-03 47.54-7	Ofício nº 015/2014 19/05/2014	ARP 058/2012 R\$ 57.645,00	16/08/2012 até 15/08/2013	Aquisição de cama box solteiro com colchão de molas e cama auxiliar para as Residências Oficiais do SENADO FEDERAL
FERRAGENS LÍDER COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP 01.649.554/0001-87 47.44-0	Ofício nº 018/2014 19/05/2014 Ofício nº 025/2014 20/05/2014	ARP 067/2012 R\$ 3.380,00 103/2012 R\$ 47.619,70	03/09/2012 até 02/09/2013 14/12/2012 Até 13/12/2013	Aquisição de insumos de marcenaria para uso pela Secretaria de Engenharia do SENADO FEDERAL - SENG/SF. Fornecimento de materiais de construção diversos para a Secretaria de Engenharia do SENADO FEDERAL - SENG/SF.
ROBERTO BEZERRA DE MELO - EPP. 03.047.139/0001- 89 47.61-0	Ofício nº 020/2014 19/05/2014	ARP 074/2012 R\$ 24.400,00	18/09/2012 até 17/09/2013	Fornecimento de insumos para a impressora digital Plotter Xerox, Modelo 8265, instalada na Secretaria Especial de Editoração e Publicações do SENADO FEDERAL - SEEP/SF
PLANALTO COMÉRCIO DE MADEIRAS E MATERIAL ESPORTIVO LTDA. 11.185.407/0001-57 47.44-0	Ofício nº 024/2014 16/09/2014	ARP 101/2012 R\$ 10.681,25	14/12/2012 até 13/12/2013	Fornecimento de materiais hidráulicos diversos para a Secretaria de Engenharia do SENADO FEDERAL - SENG/SF.
COMERCIAL PROGRESSO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME. 11.397.994/0001-48 47.44-0	Ofício nº 028/2014 20/05/2014	ARP 007/2013 R\$ 60.913,75	01/03/2013 até 02/01/2014	Fornecimento de insumos diversos de marcenaria, chapas de MDF, compensado e laminado fenólico melânico, destinados a Secretaria de Engenharia do SENADO FEDERAL - SENG/SF.
SC & M COMERCIAL DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA - EPP. 04.927.672/0001-06 47.61-0	Ofício nº 032/2014 21/05/2014	ARP 025/2013 R\$ 90.252,80	28/01/2013 até 27/01/2014	Aquisição de bens eletrodomésticos destinados as Unidades Administrativas e as Residências Oficiais do SENADO FEDERAL
MELO & PINHEIRO LTDA 02.629.342/0001-09 47.61-0	Ofício nº 031/2014 21/05/2014	ARP 024/2013 R\$ 49.354,00	24/01/2013 até 23/01/2014	Fornecimento de tintas gráficas, da escala europa, para utilização nos serviços de impressão gráficas realizados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do SENADO FEDERAL - SEEP/SF

EMPRESAS DE VAREJO QUE EXERCEM ATIVIDADES LISTADAS NO ANEXO II DA LEI Nº 11.774/2008**(Art. 8º, § 3º, XII, c/c § 8º da Lei nº 12.546/2011)****(Classificação da desoneração: alíquota: 1% - Início: 04/06/2013 – Fim: 31/12/2014)**

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
SEISELLES DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA - ME 10.445.514/0001-04 47.61-0	Ofício nº 088/2014 11/09/2014	CT 023/2013 R\$ 642.744,51	08/03/2013 até 07/03/2014	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de jornais e revistas ao SENADO FEDERAL, incluídas as Residências Oficiais dos Senhores Senadores, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
FREITAS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - EPP. 14.719.113/0001-56 47.53-9	Ofício nº 022/2014 20/05/2014	ARP 082/2012 R\$ 51.720,00	17/10/2012 até 16/10/2013	Aquisição de materiais, instrumentos e equipamentos para reposição de sistema de ar-condicionado destinados à Secretaria de Engenharia do SENADO FEDERAL.
RN COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA 10.784.907/0001-42 47.61-0	Ofício nº 014/2014 19/05/2014	ARP 054/2012 R\$ 51.720,00	31/07/2012 até 30/07/2013	Aquisição de suprimentos para impressoras de códigos de barra, marca Zebra 550, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL.
LUNNA PAPELARIA E SUPRIMENTOS LTDA. 15.295.346/0001-31 47.61-0	Ofício nº 029/2014 20/05/2014	ARP 010/2013 R\$ 135.195,00	07/01/2013 até 06/01/2014	Aquisição de insumos e suprimentos para impressoras, da marca HP, de propriedade do SENADO FEDERAL.
LUNNA PAPELARIA E SUPRIMENTOS LTDA. 15.295.346/0001-31 47.61-0	ARP 003/2013 R\$ 524.550,00	07/01/2013 até 06/01/2014	Aquisição de insumos e suprimentos para impressoras, da marca HP, de propriedade do SENADO FEDERAL.	LUNNA PAPELARIA E SUPRIMENTOS LTDA. 15.295.346/0001-31 47.61-0
BRAZ MADEIRAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. 32.911.810/0001-96 47.44-0	Ofício nº 035/2014 21/05/2014	ARP 046/2013 R\$ 88.851,50	08/05/2013 até 07/05/2014	Aquisição de insumos de construção civil diversos para a Secretaria de Engenharia do SENADO FEDERAL - SENG-SF.
FERREIRA MARTINS COMERCIAL LTDA - ME. 11.232.033/0001-83 47.44-0	Ofício nº 016/2014 19/05/2014	ARP 063/2012 R\$ 69.612,35	24/08/2012 até 23/08/2013	Fornecimento de material hidráulico e sanitário para a Secretaria de Engenharia do SENADO FEDERAL - SENG/SF.
DAMASCENO E COELHO LTDA. 13.550.158/0001-87 47.53-9	Ofício nº 017/2014 19/05/2014	ARP 064/2012 R\$ 84.439,20	27/08/2012 até 26/08/2013	Aquisição de bens eletrodomésticos destinados às Residências Oficiais e demais órgãos administrativos do SENADO FEDERAL.

EMPRESAS DE VAREJO QUE EXERCEM ATIVIDADES LISTADAS NO ANEXO II DA LEI Nº 11.774/2008
(Art. 8º, § 3º, XII, c/c § 8º da Lei nº 12.546/2011)
(Classificação da desoneração: alíquota: 1% - Início: 04/06/2013 – Fim: 31/12/2014)

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
MARLENE E NUNES CONFECÇÕES E MÓVEIS LTDA. 11.060.591/0001-09 47.81-4	Ofício nº 012/2014 19/05/2014	ARP 047/2012 R\$ 44.230,00	06/07/2012 até 05/07/2013	Contratação de empresa especializada na confecção de cabeceira de cama para as Residências Oficiais do SENADO FEDERAL.
MULTICOMPANY BRASIL	Ofício nº 078/2014	CT	17/09/2012	Fornecimento de bens, a fim de atender as necessidades do SENADO
TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA - EPP. 08.599.785/0001-72 47.52-1	03/09/2014	111/2012 R\$ 10.500,00	até 16/09/2017	FEDERAL, relacionados no Anexo Único - Termo de Referência - conforme descrição de fornecimento.
BANCA OPÇÃO COMÉRCIO DE JORNAIS & REVISTAS LTDA - EPP 03.496.130/0001-55 47.61-0	Ofício nº 063/2014 25/08/2014	CT 055/2011 R\$ 166.500,00	22/06/2011 até 21/06/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de distribuição do Jornal do SENADO FEDERAL, no Distrito Federal - DF, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
REFRIGELO CLIMATIZAÇÃO DE AMBIENTES LTDA. 61.502.324/0005-46 47.53-9	Ofício nº 021/2014 20/05/2014	ARP 081/2012 R\$ 54.400,00	17/10/2012 até 16/10/2013	Aquisição de materiais, instrumentos e equipamentos para reposição de sistema de ar-condicion
REFRIGELO CLIMATIZAÇÃO DE AMBIENTES LTDA. 61.502.324/0005-46 47.53-9		ARP 081/2012 R\$ 32.000,00	21/01/2013 até (...)	Fornecimento de materiais, instrumentos e equipamentos para reposição de sistemas de ar-condicionado destinados ao SENADO FEDERAL - SF. OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que a vigência contratual foi até 16/10/2013, cujo término foi anterior à nova vigência da desoneração da folha de pagamento (01/11/2013).
JLM MÓVEIS LTDA. 03.586.306/0001-60 47.54-7	Ofício nº 030/2014 20/05/2014	ARP 013/2013 R\$ 434.480,00	08/01/2013 até 07/01/2014	Aquisição de mobiliário para a Secretaria de Relações Públicas e para as Residências Oficiais do SENADO FEDERAL, localizadas na SQS 309, na cidade de Brasília - DF. OBSERVAÇÕES: Processo nº 00200.006880/2014-85 A empresa alegou que está devidamente cadastrada no regime tributário Simples Nacional e comercializa no varejo objetos de fabricação de terceiros sem fabricação própria e

EMPRESAS DE VAREJO QUE EXERCEM ATIVIDADES LISTADAS NO ANEXO II DA LEI N° 11.774/2008
(Art. 8º, § 3º, XII, c/c § 8º da Lei nº 12.546/2011)
(Classificação da desoneração: alíquota: 1% - Início: 04/06/2013 – Fim: 31/12/2014)

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
				que os preços praticados refletem a desoneração até mesmo abaixo.
JLM MÓVEIS LTDA. 03.586.306/0001-60 47.54-7	Ofício nº 011/2014 19/05/2014	ARP 046/2012 R\$ 19.700,00	06/07/2012 até 05/07/2013	Contratação de empresa especializada na confecção de cabeceira de cama para as Residências Oficiais do SENADO FEDERAL.
LINEAR MÓVEIS LTDA. 00.586.842/0001-77 47.54-7	Ofício nº 052/2014 20/08/2014	CT 023/2009 R\$ 273.995,27	31/12/2009 até 30/12/2014	Fornecimento de cadeiras para o PRODASEN, com prestação de garantia de cinco anos. OBSERVAÇÕES: Processo nº 00200.010762/2014-71 A empresa alegou ser prestadora de serviço e que, portanto, não contrata grandes contingentes de mão de obra, consequentemente em sua folha de pagamentos os encargos sociais não foram computados em suas planilhas de custos.
RT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME 10.336.598/0001-48 47.61-0	Ofício nº 037/2014 21/05/2014	ARP 002/2014 R\$ 2.160,00	12/02/2014 até 11/02/2015	Fornecimento de fitas adesivas, para uso em diversas etapas no processo industrial e gráfico, da Secretaria de Editoração e Publicações do SENADO FEDERAL - SEEP/SF.
MULTIDATA LTDA 02.743.744/0001-21 47.51-2	Ofício nº 085/2014 11/09/2014	CT 147/2012 R\$ 1.131.009,60	03/12/2012 até 02/12/2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para execução de projeto, instalação, retirada, remanejamento e manutenção de cabos de par trançado e cabos de fibra óptica do Sistema de Cabeamento da Rede Local do Senado Federal e de cabos de áudio e vídeo do Sistema de Voz e Imagem dos Plenários (Sistema VIP) em todo o Complexo Arquitetônico, Residências Oficiais dos Senadores e da Presidência do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos. OBSERVAÇÕES: Processo nº 0200.030251/2011-23 Por meio do Ofício nº 009/2014 a contratada informou à Comissão de Gestão de Contratos do PRODASEN que desde 01/11/2013 está enquadrada na desoneração da folha de pagamento. E que a atividade principal da empresa, conforme seu CNPJ retorna à regra da desoneração a partir de 01/11/2013 por

EMPRESAS DE VAREJO QUE EXERCEM ATIVIDADES LISTADAS NO ANEXO II DA LEI Nº 11.774/2008
(Art. 8º, § 3º, XII, c/c § 8º da Lei nº 12.546/2011)
(Classificação da desoneração: alíquota: 1% - Início: 04/06/2013 – Fim: 31/12/2014)

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
				força da Lei nº 12.844/2013 em seu Anexo II em que o INSS é recolhido sobre a Receita Bruta. Sendo assim, segundo a contratada, o valor do imposto INSS a ser retido em notas fiscais de serviço fica alterado conforme fundamentação legal, na Lei nº 12.546/11, aplicável para a empresa na forma dos serviços prestados para o referido contrato, sendo que para os serviços prestados ou contratados de empresas na área de varejo a retenção deverá ser de 3,5% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços. Fls 781. Posteriormente, em resposta ao ofício em comento, por meio do Ofício nº 23/2014, de 14/11/2014, a contratada alegou a ausência de impacto no custo do contrato nº 147/2012, por não haver quantitativo fixo de pessoal para a prestação dos serviços contratados e solicitou que o contrato não seja revisto.
CESAR AUGUSTO MACHADO PELICIONI - EPP. 12.007.807/0001-35 47.51-2	Ofício nº 079/2014 03/09/2014	CT 117/2012 R\$ 4.788,00	26/09/2012 até 25/09/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de solução completa de um plano de hospedagem, com uso de sua loja virtual pronta com capacidade para cadastramento de até 1.000 (mil) produtos, com as adaptações para pagamento de valores atendendo exigência contida no Decreto nº 4.950/2004, regulamentada na Instrução Normativa nº 02/2009 da Secretaria de Tesouro Nacional, para o SENADO FEDERAL durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
FLÁVIA CRISTINA SILVA PIMENTA - ME 07.356.270/0001-89 47.52-1-00	Ofício nº 082/2014 04/09/2014	CT 128/2012 R\$ 128.199,84	16/10/2012 até 15/10/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva mensal programada e corretiva, por demanda, para os equipamentos transmissores da RÁDIO e TV SENADO, em Brasília - DF e nas demais capitais que possuem o Sistema de Transmissão em Canal Aberto, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

Tabela 30 - Empresas de Varejo

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
DMSS SOFTWARE LTDA 02.552.009/0001-30 62.03-1	Ofício nº 057/2014 21/08/2014	CT 133/2010 R\$ 20.148,00	20/12/2010 até 19/12/2011	Contratação de empresa especializada na atualização de versão, upgrades, correções dos softwares que forem lançadas e suporte técnico prioritário, das licenças de uso do Software IBM SPSS Statistics de propriedade da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF. OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que a lei entrou em vigência depois de findo o contrato celebrado entre as partes.
DMSS SOFTWARE LTDA 02.552.009/0001-30 62.03-1	Ofício nº 081/2014 04/09/2014	CT 126/2012 R\$ 20.810,00	09/11/2012 até 08/11/2013	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de atualização de versão (upgrades, correções do software que forem lançadas no Brasil) e suporte técnico prioritário gratuito das licenças de uso do software IBM SPSS STATISTICS para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos. OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que a forma de pagamento foi por preço global, não existindo possibilidade de obtenção de planilhas de custos fragmentadas.
TSI TECNOLOGIA E SEGURANÇA DE INFORMÁTICA LTDA. 08.008.347/0001-92 62.01-5	Ofício nº 071/2014 02/09/2014	CT 031/2012 R\$ 85.968,00	12/03/2012 até 29/08/2013	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico e de manutenção corretiva, com fornecimento de peças originais e com atualização de software, sem ônus adicional, para os equipamentos de rede sem fio do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
MICROSOFT INFORMÁTICA LTDA 60.316.817/0001-03 62.04-0	Ofício nº 041/2014 22/05/2014	CT 001/2008 R\$ 168.000,00	18/02/2008 até 17/02/2013	Contratação de serviços de suporte especializado a produtos Microsoft para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, perfazendo o total de 400 horas/ano.
LIGHTBASE SERVIÇOS E CONSULTORIA EM SOFTWARE PÚBLICO LTDA. 11.905.103/0001-17 62.01-5	Ofício nº 047/2014 20/08/2014	CT 041/2008 R\$ 167.400,00	31/12/2008 até 30/12/2012	Contratação de serviços de suporte técnico e manutenção corretiva e evolutiva, incluindo atualização tecnológica e de suporte técnico on-site e serviços de manutenção evolutiva específica para o SENADO FEDERAL, incluindo atualização de versão para os 400 acessos simultâneos do software Lightbase for Windows-LBW e seus módulos Golden Doc, Golden Track, Light Architect e Light Data Provider.

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
				OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que não aderiu à desoneração da folha de Pagamento porquanto avaliou que a Lei não desoneraria a folha de pagamentos como esperado por ela
LIGHTBASE SERVIÇOS E CONSULTORIA EM SOFTWARE PÚBLICO LTDA. 11.905.103/0001-17 62.01-5	Ofício nº 086/2014 20/08/2014	CT 017/2013 R\$ 108.750,00	22/02/2013 até 21/02/2016	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico, com manutenção corretiva e evolutiva, incluindo atualização automática de versão para os 400 acessos simultâneos do software Lightbase for Windows-LBW e seus módulos Golden Doc, Golden Track, Light Architect e Light Data Provider, suporte técnico on-site e serviços de manutenção evolutiva específica para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF. OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que fez a desoneração em janeiro/2013, porquanto aceitou uma redução contratual de 25% (vinte e cinco por cento) por meio do 1º Termo Aditivo. Entretanto a revisão contratual não trata da desoneração
LIGHTBASE SERVIÇOS E CONSULTORIA EM SOFTWARE PÚBLICO LTDA. 11.905.103/0001-17 62.01-5	Ofício nº 047/2014 20/08/2014	CT 041/2008 R\$ 167.400,00	31/12/2008 até 30/12/2012	Contratação de serviços de suporte técnico e manutenção corretiva e evolutiva, incluindo atualização tecnológica e de suporte técnico on-site e serviços de manutenção evolutiva específica para o SENADO FEDERAL, incluindo atualização de versão para os 400 acessos simultâneos do software Lightbase for Windows-LBW e seus módulos Golden Doc, Golden Track, Light Architect e Light Data Provider. OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que não aderiu à desoneração da folha de Pagamento porquanto avaliou que a Lei não desoneraria a folha de pagamentos como esperado por ela
TECHNE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA. 50.737.766/0001-21 62.01-5	Ofício nº 040/2014 22/05/2014	CT 059/2007 R\$ 547.990,36	13/12/2007 até 12/12/2011	Contratação de serviços de suporte técnico e manutenção corretiva e evolutiva (remotos), incluindo atualização tecnológica, de suporte técnico on-site e manutenção evolutiva específica para o SENADO FEDERAL, incluindo updates e upgrades, do APLICATIVO ERGON - Sistema de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento.

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
				OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que seu contrato não tem planilhas de custos e que, portanto, não pode se manifestar.
TECHNE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA. 50.737.766/0001-21 62.01-5	Ofício nº 043/2014 19/08/2014	CT 018/2008 R\$ 66.479,31	04/08/2008 até 10/02/2012	Aquisição de licenças de uso, por tempo indeterminado, de aplicativos integrados, doravante denominados apenas APLICATIVO, para o Sistema de Gestão Acadêmica do ILB - Instituto Legislativo Brasileiro e da UNILEGIS, incluindo serviços de instalação, parametrização e customização, implementação, treinamento suporte técnico por meio de manutenção corretiva e fornecimento de atualizações de versões do APLICATIVO e serviços de adequações a serem realizados por meio de um Banco de Horas. OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que seu contrato não tem planilhas de custos e que, portanto, não pode se manifestar.
TECHNE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA. 50.737.766/0001-21 62.01-5	Ofício nº 076/2014 03/09/2014	CT 095/2012 R\$ 599.215,26	21/08/2012 até 20/08/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção corretiva e manutenção evolutiva específica, incluindo atualização de versão e tecnológica, updates e upgrades, consultoria e suporte técnico presencial on-site do aplicativo ERGON - Sistema de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento - em conformidade com os padrões técnicos de desempenho e qualidade estabelecidos pelo SENADO FEDERAL, sem garantia de consumo mínimo, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos.
CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. 00.308.141/0001-76 62.09-1	Ofício nº 008/2014 16/05/2014	CT 059/2013 R\$ 5.132.884,80	01/06/2013 até 31/05/2015	Contratação de empresa especializaa para a prestação de serviços técnicos de atendimento e suporte a softwares, operações básicas de rede de microcomputadores no SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.. OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que seu contrato desde o início da contratação já incorre e aplica a alíquota de 2,0% (dois por cento) sobre a receita bruta do contrato em comento.
VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. 02.277.205/0001-44 62.04-0	Ofício nº 051/2014 20/08/2014	CT 017/2009 R\$ 103.852,35	22/07/2009 até 23/09/2012	Aquisição de 01 (um) Sistema de Armazenamento de Dados com capacidade líquida de armazenamento de 140 TB, incluindo serviços de instalação, configuração, testes, garantia de 36 (trinta e seis) meses por meio de assistência técnica através de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças novas e originais,

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
				suporte técnico - incluindo atualizações de versões, revisões e/ou distribuições (releases) e correções (patches) dos softwares - e treinamento na solução fornecida, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.
SYSTEM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. 05.704.797/0001-21 62.04-0	Ofício nº 053/2014 20/08/2014	CT 003/2010 R\$ 9.773,33	25/02/2010 até 24/02/2012	Contratação de empresa para prestação de serviços de assistência técnica, por meio de manutenção preventiva e corretiva, no equipamento de armazenamento secundário de dados NearStore R200 com 48 TB líquidos, da empresa NetApp, com fornecimento de peças novas e originais, instalado na Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN/SF..
SERVICE INFORMÁTICA LTDA 93.861.557/0001-06 62.04-0	Ofício nº 046/2014 20/08/2014	CT 040/2008 R\$ 276.831,60	31/12/2008 até 30/12/2012	Contratação de empresa especializada para atualização de versões do software VMware, incluindo os serviços de suporte técnico e a administração do ambiente virtual de servidores da Rede Local do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
ASG DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA 04.010.181/0001-98 62.09-1	Ofício nº 056/2014 21/08/2014	CT 084/2010 R\$ 9.607,92	26/08/2010 até 25/08/2014	Renovação de licenças de uso de software, contratação de manutenção e suporte técnico com atualização de versões do produto ASG-Zena para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO. 33.683.111/0002-80 62.04-0	Ofício nº 038/2014 22/05/2014	CT 035/2007 R\$ 55.452,83	19/06/2007 até 11/01/2013	Prestação pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO - ao SENADO FEDERAL, de Serviços de Tecnologia da Informação e de Gerenciamento de Conexões à INFOVIA BRASÍLIA, necessários à consecução de suas atividades-fim. A INFOVIA BRASÍLIA está estruturada sobre uma malha de cabeamento de fibra ótica, de propriedade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.
PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO. 33.683.111/0002-80 62.04-0	Ofício nº 039/2014 22/05/2014	CT 002/2013 R\$ 24.210,00	11/01/2013 até 10/07/2014	Prestação, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO - ao SENADO FEDERAL de serviços de tecnologia da informação e gerenciamento de conexões à INFOVIA BRASÍLIA, necessários à consecução de suas atividades-fim.
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO. 33.683.111/0002-80		CT 051/2014 R\$ 72.000,00	11/07/2014 até 10/07/2015	Prestação, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO - ao SENADO FEDERAL de serviços de tecnologia da informação e gerenciamento de conexões à INFOVIA BRASÍLIA, necessários à consecução de suas atividades-fim.

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
62.04-0				
SAP BRASIL LTDA. 74.544.297/0001-92 62.02-3	Ofício nº 055/2014 20/08/2014	CT 042/2010 R\$ 252.551,28	18/06/2010 até 17/06/2013	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Enterprise Suport SAP, que engloba a prestação de suporte técnico e atualização tecnológica, pelo período de 01 (um) ano, dos softwares Business Objects Enterprise Professional for Query, Reporting e Analysis, para 04 (quatro) CPU'S, sem limite de usuários; Business Objects WEB intelligence, para 04 (quatro) CPU, sem limite de usuários e Business Objects Enterprise Professional, Versão XI R2, para 05 (cinco) usuários, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.
MAISDOISX TECNOLOGIA EM DOBRO LTDA. 03.369.656/0001- 74 62.04-0	Ofício nº 044/2014 19/08/2014	CT 027/2008 R\$ 165.969,68	11/08/2008 até 10/08/2012	Aquisição de um sistema de detecção e prevenção de intrusão em redes, constituído de 04 equipamentos do tipo ¿appliance¿ e aplicativo para gerência, aplicativo para correlacionamento de eventos e scanner de redes, com atualização dos aplicativos pelo período de 03 anos, assistência técnica por meio de manutenção corretiva dos equipamentos, garantia de 03 anos do sistema e treinamento para 05 técnicos do PRODASEN.
MAISDOISX TECNOLOGIA EM DOBRO LTDA. 03.369.656/0001- 74 62.04-0		CT 087/2014 R\$ 6.182.412,97	03/12/2014 até 04/03/2015	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução para armazenamento de dados, visando o atendimento das necessidades da Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL - PRDSTI/PRODASEN-SF - com treinamento, garantia, suporte técnico oficial de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias por semana, inclusive em dias de feriados, incluindo a manutenção corretiva e preventiva, durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos.
DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. 03.535.902/0001-10 62.09-1	Ofício nº 067/2014 27/08/2014	CT 086/2011 R\$ 16.800,00	05/09/2011 até 04/09/2015	Contratação de serviço de assistência técnica corretiva para 02 (dois) computadores servidores Sun V890, de propriedade do PRODASEN, operando em cluster de alta disponibilidade e todos os seus componentes instalados, que incluem: placas de interface, placas controladoras, CPUs, memória RAM, discos rígidos, fontes de alimentação, módulos de ventilação, unidade de fita DAT, unidade de CD-ROM e demais elementos necessários à plena operação dos equipamentos

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
PSN TECNOLOGIA LTDA 04.786.911/0001-47 62.09-1	Ofício nº 061/2014 25/08/2014	CT 047/2011 R\$ 381.421,68	17/06/2011 até 16/06/2014	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva para as 5.000 (cinco mil) licenças da suíte antivírus McAfee System Protection e para os 3 (três) dispositivos Appliance Webshield e3300 McAfee de varredura contra vírus de e-mails e proteção ao acesso a internet, programas e equipamentos de propriedade do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
PSN TECNOLOGIA LTDA 04.786.911/0001-47 62.09-1		CT 085/2011 R\$ 880.000,00	02/09/2011 até 06/12/2015	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (uma) solução integrada de software e hardware de segurança de WEB (appliance), com alta disponibilidade, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.
ABRANTES SOLUÇÕES LTDA 00.928.375/0001-16 62.01-5	Ofício nº 064/2014 27/08/2014	CT 066/2011 R\$ 34.400,00	01/08/2011 até 31/07/2012	Contratação do treinamento presencial "Desenvolvimento de Aplicações Oracle, módulo ORACLE REPORTS DEVELOPER 10g: Build Reports", para servidores do SENADO/PRODASEN
GRENIT SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA. 06.936.483/0001-17	Ofício nº 009/2014 16/05/2014	CT 061/2013 R\$ 2.133.699,96	17/07/2013 até 16/07/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços na área de operação da Central de Relacionamento com o Cidadão - contact center - e outras atividades correlatas da Secretaria de Pesquisa de Opinião do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos. Observações: PROPOSTA DESONERADA
REGINA PACHECO & COELHO CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA. 02.914.334/0001-04 62.01-5	Ofício nº 060/2014 22/05/2014	CT 029/2011 R\$ 1.337.996,82	20/04/2011 até 19/04/2012	Prestação de serviços de aprimoramento de produtos, integração de ferramenta de apoio à gestão e repasse de conhecimento, a fim de atender necessidades do SENADO FEDERAL. OBSERVAÇÕES Processo nº 00200.010440/2014-22 A empresa informou que começou a usufruir dos benefícios do programa de desoneração de folha em janeiro de 2013, ou seja, fora do período estabelecido no contrato.

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
UNITECH-RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA 32.578.387/0001-54 62.09-1	Ofício nº 050/2014 20/08/2014	CT 016/2009 R\$ 1.576,80	27/07/2009 até 26/01/2012	Prestação de serviços de atualização, manutenção corretiva e assistência técnica de 2 (dois) SWITCHES EMC Connectrix DS-4400M, de propriedade do PRODASEN OBSERVAÇÕES: A empresa apresentou uma planilha contendo os valores das diferenças das desonerações referentes aos exercícios de 2013 e 2014, sendo o valor de R\$ 82.316,15 para o exercício de 2013 e R\$ 38.202,29 correspondente ao exercício de 2014.
UNITECH-RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA 32.578.387/0001-54 62.09-1	Ofício nº 068/2014 02/09/2014	CT 137/2011 R\$ 640.000,00	20/12/2011 até 23/04/2015	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de uma fitoteca automatizada, com serviços de instalação, configuração, ativação, integração e testes, composta de equipamentos, acessórios e softwares, incluindo atualização de versões, serviços de garantia, suporte técnico, manutenção corretiva e treinamento técnico, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.
UNITECH-RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA 32.578.387/0001-54 62.09-1		CT 025/2014 R\$ 959.500,00	07/04/2014 até (...)	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (uma) biblioteca robotizada de fitas LTO Ultrium Geração 5, com 10 (dez) drives LTO-5 Ultrium FH (Full Height), instalação, integração à infraestrutura computacional existente, serviços de manutenção com suporte técnico, atualização e treinamento, para o Senado Federal.
SYSTEM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. 05.704.797/0001-21 62.04-0	Ofício nº 053/2014 20/08/2014	CT 003/2010 R\$ 156.000,00	25/02/2010 até 24/02/2012	Contratação de empresa para prestação de serviços de assistência técnica, por meio de manutenção preventiva e corretiva, no equipamento de armazenamento secundário de dados NearStore R200 com 48 TB líquidos, da empresa NetApp, com fornecimento de peças novas e originais, instalado na Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASE/SF. OBSERVAÇÕES A empresa alegou que o contrato em comento teve seu término em dezembro de 2011, antes do período de vigência do cálculo da desoneração e que, portanto entende não haver necessidade de apresentação de nova planilha uma vez que a forma de recolhimento não foi alterada.
MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA 04.198.254/0001-17 62.01-5	Ofício nº 092/2014 12/09/2014	CT 060/2014 R\$ 310.742,48	06/06/2013 até 18/06/2014	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de atualizações de versões de softwares Adobe e Corel para o SENADO FEDERAL, com suporte técnico para a versão adquirida, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos OBSERVAÇÕES

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
				Processo nº 00200.011387/2014-87 A empresa alegou ser revendedora de softwares, e que basicamente o único serviço que presta é de suporte técnico destes produtos e, a venda destes programas de computador é superior a 95% do seu faturamento, portanto, não estando sujeita à desoneração da folha de pagamento.
INFORMA CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA. 04.248.864/0001-88 62.01-5	Ofício nº 090/2014 11/09/2014	CT 041/2013 R\$ 24.427,32	04/04/2013 até 03/04/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico, incluindo treinamento, do software InfoAudio, destinado à automação da programação musical e de intervalos da Rádio SENADO durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
INFORMA CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA. 04.248.864/0001-88 62.01-5	Ofício nº 045/2014 20/08/2014	CT 037/2008 R\$ 14.940,00	17/11/2008 até 16/11/2012	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico, incluindo treinamento, dos softwares InfoAudio e InfoDisc de propriedade da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.
TECH DAY CONSULTORIA EM TECNOLOGIA LTDA - EPP 67.642.280/0001-02 62.01-5	Ofício nº 065/2014 15/09/2014	CT 067/2011 R\$ 42.018,00	01/08/2011 até 31/07/2012	Contratação de empresa especializada para administrar treinamentos presenciais "ORACLE DATABASE 11GR2: New features for Administrators" e DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES ORACLE, módulo: ORACLE FORMS DEVELOPER 10g: Build Internet Applications, para servidores da Secretaria Especial de Informática - SEI/PRODASEN - e do SENADO FEDERAL - SF.
FIVE ACTS COMÉRCIO, ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTOS EM INFORMÁTICA LTDA. 07.536.218/0001-04 62.04-0	Ofício nº 075/2014 03/09/2014	CT 084/2012 R\$ 183.779,80	20/07/2012 até 19/07/2013	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de treinamento e capacitação tecnológica para servidores do SENADO FEDERAL na ferramenta BO - Business Object - nos seguintes módulos: Desenho de Relatórios usando Web Intelligence XI 3.1, Desenho de Universos e Administração de Usuários e Conteúdo. OBSERVAÇÕES: Por meio da Carta nº 008/2014, de 29/09/2014, a empresa concluiu seus argumentos pedindo que o Senado se abstenha de determinar a revisão contratual, levando em consideração que o contrato em questão foi firmado quando da lei que instituiu a desoneração da folha de pagamento já estava em vigor, bem como o fato de que o Plano “Brasil Maior” ter sido com o intuito de, no âmbito das empresas prestadoras de serviços de tecnologia da informação, formalizar as relações de trabalho e fomentar as atividades

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
				do setor, gerando emprego e renda para a nação, sob pena de esvaziar o próprio espírito da norma.
ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. 59.456.277/0001-76 62.09-1	Ofício nº 049/2014 20/08/2014	CT 007/2009 R\$ 425.592,48	14/09/2009 até 13/09/2013	Contratação dos serviços de suporte técnico e atualização de versões aos produtos oracle server stander edition, designer developer, forms developer, reports developer, oracle server enterprise edition, jdeveloper suite, applications server e internet applications server, de propriedade da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN/SF. OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que os valores da prestação de serviços de suporte técnico previsto no contrato são considerados apenas os tributos repassados para seus clientes, sendo que os custos são absorvidos e suportados exclusivamente pela mesma. Diante disso, a mesma tem o entendimento de que não se apresenta, neste caso, a referida revisão de preço no caso de majoração, redução ou extinção de tributos.
ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. 59.456.277/0001-76 62.09-1	Ofício nº 096/2014 15/09/2014	CT 087/2013 R\$ 438.359,64	29/11/2013 até 28/11/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico e atualização de versões para o SGBD Oracle e softwares associados, em uso no SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
QUEST SOFTWARE LTDA. 03.844.620/0001-03 62.03-1	Ofício nº 077/2014 03/09/2014	CT 097/2013 R\$ 9.655,00	30/08/2012 até 29/08/2013	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico e atualização de versões do software TOAD FOR ORACLE de propriedade do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos. OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que anteriormente sua razão social era DELL Software Ltda. e que muito antes do início da vigência do contrato referenciado a Dell já estava enquadrada no regime da desoneração fiscal da folha, recolhendo o devido tributo sobre a sua receita bruta e não mais sobre a folha de pagamentos.

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
				Dessa forma, a Dell já vem recolhendo desde 01/08/2012 o percentual de 2,0% de contribuição previdenciária sobre a sua receita bruta, conforme preceitua a legislação aplicável.
FIRST DECISION TECNOLOGIAS INOVADORAS E INFORMÁTICA LTDA. 05.276.049/0001-95 62.04-0	Ofício nº 095/2014 15/09/2014	CT 078/2013 R\$ 518.000,04	27/08/2013 até 26/08/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico, via cobertura remota 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) através do Serviço Enterprise Support SAP, com garantia de updates e upgrades, para o SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos OBSERVAÇÕES: Processo nº 00200.011534/2014-19 Ao final de suas observações a contratada pediu que o Senado abstenha-se de determinar a revisão contratual, levando em consideração que o contrato em questão foi firmado quando a lei que instituiu a desoneração de folha de pagamento já estava em vigor.
REGINA PACHECO & COELHO CONSULTORIA EM INFORMÁTICA EIRELI LTDA. 02.914.334/0001-04 62.01-5	Ofício nº 060/2014 22/05/2014	CT 029/2011 R\$ 518.000,04	20/04/2011 até 19/04/2012	Prestação de serviços de aprimoramento de produtos, integração de ferramenta de apoio a gestão e repasse de conhecimento, a fim de atender necessidades do SENADO FEDERAL. OBSERVAÇÕES: Processo nº 00200.010440/2014-22 Ao final de suas observações a contratada concluiu que começou a usufruir dos benefícios do programa de desoneração de folha somente em janeiro de 2013, ou seja, fora do período estabelecido no contrato.
GLOBAL BUSINESS CONSULTORIA E	Ofício nº 048/2014 20/08/2014	CT 006/2009 R\$ 655.380,00	16/04/2009 até 02/02/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio técnico e manutenção do Aplicativo GabFlow para a Secretaria Especial de

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
INFORMÁTICA LTDA 02.427.546/0001-59 62.09-1				Informatica do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos. OBSERVAÇÕES: Processo nº 00200.010480/2014-74 A empresa alegou que não possui funcionários em folha de pagamento e consequentemente não há o recolhimento de INSS e a redução da alíquota que a lei abrange.
GLOBAL BUSINESS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA 02.427.546/0001-59 62.09-1	Oficio nº 070/2014 02/09/2014	CT 015/2012 R\$ 326.157,00	22/02/2012 até 21/02/2014	Contratação de serviços de atualização de versões, incluindo suporte técnico, para 2 (duas) licenças do software Keyfile para servidor; 100 (cem) licenças concorrentes do software Keyfile para clientes; 1 (uma) licença do software Keyflow para servidor e 150 (cento e cinquenta) licenças do software Keyflow para cliente, para atender a Subsecretaria de Atendimento aos Gabinetes dos Senados - SSASEN/SF - durante o período de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos..
GLOBAL BUSINESS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA 02.427.546/0001-59 62.09-1		CT 012/2015 R\$ 567.000,00	02/02/2015 até 01/02/2016	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio técnico e manutenção do Aplicativo GabFlow, utilizado pelo SENADO FEDERAL, constituído por programas de computador desenvolvidos em Visual Basic 6.0, para operarem em plataforma Windows, MS Office, Oracle e Keyfile/Keyflow, bem como das versões web desenvolvidas em HTML, ASP e .NET operando nessa plataforma
LANLINK INFORMÁTICA LTDA 41.587.502/0012-09 62.04-0	Oficio nº 036/2014 21/05/2014	ARP 074/2013 R\$ 8.944.099,31	20/12/2013 até 19/12/2014	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de servidores, tipo "rack", para o SENADO FEDERAL, incluindo assistência técnica com garantia de funcionamento por um período de 60 (sessenta) meses consecutivos.

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
LANLINK INFORMÁTICA LTDA 41.587.502/0012-09 62.04-0	Ofício nº 059/2014 22/08/2014	CT 153/2010 R\$ 740.000,00	30/12/2010 até 29/12/2015	Aquisição de servidores em lâminas (blades) e gabinetes (chassis), incluindo suporte, instalação e serviço de assistência, através de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, sendo: 12 (doze) servidores em lâminas (blades); 02 (dois) gabinetes (chassis).
LANLINK INFORMÁTICA LTDA 41.587.502/0012-09 62.04-0	Ofício nº 097/2014 15/09/2014	CT 002/2014 R\$ 3.377.142,01	17/01/2014 até 07/04/2019	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de servidores, tipo "rack", incluindo a assistência técnica com garantia de funcionamento por um período de 60 (sessenta) meses consecutivos, para o SENADO FEDERAL.
LANLINK INFORMÁTICA LTDA 41.587.502/0012-09 62.04-0		CT 043/2014 R\$ 2.134.976,54	02/07/2014 até (...)	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de Sistema de Servidores com Armazenamento Dedicado de Dados para a Secretaria Especial do Interlegis do SENADO FEDERAL - SINTER/SF - com garantia de funcionamento pelo período de 60 (sessenta) meses, sendo 12 (doze) meses de garantia de fábrica e 48 (quarenta e oito) meses de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com suporte técnico e fornecimento de peças novas e originais.
LANLINK INFORMÁTICA LTDA 41.587.502/0012-09 62.04-0		CT 101/2014 R\$ 1.356.706,34	12/12/2014 até (...)	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de servidores em rack, incluindo assistência técnica com garantia de funcionamento durante o período de 60 (sessenta) meses após a emissão de Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos, destinados ao SENADO FEDERAL
PTLS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. 09.162.855/0001-93	Ofício nº 054/2014 20/08/2014	CT 039/2010 R\$ 3.330.819,95	14/06/2010 até 13/06/2015	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de equipamentos para videoconferência, a fim de atender as necessidades do SENADO FEDERAL, conforme a descrição do fornecimento nos termos e condições do edital e seus anexos, relacionados nos Anexo I (Termo de Referência), Anexo TR - I (Bens Necessários à Revitalização da Rede de

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
62.04-0				Videoconferências), Anexo TR - II (Quantificação dos Bens e Serviços), Anexo TR - III (Planilha de Cotação de Preços) e Anexo TR - IV (Relação dos Locais para Entrega e Instalação dos Bens Relativos ao Anexo TR - I).
TOTAL COMUNICAÇÃO LTDA. 12.594.884/0001-39 62.09-1	Ofício nº 072/2014 02/09/2014	CT 038/2012 R\$ 101.391,00	28/03/2012 até 27/03/2016	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de clipping de notícias, veiculadas em rádio, para à Secretaria de Pesquisa e Opinião do SENADO FEDERAL - SEPOP/SF - visando subsidiar os trabalhos legislativos dos Senhores Senadores.
CZAR SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - EPP. 11.015.572/0001-60 62.09-1	Ofício nº 073/2014 02/09/2014	CT 046/2012 R\$ 17.280,00	16/04/2012 até 15/04/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para 02 (dois) scanners da marca Kodak, modelo I260, instalados na Secretaria Especial de Editoração e Publicações do SENADO FEDERAL - SEEP/SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
VH INFORMÁTICA LTDA. 00.530.341/0001-79 62.01-5	Ofício nº 089/2014 11/09/2014	CT 024/2013 R\$ 1.924.000,00	15/03/2013 até 14/03/2017	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução para a Gestão Informatizada de Patrimônio e Almoxarifado do SENADO FEDERAL, com aplicativo doravante denominado SPALM-SF - e respectiva licença de uso por tempo indeterminado; serviços técnicos de instalação; treinamento técnico; operação assistida; garantia e suporte técnico com atualizações de versões, revisões e/ou distribuições e correções de programas, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses. OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que adota o regime de cálculo do INSS patronal sobre a Receita Bruta, conforme a Lei nº 12.546/2011, desde 1º/09/2012 até o presente momento.
IKHON - GESTÃO, CONHECIMENTO E	Ofício nº 091/2014 11/09/2014	CT 044/2013 R\$ 2.966.999,52	04/04/2013 até 03/04/2017	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução para a Gestão Informatizada de Documentos Arquivísticos do SENADO FEDERAL,

Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei nº 11.774/2008 e aquelas de CALL CENTER e de TI E TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no Caput:
(Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso I, alínea “a”, Art. 2º, Caput, c/c § 5º, inciso II, Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea “b”, e art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II, do Decreto nº 7.828/2012) - (Classificação da desoneração alíquotas):
2,5% - Início: 1º/12/2011 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014
2,5% - Início: 1º/04/2012 – Fim: 31/07/2012 – 2,0% - Início: 1º/08/2012 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
TECNOLOGIA LTDA. 05.355.405/0001-66 62.03-1				com aplicativo, doravante denominado SIGAD-SF e respectiva licença de uso, por tempo indeterminado, serviços técnicos de instalação, treinamento técnico, garantia e suporte técnico com atualização de versões, revisões e/ou distribuições, correções dos programas e operação assistida, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos

Tabela 31 - Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC

Empresas do Setor de Construção Civil:
(Art. 7º, inciso IV, c/c § 7º, da Lei nº 12.546/2011 (Classificação da desoneração alíquotas): 2,0% - Início: 04/06/2013 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
CONSTRUTORA FR ALVORADA LTDA. 03.508.523/0001-31 41.20-4	Ofício nº 069/2014 02/09/2014	CT 012/2012 R\$ 133.304,25	24/05/2012 até (...)	Contratação de empresa de engenharia especializada para implantação de infraestrutura para armazenamento de lixo na área ocupada pela Coordenação de Transporte do SENADO FEDERAL - COTRAN/SF.
SOUZA & SANTOS CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA. 12.542.204/0001-33 41.20-4	Ofício nº 098/2014 15/09/2014	CT 006/2014 R\$ 436.999,15	24/01/2014 até 02/07/2014	Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de serviço de cobertura da Unidade de Apoio I do SENADO FEDERAL
AIE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL E ELETRÔNICA LTDA 02.104.437/0001-09	Ofício nº 080/2014 04/09/2014	CT 006/2014 R\$ 20.361,46	05/10/2012 até 04/10/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças por chamada técnica, para o equipamento automático de lavagem e secagem de automóveis da marca Ceccato, modelo Áries WD 240, instalado na Coordenação de

Empresas do Setor de Construção Civil:
(Art. 7º, inciso IV, c/c§ 7º, da Lei nº 12.546/2011 (Classificação da desoneração alíquotas): 2,0% - Início: 04/06/2013 – Fim: 31/12/2014

EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
43.21-5				Transportes do SENADO FEDERAL - COTRAN/SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
ROTA NACIONAL COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. 13.589.606/0001-56 43.21-5	Ofício nº 083/2014 11/09/2014	CT 165/2012 R\$ 138.091,00	26/12/2012 até 25/12/2013	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de vidros comuns, espelhos, corte, lapidação, bisotagem e corte de vidros, com fornecimento e colocação de massa e silicone, à medida que houver necessidade, no Complexo Arquitetônico do SENADO FEDERAL e nas Residências Oficiais, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos. OBSERVAÇÕES: Por meio do documento datado de 24/10/2014 a empresa informou que a base de cálculo para o INSS Patronal é considerado o percentual de 20% sobre a folha de pagamento no período da vigência do contrato citado.
ROTA NACIONAL COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. 13.589.606/0001-56 43.21-5	Ofício nº 013/2014 19/05/2014	ARP 048/2012 R\$ 138.091,00	06/07/2012 até 05/07/2013	Fornecimento e instalação de portas de balcão, confeccionadas em aço inoxidável, para as copas do 2º e do 4º ao 26º pavimentos do Edifício do Anexo I do SENADO FEDERAL.
ROTA NACIONAL COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. 13.589.606/0001-56 43.21-5	Ofício nº 074/2014 03/09/2014	CT 078/2012 R\$ 12.584,88	06/07/2012 até 05/07/2013	Fornecimento e instalação de cortinas em lona para toldos, bem como a revisão das molas e pintura das ferragens, para o SENADO FEDERAL. OBSERVAÇÕES: Por meio do documento datado de 24/10/2014 a empresa informou que a base de cálculo para o INSS Patronal é considerado o percentual de 20% sobre a folha de pagamento no período da vigência do contrato citado.
ACECO TI S.A. 43.209.436/0001-06	Ofício nº 094/2014 15/09/2014	CT 072/2013 R\$ 575.285,64	01/08/2013 Até 31/07/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do ambiente da sala-cofre do PRODASEN, com fornecimento de materiais, abrangendo a infraestrutura física da sala, instalações elétricas, de ar-condicionado e do

Empresas do Setor de Construção Civil: (Art. 7º, inciso IV, c/c§ 7º, da Lei nº 12.546/2011 (Classificação da desoneração alíquotas): 2,0% - Início: 04/06/2013 – Fim: 31/12/2014				
EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO
				sistema de prevenção e combate a incêndios, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos. OBSERVAÇÕES: De acordo com a correspondência datada de 01/10/2014 a empresa alegou, ao final, que no ano de 2013 efetuou o recolhimento das contribuições previdenciárias pela sistemática da novel legislação em 4 meses, quais sejam: abril, maio, novembro e dezembro. Já para os anos de 2014 e 2015 a planilha de custos já foi e será elaborada com o indicativo de 2% sobre a receita bruta.
ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/0006-12 43.29-1-	Ofício nº 087/2014 15/09/2014	CT 018/2013 R\$ 335.999,28	27/02/2013 Até 26/02/2016	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, componentes e materiais novos e originais necessários ao perfeito funcionamento dos elevadores, plataformas elevatórias e monta-cargas do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
CHARLES KELDAY CONSTRUTORA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA 00.689.331/0001-80 41.20-4	Ofício nº 058/2014 21/08/2014	CT 148/2010 R\$ 720.866,00	27/12/2010 até 26/12/2013	Contratação de empresa especializada para a execução de manutenção corretiva civil (pisos, tetos, paredes, pintura, gesso) nos Edifícios Administrativos e nas Residências Oficiais do SENADO FEDERAL, quando necessário, com fornecimento da mão-de-obra especializada e dos materiais identificados nas especificações técnicas e planilhas orçamentárias, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

Tabela 32 - Empresas do Setor de Construção Civil

Empresas de Construção de Obras de Infraestrutura: (Art. 7º, inciso VII, c/c § 7º, da Lei nº 12.546/2011 - (Classificação da desoneração alíquotas): 2,0% - Início: 1º/01/2014 – Fim: 31/12/2014					
EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO	PERCENTUAL DA DESONERAÇÃO (%) VALORES
MRC REFORMAS E PINTURAS LTDA - ME. 38.079.778/0001-00 42.13-8	Ofício nº 034/2014 16/05/2014	ARP 044/2013 R\$ 30.720,80	23/04/2013 até 22/04/2014	Fornecimento de materiais hidráulico diversos, em ferro galvanizado, para a	MRC REFORMAS E PINTURAS LTDA - ME. 38.079.778/0001-00 42.13-8

				Secretaria de Engenharia do SENADO FEDERAL	
--	--	--	--	---	--

Tabela 33 - Empresas de Construção de Obras de Infraestrutura

Empresas Jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens: (Art. 8º, § 3º, XVI, c/c art. 49, IV, “b”, da Lei nº 12.546/2011 - (Classificação da desoneração alíquotas): 1,0% - Início: 1º/01/2014 – Fim: 31/12/2014					
EMPRESAS CNPJ / CNAE	NOTIFICAÇÕES DATAS	CONTRATOS VALORES	VIGÊNCIA	OBJETO	PERCENTUAL DA DESONERAÇÃO (%) VALORES
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A EBC 09.168.704/0001-42 60.21-7	Ofício nº 093/2014 11/09/2014	CT 069/2013 R\$ 273.852,72	09/07/2013 até 08/07/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de distribuição do Jornal do SENADO FEDERAL a assinantes da Mídia Impressa, clipping de notícias das áreas de política e economia publicadas pelo principais jornais do país. OBSERVAÇÕES: A empresa alegou que de acordo com o Parecer nº 189/2014/GDAP/PROJUR-EBC inexistiu repercussão ou impacto da desoneração nos contratos de publicidade legal.	EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A EBC 09.168.704/0001-42 60.21-7

Tabela 34 - Empresas Jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens

CONCLUSÃO

Ante o exposto, submetemos o presente Relatório à consideração da Administração para que esta autorize a efetivação, nos termos do Acórdão nº. 1212-2014 – TCU/Plenário, de todas as medidas necessárias ao ressarcimento ao erário no âmbito dos contratos com ou sem planilha de custos, vigentes ou extintos, cujas empresas contratadas, embora estivessem contempladas pelo benefício da desoneração previdenciária, não fizeram repercutir os efeitos da medida fiscal exoneratória nas avenças firmadas com o Senado.

O Processo da desoneração no âmbito do Senado Federal proporcionará uma economia orçamentária e financeira na ordem de R\$ 2.448.399,75 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, trezentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).